Quartzo Editora

DE VALE DE LADROENS A VALFOR
a história e as suas gentes

Jaime Ricardo Teixeira Gouveia
Élio Secundino Amado Correia
António Valflor

Trabalho feito em silhares de granito do lugar, afeiçoados à marra e pico grosso, depois de riscados à régua e riscote. A obra é pobre, não tem estela para ostentar inscrições, mas, tivemos o cuidado de rabiscar o nosso nome na torça da entrada, para o leitor saber a quem dirigir as críticas.

Segundo o escritor francês Michel Butor, toda a palavra escrita é uma vitória contra a morte. Dando crédito ao autor, somos levados a pensar que este punhado de palavras escritas sobre Valflor poderá repelir a morte que lhe vai piscando o olho. Estará encontrada a solução? Então como explicar a dúvida que nos assola no momento em que escrevemos estas linhas? Uma salvação não será desmedida? Talvez... Mas queremos acreditar nela e queremos que as gerações vindouras acreditem também.

PREFÁCIO

Profundas transformações ocorreram nos últimos 40 anos alterando o nosso mundo rural, reduzindo drasticamente a população através de migrações internas para os centros urbanos, mais numerosas do que a migração para o exterior do país. A urbanização cresceu. Portugal, há 60 anos era um país rural com 75% da população e 25% urbana. Hoje, os dados inverteram-se. Não anda longe dos 80% a população urbana, integrando a de muitas vilas, elevadas a cidade. A capital do distrito, a Guarda, registava nos finais da década de 1950, 6 mil habitantes. Hoje ronda os 40 mil. De 1950 até 2000 a área urbana desta cidade cresceu cerca de 20 vezes.

O êxodo rural reduziu a população agrícola e a não agrícola, que prestava serviços aos agricultores e aos trabalhadores rurais, isto é, aos artesãos: alfaiates, sapateiros, barbeiros, padeiros, ferreiros, latoeiros, carpinteiros, ferradores, albardeiros e comerciantes... Os rurais trocaram as aldeias pelas cidades, passando a exercer outras actividades. Nas aldeias ficou uma população envelhecida.

Também os progressos técnicos agrícolas levaram a produzir mais alimentos, exigindo menor número de trabalhadores. No caso português, a globalização facilitou importar produtos agrícolas e levou ao abandono do nosso solo arável.

As tradições, os usos e costumes do mundo rural, ou já desapareceram ou estão desaparecendo, em muitos lugares, com o êxodo da população activa das aldeias. As condições de vida, operadas com a mudança são diferentes, obedecendo a outras motivações. Sem registos, tudo se perde e cai no esquecimento.

Valflor não foi uma excepção, tal como outras povoações agrícolas, sofreu mudanças e perdas. O grande interesse do livro Valflor e as suas Gentes, deve-se aos Autores. Através dum laborioso trabalho de pesquisa e de recolha de testemunhos, evidenciaram a cultura, as tradições, os trabalhos agrícolas, as festas populares segundo o calendário religioso, os divertimentos e os valores artísticos e humanos, da população ao longo do tempo. Fizeram história. Ao divulgarem-na impediram a sua perda e deram-nos a satisfação de a conhecer. Parabéns e gratidão aos Autores.

O quadro patrimonial, pormenorizando a Igreja Matriz, o Convento da Senhora dos Remédios, as cinco capelas, o cruzeiro e as alminhas, foi cuidadosamente estudado. Permito-me chamar à atenção para os caixotões do tecto da destruída igreja do convento franciscano, que se salvaram transferindo-os para a capela-mor da igreja do Carvalhal (vid. A.V.R., Terras da Meda, pág. 435-78).

Os monumentos de arquitectura civil, chafariz e fontes, a escola, as casas solarengas e as rústicas, completam o bem elaborado trabalho sobre o património de Valflor.

A cultura é um sistema integrado de comportamentos, ideias e valores ligados à conduta social. Valflor e as suas gentes, antiga Vale de Ladrões, aprenderam a viver, conviver e sobreviver ao longo de séculos, mantendo a identidade, o saber rural, construindo a sua povoação. O livro é uma fonte preciosa de informações, que podem servir para elaboração de trabalhos científicos em diferentes áreas, geográfica, administrativa ao longo da história, religiosa, económica e educativa.

As informações e documentos reunidos facilitam a tarefa de um investigador. Há muito material sociológico popular, não elaborado, que pode servir o sociólogo científico. A ciência social visa como ponto cêntrico, a vida do Homem em sociedade e a sua conduta. Esta é normativa. Os sociólogos anglo-saxónicos e os norte-americanos inventaram a palavra folkways, para expressar as pautas de conduta criadas ao longo do tempo, satisfazendo necessidades e fazendo coisas. Esse saber foi transmitido de geração em geração como um legado. Alguns folkways tornaram-se obrigatórios por serem essenciais ao convívio e harmonia do grupo. Ligam-se ao bem e ao mal, ao justo e ao injusto. Os sociólogos foram buscar ao latim a palavra mores, para os enquadrar.

As instituições são condicionadas por normas impostas obrigatoriamente pela sociedade e resultantes da experiência, com triunfos e fracassos, ao longo da vida. Tornaram-se, os folkways, fundamentais para a sobrevivência da comunidade e os mores, aliados às tradições e à vida quotidiana, ao culto religioso e aos hábitos rituais. Transmitidos através dos conteúdos deste livro, são úteis ao investigador interessado e ao leitor curioso. A cultura rural é um sistema organizado de comportamentos com base na acumulação de folkways e de mores. Com esta obra dispomos de um vasto e rico registo.

Os Autores referem-se também aos ilustres de Valflor, apontando famílias com prestígio que além de favorecidas por recursos económicos que lhes permitiam oferecer trabalho, beneficiaram de uma instrução obtida longe desta aldeia, ou no Seminário, ou no Magistério Primário, na Universidade de Coimbra, na carreira militar e naval. Contudo, formados, não alteraram o estatuto tradicional da população de Vale de Ladrões, ou Valflor, excepto, os professores do Ensino Primário ministrando instrução e educação.

Na minha infância e adolescência, passada em Longroiva, também deste concelho, meus pais mantinham relações de amizade com algumas pessoas do Vale. Nunca os ouvi, nem aos nossos vizinhos, chamar Vale de Ladrões. Referiam-se simplesmente ao Vale. Entre os amigos de meus pais que então conheci, estava o Dr. Duarte Roboredo, que foi Presidente da Câmara da Meda, onde meu Pai era professor. Eu iniciava a Escola Primária. Conheci também a Professora Dona Maria Emília Amaral, colega e amiga de minha Mãe e o Professor Ilídio Gouveia, colega e amigo de meu Pai, Arnaldo de Nascimento Rodrigues, professor e delegado escolar na Meda. Quando em 1945, pediu transferência para o Porto, por razões da entrada de meu irmão mais velho na Faculdade de Medicina, meu Pai, conhecendo bem as qualidades e valor do Professor Ilídio Gouveia, propôs ao Director Escolar do distrito da Guarda que o nomeasse para o lugar que o meu Pai ocupara. Também meu Pai foi amigo e correligionário do poeta José Augusto de Castro, que conheceu na Guarda ainda estudante e cuja obra possuímos.

As terras do actual concelho da Meda, umas mais do que outras, acolheram judeus e foram berço de cristãos novos. Contrariamente ao que por vezes alguns autores portugueses vêm escrevendo, os judeus não tiveram uma arquitectura própria, mas adaptaram-se à existente nos lugares onde se afixaram. Investigadores israelitas, historiadores de arte e arquitectos insistem neste aspecto. Embora houvesse em Portugal judeus anteriores à nossa nacionalidade, os que se fixaram na Beira ligam-se a duas migrações. A primeira, vinda de Castela fugindo às perseguições de Henrique de Trastâmara, por serem apoiantes do legitimo rei, D. Pedro I, a quem aquele meio-irmão matou. A maior parte desses judeus fixou-se em Trancoso, Guarda e Pinhel. A segunda grande vaga deu-se com a expulsão feita pelos Reis Católicos, no tempo de D. João II. A maior parte fixou-se desde Almeida, Vilar Formoso ao Sabugal e para cá do Côa, em Vila Nova de Foz Côa, Santa Comba, Meda, Marialva, Coriscada, Trancoso e Guarda...

Há uma confusão nos testemunhos atribuídos a judeus, em Valflor, apresentados neste livro, a estrela de cinco pontas, gravada no muro da Igreja Matriz e a inscrição na tampa de madeira, na casa do Salvador. Não são símbolos hebraicos, mas adoptados pelos cristãos. O pentagrama, ou pentáclo, estrela de cinco pontas, é um símbolo muito antigo contra o mal, destinado a afastar o demónio. Gravam-no nos umbrais das portas e nos muros das igrejas. A televisão, quando dá imagens de Fátima, mostra-o no muro exterior da Igreja. O Povo chama a este símbolo, signo saimao, deturpação de signo de Suleimão, pois os muçulmanos também o usam. Para mais informações, consultar Le Livre des Signes et des Symboles, Schwarz-Winklhofer et H. Bidermann, J. Grancher, Éditeur – Paris.

A estrela judaica é o hemograma com seis pontas, conhecida por estrela de David e também por sigillum salomonis. Representa a fusão dos signos dos quatro elementos naturais. (vid. op. cit. fig. pág. 470, pág. 44)

Alguns judeus ao converterem-se ao cristianismo abriram um rego transversal no mezuzah, na ombreira do lado direito da porta, fazendo uma cruz. Distinguem-se facilmente das cruzes feitas pelos cristãos-velhos, autores da grande maioria. Gravavam-nas por influência dos franciscanos, que de tempos a tempos vinham às aldeias pregar as cruzadas. Lembra-me, na minha infância, os franciscanos virem pregar a cruzada. O povo caiava cruzes nas portas das casas e nas paredes. A cruz é o símbolo de São Francisco.

A fotografia n.º 4 desta monografia, com a legenda Ponta de seta de sílex, mas sem qualquer classificação tipológica e enquadramento pré-histórico, despertou-me o desejo de a classificar. Peço licença aos Autores para o fazer. Trata-se de um instrumento lítico com muito interesse. Os pré-historiadores consideram que há 40 mil anos, durante o Paleolítico Superior, entrou na Península Ibérica o Homo sapiens sapiens, portador da tecnologia de lâminas líticas, da arte móvel e da arte parietal (gravuras e pinturas). No Paleolítico Superior Médio, conhecido por Salutrense, o nosso antepassado aplicou a técnica de retoques no fabrico de instrumentos líticos, produzindo pontas de seta a partir de lâminas triangulares, perfeitamente simétricas, com pedúnculo para as implantar numa vara ou cabo de madeira. Obtinha assim uma arma de arremesso, que lançava sobre um animal, furando-lhe o corpo. Quase no final do Paleolítico, o Homem descobriu o arco, usou as pontas para fabrico de setas. A de Valflor é muito perfeita e leva-me a associá-la a estações da vizinha Meseta espanhola. Trata-se de um valioso contributo arqueológico de grande interesse.

Quanto às fotografias dos fragmentos cerâmicos, o ideal seria observá-los directamente. Pelas imagens, alguns parecem-me romanos, feitos ao torno; outros medievais. Felicito o Presidente da Junta, Senhor António Valflor, pelo interesse e cuidado na recolha destes fragmentos, salvando testemunhos de real valor arqueológico.

Antes de terminar, chamo a atenção para o verdadeiro espírito de grupo com que o trabalho foi elaborado, pondo em pé de igualdade o mérito de António Valflor, Élio Secundino Amado Correia e Jaime Ricardo Teixeira Gouveia. Entre nós esta atitude é uma raridade. A formação intelectual dos Autores é diferente, marcada mesmo por profundas distâncias. Porém, o valor do seu contributo, a memória oral, as recolhas de campo, a documentação rebuscada nos arquivos, a planificação e o empenhamento, aparecem como um todo uniforme, com igual mérito. Penso que será um acto de justiça, evidenciar que este exemplo de solidariedade se deve ao Autor, oficialmente mais graduado academicamente, o Professor Investigador Doutor Jaime Ricardo Tavares Gouveia, a quem presto a

minha homenagem e testemunho de apreço, pedindo desculpa por ofender a sua modéstia.

A obra não viria a público sem o grande empenhamento do Editor, António José Coelho. Felicito-o pela qualidade da edição e prestigio que imprimiu a Quartzo Editora.

Termino, agradecendo a honra de prefaciar este livro e renovo os meus sinceros parabéns aos Autores pelo importante contributo cultural que tira Valflor do esquecimento.

Adriano Vasco Rodrigues
Director Jubilado da Schola Europaea (U.E., Bélgica)

SUMÁRIO

17 INTRÓITO

I O QUADRO ESPACIAL, POPULACIONAL E DEMOGRÁFICO
21 1.1. Localização geográfica e evolução populacional
26 1.2. Descrição da paisagem

II O QUADRO PRÉ-HISTÓRICO, PROTO-HISTÓRICO E HISTÓRICO
31 2.1. Da pré-história aos fins da Idade Média
39 2.2. Dos alvores da Idade Moderna ao liberalismo
47 2.3. Do liberalismo ao tempo presente
47 2.3.1. As políticas assistenciais
51 2.3.2. A gestão económico-administrativa da paróquia
56 2.3.3. A vivência do fenómeno político-administrativo
78 2.3.3.1. A origem do topónimo Vale de Ladrões e a transição contemporânea para Valflor

III O QUADRO PATRIMONIAL
83 3.1. Arquitectura religiosa
83 3.1.1. Igreja de S. Pedro
97 3.1.2. Convento franciscano de N. Sra. dos Remédios
107 3.1.3. Capela de Santo António
110 3.1.4. Capela de Santa Bárbara
112 3.1.5. Capela de N. Sra. da Saúde
119 3.1.6. Capela do Divino Espírito Santo
121 3.1.7. Capela de S. Nicolau
122 3.1.8. O cruzeiro
124 3.2. Arquitectura civil pública
124 3.2.1. O Chafariz
127 3.2.2. Fontes de chafurdo ou mergulho
131 3.2.3. A Escola
138 3.3. Arquitectura civil doméstica
138 3.3.1. A Casa Grande da Família Roboredo Sampaio e Melo
140 3.3.2. Casa da residência paroquial
142 3.3.3. Habitações rústicas
148 3.4. Outro Património
148 3.4.1. Vestígios judaicos

151 3.4.2. Lagaretas
152 3.4.3. Fornos para secagem de figos
154 3.4.4. Alminhas
154 3.4.5. Fragas

IV O QUADRO ERGOLÓGICO E ETNOGRÁFICO
157 4.1. Usos e tradições religiosas e profanas
157 4.1.1. A matança do porco
158 4.1.2. Queima de Cepas na noite de consoada
160 4.1.3. Jogos populares
161 4.1.4. Manifestações de religiosidade
163 4.1.5. Janeiras e Reis
164 4.1.6. O Carnaval e bailaricos de Valflor em tempos idos
168 4.2. Crenças, superstições e Lendas
168 4.2.1. Algumas crendices populares
172 4.2.2. A lenda do nome *Vale de Ladrões*
172 4.3. Acontecimentos insólitos transmitidos oralmente entre gerações
172 4.3.1. Ir ao Inferno e voltar
173 4.3.2. Neste torrão mandam os que cá estão
173 4.3.3. Depressa desfaço o que está feito
174 4.3.4. Albaninho o homem macaco
175 4.4. Outros aspectos etnográficos e folclóricos

V O QUADRO SOCIAL
181 5.1. A estruturação da Sociedade
190 5.2. Ilustres de Valflor
190 5.2.1. Os Vasconcelos
191 5.2.2. Os Sousa Amado
191 5.2.2.1. D. Maria Josefa de Sousa Tavares
192 5.2.2.2. António Xavier Monteiro de Sousa Amado
192 5.2.2.3. Lourenço José Monteiro de Sousa Amado
193 5.2.2.4. Luís de Sousa Monteiro Pereira Pinto de Meneses
193 5.2.3. Ro[e]boredos, Sampaios, Melos
194 5.2.3.1. Carlos Augusto Sampaio e Melo e D. Jerónima Menezes
195 5.2.3.2. José Tibério de Roboredo Sampaio e Melo
196 5.2.3.3. D. Josefina Roboredo de Sampaio e Melo
203 5.2.3.4. Armando Júlio Roboredo e Silva
206 5.2.3.5. Américo Júlio da Silva Roboredo Sampaio e Melo

207 5.2.3.6. Duarte Gustavo Reboredo de Sampaio e Melo
207 5.2.3.7. Duarte Gustavo de Reboredo e Castro
208 5.2.4. José Augusto de Castro
211 5.2.5. Luciano Augusto de Oliveira Rebelo

VI APÊNDICE DOCUMENTAL
215 A) Transcrição de documentos
221 B) Reprodução de documentos
228 C) Reprodução de assinaturas dos párocos de Valflor

233 **BIBLIOGRAFIA**

INTRÓITO

Sem o descabido pretensiosismo de me guindar à classe dos historiadores, tive a honra de ser co-autor deste livro, *De Vale de Ladroens a Valflor, a sua história e as suas gentes*, que fala da minha terra.

Queria, com a mais sincera de todas as modéstias oferecer o trabalho que me coube a este canto do mundo, a esta terra rude e pobre, simpática, da qual eu não sou dono, mas digo que é toda minha, e a ela me sinto ligado pelos laços férreos de uma amizade inabalável.

Élio Secundino Amado Correia

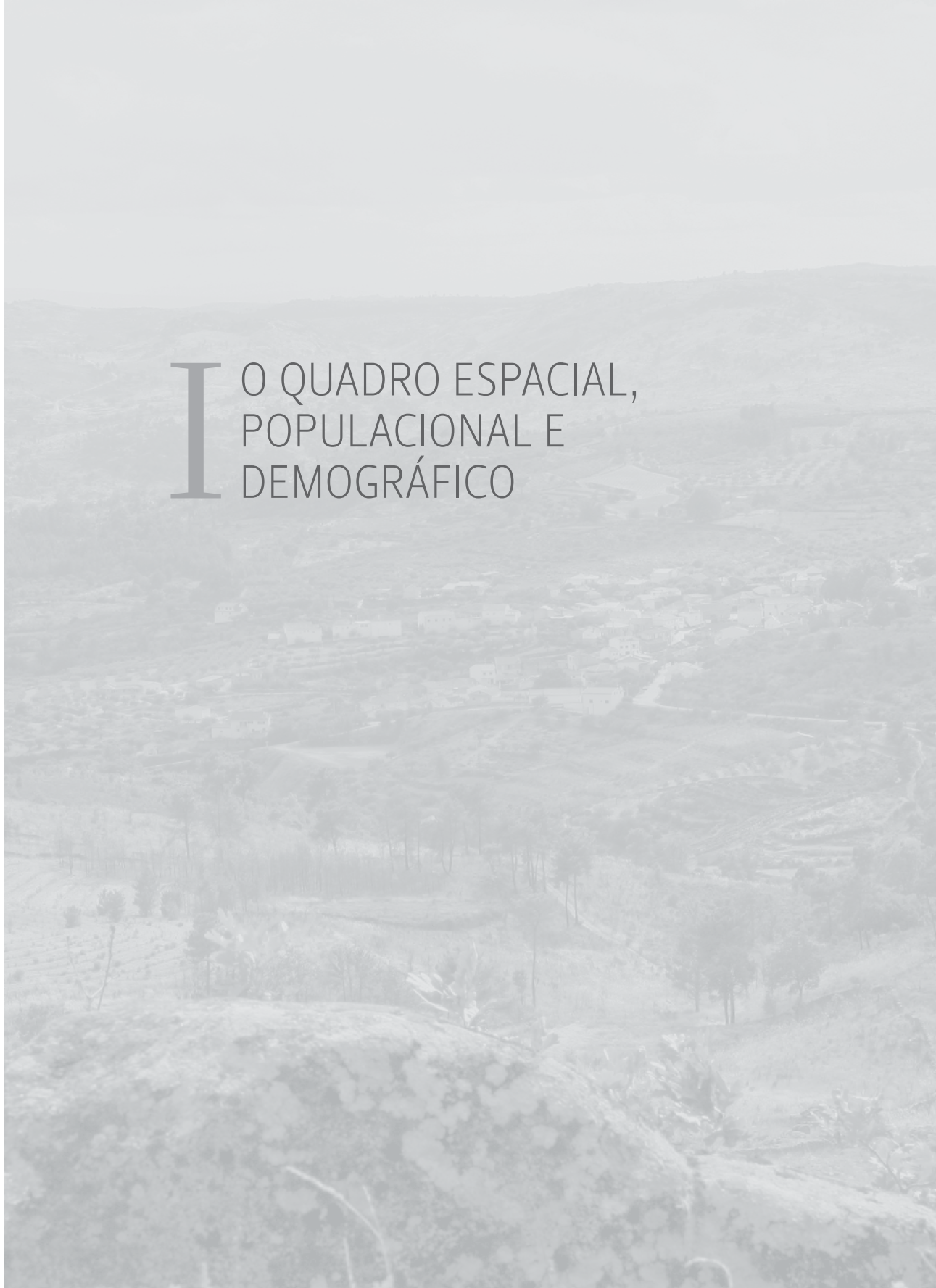
Quis o fruto do acaso que a minha pena fosse esbarrar na profusão do tempo ancestral de uma terra rica de património natural e edificado, donairosa de visos e abundante em documentos históricos. Que eu, tendo poiso num solo daqui não muito distante, de todo, desconhecia. De Valflor, antiga Vale de Ladrões, falou-me lá para a Agosto de 2012 António José Coelho, conhecido de há vários anos, propondo-me que me associasse a esta obra. Aceitei o repto.

Hoje, volvido menos de um ano a obra aqui está, a exalar cândidos fumos da sua fresca quentura. A celeridade e diligência que a enformam só foi possível graças a duas qualidades incomuns que fui encontrar nos senhores Élio Correia e António Flor, o primeiro co-autor deste livro, o segundo digníssimo presidente da Junta de Freguesia, entidade patrona do mesmo: reverência cultural e uma fraterna ligação umbilical ao torrão onde despontaram para a vida. As inúmeras prospecções arqueológicas, catalogações arquivísticas, transcrições paleográficas, redacções etnográficas, folclóricas e históricas, e sobretudo inventariação e preservação de tudo quanto pudesse testemunhar o passado desta terra, por eles encetadas, foram o arranque decisivo. Não há memórias desprezadas em terras onde existam filhos deste quilate. Ao trabalho que me foi apresentado juntei uma investigação aturada e especializada em arquivos locais, regionais e nacionais, procurando dar um tratamento e estruturação científicos aos dados recolhidos.

Embrenhei-me na obra e quanto mais laborava mais nela me viciava, colhendo do chão as palavras caídas, cotejando do ar as trovas cantadas em jeito bucólico, sentindo o deleite espiritual dos aromas transmitidos pelo passado, experimentando a ternura que mora na profusão da sua flora, provando a doçura que escorre pelas brisas que bafejam os musgos que toldam monumentos, escutando o estrepitar da fusão de sons faunísticos nas várias estações, vislum-

brando a luz macia das cúpulas luarentas que iluminam os espaços há que séculos, a meiga rudeza das composições urbanísticas retalhadas de casario rústico e moderno, os agasalhos naturais de velhas árvores, a tristeza dos portentosos sinos quando cambaleiam. Tudo constituiu um viático rumo à descoberta de um tempo que foi e não é jamais, partido em peças dispersas que foi necessário encontrar. Eis o puzzle. Dele, quase que pouco mais fui do que estratega, procurando as melhores formas de o montar. Juntar as peças é tarefa que só se tornou possível porque elas existem. E o mérito de elas existirem é todo dos dois comparsas a quem acima aludi. Por fim queria expressar o sentimento de que me senti em casa quando regressei a Valflor, depois da viagem tão longa que encetei ao seu passado, como que se minha também fosse esta terra. Sê-lo-á, assim os filhos dela o permitam.

Jaime Ricardo Gouveia



I O QUADRO ESPACIAL, POPULACIONAL E DEMOGRÁFICO

1.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E EVOLUÇÃO POPULACIONAL

A freguesia de Valflor integra o concelho da Meda desde Dezembro de 1872. Nos séculos XV a XVI foi da municipalidade de Aveloso passando depois para o concelho de Marialva até este ser extinto em 24 de Outubro de 1855 em favor do de Vila Nova de Foz Côa, ao qual passou a pertencer até ao decreto governamental de 1872 que a integrava no concelho da Meda. Chamava-se "Vale de Ladrões" até à publicação do Decreto nº 31106, de 16 de Janeiro de 1941, por iniciativa do pároco de então, Cândido Lopes.

Valflor é, por conseguinte, uma das 16 freguesias do concelho da Meda, o qual se localiza no Norte do distrito da Guarda, a 70 km da sede, na zona de transição entre as regiões naturais do Planalto Beirão e do Alto Douro[1]. O concelho confronta com os de Pinhel, a Leste; Trancoso, a Sul; Penedono, a Oeste; e Vila Nova de Foz Côa, a Norte.

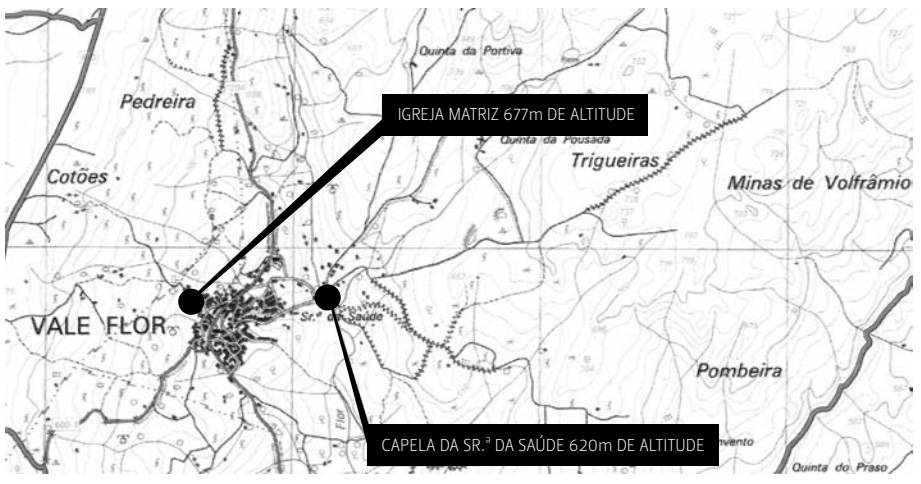
A freguesia de Valflor encontra-se situada no denominado Planalto Beirão, fazendo parte, como todo o concelho da Meda, da hemi-bacia do rio Douro. Está situada entre uma série de elevações, virada a nascente, na encosta da ribeira de Valflor, da bacia do Côa e no cruzamento dos antigos carreteiros da Meda-Pai Penela e Marialva-Aveloso, a 5 km da Estrada Nacional nº 102. Geologicamente está implantada numa região de transição entre o granito e o xisto. O subsolo é também rico em minérios, designadamente estanho, volfrâmio e chumbo, alguns explorados desde o tempo dos romanos.

Reza a tradição oral que a povoação terá surgido no local denominado *Vale do Forno*, onde existem ainda hoje resquícios de casebres graníticos que assinalam a presença humana antiga no local. Aí encontra-se inclusivamente a designada *Fonte Velha* que seria a fonte comunitária dos habitantes do *Vale do Forno*. Construções habitacionais do mesmo tipo referenciado encontram-se também a Norte desse lugar, nomeadamente no lugar da *Margarida*, *Caminhais*, *Santa Bárbara*, *Cabeço das Mós* e *Vale de Ferreiro*.

Pelo que é dado a concluir pela tabela e gráficos apresentados, não há dados sobre a população no século XVII. Há, porém, alguns dados que é possível cotejar dos registos de baptismos da paróquia que levam a crer que nos finais do século os quantitativos populacionais não distavam muito dos valores constantes no quadro relativos ao ano de 1527. Entre 1676 e 1700 nasceram 164 indivíduos

1 Vale de Ladrões, como todo o concelho da Meda, chegaram a pertencer ao distrito de Lamego, criado nos anos que se seguiram à Implantação da República e logo depois desmembrado.

Confrontações territoriais da freguesia de Valflor no mapa do actual concelho da Meda.



Valflor e outros lugares da freguesia.

ANO	N.º DE HABITANTES DE VALFLOR		TOTAL, ACTUAL C. DA MEDA[2]
	N.º	%	
1527	684[3]	13,7	4976
1708	90	1,1	8150
1724[4]	348	?	?
1758	588	?	?
1768[5]	542	?	?
1862	550	5,9	9246
1864	880	6,1	9031
1874[6]	677	8,2	10752
1890	755	6,3	10683
1900	762	6,3	12075
1911	754	6,4	11957
1915[7]	626	?	?
1920	658	5,6	11202
1930	936	5,4	12137
1940	744	6,2	14989
1950	609	5,4	13697
1960	475	4,9	12378
1970	399[9]	4,9	9660[8]
1981	237	4,5	8964
1991	237	3,2	7440
2001	227	3,6	6239
2011	150	2,9	5202

Quadro 1. Evolução populacional de Valflor entre o ano de 1527 e a actualidade[10].

2 Somatório do total de habitantes de todas as freguesias que compõem o actual concelho da Meda.
3 SARAIVA, Jorge António Lima – *O Concelho de Meda – 1838-1999*. Meda: Câmara Municipal de Meda, 1999, p.27. Este número foi obtido através da multiplicação do número de fogos exarado no *Cadastro da População do Reino de 1527*, 171, e o indicador 4, número convencional de habitantes por cada fogo nesse período. É, portanto, uma contagem aproximada e não real.
4 Dados colhidos em LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno (...)*. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira e Cardosos, 1873-1890, 10.º vol., p.53-54.
5 Idem, ibidem, loc. cit.
6 No que respeita a este ano apenas existem informações disponíveis em relação ao número de fogos, 220, resultante dos mapas que os párocos, baseados nos róis de confessados, e os regedores, forneciam anualmente, não se sabendo, portanto, o número exacto da população. Um fogo representava cerca de 4 habitantes, logo a população de Valflor em 1874 seria de 880 habitantes face a uma população concelhia de 2688 fogos, isto é, cerca de 10752. Tratam-se, por conseguinte, de valores aproximados. *Projecto de Restabelecimento da Antiga Comarca de Mêda e de Divisão d'ella nos Julgados de Marialva, Mêda e Penedono (...). Mapas e Memoria Justificativa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1874.
7 PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal. Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico...* Lisboa: João Romano Torres e C.ª Editores, 1915, vol.VII, p.284.

do sexo masculino e 153 do sexo feminino, num total de 317 nascimentos[11]. No mesmo período faleceram 118 homens e 162 mulheres, num total de 280 óbitos[12]. Estranha-se, por conseguinte, porque é que no ano de 1708 a população decaiu drasticamente para 90 habitantes.

Livro dos baptizados da freguesia de Vale de Ladrões

No século seguinte é mais robusta a informação. Nesse período os índices populacionais mantiveram-se estáveis. Uma prospecção aos registos de nascimento da Paróquia, entre 1721 e 1742, faz presumir que, não obstante a mortalidade infantil ser, durante esse período, algo acentuada, a população era tendencialmente jovem. Durante essa vintena nasceram 175 crianças do sexo masculino e 184 do sexo feminino[13]. Avançando a prospecção no tempo, nomeadamente na vintena compreendida entre 1764 e 1784, verificou-se um número de nascimentos ainda maior, a saber: 223 crianças do sexo masculino, correspondentes a uma média de 11 nascimentos por ano; e 186 do sexo feminino, correspondentes a uma média anual de 9 nascimentos[14]. Certamente fruto desta tendência populacional sabe-se que entre 12 de Junho de 1766 e 30 de Agosto de 1790 foram celebrados 83 casamentos[15].

8 Adriano Rodrigues apresenta valores diferentes, nomeadamente um total de 9960 moradores para o concelho da Meda. RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda. Natureza, Cultura e Património*. Meda: Câmara Municipal da Meda, 2.ª ed. 2002, p.385.
9 Uma vez mais Adriano Rodrigues apresenta valores dissemelhantes, a saber: 446 moradores para Valflor e 9686 moradores para a totalidade do concelho da Meda. RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda*..., cit., p.21.
10 Exceptuando aquelas a que se faz referência directa, a maioria das informações constantes neste quadro foram cotejadas de SARAIVA, Jorge António Lima – *O Concelho de Meda*..., cit., p.27.
11 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1700), fl.1-60.
12 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1700), fl.60-85v.º.
13 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 1 (1721-1742).
14 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 3 (1867); livro 2 (1868).
15 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Casamentos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, (1766-1790).

Há fortes razões para presumir que o índice de nascimentos se manteve inalterado com o transcorrer do tempo. Isso mesmo se concluiu com novas prospecções efectuadas oitenta anos mais tarde. No ano de 1867, foram baptizados 10 meninos e 11 meninas. No ano seguinte, 16 rapazes e 12 raparigas receberam o mesmo sacramento[16]. A abundância de gente jovem repercutia-se, como já se aventou anteriormente, no número anual de casamentos. A título de exemplo, entre 1870 e 1879 foram celebrados em Vale de Ladrões 43 casamentos. Dos 86 nubentes envolvidos apenas 19 não eram naturais da paróquia[17]. Entre 1877 e 1887 foram baptizados 144 indivíduos do sexo masculino, correspondentes a uma média de 14 baptismos por ano; e 165 indivíduos do sexo feminino, perfazendo uma média anual de 17 baptismos[18].

Não obstante o acima exposto, o surto imigratório ocorrido em Portugal a partir de 1864 iria influenciar o cômputo populacional de Valflor, nomeadamente no período compreendido entre 1874 e 1890, altura em que registou uma depressão de 880 para 677 moradores. Em 1899 a peste bubónica não parece ter alterado a estatística populacional como terá acontecido com a cólera-morbo que aí grassou em 1855[19], registando-se inclusive em Valflor uma subida do número de habitantes entre 1890 e 1900, tendência que as freguesias que hoje compõem o concelho da Meda também evidenciaram no aludido decénio. Nota-se porém que no período subsequente à Implantação da República a população de Valflor, como a das que compõem o actual concelho da Meda, regrediu, certamente reflexo de correntes emigratórias de que há notícia de terem ocorrido nesse período; da participação portuguesa na I Guerra Mundial; e, sobretudo, da gripe pneumónica que aí grassou com intensidade. O declínio verificado a partir da década de 40 terá tido como forte contributo a forte emigração para o Brasil, queda essa que se manteve paulatinamente até à actualidade[20]. Um dos que partiu nessa leva foi Eurico Soares, já falecido. Consta que

16 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.2, n.º27, livro 1 (1764-1784).
17 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões*, 1870 a 1879.
18 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.2, n.º27, livro 11 (1877); livro 12 (1878); livro 13 (1879); livro 14 (1880); livro 15 (1881); livro 16 (1882); livro 17 (1883); livro 18 (1884); livro 19 (1885); livro 20 (1886); livro 21 (1887).
MEIRELLES, Antonio da C. Vieira de – *Memorias de Epidemologia Portugueza*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.
19 MEIRELLES, Antonio da C. Vieira de – *Memorias de Epidemologia Portugueza*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.
20 Alguns dos emigrados para o Brasil voltavam mas muitos acabavam por aí ficar para sempre. Eco disso foi uma publicação do Jornal *O Marcial*, de 1 de Março de 1919: *"No Juizo de Direito da comarca da Meda, correm editos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação do respectivo anuncio no Diario do Governo, citando Maria Cecilia Tavares, viuva, Alvaro Tavares, Jacinto Tavares, menores, púberes, ausentes em parte incerta de Santos, Estados Unidos do Brazil, para assistirem a todos os termos até final do inventario orfa-*

antes de emigrar preparou umas quadras e, na noite que antecedia a abalada, percorreu os principais lugares da povoação com um seu amigo cantando-as até alta madrugada. Ei-las:

Vai alta a lua, já temos luar
Adeus minha terra que estou para abalar
Estou p'ra abalar mas volto a vir
Adeus minha terra que vou para o Brasil

Adeus adeus Senhora da Saúde
A quem eu deixo os meus segredos
Adeus adeus minha linda terra
Ó Valflor lugar de folguedos

Adeus adeus meus queridos pais
Levo saudades mas não de vós só
Adeus adeus minhas queridas manas
Digo-lhe adeus minha querida avó

Adeus adeus Senhora alto da serrinha
Onde eu matava os coelhos na cova
Adeus adeus rola dos pinheiros
Vosso traidor já se vai embora

Finalmente importa sublinhar que a partir do século XIX a percentagem da população de Valflor face ao cômputo populacional das freguesias que pertencem ao actual concelho da Meda foi mantendo um ritmo estável até que depois da década de 80 do século XX passou a ser menos expressiva, situando-se hoje nos 2,9%.

1.2. DESCRIÇÃO DA PAISAGEM

Num jardim adornado de verdura, esmaltado por variegado colorido, vamos encontrar uma povoação com ecos de reminiscências e lustros memoriais. Galgando a estrada que em pronunciado declive conduz ao povoado, deparam-se-nos rústicas habitações e rústicos monumentos. Aldeia remota, Valflor é sede de uma freguesia que dista 8 km da sede do concelho. Os 1676 hectares por onde se espraia apresentam-na como terra de limiares curtos, com uma massa humana que pouco ultrapassa uma centena, mas indubitavelmente rica sob o ponto de vista da história, da arte, da cultura e da sociabilidade. Do silêncio esfíngico de uma calmia absorta nos locais mais ermos brotam ainda ecos e memórias de tempos remotos, sobretudo romanos, corroborados por vários

nológico por obito de seu marido e pae Antonio Maria Tavares, que foi do Vale de Ladrões, deste concelho de Mêda, sem prejuízo do andamento do mesmo inventario. Mêda, 30 de Janeiro de 1919. Pelo escrivão do 2.º ofício o do 3.º. Eduardo da Purificação Carrapato. Verifiquei, o Juiz de Direito Magalhaes Coelho". Jornal *O Marcial*, ano I, n.º 15, 1 de Março de 1919, p.2.

artefactos ao longo dos tempos encontrados. Na matemática da vida, dividiu-se a riqueza, somou-se o progresso, multiplicou-se a modernice e subtraiu-se a genuinidade identitária. Porém, Valflor divisa ainda toda uma plêiade de elementos patrimoniais, imateriais e materiais que testemunham essa riqueza cultural ancestral.

Não obstante a permanência de micro climas na região, Valflor participa das características do clima de tipo continental, embora com ligeiras assimetrias face a lugares serranos de maior altitude[21]. A flora acompanha as propriedades climatéricas. Existiram sempre em Valflor muitos castanheiros. Fruto disso, a sua madeira era frequentemente utilizada. Não apenas em armações de telhados como em soalhos, arcas, portas, janelas, mesas, etc. Vamos encontrar aí um solo fértil para a agricultura e um subsolo rico em material lítico. Abundam leiras verdejantes em jeitos de frescura e corriscos de água pondo termo à calma absorta. O vale, no estendal do granjeio, acolhe os assobios dos pássaros numa orquestra onde cores e sons se fundem. Hortas, pastagens, searas, colgaduras de estevas e rosmaninhos fazem parte de um habitat variado por onde esbraveja uma fauna díspar. Olhar para estas aguarelas com olhos de ver, é viajar por várias dimensões e rememorar as idades esquecidas, os legados que ainda não findaram.

Quando a época é estiva, chapa-se ali um sol com o ardor que centenas de anos secara tulhas de cereal, e corre uma brisa suave e dormente. Nas demais estações, que hoje, como Cristo, morrem cedo e ressuscitam logo após, o céu enche-se de luto, rompe-se a bolsa amniótica e do ventre caem feixes grossos de uma água gélida que se entranha nas veias da terra, tornando-a fecunda.

Nas cercanias da localidade o horizonte é infindo e o vale acentua-se em depressão de anfiteatro, guardado lá no alto pelas serranias que, transpostas, levam o olhar até novos panoramas que impõem contemplação. No solo granítico, milenar, aposto naquele marchetado tapete natural de variegado colorido, vêm-se rochedos de inconcebível variedade de desenhos, tisnados pelo mugre dos séculos. Nos planaltos tesos e pétreos o mato rastiço tolda o chão e liberta aos ares serenos doces incensos que só se extinguem quando a invernia atira com eles para outras latitudes, obrigando o humano a embezerrar no calor da lareira. Por então, só o lume, esse avô dos patriarcas, amigo dos poetas, crisol dos sentimentos humanos, consegue fazer escapar as fracas carnes humanas ao temporal.

21 RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda*..., cit., p.21.

Muito mais foi, é e será, esta terra. O quadro que aqui se gizou em pinceladas breves, foi construído apenas com os factos que mais imediatamente se estatelam no nosso fio ocular. O que dele faltou pincelar, convida a uma visita mais demorada e aturada *in loco*!

Vista de Valflor (foto de 2004)

Vista de Valflor a partir da capela de Santa Bárbara

II O QUADRO PRÉ-HISTÓRICO, PROTO-HISTÓRICO E HISTÓRICO

2.1. DA PRÉ-HISTÓRIA AOS FINS DA IDADE MÉDIA

Conhecem-se vestígios pré-históricos por toda a região do actual concelho da Meda. Por aí se terão fixado algumas comunidades humanas que se dedicavam à recoleção e caça de algumas espécies faunísticas havendo notícia de que os cervídeos eram uma das mais abundantes[22]. Em Vale de Ladrões também se terão fixado alguns bandos no período do Paleolítico, Mesolítico e Neolítico. Desse processo lento de evolução física e intelectual dos hominídeos ficaram alguns resquícios, nomeadamente em achados arqueológicos, como uma ponta de seta em sílex achada na povoação.

Ponta de seta em sílex

Trata-se de uma pequena ponta de seta triangular, executada à mão, em sílex, através de cortes oblíquos obtidos por golpes precisos. O material lítico encontra-se eximiamente trabalhado e apresenta base côncava e pedúnculo axial pouco pronunciado. Além deste objeto há notícia de que outros foram encontrados. Adriano Rodrigues apresenta Valflor como uma das povoações da região medobrigense onde foram encontrados machados de xisto duro, de anfibolito, polidos apenas no gume, pertencentes a um período de transição entre o Neolítico e a Idade dos Metais[23].

Com o Neolítico operou-se uma revolução no *modus vivendi* do homem primitivo. A passagem do nomadismo para a sedentarização foi uma consequência do arroteamento da terra e da domesticação dos animais. A vida permanente em comunidade acarretou um fenómeno muito incipiente de diferenciação so-

22 RODRIGUES, Adriano Vasco – Retrospectiva Histórica de Marialva, Longroiva e Concelho da Meda. Marialva, *Separata de Voz de Lamego*, 1976, p.5-10; RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda*..., cit., p.27.
23 RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda*..., cit., p.41.

cial que se foi robustecendo com o passar dos séculos e produziu o aparecimento de comunidades fixas que hoje é possível estudar. Esse fenómeno de fixação humana, além de outras transformações, evoluções e progressos, estimulou cuidados com a defesa do território. Nasceram assim os povoados castrejos.

Durante o III milénio a.C., período designado de Calcolítico, que corresponde ao início da Idade dos Metais, ocorreram importantes transformações em vários domínios da sociedade, as quais manifestaram-se não só na arquitectura funerária como na construção de novos sepulcros e reutilização de outros já existentes, mas sobretudo com uma nova estruturação do povoamento que alterou a relação dos vários grupos populacionais entre si, com a paisagem e seus recursos. A importância do território para o pastoreio e a produção agrícola aumentou a necessidade do seu controlo e vigilância.

Fraga do Vale da Lapa, abrigo natural (foto de 2004)

Os castros, fortificações erectas nos cabeços dos montes, remontam à Idade do Ferro, isto é, há cerca de 2500 anos atrás. Foram concebidos para defender as habitações cintadas pelas muralhas de animais ferozes e, sobretudo, das invasões de outras comunidades ou povos. Abundam castros no actual concelho da Meda. S. Justo, Nunes, Nuno, Castelos Velhos, Tapada de Longroiva e Faia são alguns dos que foram sinalizados pela historiografia[24]. Em Valflor existiu presumivelmente um também.

Nestas citânias ou cividades viviam tribos de guerreiros lusitanos que viriam a enfrentar, sem sucesso, as legiões romanas que invadiram toda a Península

24 RODRIGUES, Adriano Vasco – Retrospectiva Histórica..., cit.

Ibérica. A ligação viária pela *Quinta da Pombeira*, *Quinta do Convento* ou *Quinta da Abadia*, e os cabeços intermédios constituiriam, por certo, a remota rede de defensão castreja de povos antecessores aos romanos[25].

O cume da *Amedelinha* é um topónimo antiquíssimo que se julga relacionado com a topografia do terreno. *Amedella*, presumível diminutivo de *Amedelinha* e duplicação idiomática, pode estar relacionado com a vegetação, isto é, com um pequeno amial nas nascentes do ribeiro de Vale de Ladrões; com o cume de Mós e respectivos Moinhos de Vento (*molendinum*; *almolendinha>Molendinha>moendinha*); ou ainda com a situação geofísica do *locus*, apartado ou afastado (*amendo>amendela*). Trata-se de um monte, portanto, que poderá provir da primeva *Ameda>Amedella*[26]. Não é despicienda, contudo, a situação geofísica da Meda, um peniplano, e as ligações que tal poderá tomar à construção vocabular árabe de *Al Maida* (Almeida), isto é, *a mesa*, aludindo a um local plano, não esquecendo que há planos nos *vales* mas também nos *montes*.

Pelos preciosos vestígios romanos encontrados em toda a região é possível saber alguns nomes das comunidades que aqui habitaram, nomeadamente os *Aravos*, que residiam na *Civitas Aravorum*, na Devesa, Marialva; os *longobrigenses* ou *longobritas* que habitavam a *Longobriga*, actual Longroiva; e os *medobrigenses* ou *meidubricenses* que viviam no local designado Castelos Velhos, perto da Meda[27]. No domínio cristão as cercanias do Vale do *Cua*, actual Côa, começariam por pertencer, em termos religiosos, a *Lameca*, actual Lamego, e em termos administrativos a terras de *Lancia Oppidana* que originaria a actual Guarda. *Lancienses transcudanos* e presumivelmente os *cedavizens* e os habitantes do *Castelo Calabre*, ou *Caliabria*, situada entre Foz Côa e Almendra, seriam também povos que, como tantos outros ainda não descobertos ou sinalizados, habitavam na região[28]. Pouco se sabe acerca do castro de Valflor a não ser que aí se encontraram no passado vários vestígios da sua ocupação remota, brotando ainda hoje das profundezas da sua terra, abundantes materiais líticos dessa época, assim como pedaços de *tegulae*.

Com a invasão romana houve uma reformulação administrativa do território e todas estas comunidades passaram a integrar a província da Lusitânia. São inúmeros os testemunhos materiais da romanização no território que integra hoje o concelho da Meda cuja cidadela remota se designava *Medobriga*. Pontes,

25 RAMOS, Elisabete Araújo – *Mêda. Entre a Serra e o Douro*. Meda: Três R's – Formação, Turismo e Lazer Lda., 2011, p.88-97.
26 Idem, ibidem, loc. cit.
27 AMARAL, Maria Antónia Athayde – *Relatório técnico sobre a Estação Arqueológica denominada CIVITAS ARAVORUM, lugar da Devesa, freguesia de Marialva, concelho de Meda*. Coimbra: IPPAR, 2001.
28 RODRIGUES, Adriano Vasco – Retrospectiva Histórica de Marialva..., cit., p.5-10.

troços de vias, moedas, lápides, lucernas, pontas de lança, entre outros, são alguns exemplos. Valflor não é excepção. Os artefactos encontrados nesta localidade pelo Sr. António Flor, actual presidente da Junta de Freguesia, provam-no. Alguns destes fragmentos foram encontrados na Rua da Telheira no fundo do povo. Outros brotaram de algumas escavações realizadas nas imediações da capela de Santa Bárbara.

(à esq.) Bico fundeiro de ânfora (foto de 2013)
(à dir.) Fragmento de ânfora adornado com motivo vegetal (foto de 2013)

Fragmentos vários (foto de 2013)

Fragmentos vários (foto de 2013)

(à esq.) Fragmentos vários (foto de 2013)
(à dir.) Fragmento de uma asa, presumivelmente de ânfora (foto de 2013)

(à esq.) Fragmentos vários (foto de 2013)

Os romanos encontraram nestas paragens vales férteis em culturas, propícios para a plantação de vinhas e respectiva produção do vinho através de *torcularii*, isto é, lagares escavados nas rochas. Para alimentarem os campos de água construíram reservatórios de águas, a *naumaquia*. Todavia a fertilidade do subsolo levou ainda à exploração mineira do chumbo, do estanho e do ouro.

No século V da nossa era, a Península Ibérica foi atacada por sucessivas vagas de invasões de povos germânicos. Valflor viria a pertencer ao domínio dos Suevos e depois ao dos Visigodos. Foi a partir de então que se terá consolidado o cristianismo nestas paragens até que novas invasões, desta feita por povos muçulmanos, assolariam a Península. A reconquista cristã fez-se longa e, por conseguinte, são muitos os vestígios da presença muçulmana. Foi Fernando Magno que conseguiu o feito de tomar aos agarenos a cidade de *Aravor* no ano de 1063. A partir de então operou-se uma transformação na toponímica das localidades pertencentes ao actual concelho da Meda. Consta, pela tradição oral, que Fernando Magno terá feito transitar o nome *Aravor* para *Alva* até que D. Afonso II doou essas terras a D. Maria Alva de que resultaria Marialva. Outras interpretações mais consistentes advogam que Marialva ter-se-á originado do culto Mariano[29]. No período de reconquista e desde aí até os fins do período moderno, o castelo de Longroiva juntamente com outros situados na região medense, nomeadamente Casteição, Marialva e Ranhados, e bem assim outros limítrofes, como Penedono, Numão e Foz Côa, formavam uma importante linha defensiva[30].

A Idade Média é, grosso modo, o período balizado entre cerca de 476 d. C. e cerca de 1453. Durante esse período os lugares mais importantes que compõem o actual concelho da Meda eram os referenciados, isto é, aqueles que detinham fortificações e, portanto, aqueles que, por melhor garantirem a segurança aos habitantes, eram os mais populosos. Nesta altura Meda aparece designada de várias maneiras, a saber: *Ameda*, *Amida* e *Almeda*. Era, de todas as atuais freguesias do actual concelho, o mais insignificante lugarejo[31].

Longroiva teve foral em 1124, Casteição em 1196, Marialva em 1157 e Ranhados em 1286[32]. Não se conhece nenhum foral à povoação Vale de Ladrões (actual Valflor), durante esta época histórica. Há notícia, porém, num documento do arquivo capitular lamecense, de 1222, da existência desta freguesia que tinha por senhorio a Casa de Marialva, altura em que foi doada pelo clérigo Gomes

29 Idem, ibidem, p.13-14.
30 SARAIVA, Jorge António Lima - *O Concelho de Meda*..., cit., p.39-40.
31 RAMOS, Elisabete Araújo - *Mêda*..., cit., p.15.
32 SARAIVA, Jorge António Lima - *O Concelho de Meda*..., cit., p.39-40.

Eanes à Sé de Lamego[33]. A existência da paróquia de S. Pedro é portanto anterior a esta data. A igreja deve datar, portanto, do século XI ou XII.

Foi abadia cuja área de abrangência se espraiava pelo território correspondente às atuais freguesias de Valflor, Carvalhal e Paipenela. Por esta altura o mosteiro de Salzedas tinha haveres em Vale de Ladrões, havendo eco de que o seu abade, D. Martins Mendes, arrendou alguns deles, gesto copiado pelos seus sucessores. Seriam estes bens aqueles que o poderoso D. Abril Peres de Lumiares doara anteriormente ao referido cenóbio? É provável. O eclesiástico investido, na qualidade de donatário perpétuo, numa igreja principal, era designado de Abade. O mesmo título se aplicava à entidade donatária de benefícios, como o deado, ordens militares e Universidade de Coimbra, etc, recebendo, nesse caso, os seus representantes na paróquia a designação de Reitor e às vezes Vigário. Todo o montante da côngrua da matriz e anexas revertia a favor dos primeiros, geralmente, na terça parte dos dízimos e primícias, acrescidos de outros rendimentos incluindo os passais. Como a abadia era conferida apenas como benefício, alguns dos titulares nem sequer possuíam ordens sacras, limitando-se a gozar das rendas, fazendo-se representar nas paróquias por curas e capelães pensionados. Eram inúmeros os abades que a partir do século XIV residiam nas suas casas em Lamego, entre os quais estava o de Vale de Ladrões em 27 de Janeiro de 1440[34].

Em 1258 outro documento menciona Vale de Ladrões. Trata-se da comunicação de D. Pedro Anes, recém-mitrado lamecense, feita a todos os prelados vizinhos e a outros homens da Beira do seu bispado, asseverando que ficavam "coutados" todos os dízimos de Eusébio, Maria Alva, Vale de Ladrões, Fonte Arcadinha e Numão pertencentes à mesa capitular, pelo que proibia a todos os servos, seus ou alheios, de receber o que quer que fosse dessas rendas[35].

Em 1290 as Inquirições de D. Dinis citam nesta freguesia a *Quinta da Pousada*. Corresponde o termo a um apelativo de uso corrente no século XI, com o sentido de estalagem, o que faz crer que aí terá existido uma. De facto, o local situa-se ao lado do mais frequentado e antigo caminho entre Valflor e Marialva. Acresce a isto o facto desta "quinta", ter sido nos fins do século XIII a única honra que havia no Julgado de Marialva. E se honra era, isto é, senhorio feudal, poderia em qualquer período ter transitado para couto, desde que transacionada e integrada nas propriedades de um senhorio eclesiástico. Há razões para presumir que tal tenha acontecido, até porque se sabe que D. Manuel I mandou

33 RAMOS, Elisabete Araújo - *Mêda*..., cit., p.88-97.
34 COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Lamego: [s. edt.], vol.I, 1977, p.429-430.
35 COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado*..., cit. vol.I, 1977, p.132-133.

proceder a inquirições, apurando-se que a *Quinta da Pousada* era do bispo. Couto de homiziados? A raiz ancestral do nome, que só poderá situar-se na Idade Média, aquela onde essas unidades administrativas senhoriais tiveram máxima expressão, para isso aponta. Nesse período, Vale de Ladrões era uma localidade densamente povoada. Porém, não há documentos que comprovem esta conjetura e quanto mais avançamos no tempo mais indícios há que concorrem para refutar a teoria. É o caso de um documento inscrito no tombo dos impostos que o rei recebia na Beira, de 1435, atestando que havia em Vale de Ladrões propriedades, reguengos, que pagavam imposto ao rei, logo, não pertenciam a nenhum couto[36]. O que não significa, contudo, que nos séculos anteriores tivesse sido couto de homiziados, entretanto desmantelado.

O povoamento durante o período medieval tem comprovação factual nas sepulturas escavadas na rocha existentes em Valflor. Elas constituem um dos vestígios arqueológicos mais abundantes na Região da Beira. Denotam a antiguidade do local onde foram feitas e remetem para o seu povoamento remoto. Os estudos sobre sepulturas escavadas na rocha começaram em Portugal na segunda metade do século XIX. Desde então tem-se conhecido avanços notáveis no que respeita à clarificação da história que encerram estes monumentos, vistos desde sempre como "covas das mouras", associados a locais mágico-supersticiosos. Depois dos iniciais trabalhos de José Leite de Vasconcelos, Francisco Martins Sarmento, Félix Alves Pereira e Vergílio Correia, a que se juntaram depois os importantes estudos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Mário Jorge Barroca e Joaquim Cardoso Morais, estes túmulos têm sido considerados como um dos mais importantes testemunhos materiais das práticas funerárias altomedievais e do povoamento do período da Reconquista.

O facto de se terem encontrado *tegulae* romanas nas imediações de algumas destas necrópoles, ou de elas se situarem perto de templos antigos, significa que estes monumentos são bastante antigos e remontam geralmente a um período balizado entre o século VII/VIII e o século XI/XII. Segundo o pioneiro estudo de Alberto del Castillo, as sepulturas ovais, isto é não antropomórficas são as mais antigas e as antropomórficas (com feições humanas), ou de planta trapezoidal com cabeça pronunciada foram um modelo que evoluiu até ao século XII. Na fase final da utilização destas sepulturas rupestres começa a aparecer definido um bordo proeminente a toda a volta da cavidade tumular. As características morfológicas dos túmulos antropomórficos resultam de uma vontade clara em imobilizar a cabeça do defunto, para que esta se mantivesse com o rosto voltado

36 Veja-se a transcrição deste doc. em RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda*..., cit., p.172-174.

para o exterior. As diferentes tipologias resultaram, provavelmente, do gosto de quem as mandou fazer, de quem as fez ou de um modelo regional mais utilizado.

Sepultura escavada na rocha no lugar do Monte do João Moreira (foto de 2006)

2.2. DOS ALVORES DA IDADE MODERNA AO LIBERALISMO

Nos alvores da Idade Moderna Vale de Ladrões permanecia na sua situação de freguesia com grande vitalidade, estendendo-se a mesma por todo o período moderno, com vários indivíduos a ocuparem cargos importantes nas sedes dos municípios vizinhos. Em 23 de Janeiro de 1501 D. Manuel I fez mercê a Bastião Ferreira, morador em Vale de Ladrões, de juiz das sisas da vila de Marialva[37]. Em 15 de Janeiro de 1717 D. João V fez mercê de escrivão do público, judicial e notas, da vila de Marialva e Vale de Ladrões, a João Cardoso de Barbedo[38].

Não consta que Vale de Ladrões tenha tido foral neste período. Porém, aparece mencionado no foral manuelino da vila do Aveloso, datado de 21 de Abril de 1514, uma vez que pertencia a esse município. Aí consta que o bispo de Lamego tinha várias rendas e foros, situação que já transitava dos séculos medievos, nomeadamente uma quintã denominada *Pousada*, a qual tinha certos casais e herdades emprazados a pessoas particulares. O mesmo diploma reconhecia que Afonso Dias trazia no Rabaçal uma terra de que pagava também foro, assim

37 DGARQ/TT – Chancelaria de D. Manuel I, livro 12, fl.19.
38 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, livro 8, fl.441.

como existiam outros aforamentos de outras terras por contratos estabelecidos com outros indivíduos.

Em 1527 o *Cadastro da População do Reino* já colocava esta localidade sob os limites desse concelho, com 171 vizinhos. Era um índice populacional elevado se comparado com Marialva que contava com apenas 150 fogos, intra e extramuros. Marialva, nesta data, confrontava com Longroiva, Meda, Casteição, Moreira e Pinhel.

Durante o período moderno a paróquia de S. Pedro de Vale de Ladrões veio a integrar o concelho de Marialva. Há dados que apontam no sentido de enquanto abadia, vigairaria, ou reitoria, ser do provimento do bispo lamecense. De acordo com o *Livro das Avaliações*, no 2.º quartel do século XVI rendia 24 mil réis, importância superior às das reitorias de Moimenta da Beira, S. Paio de Caria, S. Martinho de Mouros, Fonte Arcada, Cambres e Trevões, para citar apenas algumas[39]. A mesa capitular tinha direito a receber de catedráticos 20 réis da igreja de Vale de Ladrões e outros 20 de Paipenela. Porém, os rendimentos de S. Pedro de Vale de Ladrões pertenceram também à Ordem de Cristo, responsável pela sustentação do vigário. Desempenhava este ofício, em 1537, o padre Manuel de Sá, que declarou receber 24 mil réis anuais, dos quais cedia ao capelão 4 mil réis e o pé de altar, sinal de que usufruía apenas o benefício sem o ónus pastoral. Vale de Ladrões pagava também 50 réis de censória à Mitra e 44 pelo curato anexo do Carvalhal. A modéstia dos rendimentos de S. Silvestre de Paipenela é bem patente na pequena taxa que lhe foi arbitrada em 1321, de apenas 10 libras, continuando por certo muito baixa no período moderno[40]. Outro dado que baralha a compreensão da complexa questão do padroado da igreja de Vale de Ladrões é a disposição publicada pelo bispo lamecense em 6 de Janeiro de 1533. Nela anunciava que embora a igreja de Vale de Ladrões fosse alternada, sua e do infante D. Fernando, ajustara com ele a construção de uma segunda igreja a fim de evitar dúvidas, ficando cada uma de seu padroeiro *insolidum*[41]. Finalmente, em meados do século XVII e inclusive no século XVIII o cabido tinha direito uma terça parte dos dízimos de Vale de Ladrões. Em 1780 o rendimento anual, incluindo as anexas de Paipenela e Carvalhal era de 267 mil réis[42]. Nas primeiras décadas do século XVIII a paróquia rendia 100 mil réis, mais do que Antas, Freixo de Numão, Ranhados, Pena, Sebadelhe, para citar apenas algumas[43].

39 COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado*..., cit., vol.II, 1979, p.12.
40 Idem, *ibidem*, vol.III, 1982, p.191; 236; vol.II, 1979, p.267-268.
41 Idem, *ibidem*, vol.III, 1982, p.21.
42 Idem, *ibidem*, vol.III, 1982, p.232; vol.V, 1986, p.291.
43 Idem, *ibidem*, vol.V, 1986, p.265.

O período moderno foi um dos que evidenciou um aumento da criação de associações confraternais religiosas. Os vestígios delas são, aliás, muito antigos. O valor da sua contribuição para a dignidade e esplendor do culto público é inegável, e o seu contributo no exercício da acção social e primeiros passos de previdência e assistência públicas, altamente benemérito. Existiam três grandes categorias de associações eclesiásticas, de acordo com os fins a que se propunham, a saber: uniões para o exercício de obras de piedade ou caridade; Ordens Terceiras, cujo fim era a perfeição cristã; e uniões para o incremento do culto público.

As confrarias foram uma das formas de vivência coletiva mais importantes e singulares da época moderna, tanto nos meios urbanos como nos rurais. Associações de laicos, mas com caráter religioso, reuniam de modo organizado um certo número de pessoas. Estabeleciam-se com um objetivo pio, social e até cultual. As confrarias eram associações, entendendo como associações "reuniões voluntárias de pessoas que perseguiam objetivos comuns e permanentes num sistema de relações recíprocas". Os mais humildes e de mais fracos recursos encontrariam na confraria a família artificial que lhes fortalecia as raízes sociais e humanas. Irmanavam-se no pressuposto de que seriam "visitados" na doença, na velhice, e sufragados na morte. Os mais opulentos tinham nas confrarias um meio de manifestar a sua riqueza, ostentando-a ou prodigalizando-a.

Vale de Ladrões teve uma confraria criada em 1698 por bula do papa Inocêncio XII, e tresladada em 9 de Julho do mesmo ano pelo escrivão da Câmara Eclesiástica, Francisco Monteiro Rebelo, então designada como confraria de Santo Estevão: *"[...] Inocencio Papa duodécimo. Para perpetua memoria da couza, como se nos diz que na paróquia ou outra egreja de S. Pedro do lugar de Vale de Ladroens, assim chamado do bispado de Lamego, exista canonicamente erecta ou para se erigir, não por homens de uma especial arte, uma pia e devota irmandade de todos os fieis cristãos, de um e outro sexo, e no altar de Jhesus debaixo da invocação de Santo Estevão da qual os irmãos e irmãs costumão exercitar muitas obras de piedade e caridade [...]"*[44]. Mais tarde, na Memória Paroquial de 1758, redigida pelo reitor Manuel de Paiva Monteiro, aparece designada como *Irmandade das Almas, de que hé protector o Martyr Santo Estevam*, denominação corroborada nos *Estatutos* redigidos em 16 de Janeiro de 1780: *"In Nomine Domine. Novos estatutos da confraria e irmandade das almas instituída em o altar de Jesus debaixo da invocação do Protu Martir Santo Estevão desta igreja matris de Vale de Ladrões de que é patrono S. Pedro,*

44 Arquivo Paroquial de Valflor – *Treslado da bula perpétua da Irmandade de Santo Estevão*, 9 de Janeiro de 1698, fl.11-13.

bispado de Lamego. Por acharmos que esta confraria e irmandade se tem conservado em esta igreja há tantos anos que exede a memoria dos homens, determinamos fazer os estatutos presentes para que vá em aumento o serviço de Deus com o bem das almas"[45]. Estes estatutos foram confirmados em 20 de Outubro do mesmo ano[46]. O governo desta confraria, que deveria acontecer sob os princípios da caridade e da brandura, deveria ser composta por um provedor, dois mordomos, um tesoureiro, um chamador e um escrivão. Deveria ter ainda um coveiro. Serviam no cargo os irmãos que obtivessem o maior número de votos no escrutínio realizado, não podendo haver, contudo, clérigos, entre os escolhidos. A eleição destes oficiais ocorria anualmente a 19 de Março, dia de S. José, na igreja matriz ou em lugar público[47].

(à esq.) Bandeira da Irmandade das Almas (foto de 2003)
(à dir.) Bandeira da Irmandade das Almas (foto de 2003)

Estes oficiais da irmandade tinham alguns deveres consagrados nos estatutos. Eis alguns deles. O provedor teria a obrigação de eleger dois irmãos para pedirem esmola na freguesia, durante todos os domingos do ano. Cabia-lhe a tarefa de condenar os irmãos e oficiais que não cumprissem os estatutos. Competia-lhe ainda rogar um pregador para a festa de Santo Estevão e providenciar-lhe jantar, assim como para os párocos que nessa ocasião administrassem o sacramento da confissão aos irmãos. Para custear essa refeição receberia 3 mil réis. O tesoureiro deveria ser indivíduo abonado, certamente para não desviar dinheiro, devendo-lhe ser entregues todos os rendimentos da confraria, o qual seria depositado num cofre que teria três chaves: uma na posse dele, outra em posse do provedor, e uma derradeira que estaria nas mãos do mordomo. Lavraria, ainda, nos livros a isso destinados, os autos de receita e despesa. Ao chamador incumbia-se-lhe a tarefa de tocar os sinos para as missas dos domingos, dias santos e ocasiões de falecimento de algum dos irmãos; tocar pelas ruas a campainha no sentido de dar parte do falecimento de algum dos irmãos e dar disso conta também aos clérigos e oficiais da irmandade. Não pagaria anual e receberia pelo seu trabalho 480 réis. Por seu turno, o escrivão deveria ser destro na arte das letras e exarar tudo o que necessário fosse. Não pagaria anual e receberia 600 réis. Existiriam sete livros numerados e rubricados: um dos estatutos, um para os termos de entrada dos irmãos, um para as eleições, outro para os arrendamentos das fazendas, e dois derradeiros para os termos de entrada e saída, respectivamente, do ouro do cofre[48].

A irmandade não tinha limite para o número de integrantes, estando, por conseguinte, aberta a todos os fiéis cristãos, do sexo masculino e feminino que quisessem integrá-la com o objetivo da prática das obras de piedade e caridade, e o solicitassem humildemente aos oficiais que a governavam. Como cota de entrada, até aos 12 anos pagariam 120 réis; dos 12 até aos 20 anos 240 réis; dos 20 aos 30 anos 480 réis; dos 30 aos 40 anos 600 réis; dos 40 aos 50 anos 800 réis; dos 50 anos em diante pagariam uma quantia que deveria ser fixada pelo provedor e demais oficiais, sendo que a mesma deveria importar em mais de 800 réis. Além destas quantias todos estavam sujeitos ao pagamento anual de 60 réis. Não pagando deveriam ser condenados em 200 réis nos dois primeiros anos e no terceiro ano de incumprimento seriam expulsos[49].

As obras de piedade e caridade a que estavam obrigados eram a presença nas missas e nos ofícios divinos; a hospedagem de pobres; a promoção da paz entre inimigos; o acompanhamento das procissões de defuntos ou, estando impedidos, e ouvindo o sinal dos sinos, rezar um Padre-nosso e uma Ave-maria ou cinco vezes as aludidas orações por alma dos defuntos; reduzir os desencaminhados ao caminho da salvação; ensinar aos ignorantes os preceitos de Deus. Aos confrades, o mesmo diploma previa a concessão de indulgência plenária e

45 DGARQ/TT – Memórias paroquiais, vol. 38, nº 30, fl.159 a 161; Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro dos Estatutos e Acentos dos Irmaons da Irmandade das Almas da Freguezia de Val de Ladroens*, 29 de Agosto de 1785.
46 Veja-se em anexo a transcrição desta confirmação.
47 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro dos Estatutos...*, cit., cap.1;2;5; 14.

48 Idem, *ibidem*, cap.6-12; 25.
49 Idem, *ibidem*, cap.3-5.

remissão de pecados, desde que cumprissem determinadas condutas, a saber: depois de arrependidos e confessados receberem a sagrada comunhão, invocarem o nome de Jesus, e visitarem a Igreja e capela ou oratório da Irmandade no dia de festa da mesma, nos feriados ou Domingos estipulados[50].

Os irmãos da Confraria de Santo Estevão de Vale de Ladrões escolheram para os jubileus e indulgências os seguintes dias: o dia do aniversário, isto é, a primeira Segunda-feira de Dezembro; o dia da festa de Santo Estevão; o dia de S. José; o dia de Santa Ana e o dia de todos os santos. A escolha ficou registada no trelado da bula papal de ereção da confraria, lavrado pelo escrivão da Câmara Eclesiástica de Lamego e notário apostólico, Francisco Monteiro Rebelo, que rematava: *"[...] visto por mim lhe aprovo e confirmo os ditos dias e os aprovo para que neles possam alcançar as graças e indulgencias que sua Santidade lhes concede [...]"*[51].

A Festa de Santo Estevão deveria ser feita com missa cantada, sermão e procissão. Cada padre receberia 150 réis. O sacerdote que cantasse a missa deveria ser de fora da paróquia e receberia 250 réis pela execução desse serviço. O pregador auferiria 1600 réis. O pároco da freguesia receberia 200 réis para ajudar a cantar, presidir e administrar o sacramento. Os oficiais e irmãos da confraria dever-se-iam ainda juntar anualmente na igreja, na primeira segunda-feira de Dezembro, e fazer um ofício de nove lições, missa cantada, sermão e procissão, em honra dos irmãos falecidos. Os ausentes seriam condenados em 200 réis. Os clérigos seriam remunerados e ser-lhes-ia dado jantar[52].

Existiria um capelão com a missão de dizer missa todos os domingos e dias santos, pela manhã ao nascer do sol, num altar privilegiado da igreja, em honra dos irmãos vivos e defuntos, ao que se seguiria procissão. Quando morresse algum irmão, além dos procedimentos já descritos, os mordomos da irmandade deveriam dar 4 círios de cera amarela para se acompanhar o corpo do defunto até à igreja onde deveria ser sepultado. Além de estarem obrigados a todas as celebrações religiosas já referidas, os irmãos deveriam ainda incorporar todas as procissões reais com as respectivas opas para levarem as insígnias da confraria, sob pena de serem condenados em 200 réis. Caberia ao provedor nomear aqueles que deveriam levar os andores e as insígnias[53].

Se algum peregrino pobre falecesse em Vale de Ladrões deveria ser enterrado e acompanhado com a mesma pompa como se fosse um confrade. Qualquer pessoa que quisesse ser sufragada na hora da morte com as mesmas regalias de-

50 Arquivo Paroquial de Valflor – *Treslado da bula*..., cit..
51 Idem, *ibidem*.
52 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro dos Estatutos*..., cit., cap.12-13.
53 Idem, *ibidem*, cap.14-19.

veria pagar 1200 réis. O distrito da irmandade tinha como sede Vale de Ladrões e como anexas as freguesias de Paipenela e Carvalhal, muito embora fosse possível aceitar como irmãos indivíduos de fora destas povoações[54].

Além das confrarias, as romarias eram outro importante vestígio da vivência da religiosidade pelos fiéis leigos. Vale de Ladrões era local que atraía, aos seus templos, várias romagens. Mas era também local de fiéis que veneravam santos de lugares longínquos, como S. Tiago de Compostela. Há notícia de que daí se punham a caminho romarias até à Galiza. Uma dessas provas encontra-se registada no livro de óbitos da paróquia, concretamente no assento do dia 2 de Maio de 1691. Através dele fica-se a saber que Manuel Antunes, marido de Isabel Martins, de Vale de Ladrões, indo de romaria para S. Tiago da Galiza falecera no hospital de Guimarães. Uma certidão do ocorrido foi remetida para o padre João de Faria, capelão da misericórdia (presumivelmente da Meda)[55].

Comenda da Ordem de Cristo

Em 1145 o castelo de Longroiva foi entregue à Ordem dos Templários por D. Fernão Mendes de Bragança, conde e cunhado de D. Afonso Henriques, que o povoara. Mesmo depois da extinção da Ordem do Tempo, os Templários continuaram em terras do Vale do Côa, agora sob outra Ordem, a de Cristo, criada por D. Dinis. Longroiva manteve-se comenda da Ordem de Cristo, tal como outras localidades, nomeadamente Anreade, Cinfães, S. Salvador de Penedono, Almendra, Castelo Rodrigo, Penha de Águia, Escalhão, Mata de Lobos, Vermiosa, Ranhados e Vale de Ladrões, entre outras[56].

A comenda de Vale de Ladrões foi criada por D. João III, da qual fez mercê a Gaspar de Sousa, adjudicando-lhe 2 terços dos dízimos. O outro terço, arrecadado pelo cabido, orçava em 266.500 réis, no século XVIII, acrescentados dos foros dos dois prazos de Paipenela, designados por o *Vale dos Cónegos* e *Almuinha*. D. Cristóvão de Sousa deverá ter sido o donatário que se seguiu, com 140 mil réis de renda. A comenda atribuía 80 mil réis de pensão ao reitor, aumentada no século XVIII[57]. Em 22 de Março de 1641 um alvará prometia a posse desta comenda a António de Melo[58]. Em 7 de Março de 1645 encontramos já D. Jorge de Melo na administração da comenda, renovada em 8 de Junho de 1649, 4 de

54 Idem, *ibidem*, cap.20-21; 27.
55 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1702), fl.66.
56 RODRIGUES, Adriano Vasco – Retrospectiva Histórica de Marialva..., cit., p.5-10; COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado*..., cit. vol.II, 1979, p.13; 267.
57 COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado*..., cit., vol.IV, 1984, p.184-185.
58 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 1, fl.20v.º.

Outubro de 1650, 16 de Dezembro de 1651 e 15 de Março de 1654[59]. A comenda continuou nesta família. Em 15 de Maio do mesmo ano passou para D. António de Melo e D. Cristóvão de Melo[60], para em 1 de Outubro de 1659 regressar à posse de D. Jorge de Melo[61]. Em 27 de Fevereiro de 1660 é nela empossado D. Pedro de Melo, atribuição que se repete em 17 de Março de 1672[62]. Em 24 de Setembro de 1750 D. José I fez dela titular D. António José de Melo[63]. Em 31 de Janeiro do ano seguinte o mesmo monarca fez igual mercê a D. Pedro José de Melo[64].

Em 7 de Setembro de 1780, D. Filipe José de Melo, administrador da casa de seu pai, D. António José de Melo Homem, arrendou-a por quatro anos a José da Cunha Bandeira, homem de negócios, de Lisboa, pelo preço de 530000 réis, 12 arrobas de presuntos e 40 varas de pano de linho: *"[...] o dito seu pay administrado he comendador das commendas de São Pedro de Val de Ladroens do bispado de Lamego e de Santa Maria // de Val de Romãs do bispado de Vizeu, ambas da ordem de Christo e que agora por esta escriptura arrenda e dá de arrendamento todos os fructos e rendimentos das dictas duas commendas ao dicto Jozé da Cunha Bandeira por tempo de quatro anos que já tiverão principio por dia de São João Baptista [...]"*[65]. A renda anual deveria ser liquidada em 3 pagamentos iguais pelos dias do Natal, Páscoa e S. João Baptista de cada ano *"[...] e assim mais de pitança em cada hum dos mesmos anos doze arrobas de presuntos bons e de receber quarenta varas de linho de trezentos reis a vara, preço naqueles bispados, e vinte varas de panno de estoupa [...]"*[66].

Em 19 de Abril de 1794 D. Maria I confirmaria D. Pedro José de Melo como titular da Comenda[67], para no ano seguinte, a 13 de Janeiro, confirmar como titular D. Pedro José de Melo Homem[68]. Em 16 de Agosto de 1823 D. João VI faria igual mercê a D. José de Castelo Branco[69].

59 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 2, fl.47 e v.º; livro 3, fl.90; 219v.º., 337v.º; livro 4, fl.24.
60 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro4, fl.24v.º.
61 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro6, fl.202v.º.
62 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 6, fl.228; livro9, fl.77v.º.
63 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. José I, livro 1, fl.133.
64 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. José I, livro 2, fl.86.
65 DGARQ/TT – Feitos Findos, Diversos, mç.16, fl.26.
66 Idem, *ibidem*.
67 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, livro 21, fl.219v.º.
68 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, livro 27, fl.287.
69 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João VI, livro 17, fl.159v.º.

2.3. DO LIBERALISMO AO TEMPO PRESENTE

2.3.1. AS POLÍTICAS ASSISTENCIAIS

Se as políticas assistenciais vinham de longe, com as governações do período liberal ganharam um novo fulgor. Uma das que esteve presente no período moderno, vindo a adquirir grande expressão na segunda metade do século XIX, foi a luta contra o infanticídio através da amamentação de órfãos, designados de *expostos* por serem deixados na Casa da Roda, edifício existente para o efeito[70]. É comum ouvir que antigamente *as pessoas viviam muitos anos*, que *os jovens apenas iniciavam a sua convivência sexual depois de celebrado o casamento*, que *a violência é um fenómeno recente* e que *as sociedades antigas eram muito mais regradas*. A história mostra que isso é mentira. Como errada é a ideia de que a assistência social aos pobres, aos desvalidos e aos desprotegidos é uma coisa dos nossos dias. Não é. Não apenas, em eras remotas, várias associações confraternais foram criadas com objetivos assistenciais, como ainda por parte da cúspide do poder político, estatal, regional e local foram decretadas e postas em marcha uma plêiade de medidas nesse campo. Um dos mecanismos surgidos durante a Época Moderna para o combate ao infanticídio e protecção à infância, foi a criação do ofício das amas-de-leite e as *rodas*, objetos existentes em determinados edifícios que serviam para "expor" ou "entregar" crianças enjeitadas.

O costume de abandonar crianças à porta de famílias endinheiradas na tentativa de que as criassem foi prática rotineira desde os tempos mais remotos. Porém, nalguns casos, essa acção foi fatal, pois conhecem-se situações em que os bebés acabavam devorados por cães famintos que pelas ruas vagueavam. O que motivava os pais a abandonarem os filhos em determinadas portas era a esperança de nunca perderem rasto à criança, o que não aconteceria na *roda*.

A primeira "roda de expostos" de que há notícia já estaria em movimento em 1188 na cidade francesa de Marselha. Em Portugal, existiram desde cedo inúmeras *rodas* em determinadas casas, conventos e outras instituições religiosas, sendo a sua existência reconhecida pelo poder político e objeto de medidas legais. Em regra, as Câmaras Municipais tinham os seus "Regulamentos dos Expostos", cabendo-lhes suportar as despesas com as rodas, as amas-de-leite, curativos e funerais. Daí que muitas delas, na escassez de meios, entregassem as crianças a *rodas* de outros municípios. Porém, foi pelo cunho de D. Maria I e Diogo Inácio de Pina Manique (fundador da Casa Pia em 1781) que a *roda* foi revestida de algum oficialismo.

70 É vasta a bibliografia sobre esta temática, na qual não nos poderemos deter aqui. Para um estudo aprofundado sobre a mesma permitimo-nos remeter para o seguinte estudo, de uma medense: LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, Assistência e Controlo Social*. Coimbra (1750-1850). Viseu: Palimage, 2000, 2 vols.

A exposição frequente, que decorria do elevado índice de nascimentos, legítimos e ilegítimos, baseava-se na esperança ou desejo de que a criança fosse cuidada e criada. A pobreza e o produto de uma relação ilegal eram geralmente as razões que ditavam a entrega dos recém-nascidos, a que se somavam outras de ordem social moral e económica.

As *Casas da Roda* não eram fixas, mudando de sítio ao longo do tempo, tal como aconteceu em Moimenta da Beira, apenas para dar um exemplo. Funcionavam durante todo o dia, muito embora a maior parte dos bebés fosse entregue no decorrer da noite, para que não se descobrisse a identidade dos progenitores. Era essa a grande vantagem das *rodas*: estimulava a prática da "exposição" em detrimento do infanticídio, garantindo a sobrevivência da criança num processo sigiloso que salvaguardava o anonimato dos pais. Um pequeno sino assinalaria a presença da criança que faria a mulher "rodeira" girar a roda e proceder à sua recolha no interior. Essas instituições tinham sempre prontas várias mortalhas, já que algumas das crianças eram expostas sem vida.

Em regra, os bebés eram depositados com um enxoval, alimentos, objetos ou símbolos mágico-religiosos e pequenos bilhetes com indicações ou recomendações como o nome com que deveriam ser baptizados. Após a recolha das crianças era-lhes atribuído um número e recebiam um nome, normalmente do santo ou santa que se venerava nesse dia. Os mais debilitados, temendo-se que falecessem, eram de imediato baptizados. Em circunstâncias normais ficariam à guarda da *Casa da Roda* até serem entregues a uma ama.

Em Vale de Ladrões existiam várias amas, as quais se dedicavam mais intensamente à criação de *expostos*, mantendo-se activas durante muitos anos e acumulando frequentemente vários *expostos*. As mulheres interessadas em criar estas crianças deveriam requerer à Câmara Municipal a sua inscrição prévia. Para tal efeito, munir-se-iam de atestados de vida, costumes e saúde. As amas-de-leite eram pagas pela Câmara. A disponibilidade ou não de mulheres para o exercício deste ofício variava consoante os municípios. Na falta delas, chegou-se a conceder benefício aos seus maridos, tais como isenções de impostos e de serviço militar. Para suprir a escassez de amas, alguns municípios chegaram mesmo a comprar gado para a obtenção de leite. Na Meda não foi excepção. Sabe-se que em 1856, 1857, 1859 e 1860 compraram-se cabras para alimentar os *expostos* enquanto estivessem na casa da roda[71].

71 LOPES, Maria Antónia – Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866). Subsídios para o seu estudo. *Separata da Revista Portuguesa de História*. Tomo XXI (1985), p.119-176.

Havia, porém, amas que eram autênticas assassinas, de que foi exemplo uma Maria de Jesus da Florinda, de Vale de Ladrões, a qual levou para sua casa 22 expostos e apenas um completou os 7 anos de criação. O fenómeno era frequente um pouco por todo o concelho. Dos entrados na Roda da Meda, 59,2% encontraram a morte. Isto acontecia sobretudo pela acumulação de expostos que directamente lhes reduzia as probabilidades de sobrevivência, mas também pelo facto de as amas passarem frequentemente as crianças de umas amas para outras[72].

Entre 1838 e 1866 de um total de 415 amas 62, isto é, 14,9%, eram de Vale de Ladrões. Constituía a segunda percentagem mais elevada, logo a seguir a Casteição, com 24,6%. Significa isto que a percentagem de expostos criados em Vale de Ladrões foi também durante o mesmo período a segunda mais alta. Do total de 241 crianças aí criadas, 230 foram levadas directamente da roda da Meda e apenas 11 tinham proveniência de amas de outras localidades[73]. Vale de Ladrões contribuía também de forma significativa para o número de expostos. Entre 1842 e 1860 foram expostos nesta freguesia 44 bebés[74]. A maior parte destas criaturas acabava por falecer. Como mero indicador registe-se por exemplo que entre 1870 e 1879 foram dados à sepultura 38 expostos[75].

A preocupação com a assistência extravasava o domínio do infantil e atingia também os doentes e os pobres. Em 2 de Junho de 1878 a Câmara da Meda publicava a *"Tabela dos honorários a que tem direito os facultativos municipais"*, isto é, os honorários que cada doente deveria pagar pela deslocação do médico municipal às respectivas habitações. O escalonamento social era feito através do valor das contribuições estatais a que cada indivíduo era obrigado. Por conseguinte, eram considerados pobres aqueles cuja contribuição anual fosse inferior a 300 réis. Estes, nada pagariam pela consulta do médico. Uma consulta na casa deste profissional custava 120 réis. As operações de grande cirurgia, incluindo partos seriam pagas mediante acordo entre o facultativo e os interessados. Em Vale de Ladrões os preços das visitas e consultas eram as seguintes: 700 réis para quem tivesse uma contribuição entre 300 e 5 mil réis; 900 réis para quem pagasse de contribuição entre 5 a 15 mil réis; e aos contribuidores que pagavam mais 15 mil réis a visita do médico custava-lhes 1300 réis. Estes valores variavam entre as povoações do concelho, em função do cálculo das distâncias. Esta tabela vigorava ainda em 1918, altura em que foi publicada pelo Jornal *O Marcial*[76].

72 Idem, *ibidem*, loc. cit.
73 Idem, *ibidem*, loc. cit.
74 Arquivo Distrital da Guarda - *Paroquiais, Valflor*, cx. 19, livro 1.
75 Arquivo Paroquial de Valflor - *Óbitos*, 1870-1879.
76 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º11, 10 de Dezembro de 1918, p.2.

Através da sessão ordinária do dia 19 de Maio de 1882 sabe-se que a Junta de Paróquia de Vale de Ladrões, presidida por Felisberto Delfim Vieira Saraiva, examinou os requerimentos de cinco pobres, a grande maioria mulheres, que pediram ajuda para sobreviver, a saber: Sebastião Augusto de Castro; Maria Rosa, viúva; Maria do Carmo, viúva; Carolina Augusta Machado, viúva; e Cândida Azevedo, solteira. Após se ter debruçado sobre o sucedido, o executivo deliberou conceder-lhes o subsídio previsto na lei[77]. Dois anos depois regista-se nova determinação no campo da assistência à pobreza. Em causa estava a doença de cólera. Sobre o assunto, o administrador do concelho enviara à Junta de Paróquia um ofício versante sobre a lei geral do reino que obrigava à nomeação de uma comissão de beneficência por cada freguesia, presidida pelo pároco. O objetivo da normativa era melhorar o estado sanitário das povoações com a angariação de donativos, esmolas e socorro de desvalidos e enfermos. A Junta de Paróquia de Vale de Ladrões decidiu constituir a comissão com a nomeação dos seguintes indivíduos: Dr. José Tibério de Reboredo Sampaio e Melo, António José Rebelo, José António Dinis da Silva Maduro, António Maria Ramos, Acácio Rebelo, Sebastião Machado, João Baptista Lisboa, Luís José Ramos, e João de Deus Rocha[78]. Há ecos desta política assistencial pelo menos até 1913, designadamente nas despesas da Junta de Paróquia, encontrando-se aí inscrita uma rubrica destinada ao *Asilo de Mendicidade do Príncipe da Beira* que, a título de exemplo, no aludido ano tinha um valor de 1.000 réis; uma rubrica relativa a esmolas a pobres, com um importe de 16.000 réis; e outra rubrica respeitante a gastos no valor de 5.000 réis com os alunos pobres do sexo masculino[79].

Estas políticas assistenciais eram efectivamente importantes, sobretudo em alturas de maior flagelo, como foram os inícios do século XX, com a gripe pneumónica a dizimar as massas. O Jornal *O Marcial*, que então se publicava na Meda, tinha uma secção de obituário que evidencia bem a quantidade de pessoas vitimadas pelo vírus[80]. Talvez porque neste período eram muitas as solicitações sabe-se que os efectivos municipais não conseguiam dar resposta a todos os que necessitavam de cuidados médicos, como se percebe na notícia de um desastre ocorrido em Vale de Ladrões noticiado pelo periódico atrás referido: "*Ao Sr. Antonio Augusto Vieira, de Vale de Ladrões, sem saber explicar como, disparou-se-lhe*

77 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão do dia 19 de Maio de 1882.
78 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão do dia 29 de Julho de 1884.
79 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, despesas relativas ao ano de 1913. Há notícia de que se pagava esmola ao asilo desde pelo menos 1892. Veja-se Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia da freguezia de Valle de Ladrões, 1887-1990*, fl.6v.°.
80 Entre as várias vítimas de Vale de Ladrões estavam enfermas em 10 de Outubro de 1918 D. Amélia de Roboredo Sampaio e Melo e D. Ermelinda Soares Rebelo. Jornal *O Marcial*, ano I, n.°5, 10 de Outubro de 1918, p.3.

uma espingarda ao transpor uma parede quando ia para um seu prédio, no dia 14, ficando-lhe a parte inferior do antebraço da mão direita completamente debulhada. Chegado que foi aqui pelas 9 e meia horas, para receber o respectivo curativo, este foi-lhe feito pelas 13 horas!"[81].

2.3.2. A GESTÃO ECONÓMICO-ADMINISTRATIVA DA PARÓQUIA

Vale de Ladrões na segunda metade do século XVIII permanecia uma terra fértil em cereais, azeite e era muito abundante em caça[82]. A agricultura era, por conseguinte, a actividade predominante. A gestão económico-administrativa por parte da Junta de Paróquia, da qual se dará conta de seguida, torna-o evidente. Eram múltiplos os campos da sua actuação na gestão das necessidades correntes da população e do património.

Os primeiros cemitérios apareceram no século XIX. Até então, todos os fiéis eram sepultados no interior da igreja da respectiva paróquia, cujo piso, por este motivo, era de terra. Os indivíduos mais importantes eram enterrados perto dos altares ou nas capelas do templo[83]. Em 1868 já Vale de Ladrões tinha cemitério, embora pequeno, situado em local desadequado e não propício às condições de higiene requeridas. Em virtude de não ter terra suficiente para os enterramentos sucedia que alguns cadáveres ficavam à superfície da terra o que tudo atentava contra a saúde pública e causava horror nos fiéis. Foi por isso que em 29 de Setembro desse ano a Junta de Paróquia reuniu a título extraordinário para apresentar um projecto de construção de um novo cemitério e respectivo orçamento. Para fazer face às despesas necessárias à obra projectada, foi deliberado lançar uma contribuição em prestações de trabalho na importância de 224 mil réis. A esta quantia somar-se-ia a receita proveniente da contribuição directa sobre os moradores da paróquia, no valor de 150 mil réis e 60 mil réis concedidos pela Junta Geral da Bula da Cruzada[84]. A obra do novo cemitério prolongou-se pelo menos até 1879. Através da reunião de 8 de Janeiro desse ano levada a cabo pela Junta de Paróquia, sob presidência do abade António José de Reboredo Sampaio e Melo, sabe-se que a obra do cemitério estava concluí-

81 Jornal *O Marcial*, ano I, n.°4, 25 de Setembro de 1918, p.2.
82 LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*..., cit., 10.° vol., p.53-54.
83 A título de exemplo, o vigário de Vale de Ladrões, Tomé Cardoso, que faleceu a 4 de Agosto de 1682, foi sepultado na capela da igreja. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.°19, livro 17 (1676-1702), fl.59v.°. O mesmo aconteceu com a mãe do vigário André Gonçalves de Carvalho em 27 de Junho de 1693. Foi sepultada na capela-mor. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Defuntos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.°19, livro 17 (1676-1723), fl.71v.°.
84 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão do dia 29 de Setembro de 1868.

da há mais de seis meses no que respeitava aos trabalhos de pedreiro e trolha, faltando comprar e aplicar as portas de ferro. Esse material em falta foi orçado em 24 mil réis. Uma vez que a Junta não tinha disponibilidade financeira para essa compra, tendo ao invés uma dívida de 20.340 réis, deliberou usar das faculdades previstas no decreto governamental de 13 de Agosto de 1844 que possibilitava a relaxação ao poder administrativo de todas as quantias em dívida, visto a negligência dos contribuintes no pagamento das coletas que lhe tinham sido lançadas[85]. Sabe-se que este cemitério já não era suficiente em 1903, altura em que se deliberou ampliá-lo em 283m2, sendo 8m para o Sul e 6,40m para o Nascente. Na mesma ocasião foi deliberado fazer entrada pelo muro do Poente, transportando-se para ali a cantaria, obeliscos e portão de ferro existentes noutro sítio. A obra foi executada ainda nesse ano, tendo-se nela gasto 275 mil réis[86]. Mais tarde, em 1912, o cemitério seria argamassado e caiado por 36000 réis, ao mesmo tempo que se gastava 5700 réis no concerto do portão de ferro[87].

Vale de Ladrões era paróquia antiga, pelo que a Junta tinha vários bens proporcionadores de rendimentos anuais. Exceptuando os que pertenciam ao logradouro comum, nomeadamente os *Madôrros*, em ambas as margens da ribeira; o Largo de Santo António, denominado *Devesa*; os olivais de *Ribeiro Areado*; um terreno na *Ribeira* ou *Fonte dos Moinhos*; e um terreno no sítio da Ferradosa; em 1874 eram 37 as propriedades pertencentes à Junta da Paróquia, como se poderá verificar no quadro abaixo.

JUNTA DE PARÓQUIA DE VALE DE LADRÕES 1874			
TIPO DE BENS	QUANTIDADE	VALOR DOS IMÓVEIS	RENDIMENTOS ANUAIS
CHÃOS	8	456$000	-
LAMEIROS	2	470$000	-
HORTAS	1	80$000	-
COURELAS	12	642$000	-
PRAZOS	10	-	3$000 E 54 ALQRES DE CENTEIO
CASAS	2	-	1$700
FORNOS	2	200$000	
TOTAL	37	1848$000	4$700 E 54 ALQRES DE CENTEIO

Quadro 2. Bens imóveis da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões e respectivos rendimentos no ano de 1874[88].

85 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão do dia 8 de Janeiro de 1879.
86 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão do dia 1 de Junho de 1903. Veja-se ainda a tomada de contas, secção de despesa, relativa ao mesmo ano.

Mais tarde, um livro de receitas do ano de 1887 em diante apresentava receitas com montantes diferentes, dos quais se apresenta de seguida um extracto.

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1887	94$875	75$590	19$285
1895	166$975	76$812	90$163
1900	177$526	37$774	139$752
1906	75$580	51$680	23$900
1910	61$315	46$864	14$451
1915	114$65	29$60	85$05
1920	229$76,5	220$68	8$48,5
1926	2.350$58	320$00	2.030$58
1929	2.637$82	2.022$32	615$32
1937	1.045$60	8.55$80	189$80
1944	2.446$40	113$05	2.333$35
1953	993$60	934$30	59$30
1958	1.405$70	1.439$80	-33$80
1974	36.919$50	36.865$00	54$00
1983	1.344.320$80	251.416$30	1.092.904$50
1990	1.671.930$50	1.585.507$00	86.423$50

Quadro 3. Receita e despesa da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões entre 1887 e 1990[89].

No que respeita ao exercício de investimento verifica-se em termos gerais um baixo índice de despesa. O valor dos gastos anuais ficava normalmente aquém da receita. Atente-se no quadro que se segue para se perceber que tipo de despesa existia.

A gestão do património público estava relacionada também com os fluxos económicos anuais, os quais dependiam da escala da produção. Através de papéis vários, particulares, que chegaram até nós, é possível obter alguns indicadores que ajudam a compreender esta economia local eminentemente rural, assente na agricultura e criação de gado. Em 1925 um rebanho de ovelhas

87 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia...*, cit., fl.16v.°.
88 Arquivo Paroquial de Valflor – *Inventário de todos os bens e alfaias pertencentes à administração da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões*, 12 de Maio de 1874
89 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a receita pertencente à Junta de Parochia da freguesia de Valle de Ladrões*, 1887-1990, fl.1-44v.°; *Livro para n'elle se lançar toda a despesa...*, cit., fl.1-47.

TIPO DE DESPESA	ANOS				
	1903	1909	1913	1921	1928
Azeite, lamparinas, incenso, santos óleos, etc	30.200	18.000	–	–	–
Ordenados	18.000	10.000	7.000	20.000	8.000
Compras de expediente geral	3.155	6.970	10.820	42.000	4.860
Políticas de assistência à pobreza	1.000	1.000	22.000	–	–
Contribuição predial	800	880	–	5.200	1.238
Obras na residência paroquial	49.020	20.000	–	–	–
Ampliação do cemitério	275.000	–	–	–	–
Reparações nos templos	–	6.500	–	–	117.450
Reparações no chafariz	–	–	–	71.000	–
Material escolar	–	–	–	–	18.050
Total em reis	376.375	63.350	39.820	138.200	149.598

Quadro 4. Despesa da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões referente aos anos de 1903, 1909, 1913, 1921 e 1928[90].

de 140 cabeças custou 644$00 a 46$00 por cabeça; o almude de vinho, que em Valflor correspondia a 28 litros, rondava os 40$00. Em 1953 uma arroba de cortiça valia 32$00. Em 1950 um trigo custava 2$50; um metro e meio de linho para toalhas, 13$00; dois metros de riscado, 11$00; uma dúzia de garfos, 5$00. Em 1954 um quarteirão de sardinha era vendido ao preço de 9$00. Em 1955 um litro de azeite custava 12$50; um alqueire de centeio, cultura dominante em Valflor, correspondia a 12 quilos e meio e custava 30$00; uma arroba de figos secos valia 15$00, sendo 1$00 o preço do quilo, e meio carro de feno que compreendia 30 fachas tinha o valor de 180$00. Em 1957 um alqueire de sal custava 6$00[91].

Outras informações é possível obter, ainda, através de papéis vários. Uma espécie de diário onde um indivíduo anotou a preceito os resultados das campanhas agrícolas indica que em Valflor, no ano de 1925, a vindima iniciou a 8 de Outubro, tendo havido pouco vinho devido ao míldio e calores. Já em 1926 a vindima decorreu entre 27 de Setembro e 8 de Outubro. Obteve-se vinho de qualidade mas foi um ano mau de centeio, batatas, trigo e azeite. Ficou inclusive registado que há quarenta anos o clima não era tão quente e seco. No ano seguinte repetiu-se o calor, tendo sido um ano de miséria, com excepção do vinho, batata e azeite. Seguindo os registos deste indivíduo, verifica-se que

90 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, 1903, 1909, 1913, 1921, 1928.
91 Informações retiradas de papéis vários, de posse particular, incluindo um livro intitulado *Despesas Diárias*.

quase uma década mais tarde, em 1935, houve algum vinho e pouco azeite. O ano seguinte foi pior: pouco vinho, pouco centeio, trigo e azeite. A produção só foi boa em batatas, cebolas e milho. O ano de 1937 apesar de seco foi muito regular de vinho, pão e batatas *"[...] apesar de durante 5 meses de verão só chover uma vez e pouco. Comecei a vindima a 23 de Set[embro]. Nunca a fiz tão cedo, como o calor foi fortíssimo e por longos meses amadureceu mais cedo. E as uvas, no geral, muito bem criadas"*. Por fim, os anos de 1941 e 1942. O primeiro foi muito mau para a produção de centeio, mediano para a produção de trigo e vinho, fraco para a produção do azeite. No segundo houve boas colheitas de centeio e trigo, a produção de batatas, vinho e azeite foi razoável. Os preços dos produtos mencionados nos vários anos variavam consoante a qualidade mas a quantidade disponível também ditava os importes dos mercados.

Quando iniciou a exploração de volfrâmio, numa parte considerável dos terrenos de Valflor, homens e mulheres abandonaram a agricultura para se dedicarem a este novo trabalho, do qual obtinham mais riqueza. Um bom dia de minério poderia render mais do que uma semana noutro trabalho. Foi um período memorável. A miséria recuou. Vulgarizaram-se as arrecadas nas orelhas da mulheres, aparecerem os fios de ouro com cruzes dependuradas, os homens puseram de lado os maços de cabeça atada e passaram a fumar tabaco fino, assim como a fazer mais despesa nas tavernas. Com o fim da segunda guerra mundial cessou a exploração de volfrâmio e a pobreza voltou. Como o povo cantarolava em todas as fases da sua vida, não deixou de registar poeticamente esse acontecimento[92]:

O minério já acabou
E com isso terminou
Para certos gargantolas
Que se julgavam fadistas

Esses grandes gargantistas
Que andaram a pedir esmolas
Até já usavam botins
Coisa que eu nunca vi

Até já tomavam xarope
Fumavam cigarros 3 vinténs tip tip tip top
Deitavam metade ao chão
Agora fumam beatas

Comem com cascas as batatas
E caldo verde sem pão
Até usavam canetas
Sem conhecerem as letras

92 Sextilhas que chegaram até aos dias de hoje graças à memória do Sr. António Marra, conhecido por António Estraga.

Botas até ao joelho
Agora calçam alpercatas
Daquelas mais baratas
Já rotas no tornozelo

Do tamanho d'um comboio
Era só para fazer ver
Eu cá sei ler e escrever
Não pensem que sou saloio

2.3.3. A VIVÊNCIA DO FENÓMENO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

Com a reforma administrativa protagonizada ao longo§ do século XIX, Vale de Ladrões veio a fazer parte da comarca de Trancoso, segundo o Decreto N.º23 de 16 de Maio de 1832. Em 1852 a Câmara de Marialva ainda proibiu a realização de vindimas antes do dia 15 na povoação do Vale e em 1854 ainda se fixou o número de alqueires que a povoação teria de pagar para custear as despesas com o carcereiro da guarda dos presos[93]. Estas deliberações foram das últimas que essa autarquia tomou em relação a Vale de Ladrões. Quando o concelho de Marialva foi extinto e absorvido pelo de Foz Côa, em 1855, Vale de Ladrões foi na leva. Apenas em 1872, por Decreto de 4 de Dezembro, depois de uma petição que juntava os eleitores das freguesias de Vale de Ladrões, Penela, Carvalhal, Rabaçal, Coriscada, Marialva e Barreira, estas freguesias foram desanexadas de Foz Côa e passaram a pertencer para todos os efeitos administrativos, judiciais, eclesiásticos e de fazenda ao concelho da Meda[94]. De acordo com Pinho Leal, nos finais do século XIX, já depois das reformas administrativas em que se vira envolvida, a freguesia de Vale de Ladrões permanecia no bispado de Lamego mas em termos administrativos estava adstrita ao distrito administrativo da Guarda.

A vivência do fenómeno político-administrativo em Vale de Ladrões, mais tarde Valflor, coube principalmente aos elementos que compunham a Junta de Paróquia. Eram eles que detinham as rédeas do poder político local e geriam o património comum. As Juntas de Paróquia até mil habitantes, como era o caso de Valflor, eram compostas por um presidente e três vogais. O pároco, ainda que não fosse vogal, deveria tomar parte e votar em todas as deliberações sobre assuntos relativos aos interesses eclesiásticos da paróquia e administração da fábrica. As fontes documentais mostram que alguns párocos presidiam às Juntas de Paróquia, o que aconteceu, por exemplo, em Valflor, nalguns períodos. De acordo com o título V, capítulo I, artigo 182, do Decreto governamental de 17 de Julho de 1886, os regedores de paróquia assistiam às sessões da Junta e poderiam ser ouvidos quando para tal o solicitassem. Eram nomeados pelo governador

93 Biblioteca de Foz Côa, Livros que pertencem a Marialva, 1852-1854.
94 SARAIVA, Jorge António Lima - *O Concelho de Meda*..., cit., p.367.

civil sob proposta do administrador do concelho, o mesmo acontecendo com os seus substitutos. Só o governador civil os podia demitir. Apenas podia ser regedor o indivíduo que residisse na localidade em que era provido há mais de um ano e deveria saber ler, escrever e contar. Uma vez escolhido era obrigado a aceitar o cargo apenas durante um ano podendo, no final do mesmo, renunciar. Não era um cargo remunerado muito embora tivesse os emolumentos que a lei fixava e era isento do imposto de trabalho. Este oficial local tinha um secretário por si proposto e nomeado pelo administrador do concelho. O aludido secretário teria a gratificação que lhe fosse votada no orçamento paroquial. O regedor contava ainda com um cabo de polícia. Este era-lhe subordinado e recebia instruções do regedor para a execução dos serviços que lhe fossem incumbidos devendo, antes de iniciar funções, prestar juramento nas suas mãos.

A Junta reunia quinzenalmente de forma ordinária e extraordinariamente sempre que fosse necessário, podendo ambas as reuniões ocorrer ao Domingo. Um resumo das deliberações tomadas pela Junta de Paróquia deveria ser remetido, dentro de três dias após cada reunião, à Câmara Municipal e também ao administrador do concelho, para que este reencaminhasse ao governador civil que, por sua vez, deveria informar o Ministério Público do seu teor. Nessa ocasião, uma cópia do mesmo resumo deveria ser afixada na porta do edifício onde decorrera a reunião. Tanto a Câmara como o administrador deveriam passar recibo de recepção dos aludidos documentos.

OFICIAIS DA JUNTA DE PARÓQUIA / JUNTA DE FREGUESIA				
DATA[95]	PRESIDENTE	VOGAL	VOGAL	VOGAL
1/8/1856	António J. R. S. Melo	João António Rocha	Manuel Ramos	-
2/10/1866	Francisco I. V. S. Luz	José M. Cruz	António J. dos Reis	-
31/1/1867	António J. R. S. Melo	Luís José M. da Cruz	António J. dos Reis	-
28/4/1872	Rodrigo A. Sousa Pinto	Francisco A. Ferraz	António J. dos Reis	-
15/3/1873	António J. R. S. Melo	Francisco A. Ferraz	António J. dos Reis	-
3/6/1879	Manuel António Ramos	Felisberto D. V. Saraiva	António D. S. Maduro	Francisco A. Ferraz
9/1/1881	Felisberto D. V. Saraiva	Aurélio António Rocha	João António dos Reis	João Baptista Cruz
19/11/1885	Manuel Jacinto Rebelo	João António dos Reis	Aurélio António Rocha	João Baptista Cruz
10/1/1886	Aurélio António Rocha	?	?	?
6/1/1887	António Maria Ramos	Manuel António Sotto	António Augusto Cruz	-
2/1/1893	António José Rebelo	João Baptista da Cruz	Miguel António Rocha	Augusto C. S. Melo

95 Data da tomada de posse.

2/1/1896	António J. R. S. Melo	Claudino Augusto Soares	Acácio Augusto Rebelo	–
19/12/1901	Abel Maria de Sousa	Claudino Augusto Soares	Acácio Augusto Rebelo	–
15/4/1911	António Maria Machado	António Maria Ferraz	Luís José Sobral	Joaquim A. Tavares
11/1/1914	António Maria Rebelo	Manuel A. S. Pousada	António Augusto Rocha	Manuel António Sotto
6/2/1918	Luís António Ramos	Levi Augusto Pereira	Alexandrino A. Ramos	António Maria Rebelo
2/1/1920[96]	Olímpio Teófilo Andrade	Joaquim António Soares	António Maria Ferraz	Elias dos Santos Sobral
2/1/1923	António Maria Ferraz	Maurício Augusto Sobral	João Albino Rebelo	António Santos Sobral
2/1/1926[97]	António Maria Rebelo	Acácio Augusto Rebelo	António Maria Ferraz	Henrique Santos Sobral
13/11/1931	Joaquim A. Tavares	Acácio Augusto Rebelo	António Maria Ferraz	António M. F. Tavares
29/1/1935	Acácio Augusto Rebelo	Alexandrino A. Ramos	António Maria Rebelo	–
18/5/1937	Joaquim A. Tavares	Joaquim José Salvador	Adolfo António Soares	–
15/1/1946	Felisberto D. V. Saraiva	Cristiano Aníbal da Cruz	Luís José Ramos	–
7/1/1951	António Augusto Ramos	António Maria Amado	António José da Cruz	–
2/1/1960	Aníbal António Tavares	Francisco A. Sobral	José Maria Falhas	–
2/1/1964	Urbulino S. M. Pinto	José Maria Falhas	Francisco A. Sobral	–
16/2/1972	António Alexandre Cruz	Francisco A. Sobral	Edmundo A. Andrade	–
20/1/1975	António Maria da Costa	José Maria Falhas	Alexandrino A. Rebelo	–
12/1/1977	Vítor António	Manuel A. Marra Soares	Antero A. S. Falhas	–
15/1/1983	Antero A. S. Falhas	Alexandrino A. Rebelo	Nelson S. Abrunhosa	–
10/1/1986	José Inácio Pedro	António Pedro Ramos	Antero Nunes Seixas	–
10/11/1999	António I. Amado Flor	Manuel Ribeiro Flor	José Feliciano Marra	–

Quadro 5. Oficiais da Junta de Paróquia entre 1856 e a actualidade[98].

Os presidentes da Junta de Paróquia eram, em regra, aqueles que pela sua profissão, património ou ligações familiares tinham mais notabilidade ou eram os mais preponderantes a nível local. António Maria Machado, por exemplo, recebeu em casa D. Edviges Gamboa Navarro e o Dr. Flávio Gamboa Navarro, que aí se deslocaram desde a Coriscada para os visitarem, o que logo motivou referência no Jornal *O Marcial*[99].

Entre as reformas liberais de Mouzinho da Silveira a nacionalização dos bens eclesiásticos foi uma das mais célebres. De facto, as leis de 1834 são as mais conhecidas, talvez pelo seu radicalismo, visível na alienação do património da Igreja. Esta acção apenas foi definitivamente terminada com a legislação repu-

96 António José Pereira que não consta do quadro fez também parte do executivo neste ano.
97 António Joaquim Canelas que não consta do quadro fez também parte do executivo neste ano.
98 Apenas se registam os executivos de que se tem conhecimento, através do *"Livro das Sessões da Junta da Freguezia de Valle de Ladrões, 1856-1892"* e *"Actas das sessões da Junta de Parochia da freguesia de Valle de Ladrões, 1892-1890"*, e outros registos avulsos.
99 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º4, 25 de Setembro de 1918, p.3.

blicana de 1910, com a lei de separação do Estado e da Igreja. Em sessão de 26 de Dezembro de 1872 a Junta de Paróquia de Vale de Ladrões debruçou-se sobre o assunto. Em causa estava a horta denominada *Chão do Canal*, pertencente ao passal dos párocos. Segundo a posição tomada, este bem não deveria ser desamortizado por ser indispensável ao uso pessoal dos párocos. A horta, segundo se declarava, apenas estava separada da residência paroquial através de um caminho público, ao que se somava o ser através dela que os párocos tinham hortaliça no Verão e existir nela uma nascente de água que era encaminhada para a referida habitação dos sacerdotes. Sem acesso a esta água, concluía António José da Cruz, secretário que redigiu a ata, a residência nada valia e ficaria desabitada[100]. No ano seguinte, certamente aproveitando o adensar de um certo espírito anti clericalista da legislação liberal, regedor e juiz da paróquia remetiam ofícios ao presidente da Câmara da Meda acusando o pároco de ter usurpado uns metros de terreno, procurando assim impedir que ele construísse um muro. O autarca fez transitar a discussão do assunto para a Junta de Paróquia, presidida por António José de Reboredo Sampaio e Melo, o que veio a acontecer em 24 de Novembro de 1873, na presença dos vogais Francisco António Ferreira e António José dos Reis e do secretário Sebastião Augusto de Castro[101].

Em 1877 presidia à Junta de Paróquia o padre António José de Reboredo Sampaio e Melo, coadjuvado por Sebastião Augusto da Costa, secretário; Francisco António Tavares, vogal tesoureiro; e Manuel Joaquim Alves, vogal. João Baptista Lisboa era o regedor[102]. Entre outros assuntos tratados durante esse ano destaca-se a sessão do dia 12 de Abril, convocada para debater o assunto da conspurcação do passal por parte de José Pinto Ferreira Pego de Outeiro dos Gatos. De acordo com o explanado, o indivíduo referenciado teria cortado e arrancado uma ginjeira garrafal e alguns paus de carvalho e castanho, já limpos, que se achavam no Chão do Canal. Teria depois desfeito a parede que separava essa propriedade de uma outra sua, parede essa que lhe não pertencia. Deliberou-se proceder contra José Ferreira, intentando uma acção de força nova pela demolição; exame e corpo de delito pelo arranque e corte de árvores e lenha; e acção de reivindicação por se achar entupida uma mina ou valado, localizado na propriedade do acusado, que de tempos imemoriais se achava aberto e através do qual corria a água para o Chão do Canal[103].

100 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 4 de Julho de 1873.
101 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 24 de Novembro de 1873.
102 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para o inventario dos bens e alphaias pertencentes à administração da Junta de Parochia d'esta freguesia de S. Pedro de Valle de Ladrões*, 1874-1986, fl.6-9.
103 Arquivo Paroquial de Valflor – Livro de Sessões da Junta de Paróquia, sessão de 12 de Abril de 1877.

Em 1879 já a composição da Junta de Paróquia era outra. Manuel António Ramos exercia as funções de presidente; Felisberto Delfim Vieira Saraiva era vice-presidente; José da Silva Maduro e Francisco António Tavares eram os vogais. Foram estes que em 6 de Junho reuniram a título extraordinário para tomar conhecimento da usurpação da água de uma fonte pública por parte de Manuel Jacinto Rebelo. Certamente que o episódio era motivado pela escassez de água na povoação já que esse voltou a ser o mote para a reunião realizada no dia 8 de Agosto do mesmo ano. Nessa ocasião, deliberaram fazer uma represa na ribeira da Senhora da Saúde, sita no sítio dos Egiptos, local onde o povo costumava meter o linho[104]. Os mesmos, em 8 de Setembro do mesmo ano, deliberaram proteger as colheitas da uva, proibindo os caçadores e respectivos cães de calcorrearem as vinhas antes de terminada a vindima, prescrevendo, de acordo com as posturas municipais, coimas de mil réis por cada infração[105].

Em 17 de Dezembro de 1884, altura em que se discutiu o estado da ponte no sítio dos moinhos, era presidente da Junta de Paróquia Felisberto Delfim Vieira Saraiva, proprietário, casado com Joana Sousa Pereira Meneses[106]. Localizava-se a cerca de dois quilómetros de Valflor, na direcção do Sul, atravessando a ribeira da freguesia. Há menos de um ano erguida por João Carvalho, mestre pedreiro natural da Meda, pago pela Câmara, a aludida ponte deteriorou-se ficando interdita a trânsito devido à má construção dos alicerces. Na citada reunião a Junta de Paróquia deliberou dar conta do sucedido à autarquia[107].

Este lugar onde se encontra a referida ponte também é conhecido como *Alpondras*, nome das pedras dispostas em fila através de um curso de água por cima das quais é possível atravessar a pé. Certamente que antes da construção desta ponte a travessia do rio era feita por poldras. Ainda hoje, a cerca de duas centenas de metros desse local, existe um moinho em ruínas e na torça de um portal existe uma inscrição onde se lê a data de 1841.

A política de salvaguarda do património comum continuou. Na sessão de 29 de Janeiro de 1888 colhe-se o intento do regedor e demais Junta em melhorar os caminhos públicos. Para tal, deliberaram a obrigatoriedade do trabalho co

104 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão do dia 10 de Agosto de 1879.
105 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão do dia 6 de Junho de 1879; sessão do dia 8 de Setembro de 1879.
106 Felisberto Delfim Vieira Saraiva quando casou em 24 de Maio de 1880 era já viúvo de D. Joana de Sousa Pereira Meneses. Era filho de José António Saraiva, da Meda, e de Teresa Umbelina Gomes, de Vale de Ladrões. Sua esposa Joana Sousa Pereira Meneses era filha de Luís Pereira de Sousa Meneses e D. Feliciana, ele de Vale de Ladrões e ela do Aveloso. Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões, 1880 a 1911*, fl.2; Arquivo Distrital da Guarda – *Paroquiais, Valflor*, cx. 19, livro 3, fl.5. Tiveram pelo menos uma filha que faleceu em 1 de Maio de 1873. Arquivo Paroquial de Valflor – *Óbitos*, 1870-1879, fl.6v.°-7.
107 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 17 de Dezembro de 1884.

Ponte dos moinhos construída em 1883 (foto de 2008)

munal: dois ou três dias de trabalho braçal para os habitantes em geral e duas ou três jeiras para os lavradores em particular. Deliberaram ainda intimar os proprietários à limpeza do mato e silvas nas testadas e paredes dos respectivos prédios[108]. Em 2 de Janeiro de 1890 era presidente da mesma Junta António Maria Ramos, secretariado por António Augusto de Sousa Vieira, sendo vogais Manuel António Souto e Emídio Augusto Pais. No mesmo dia, foram investidos no cargo de vogal novos indivíduos, os quais juraram, perante o missal da igreja, fidelidade ao Rei e obediência à Carta Constitucional, aos actos adicionais e às leis do Reino. Libânio Augusto da Cruz e João de Deus Rocha eram os novos empossados[109].

Em 10 de Maio de 1891 esta Junta reuniu ordinariamente para o efeito de discutir o derrube da Cruz do Senhor dos Passos, sita no Largo de Santo António. Um indivíduo chamado Francisco, natural de Paipenela, criado do conselheiro José Tibério Reboredo Sampaio e Melo, ao manobrar um carro deitou por terra a cruz de pedra. Instando o presidente da Junta de Paróquia a que ele a substituísse por outra igual a resposta foi negativa, pelo que a Junta deliberou requerer corpo de delito para que Francisco fosse punido pela imperícia e condenado à substituição do bem destruído[110].

Se no que respeita à administração local é prolixa a informação, no que concerne à maneira como se terão vivido as lutas liberais em Vale de Ladrões é notória a escassez documental. Em 17 de Maio de 1848 tinha sido constituído em

108 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 29 de Janeiro de 1888.
109 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 2 de Janeiro de 1890.
110 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 10 de Maio de 1891.

Lisboa, entre António de Oliveira Marreca, António Rodrigues Sampaio e José Estevão de Magalhães (estes dois últimos, maçons e Grão-mestres de Grandes lojas maçónicas), um núcleo de propaganda da doutrina republicana, o qual tomara o título de *Comissão Revolucionária de Lisboa*, primeiro embrião do *Partido Republicano Português*. Em 1867 fundara-se no Porto a *União Patriótica* de inspiração republicana e em 1871 nascia em Lisboa o *Centro Democrático*. Pouco depois, vários jornais de orientação democrática e republicana eram fundados (o *Futuro*, em 1858; a *Política Liberal*, em 1860; e a *República*, em 1870, pelos escritores Antero de Quental e Eça de Queiroz). Seria este um dos mais importantes veículos de transmissão da ideologia republicana[111].

Não se sabe como era percepcionada em Vale de Ladrões a forte agitação política que deflagrava no país na segunda metade de oitocentos. Sabe-se, porém, que chegava a esta terra a notícia dos grandes acontecimentos ocorridos, como acontecera nomeadamente com a revolta portuense de 31 de Janeiro de 1891. A agitação republicana, reforçada com a revolta do 31 de Janeiro de 1891, ainda assim considerada "uma revolta de caserna" por Machado dos Santos, e todas as actividades organizativas centradas na Carbonária e em Luz Almeida, assim como todos os comícios e toda a actividade jornalística e parlamentar desenvolvida pelos Republicanos, tinham eco por todo o país, em certa medida morto mas profundamente caciquista[112]. Em 19 de Fevereiro de 1891 a Junta de Paróquia de Vale de Ladrões convocava uma reunião expressamente destinada a discutir os acontecimentos ocorridos no Porto em 31 de Janeiro. Discutido o assunto deliberou-se por unanimidade consignar um voto de sentimento pelo episódio revolucionário e reforçar a adesão às instituições e regime político em vigor. Fez-se cópia da acta e enviou-se a mesma ao administrador do concelho da Meda para que este a fizesse chegar ao rei como prova de homenagem e saudação da Junta de Vale de Ladrões[113].

Não se estranha o acto. O republicanismo não estava ainda presente nos meios rurais, um dos mais fortes bastiões da monarquia até e, após, a Implantação da República, como nos grandes círculos urbanos do reino. Não demoraria muito, contudo, até à hecatombe do regime. Os erros da monarquia e o intensificar da luta política por parte das hostes republicanas fizeram do *Partido Republicano* um partido de regime, disputando os actos eleitorais. Perante a imediaticidade do inevitável, D. Carlos apadrinhava então a imposição de uma ditadura sob a alçada de João Franco, como clara evidência da insegurança no regime. O célebre decreto de 31 de Janeiro, fixava a expulsão do país ou o reencaminhamento para as colónias dos que estivessem envolvidos em actos revolucionários. Fora um dos últimos e mais graves erros que protagonizara, segundo alguns, a sua sentença de morte. Espetado sobre a erva verdejante e coberto das copas abundantes da vegetação, como relata Luís Vaz em *As Mortes que Mataram a Monarquia*, o Rei artista e caçador, rejubilava de contentamento, bem estampado nas suas longas bochechas, cobertas por lustroso bigode e onde se reflectiam os raios solares de uma manhã milagrosamente primaveril. - *Acabamos com as gazelas sua alteza, entoou uma voz vinda do matagal. - Não. Fechem-se no cativeiro da discórdia. Deportem-se para fora do território nacional. Lacrem as portas dos jornais para que não hajam noticias de tanta ousadia!* Assim se cumpriu! Três meses após a abertura da caça, assevera ainda Luís Vaz, as portas da discussão foram encerradas e D. Carlos deu plenos poderes ao *Francanote* para, sem prestar contas a quem quer que fosse, pôr todos os animais sob a sua pata. Corria o ano de 1907, no mês da virgem, e todas as patas de todas as cores começaram a disparar coices contra o Rei Caçador e contra o *Francanote*. Maçons, carbonários, republicanos e outras franjas pensantes, mesclados ou não[114].

Entretanto com o país em plena revolta contra a ditadura de Franco, D. Carlos reafirmava-se solidário com o governo franquista numa entrevista a Galtier, do jornal parisiense *Le Temps*, e considerou que «*tudo está calmo em Lisboa, como no país*» e «*só os políticos se agitam*». A 28 de Janeiro de 1908 a direcção do *Partido Republicano* tenta uma primeira investida contra a Ditadura de João Franco, mas com intentos gorados que culminaram na entrada em Caxias de uma turbe de gente. Os desaires das revoluções e dos revolucionários apenas seriam interrompidos com o êxito que alcançara a morte do rei e legítimo herdeiro do trono, gizada por republicanos, apoiados por maçons e executada pela Carbonária, seu braço armado aliado. Manuel José dos Reis da Silva Buíça, um transmontano de 32 anos, professor num colégio privado, antigo sargento do Exército medalhado como atirador de 1ª classe e Alfredo Luís da Costa, alentejano de 23 anos, caixeiro e antigo empregado dos Grandes Armazéns do Chiado, foram os autores materiais do regicídio[115].

Se em ebulição estava em ebulição ficara o reino em termos políticos. Em 28 de Agosto de 1910 realizar-se-iam as últimas eleições do constitucionalis-

111 HOMEM, Amadeu Carvalho – *A Propaganda Republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990; CATROGA, Fernando – A formação do movimento republicano (1870-1883). Coimbra: [s. n.], 1982; Id. - A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal. *Biblos*, vol. 53 (1977), p.285-327.
112 Sobre a questão do caciquismo, veja-se ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991.
113 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 19 de Janeiro de 1891.

114 GOUVEIA, Jaime Ricardo – *Marte e Minerva nas Terras do Demo. Do liberalismo contrito ao republicanismo convicto*. Moimenta da Beira: Edições Esgotadas, 2011.
115 Idem, *ibidem*.

mo monárquico. Existiam 695.471 recenseados. Vigorava aquilo que Fernando Pessoa, referindo-se ao constitucionalismo monárquico, apodava de sistema político constituído por grupos em vez de partidos, sustentando que estes não existiam por não estarem separados por ideologias diferentes. Existiam, ao invés, grupos sem noção diferente das coisas e, portanto, governados unicamente pelos instintos e caciques. Cada grupo, cada facção tinha os seus notáveis, e ambos eram facilmente identificáveis pelos jornais que liam ou publicavam. Mesmo entre o republicanismo existente existiam alas liberais e conservadoras. Nas aludidas eleições o partido governamental de Teixeira de Sousa, cuja mescla de integrantes e indefinição nominal relegava para o domínio do incógnito as suas verdadeiras aspirações e posicionamento político, foi aquele sobre o qual recaiu o maior número de votos, correspondente a 58% do total, tendo o partido republicano conseguido uma percentagem residual, mas duplicando os resultados[116].

Durante o breve reinado de D. Manuel II — que ascendeu ao trono logo após o atentado a D. Carlos, donde resultou também a morte do seu filho herdeiro Luís Filipe, Duque de Bragança —, o movimento republicano acentuou-se, chegando mesmo a ridicularizar a monarquia. Na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910 eclodiu em Lisboa um movimento revolucionário chefiado por Machado dos Santos, que culminaria com a proclamação da República em Portugal. O Rei D. Manuel II, que nessa noite oferecera um banquete em honra do Presidente da República do Brasil (Dr. Afonso Pena), no Palácio das Necessidades, aí fora surpreendido pelo inesperado acontecimento. Enquanto o ilustre visitante, assustado com o tiroteio, corria a refugiar-se no seu navio São Paulo, o rei permaneceu no palácio, procurando entrar em contacto com o seu Governo. Foi então que soube que diversos regimentos, entre eles o de Artilharia 1, tinham aderido já ao movimento. No Regimento de Infantaria 16, havia também alguns aderentes que, abrindo as portas aos civis e matando o coronel Pedro Celestino da Costa e o capitão Barros, acabaram por sair para a rua, dando vivas à república, e dirigindo-se a Artilharia 1, onde o povo também entrara. Este regimento fora o centro da revolução, que se estendia agora ao Bairro de Alcântara. Um grupo de civis dirigiu-se para o Quartel da Marinha, quase em frente do Palácio das Necessidades, onde os marinheiros aguardavam os civis, tendo o comandante do corpo de marinheiros sido ferido, ao tentar baldadamente evitar a rebelião. Entretanto, os membros da comissão revolucionária estavam reunidos em casa de Inocêncio Camacho. A revolução estalava por todos os lados, tanto nos regimentos como na rua. Muitos civis armados batiam-se corajosamente. Do lado

116 Idem, *ibidem*.

do Governo, reinava a indecisão. Apenas o capitão Paiva Couceiro, com os seus soldados, aparecia a dar combate aos revoltosos. O tiroteio continuava, cada vez mais vivo. O Governo, desorientado, pediu pelo telefone a D. Manuel 2º que retirasse para Mafra, onde se lhe juntou, no dia seguinte, a rainha-mãe, D. Amélia de Orleans e Bragança, que estava no Palácio da Pena, em Sintra. Às duas horas da tarde, chegou a Mafra a notícia da proclamação da República em Lisboa e a constituição do governo provisório, presidido pelo Dr. Teófilo Braga. A revolução republicana triunfara. A Família Real dirigiu-se para a Ericeira e embarcou para Gibraltar onde um barco de guerra inglês os transportou até ao exílio, em Inglaterra. A revolução correu todo o País e, dentro em pouco, sem grandes resistências, a República era proclamada em todas as capitais de distrito[117].

Com a Implantação da República a agitação política não cessou. Logo em 1912 apareceu uma proposta para a criação de um distrito administrativo em Lamego, a qual seria aprovada, entraria em vigor, para morrer logo de seguida com a mesma rapidez com que fora executada. Vale de Ladrões, como todo o concelho da Meda, integravam o lote das povoações que passariam a pertencer ao distrito lamecense. O projecto de lei que concebia este distrito foi apresentado à Câmara dos Deputados, em 28 de Maio, por Miguel Alves Ferreira, Henrique Santos Cardoso, Adriano Pimenta, António Amorim de Carvalho, António Paiva Gomes e Vítor Macedo Correia Pinto. Dizia o diploma: *"1.º É criado um novo distrito administrativo, com sede na cidade de Lamego, e que se designará: Distrito Administrativo de Lamego, o qual será formado com os concelhos de Lamego, Sinfães, Resende, Castro Daire, Tarouca, Armamar, Moimenta da Beira, Tabuaço, S. João da Pesqueira, Sernancelhe e Penedono, pertencentes ao actual distrito de Viseu, e com os concelhos de Meda e Vila Nova da Fozcoa, do actual distrito da Guarda. Art. 2.º As despesas de instalação e mobiliário das repartições administrativas do novo distrito ficarão a cargo da Câmara Municipal de Lamego. Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário"*[118]. Em 3 de Março de 1913 respondia, pelo lado da Guarda, Manuel Luís Vaz, presidente da Associação Comercial e Industrial, o seguinte: *"Tendo a direcção da Associação Comercial e Industrial da Guarda conhecimento de comícios realizados em Viseu e Lamego, nos quais se ventilou o desmembramento dêste distrito cerceando-lhe os concelhos de Meda, Fozcoa, Gouveia, Ceia, Fornos, Aguiar da Beira, o que muitíssimo tem alarmado esta cidade, vimos respeitosamente solicitar de V. Exa. se digne envidar os seus bons esforços a fim de se manter a integridade do distrito da Guarda, como e de justiça."*[119].

117 Idem, *ibidem*.
118 4.º Diário da Câmara dos Deputados, consultado online em http://debates.parlamento.pt.
119 Idem, *ibidem*.

O desfecho do distrito de Lamego seria, como já se disse, a extinção. Em termos político-administrativos a situação assim permaneceria até aos dias de hoje. Militarmente, Vale de Ladrões pertencia à segunda divisão militar e ao distrito de recrutamento e residência n.º12, com sede em Trancoso[120].

A administração política republicana pautou-se pela continuação de algumas políticas surgidas no período liberal, nomeadamente no que respeita à educação. Note-se que em 1915 Vale de Ladrões tinha já escola de ambos os sexos e estação postal, continuando o ensino e o combate ao analfabetismo a ser uma das grandes bandeiras dos republicanos. Muitas foram as áreas alvo de uma atenção prioritária por parte dos governos republicanos, sendo uma delas a aglutinação de esforços no sentido de uma reestruturação dos serviços municipais, com o fito de tornar a administração autárquica mais eficaz, ágil, transparente e acessível aos cidadãos. Foi a esse propósito que em 20 de Julho de 1915, o concelho da Meda viria a ser novamente assunto em discussão na Câmara dos Deputados, desta feita por iniciativa do deputado Pires de Vasconcelos. Por sua via, o município medense pedia ao Parlamento a isenção de pagamento de contribuições de registo de um edifício que se pretendia adquirir por 2.800$000 para a instalação dos Paços do Concelho e repartições públicas. Referindo-se concretamente ao pedido, o deputado advogava a pretensão da Câmara da Meda, asseverando que a representação estava muito bem elaborada e que os argumentos em que se baseava eram de atender, pelo que tomava a iniciativa de propor um projecto lei que satisfizesse o pedido constante na representação consignada. E rematava *"[...] a Câmara Municipal de Meda tem as suas finanças bastante desorganizadas em virtude de maus actos de administração das gerências que tiveram a seu cargo os negócios municipais durante a monarquia. As gerências republicanas herdaram pesados encargos e os rendimentos municipais mal chegam para as despesas ordinárias e obrigatórias daquele município"*[121]. A pretensão seria deferida.

Não obstante a prossecução de políticas novas de desenvolvimento social, houve decisões governamentais com reflexos nefastos a nível local e regional que indelevelmente apoucariam a credibilidade do regime republicano em Portugal, designadamente, entre outras, a decisão de participação na Primeira Guerra Mundial. Ildefonso Augusto Ribeiro foi um dos filhos de Valflor que nela participou, combatendo as tropas alemãs na França. Regressou no fim do conflito. Faleceu a 28 de Agosto de 1960 com 68 anos de idade.

120 PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal. Diccionario Historico...*, cit., vol.VII, p.284.
121 Idem, *ibidem*.

Mas, outras questões políticas agitaram a segunda década do século XX. *"A partir da publicação do presente decreto, com força de lei, a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português"*. Este trecho da Lei de 20 de Abril de 1911, que consagrava a separação das igrejas do Estado, resume bem o seu principal objectivo: a laicidade[122].

Se a monarquia liberal se mostrou tuteladora das instituições e dos assuntos religiosos, radicando a ideia de que os poderes civil e eclesiástico estavam indissoluvelmente confundidos, o regime republicano teve como uma das suas preocupações capitais decretar a separação entre a Igreja e o Estado, invocando os malefícios próprios da simbiose anterior. A laicidade foi, por conseguinte, um produto do governo provisório da República de onde constavam os seguintes nomes: Joaquim Teófilo Braga, António José de Almeida, Afonso Costa, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes, Bernardino Machado, Manuel de Brito Camacho.

Com influências da legislação estrangeira, nomeadamente brasileira e francesa, não deixava de se adaptar ao fenómeno português. Começava por reconhecer e garantir a plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e estrangeiros residentes em Portugal (art.º 1.º), declarando em seguida que a religião católica deixava de ser a religião do Estado e que todas as igrejas ou confissões religiosas eram igualmente autorizadas (art.º 2.º). Sendo assim, o Estado deixava de subsidiar o culto católico, extinguia as côngruas impostas aos cidadãos, considerava livre o culto de qualquer religião, permitindo que as casas a isso destinadas tivessem a aparência de templo, não autorizava qualquer acto de culto fora das igrejas, perseguia os que tentassem impedir a livre prática religiosa ou ofender os clérigos e punia os que, pela violência ou ameaça, quisessem constranger alguém a praticar ou a não praticar actos de culto religioso. De seguida, a lei cometia os encargos com o culto e entregava os respectivos rendimentos (com descontos para a assistência pública) a corporações de assistência e beneficência existentes, tais como, misericórdias, confrarias, irmandades, etc. ou a associações que, para o efeito, viessem a constituir-se (associações cultuais), não podendo aquele realizar-se sem a sua existência. Os padres seriam inelegíveis para membros das juntas de paróquia e para as direcções, administrações ou gerências das próprias corporações ou associações cultuais. Todo o culto era livre, dentro de determinados horários, com restrições derivadas da

122 *Diário do Governo*, n.º 92, de 21 de Abril de 1911.

manutenção da ordem pública e cometidas às autoridades civis (caso de procissões, toque de sinos, exibição de ornamentos e insígnias religiosas, etc.)[123].

A Lei da Separação tinha um cunho profundamente revolucionário, porventura o mais revolucionário de toda a legislação republicana. Porém, não obstante ter ocorrido num ambiente eivado de um profundo anticlericalismo e de uma notada anti-religiosidade, de permeio com os excessos característicos dos períodos de transformação política na história dos povos, acabou por ser nefasta para a Igreja mas ao mesmo tempo beneficiou-a na medida em que a autonomizou, por emancipação, face a um Estado cuja conduta político-administrativa se poderia classificar de usurpadora de competências inadequadas à sua natureza específica e aos fins que lhe cumpria prosseguir[124]. Retirava ao clero o poder decisório e administrativo do culto, entregando-o aos cidadãos, corporativamente organizados, procurando, com isso, reduzir o papel clerical ao de mero executante de decisões de outrem. A Igreja Católica não ficava apenas empobrecida e nivelada com todos os demais corpos existentes no país. Ficava reduzida a uma situação de subserviência frente ao povo católico como jamais tivera no passado, pelo menos no passado português. Por outro lado, a lei assentava no princípio de que a propriedade dita eclesiástica era, na realidade, propriedade nacional posta ao serviço da Igreja, princípio igualmente revolucionário. Procurava-se, de facto, laicizar o Estado e abater, de uma vez por todas, o poderio eclesiástico[125].

Em Vale de Ladrões também a Lei da Separação teve eco. Artur Augusto Pereira de Faria, presidente da comissão executiva da Câmara Municipal da Meda, foi quem redigiu a resposta aos inquéritos enviados pelo Governo Civil sobre a referida Lei. Em 2 de Março de 1914 este asseverava que a aludida lei por duas vezes provocara conflitos, mas sem surtir grande efeito. Um deles surgiu entre os padres de Vale de Ladrões que manifestaram a sua discordância quanto à questão do pagamento das pensões. O outro deveu-se ao facto de alguns republicanos da mesma povoação se terem oposto à realização da festa da comunhão. À pergunta sobre se o povo sentia necessidade do culto católico, o administrador retorquiu que *"o povo mais rude, principalmente a mulher, sente efetivamente a necessidade do culto, mas n'uma grande maioria, por simples habito ou tradição e, em parte, quanto ao culto externo, por simples divertimento e gozo."* Referia finalmente que nenhum padre tinha sido expulso do concelho; que nenhum sacerdote tinha sofrido perseguições mas apenas más vontades e desconsiderações; que a frequência dos templos tinha diminuído; que no concelho da Meda não existia fanatismo religioso mas apenas alguma superstição e erros de carácter espiritista; que não se tinha criado, fechado ou interditado igreja alguma; e que a Lei da Separação não tinha causado abalo sensível nas consciências dos povos do concelho. No dia seguinte respondia ao inquérito o administrador do concelho, José Maria Ramos. Referiu praticamente o mesmo do que o presidente da Comissão administrativa. As duas respostas foram enviadas pelo secretário-geral que servia de Governador Civil ao presidente da comissão central para a execução da Lei da Separação em 12 de Março de 1914.

123 MARQUES, A. H. de Oliveira – A Lei da Separação in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI da *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1991.
124 Idem, *ibidem*, loc. cit.
125 Idem, *ibidem*.

Não se pode dizer que durante os seus anos iniciais o republicanismo não permanecesse activo na Meda, ainda que com protagonistas nem sempre concordantes e unidos. Ao nível local as discussões políticas não tinham tanto acolhimento mas as juntas de paróquia procuravam mostrar obra nova. Excepção não foi a de Vale de Ladrões que logo em 1916 calcetou duas ruas: *Pelames* e *Nova*[126]. Na Meda a propaganda ao novo regime surgiu logo com a fundação do Jornal *O Marcial* em 1918, órgão da *União Republicana* do concelho da Meda, iniciativa registada igualmente em tantos outros concelhos do país. Dirigido por Manuel António Abrunhosa, proprietário de uma farmácia que era simultaneamente a sede do periódico, e administrado por António Maria Rebelo, tinha o preço de 5 centavos. Nele se advogavam as causas republicanas e se desferiam ataques cerrados aos partidários monárquicos. Havia pelo menos um indivíduo de Vale de Ladrões que assinava este jornal e frequentava a sede do jornal. Luís António Salvador se chamava. Era filho de Joaquim Salvador e Carmina de Jesus da Costa Salvador, indivíduos que emigraram para o Brasil e regressaram abonados, tornando-se beneméritos para a terra, custeando várias obras[127]. A notícia da frequência, desta e outras personalidades, da sede d'*O Marcial*, era dada pelo mesmo, numa secção deputada para o efeito, o que servia não só para estimular nos nomeados à permanência na causa, como também para difundir a imagem de um republicanismo de massas, até porque na Meda existiam ainda tanto indivíduos como periódicos conservadores, de que era exemplo o *Correio da Meda*[128].

126 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa*..., cit., fl.18v.°.
127 Joaquim Salvador era filho de José Salvador e de Maria Benedita. Carmina de Jesus da Costa Salvador era filha de João da Costa e de Cândida Amado. Luís António Salvador nasceu em 25 de Março de 1900 e foi baptizado a 14 de Junho do mesmo ano. Além de Luís Salvador tiveram outros filhos: Felisbela de Jesus que nasceu em 12 de Julho de 1898; e Libério de Jesus Salvador, nascido em 16 de Fevereiro de 1902 e baptizado em 27 de Abril do mesmo ano. Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1890-1903*, fl.91 v.°; 97; 103.
128 Jornal *O Marcial*, ano I, n.°32, 25 de Agosto de 1918; ano I, n.°12, 20 de Dezembro de 1918, p.3.

Na verdade, o Jornal servia a difusão dos ideais republicanos tanto da sede do concelho como nas suas freguesias, ao mesmo tempo que se prestava a divulgar e reivindicar as obras necessárias. Na segunda edição asseverava o correspondente de Vale de Ladrões: *"Vale, 15-8. Ao enviar a minha primeira correspondência para o Marcial, cumpre-me felicitar os seus fundadores pela iniciativa louvável dum jornal intransigentemente republicano. Esta freguezia situada a uns mil e quinhentos metros da estrada que liga a Meda com Paipenela, ainda se encontra sem ramal de estrada, tão necessario à fácil saída dos produtos de que é assaz fértil, tais como: batata, cebolo, vinho, feijão, milho, cereais, etc. É talvez umas das freguesias do concelho que vive em melhores condições economicas, mas, apesar disso, pouco tem adeantado em sanidade, exploração d'aguas, caminhos públicos. De bom tem o caminho de ligação com a sede do concelho apenas, devido este aos esforços da ultima junta de freguezia, auxilidada pelo sr. Claudino Augusto Soares a quem a terra muito deve"*[129].

Na 4.ª edição, o mesmo indivíduo oriundo de Vale de Ladrões aumentava a acutilância do seu discurso e dirigia várias farpas pessoais e políticas, desconhecendo-se o destinatário das mesmas: *"Vale de Ladrões, 20-9-1918. Que Deus nos ajude, mas não dê impulso demasiado ao nosso braço de modo que a pena vá riscar a cara dalgum marmanjo o sinal... da cruz. Que certos creaturos pelam-se porque os assinalem. Julgam-se predestinados para o martirio, porêm não tendo animo para cingir aos rins o cilicio dos antigos cenobitas fazem todo o possível para que lhe sejam aplicadas umas vergastadas à laia de... disciplinas. Ora pois. Cada qual para o que nasce. O que trabalha para viver do seu trabalho, o parasita, para viver à custa dos que trabalham. Porém que o parasita ponha as mãos ou os pés diante daqueles que estejam dispostos a sustenta-lo e não se volte para os que a tal jamais se dispuseram. Se entender os pés demasiado, no intuito de atingir alguém, como tem por manha, fique certo de que o lombo pode ressentir-se-lhe. De há muito que lhe anda a pedir umas chicotadas. Ou o criaturo supõe-se invulnerável porque se lhe respeite a família, especialmente o pai, bom homem que nunca pensou noutra coisa que não seja o trabalho? Pois não suponha. Que esse bom pai o ature, ao filho inútil que tem levado a vida no valdevinismo, comendo o que a família ganha com suor, ainda se compreende, é pai; no mesmo caso não está a outra gente, aquela que o marmanjo tem por manha agredir com as suas baboseiras, com as suas insinuações cobardes, jamais de frente porque tambem adquiriu o vêso torpe de virar as traseiras. Ficam aqui estas linhas um tanto vigorosas dum quidam que não discute porcarias. Quando muito, pode afocinhar os porcos na esterqueira, se eles erguerem muito a tromba a roncar, incomodando quem passa para a sua vida, importando-se pouco da vida dos outros. Quem não sabe o que deve dizer, cala-se ou mete-se no seu canto a rezar as contas, desde que não tenha prestimo para outra coisa. Pelo menos, assim não incomoda quem passa e esconde um pouco o mau exemplo que dá com o seu viver de parasita e inútil. Pode também dar-se ao ao desfastio dos seus versos de pé quebrado, sem ideias e sem gramatica, mais imbecis do que a sua prosa, se mais é possível, deixando sair asneiras à vontade para que não entre mosca. Que as asneiras, porém, fiquem lá consigo, não se julgando no direito de as arremessar sobre os outros, arvorando-se em censor como se para tal alguma autoridade possuísse, um imbecil que nada possuindo que se aproveite, sem uma só qualidade que o recomende leva o tempo a apontar defeitos nos outros. Terminando, por hoje, não recomendamos ao criaturo a leitura do Evangelho, especialmente naquela passagem do argueiro e da tranca, lembramos-lhe, porém, que tenha tento na língua não vá a tranca, em vez de lhe entrar no olho apenas, cair-lhe tambem ao comprido no lombo"*[130].

129 No fim juntou ainda algumas notícias comezinhas, como esta: *"Na noite de 10 para 11 do corrente, os lobos acossados pela fome, mataram e comeram na quinta dos Prados uma burra que seu dono, de nome José Flor, tinha por costume deixar num lameiro a pastar"*. Jornal *O Marcial*, ano I, n.º2, 25 de Agosto de 1918, p.3.

Esta efervescência política, que caracterizou a primeira República ocorreu tanto a nível central como a nível regional e local. A autarquia medense viria a conhecer, tal como tantas outras no país, uma grande instabilidade, marcada por uma rotatividade corriqueira entre as figuras de proa dos vários grupos políticos de então. As reuniões eram agitadas e raramente existia consenso político. O Jornal *O Marcial*, em 10 de Outubro de 1918 publicava, em tom de motejo, as desculpas apresentadas pelo presidente em exercício, António Carranho, face à contestação dos seus opositores: *"Eu não tenho culpa, a mim puzeram-me cá... eu não percebo nada disto!"*[131].

Um dos que neste período manteria uma forte actividade política seria o Dr. Duarte Gustavo de Reboredo Sampaio e Melo. Já tinha sido presidente da autarquia no período monárquico e continuaria muito activo depois da Implantação da República. Na sucessão de uma carta que o Sr. Arménio da Cunha Rebelo, natural de Poço do Canto e residente no Porto, enviara à Câmara da Meda, através da qual se propunha a comprar a concessão das águas de Longroiva e respectivo edifício, o executivo reuniu no dia 9 de Novembro de 1918 e deliberou convocar uma reunião com os quarenta maiores contribuintes do concelho e os dois facultativos municipais a fim de deliberarem sobre o assunto[132]. Nesta altura todos os indivíduos que tinham assento nas cadeiras do poder da autarquia eram de Marialva. Em Novembro de 1918 o Jornal *O Marcial* relatava pormenorizadamente o que se passara na reunião: *"Uma reunião agitada. Ins-*

130 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º12, 20 de Dezembro de 1918, p.3.
131 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º4, 25 de Setembro de 1918, p.3.
132 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º9, 20 de Novembro de 1918, p.2.

trução e educação. Como dissemos no nosso ultimo numero, teve lugar no dia 24 a anunciada reunião do maiores contribuintes do concelho, para resolverem sobre a alienação temporária ou perpetua das aguas sulfurosas que brotam na freguesia de Longroiva. Estava marcada para as 12 horas, porem, só se efectuou pelas 14, havendo duas horas de espera para ver se aparecia algum contribuinte das freguesias. Como não aparecesse nenhum o Sr. Antonio Augusto Carranho, presidente da Comissão Administrativa, começou por explicar à diminuta assistencia que ali estava, os fins que deram origem aquela reunião, visto a Comissão não querer arcar por si só com uma responsabilidade tão importante e de tanto interesse para o concelho, como era a da alienação das aguas de Longroiva. Pedindo a palavra o Sr. Dr. Duarte Gustavo de Roboredo, disse quem, atendendo à muito pouca afluência de contribuintes à reunião, pois nenhuma freguezia do concelho estava representada, reparando que nem a de Longroiva que era de todos a mais interessada – nesta altura entraram alguns contribuintes de Longroiva – e visto mesmo desta vila a concorrência ser diminuta para se tratar de um assunto de superior importância para os interesses económicos do concelho, entendia que a reunião não devia prosseguir e que se devia marcar novo dia, em que as forças vivas do concelho estivessem presentes, a fim de se pronunciarem a tal respeito. Em seguida pede a palavra o Sr. Dr. Artur Augusto Pereira de Faria, começando por declarar que estava de acordo com o alvitre do Sr. Dr. Roboredo, enquanto ao marcar-se nova reunião, mas que para ele poder assistir a essa reunião e daí o seu voto pessoal ou poder assumir qualquer cargo para que por ventura o nomeassem, era preciso, visto a Comissão mostrar com a convocação desta reunião, que estava disposta a seguir por outro caminho o que muito o regozijava, que ela da mesma forma convocasse os contribuintes do concelho, para resolverem sobre outros assuntos que ele julga de tanta ou mais gravidade como aquele de que hoje se trata. Para exemplo, cita a questão do concurso medico que a Comissão deliberou por si só, julgando-o ele bem como os dois jornais da terra, de politica completamente diferente pois que um é republicano e outro senão monárquico, pelo menos conservador e que representam a voz do povo que era uma deliberação que a Comissão não devia resolver sem ouvir a opinião dos contribuintes do concelho, porque representava um defraudamento no tesouro da Camara, digno das atenções e reparos de todos os que pela vida do município se devem interessar. Se o primeiro assunto era para ponderar então este não o era menos. Volta a usar da palavra o Sr. Dr. Roboredo, havendo numas suas passagens uns não apoiados do Sr. Dr. Faria e estabelecendo-se em seguida tamanha discussão entre os dois que ninguém percebia o que diziam, senão a voz do Sr. administrador do concelho pedindo ordem e dizendo que ali só se tratava das aguas de Longroiva. Como os ânimos chegassem a estar exaltadíssimos, o Sr. Dr. Delegado que estava presente, teve a sublime ideia de deitar a mão à gola do capote do Sr. Carranho – presidente –

e fazendo-o girar na direção da cadeira presidencial com o impulso dado disse-lhe apontando-lhe a cadeira: - tome o seu logar. Conseguido assim o restabelecimento da ordem, volta a falar o Sr. Dr. Roboredo, havendo em muitas das suas frases, apoiados do Sr. Dr. Faria, que torna novamente a falar dizendo que ele expunha simplesmente a sua vontade pessoal, direito de que não prescindia. Continuando a falar refere-se novamente ao partido medico e emprega umas frases de que não nos recordamos que exaltou o Sr. Dr. Roboredo a ponto de se levantar entre os dois ainda mais viva discussão. O Sr. presidente que desde o princípio da reunião se conservava mudo, depois de alguém lhe ter lembrado que valia mais dar a reunião por terminada, visto nada se poder fazer, gritou: está encerrada a sessão meus senhores"[133].

A contestada Câmara cairia não muito tempo depois. Das novas eleições realizadas em 1919 sairia como presidente o Dr. Luís Tavares de Albuquerque, notário da Meda, e vereadores os seguintes: Claudino Augusto Soares, proprietário, de Vale de Ladrões; António Augusto Carranho, proprietário, de Marialva; Bernardino Maria de Oliveira, proprietário, de Outeiro dos Gatos; José Maria de Almeida, negociante, da Meda; José Bernardo de Sousa Soares, proprietário, de Ranhados; Jaime Augusto Monteiro, industrial, da Prova; Luís Gaspar Alves Martins, proprietário, de Longroiva; Abílio Augusto de Castro, proprietário, de Fonte Longa; José Augusto Amado, proprietário, dos Cancelos; António José Martins, proprietário, do Aveloso; Manuel António Abrunhosa, farmacêutico, da Meda. O rol de vereadores substitutos era também considerável, sendo apenas de referir que entre eles estava o nome de Maurício Augusto Sobra, proprietário, de Vale de Ladrões[134].

A instabilidade suceder-se-ia até fins da *República Parlamentar* (1910-1926). O último derrubado seria o Dr. Duarte Gustavo de Reboredo Sampaio e Melo que presidiria à autarquia desde 9 de Janeiro de 1926 até revolta militar que faria cair o governo na capital. Nesse seguimento, em 13 de Julho do mesmo ano, em conformidade com o Decreto n.º11875, formou-se uma Comissão Administrativa Municipal presidida pelo mesmo[135].

Entretanto o país continuava em acérrimas guerrilhas partidárias em cuja Assembleia se discutiam assuntos gerais mas também do interesse dos mais pequenos aglomerados populacionais, em regra trazidos a lume pelos deputados eleitos pelos respectivos círculos eleitorais a que dizia respeito o assunto. Em 17 de Agosto de 1922 vamos encontrar uma acta do Senado da República onde

133 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º10, Novembro de 1918, p.1. O referido Artur Augusto Pereira Faria era substituto do juiz de direito da comarca da Meda. Foi presidente da autarquia da Meda entre 1923 e 1925.
134 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º21, 30 de Maio de 1918, p.1.
135 SARAIVA, Jorge António Lima – *O Concelho de Meda*..., cit., p.71-72.

se exarou uma questão levantada pelo senador Ribeiro de Melo a propósito das epidemias que geravam as fontes de mergulho de Vale de Ladrões. Ao referir-se aos esbanjamentos de ordem material protagonizados pelo governo da República, em relação aos quais se manifestava opositor, asseverava: *"Se não fosse arreceiar-me de fatigar a Câmara ler-lhe-ia uma petição da Junta de Freguesia de Vale de Ladrões para reconhecer como aquela povoação está abandonada aos poderes públicos, continuando num regabofe bem condenável e consentindo-se despesas de milhares de contos por mero favoritismo pessoal ou político, sempre condenáveis, quer sejamos republicanos ou monárquicos, porque todos nós somos portugueses. Sr. Presidente, encontro-me deveras embaraçado para levar às mãos de quem de direito a petição que faz a Junta de Freguesia desta povoação. Mas como está presente o Sr. Presidente do Ministério e Ministro do Interior, a S. Ex.ª como dirigente da política do Ministério, endereçarei a petição da Junta de Freguesia de Vale de Ladrões, para que as fontes de mergulho em questão sejam substituídas por outras em condições higiénicas, a fim de se evitarem as epidemias que anualmente afligem aquela pacata aldeia do meu distrito"*. À frente rematava: *"Estou convencido de que o Sr. Presidente do Ministério não deixará de tomar na devida atenção os rogos da Junta de Vale de Ladrões, e assim prestará um bom serviço. A pessoa que mais se interessa pelo assunto é o Sr. José Augusto de Castro, jornalista distinto e um dos patriarcas da República que bem conhece das infelicidades por que tem passado a sua terra natal"*[136].

As acérrimas lutas político-partidárias, e a consequente instabilidade governativa verificadas durante a *República Parlamentar* só tiveram freio durante a *República Ditatorial*, conhecida como Estado Novo (1926-1974), pela própria natureza autocrática de um regime estável que se foi perpetuando no poder, com os mesmos reflexos no panorama político regional e local, não obstante aí se tenha verificado uma rotatividade nos cargos públicos. Durante esse período não cessou a vontade de apostar no progresso da freguesia. Logo no dia 1 de Dezembro de 1932 a Junta de Paróquia requeria à Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Meda que deferisse o requerimento enviado, respeitante à criação de um mercado mensal e uma feira anual de Santo António no dia 13 de Julho. Quatro dias depois reunia o mesmo Organismo, sob presidência de Joaquim António Tavares, deliberando executar obras no Largo de Santo António em virtude da Câmara Municipal ter aprovado a realização, nesse local, de uma feira na primeira Quinta-feira de cada mês. Em causa estava a necessidade de

136 República Portuguesa, Diário do Senado, 17/08/1922. Consultado online em http://debates.parlamento.pt. O indivíduo mencionado, José Augusto de Castro (1862-1942), nasceu em Prova, Meda, emigrou para o Brasil e regressou à Guarda para curar a tuberculose de que padecia. Foi secretário da Câmara da Guarda, jornalista, destacando-se pelo seu republicanismo, patente na fundação do Jornal da Guarda *O Combate*.

colocação de algumas pedras de cantaria para os lugares dos assentos das mercadorias, o que, sem discordância, foi aprovado[137].

Largo de Santo António em 1927, anterior às intervenções dos anos 30

A figura apresentada elucida a respeito da feição antiga do Largo de Santo António antes das transformações de que seria alvo com vista à realização das feiras. Visível se torna também a existência de algumas árvores a respeito das quais reuniu a Comissão Administrativa da freguesia no dia 8 de Janeiro de 1932. Em causa estava a necessidade de regrar as plantações, já que, as existentes, eram de posse particular não obstante se encontrarem em local público. Neste seguimento foi feito um arrolamento das existentes, declarando-se que as mesmas passariam a pertencer à Comissão Administrativa, ficando os plantadores inibidos de as tomarem como suas: 4 plátanos, 5 eucaliptos, 15 negrilhos, 6 choupos, 1 carvalho, 3 freixos, 1 oliveira, 1 vimeiro, 4 mimosas, 4 faias e 2 cerejeiras[138].

No triénio 1934-1936 a Junta de Paróquia de Vale de Ladrões tinha como presidente Acácio Augusto Rebelo, coadjuvado por Alexandre Augusto Ramos e António Maria Rebelo. Despendeu essa administração, durante o mesmo período, cerca de 400 escudos em pólvora e rastilho para a fonte de N. Sra. da Saúde; concerto de um sino; limpeza do cemitério, e outras despesas menores[139].

Em 1937 realizou-se uma publicação em jeito de abaixo-assinado, através da qual se reclamava da reforma administrativa que preteria a Guarda em prol

137 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões*, sessão de 1 e 5 de Dezembro de 1936.
138 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões*, sessão de 8 de Janeiro de 1932.
139 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões*, 1934-1936.

de Castelo Branco para capital de província, solicitando que fosse criada uma outra província, designada de Beira Serra, que tivesse a cidade da Guarda como capital. O concelho da Meda aderiu com vigor a esta petição. De Valflor assinaram-na Ilídio Augusto Gouveia, professor; Cândido Augusto Ramos Caldas, sacerdote; António Maria Rebelo, proprietário; Aníbal António Tavares, comerciante; e Olímpio Teófilo Trindade, proprietário. Assinou igualmente o mesmo documento a Junta de Freguesia, que nesta data estava assim composta: Joaquim António Tavares, presidente; António José Salvador, vogal; Adolfo Soares, vogal; e Henrique Sobral, regedor[140].

Foi em 1959 que foi pavimentada a estrada de ligação à Meda. Porém, já antes, em 4 de Fevereiro de 1949, a Junta reunira para dar a conhecer e agradecer a intenção de um filho da terra, recém-chegado do Brasil, Luís António Salvador, de custear a reparação da mesma. As obras custaram-lhe 1400 escudos[141]. A referida estrada foi iniciada em 1923 e Vale de Ladrões recebeu o primeiro automóvel a 1 de Janeiro de 1928[142]. O benemérito Luís Salvador faleceu em 24 de Janeiro de 1973 com 73 anos. Deixou em testamento à Junta de Valflor, presidida por António Maria da Costa coadjuvado por José Maria Falhas e Alexandrino Augusto Rebelo, várias propriedades que este Organismo vendeu entre 1973 e 1975 totalizando 401.000$00, a saber: um quintal no sítio da Lameira adquirido por Palmira do Carmo Abrunhosa por 20.000$00; um lameiro com freixos no sítio de Lameiras ou Carrascal que João do Nascimento Amado comprou por 50.000$00; a Quinta dos Prados em Outeiro dos Gatos que Jorge Eurico Flor Calvo adquiriu por 150.000$00; uma propriedade denominada Olgas comprada por Leovigildo do Nascimento Flor por 80.000$00; um pinhal no sítio do Ervedal adquirido por Luís António Calvo por 6.000$00; o Chão do Prado no limite do Carvalhal pelo preço de 80.000$00 e uma propriedade no lugar da Encosta vendida a Vitor Augusto Sobral pela quantia de 15.000$00.

Este acto não fora isolado. Já seus pais, Joaquim António Salvador e Carmina Salvador, com quem casou em 30 de Maio de 1897, haviam sido beneméritos para Valflor. Ele era filho de Salvador José e Maria Benedita, naturais de Torres, concelho de Trancoso. Ela era filha de João da Costa e de Maria Cândida

140 RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda*..., cit., p.292-293.
141 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões*, sessão de 4 de Fevereiro de 1949.
142 O dono do automóvel era Francisco Amaral. Não se sabe quem custeou a estrada mas presume-se que nela entraram capitais privados, tal como se pode concluir do depoimento do Dr. José Júlio César: *"Se não fosse o casmurro do Augusto Sampaio teria-se concluído em 924. Até Janeiro de 928 calculo que nos fica a nossa parte na estrada em cinco contos"*. Livro de registo e nota das propriedades, confrontações e caseiros do Dr. José Júlio César, fólios finais não numerados, livro de posse particular.

Amado, de Vale de Ladrões[143]. Depois de ter regressado do Brasil com fortuna, Joaquim Salvador deu trabalho nas suas propriedades a vários indivíduos, nomeadamente na Quinta da Pousada. Trazia ideias inovadoras e ministrava-as aos seus trabalhadores, asseverando-lhes que só trabalhando melhor se poderia progredir. Tinha como objectivo que os pobres o deixassem de ser, tal como ele em tempos o tinha sido. Quando era necessário proceder a melhoramentos na terra, Joaquim Salvador gostava de contribuir de forma generosa. A título de exemplo, em 1945 procedeu-se à captação de água para a freguesia num terreno que lhe pertencia, tendo-se procedido à gravação da data num pedra que ainda hoje aí existe. Mas não só. Em 1957 a torre da igreja foi subida e este benemérito custeou o relógio que aí foi colocado, tendo-lhe o povo agradecido com uma lápide que gravou no muro da mesma a 7 de Julho do referido ano. Esse relógio foi colocado por Miguel Marques Henriques, de Albergaria-a-Velha. Tem o número 205 e as iniciais P.F.B.

Joaquim António Salvador (à esq.) e sua esposa
D. Carmina de Jesus da Costa Salvador (à dir.)

Em 1968 esta freguesia recebeu electrificação. Em 1979 foi construído aí um lavadouro público. Em 1986 iniciaram-se os trabalhos de construção da sede da Junta de Freguesia[144]. Manteve-se esta terra como freguesia independente, rural, com uma economia local essencialmente agrícola, vinícola e oleícola, dispondo ainda de algumas destilarias. Têm sido explorados minérios no solo

143 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões*, 1880 a 1911, fl.21.
144 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia*..., cit., fl.42.

Luís António Salvador e sua esposa D. Edviges Augusta[145]

do seu território. Valflor é hoje uma localidade pacata, com um casario distribuído harmoniosamente pelo aprazível recanto do vale, mantendo os requisitos necessários para proporcionar aos seus habitantes uma vida de qualidade. Tem feira anual no dia de Santo António, a 13 de Junho, e um mercado mensal na primeira quinta-feira de cada mês.

2.3.1.1. A origem do topónimo Vale de Ladrões e a transição contemporânea para Valflor

Dizia Pinho Leal, nos finais do século XIX, a propósito da origem de Vale de Ladrões, o seguinte: *"Diz-se que a causa do nome d'esta freguezia é porque era, em tempos antigos, uma floresta deshabitada, onde se recolhiam os ladrões que então havia por estas terras"*[146]. A explicação veiculada por Pinho Leal era, por certo, aquela que recolhera localmente e foi também aquela que vingou a partir de então até aos nossos dias. Ela aparece aliás de forma muito clara na recente obra literária da autoria de Mário Longra, onde se lê: *"Mas prècurou como se tchama a terra, num é berdade? Pois olhe, tchama-se Bale. – Mas Vale quê? Só Vale? – Bom, nós e toda a gente tchamemos-lhe Bale de Ladrões. Mas agora atcho que querem mudar o nome para Bale Flor, respondeu contrariado. – Vale Flor é mais bonito. – É do sê parecer, sô Dias, da sua ópenião. A boniteza e a feiura dependem mai dos olhos ou da ingnorância das pessoas do que daquilo que éi mesmo... – Mas já agora, porque é que, antes, era "de Ladrões"? – Ora, sabe-se lá! Se calhar pela mesma rezão que bancê é Dias e eu sou Manel. Sabe-se lá, repetia a contra-gosto... Mas já que quer saber tudo,*

145 Casaram às 2 horas do dia 10 de Janeiro de 1920 em Vale de Ladrões. Ela nasceu em 22 de Janeiro de 1892 e era filha de Alexandrino Augusto Ramos e Maria da Natividade Rocha. Veja-se Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões, 1870 a 1879, fólio solto; Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1890-1903*, fl.66.
146 LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno...*, cit., 10.º vol., p.53-54.

dizem que foi por estes sítios serem, de antanho, fojos de quadrilhas que assaltavam e ladroavam, quando nã matavam, almocreves, pelingrinos e outros desgraçados que se astreviam a tomar o atalho do bale para romages, feiras ou trabalhos longe..."[147].

Tal explicação, decalcada no transcorrer dos séculos, tem uma forte dose de plausibilidade. A proximidade de Marialva, terra deveras importante desde tempos medievos, abre caminho à possibilidade da existência de bandos de salteadores no *Vale*, à ilharga das veredas que conduziam ao aludido burgo. Não era algo que diferisse de outros povoados importantes, por cujas imediações ponteavam quase sempre grupos que se dedicavam ao banditismo. Com maiores proporções neste *Vale*, justificando que fosse apodado para a posteridade de Vale de Ladrões? É crível.

Não é menos admissível, porém, que a origem do topónimo fosse forjada na hipotética criação, no *Vale*, de um couto de homiziados. Como estímulo ao povoamento de determinadas zonas territoriais com baixa densidade populacional, grande parte das quais locais fronteiriços onde era necessária a presença de gente, os monarcas criavam senhorios com privilégios específicos atractores de pessoas, sendo os coutos de homiziados, isto é, de condenados, uma das estratégias. Teria sido Vale de Ladrões um desses coutos de homiziados? Nem esta, nem a hipótese acima exarada puderam ser, até à actualidade, comprovadas documentalmente.

Couto de homiziados ou simplesmente zona de fixação sedentarizada de grupos de bandidos, o topónimo provocou nos habitantes do século XX, à semelhança do ocorrido com outras povoações portuguesas, sentimentos de desonra que alimentaram o desejo de o mudar. Na matemática do tempo a grande maioria das localidades portuguesas mantiveram a sua toponímica. Porém, outras actualizaram os seus nomes. Em 1270 *Vale Viçoso* transitou para Vila Viçosa; *Punhete* passou a ser Constância em 1833; *Lavarrabos* foi preterida por S. João do Campo ainda em 1879; *Barrelas* foi baptizada de Vila Nova de Paiva em 2 de Maio de 1883; em 1930 *Aldeia Galega do Ribatejo* deu lugar a Montijo; e *Aldeia de Porco* passou a designar-se Aldeia Viçosa em 25 de Janeiro de 1939. *Vale de Ladrões* também deixou de o ser. Conhece-se uma primeira tentativa de mudança para *Vale da Eira*. Em 5 de Agosto de 1925 foi apresentado no Senado da República o projecto de lei n.º960 que versava sobre essa mudança[148]. O mesmo projecto de lei foi discutido no mesmo Senado dois dias depois por proposta do senador Artur Costa. O seu teor era apenas composto de dois artigos, a saber: *"Artigo 1.º - A*

147 LONGRA, Mário – *Vale de Ladrões*. S. João da Talha: Ed. do autor, 2006, p.13.
148 República Portuguesa, Diário do Senado, 5/08/1925. Consultado online em http://debates.parlamento.pt.

povoação chamada «Vale de Ladrões» sede da freguesia do mesmo nome, concelho de Meda, passa a denominar-se «Vale de Eira». Art. 2.º - Fica revogada a legislação em contrário. — Artur Costa"[149].

Porém, só mais tarde, na segunda legislatura do Estado Novo (1938-1942), se processou a mudança efectiva do topónimo *Vale de Ladrões*, não para *Vale de Eira*, mas sim para *Valflor*, através do Decreto nº 31:106, publicado no Diário do Governo de 16 de Janeiro de 1941, após iniciativa do pároco de então, Cândido Lopes. O aludido diploma foi ratificado em 25 de Janeiro, ratificação essa aprovada em 2 de Fevereiro. Rezava o seguinte: *"Tendo em consideração o que apresenta superiormente a Junta de Freguesia de Vale de Ladrões, do concelho da Meda, no sentido de ver alterado o nome daquela freguesia para Valflor; considerando que actualmente nada justifica a depreciativa designação daquela circunscrição administrativa; considerando que o Governo Civil do distrito da Guarda e a Junta de Província da Beira Alta, ouvidos nos termos do artigo 12.º do Código Administrativo, pronunciaram-se favoravelmente à pretendida alteração, no que foi também concordante a Câmara Municipal do respectivo concelho; usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º2 do artigo 109 da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte: artigo único – passara a denominar-se Valflor a povoação e a freguesia de Vale de Ladrões do concelho da Meda, distrito da Guarda. Publique-se cumpra-se como nele se contem. Paços do Governo da República, 16 de Janeiro de 1941. António Óscar de Fragoso Carmona. António de Oliveira Salazar. Mário Pais de Sousa. Adriano Pais da Silva Vaz Serra. João Pinto da Costa Leite [...]"*[150].

Que teria inspirado o sacerdote para a escolha do topónimo Valflor? Teriam sido as amendoeiras floridas tão características na região a impulsionar a opção? Ou teria tal preferência derivado do sucesso da peça dramática da autoria de Pinheiro Chagas, estreada em 1869, no teatro D. Maria, que dava como título a *Morgadinha de Valflor* e se desenrolava numa aldeia da Beira onde viviam Coutinhos e Barradas e se aludia ao conde de Marialva? Tratam-se de perguntas para as quais, por ora, não há respostas definitivas, mas que não deixam de se constituir como importantes indicadores que norteiam as reflexões que poderão ajudar a encontrá-las.

149 República Portuguesa, Diário do Senado, 7/08/1925. Consultado online em http://debates.parlamento.pt.
150 Diário do Governo, 1.ª série, Decreto-lei n.º31106 de 16 de Janeiro de 1941.

III O QUADRO PATRIMONIAL

3.1. ARQUITECTURA RELIGIOSA

3.1.1. IGREJA DE S. PEDRO

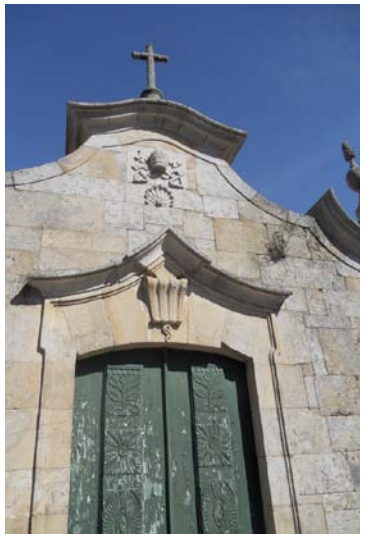
A Igreja de S. Pedro de Valflor foi construída no século XVI sobre as ruínas de um antigo templo românico do século XIV, havendo ainda, resquícios artísticos, do mesmo, nomeadamente a bela capela-mor cuja entrada se faz por um arco robusto com belas pinturas polícromas. A paróquia de Valflor é considerada uma das mais antigas desta estremadura, tangencial da maura adaga a sul do Douro. Compreendia então todo o vasto território que engloba hoje o de Valflor, Carvalhal e Pai Penela[151]. Reflexo dessa antiguidade é o elevado valor artístico da capela-mor, românica. No interior do aludido templo existem ainda paramentos e algumas alfaias religiosas provindos do extinto Convento de Vilares. Tem três naves com os tramos divididos por oito colunas, cinco altares e, no exterior, uma capela com alpendre e uma torre sineira que se eleva em três conjuntos talhados em blocos graníticos. Esta torre foi ampliada em 1957. É um edifício bastante cumprido, mas foi aumentado, de acordo com o que nos relatou o Sr. João, actual sacristão, por informações que lhe transmitiu seu pai. A data de 1819, inscrita na frontaria, comprova-o.

Os senhores de Marialva tinham um domínio territorial considerável. Porém, nem sempre foi fácil manter a posse de algumas igrejas e respectivos rendimentos. Sabe-se que em 13 de Novembro de 1450, D. João, bispo de Lamego, confirmou como clérigo da igreja de Vale de Ladrões o padre Vasco Gonçalves da Costa, por nomeação dos padroeiros[152]. Cinco anos depois foi a vez do papa Calisto III emanar bula onde nomeava João de Tarouca como reitor dessa paróquia[153]. De acordo com M. Gonçalves da Costa esta igreja era reitoria cuja apresentação e confirmação pertenciam ao prelado diocesano, por vezes provida por concurso de reserva apostólica[154]. Todavia, em 30 de Janeiro de 1490, o papa Inocêncio VIII expedia um breve através do qual dava comissão aos deães da Sé de Viseu e Guarda a fim de apurarem se o padroado das igrejas de S. Pedro de Vale de Ladrões e Santa Maria de Pai Penela pertenciam ao conde de Marialva[155]. Não se sabe o resultado. Sabe-se apenas que no ano seguinte, 18 de Setembro o

151 A capela da Senhora dos Prazeres do Carvalhal só pelos anos de 1670 se erigiu em curato, vendo-se então os moradores obrigados a subir a serra para ouvir missa nos domingos e dias santos, e receber os sacramentos na matriz de Vale de Ladrões. COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado*..., cit., vol.IV, 1984, p.203.
152 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.8, n.º33.
153 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.9, n.º8.
154 COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado*..., cit., vol.IV, 1984, p.184.
155 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.6, n.º14.

prelado lamecense, D. Gomes de Miranda, empossou o padre Martim Alves na igreja de Vale de Ladrões[156].

Existem vários documentos que provam que a partir de então os Marialvas travaram uma dura luta para verem confirmado o padroado dessa igreja. Em 22 de Janeiro de 1517 sabe-se que o conde de Marialva levaria a Roma documentos sobre a igreja de Vale de Ladrões, possivelmente para lhe ser confirmada a sua posse *"[...] e huma carta citatória com a citaçam feita por ella a Dom João sobre a egreja de Val de Ladroens e o trelado da comfirmação de Dom Joham bispo de Lamego feita a Vasco Gonçalves clérigo e aprezentação dos freigueses e moradores de Val de Ladroens como únicos padroeiros da dita egreja e huma copia rasa da letra de Manoel da Rocha da doaçam do dito padroado feita polos ditos unicos padroeiros ao conde Dom Gonçallo que santa gloria haja [...]"*[157].



Igreja matriz de S. Pedro de Valflor (fotos de 2010 e 2013)

Em 23 de Outubro de 1517 foi expedida pelo papa Leão X uma carta compulsória a respeito desta igreja, em pergaminho, escrita em Latim[158]. Em 1 de Fevereiro de 1522 regista-se nova carta compulsória, desta feita emanada no tempo de Adriano VI[159]. Sabe-se que em 15 de Junho de 1538 o infante D. Luís

156 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.8, n.º36.
157 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.2, n.º24A.
158 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.3, n.º6.
159 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.3, n.º10.

S. Pedro, igreja de Valflor (foto de 2013)

tomou posse desta igreja através do seu procurador Cristóvão de Matos: *"[...] no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e quinhentos e trinta e outo, aos quatroze dias do mes de Junho e no lugar de Val de Ladroens teermo da villa de Marialva do bispado de Lameguo e na igreja parochial de San Pedro do dito lugar paresceo Christovão de Matos Cavallero da Caza del Rey nosso senhor e na presença de mim notario que por vertude de huma procuração bastante que trazia de senhor infante Dom Luis lhe metesse de posse do padroado da dita igreja de San Pedro de Val de Ladroens por lhe perteeser por morte da senhora [fl.1v.º] Dona Beatris de Menezes condesa de Marialva e de Loule que santa gloria aja de que elle senhor verdeiro e legitimo eredero e sucessor e a el perteeser o padroado da dita igreja de juro e de heredade [...] e eu lhe di a pos[fl.2]se do padroado da dita igeja de San Pedro com aquella solenidade que ao tal auto de posse perteesia a saber por pedra, terra, telha, vestimentas, caliz, galhetas, livros e ornamentos da dita igreja por sinos e campas tangidas polas chaves da dita igreja que o dito procurador em suas mãos tomou e serrou as portas e as tornou abrir e fes todas as cerimonias que ao tal auto de posse perteesião e disse que elle aseptara a posse do dito padroado e se avia por envestido en ella na milhor via, forma e manera que de direito podia e devia, e nome do dito senhor infante, para que despuez da morte do abbade que hora he na dita igreja elle senhor infante possa apresentar otro abbade en ella como verdadeiro padroeiro [...]"*[160].

160 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.8, n.º20.

Não se fez esperar muito até que voltasse novamente à posse dos condes de Marialva. Em 9 de Novembro de 1595 foi lavrado um treslado do auto de posse das igrejas que pertenciam ao padroado do conde de Marialva. A reitoria de Vale de Ladrões aparece entre as possessões do referido conde[161].

Através do censual da mitra percebe-se que esta igreja pagava 360 réis de visitação, 60 de censória e 20 de catedrático à mitra, tal como as outras cinco paróquias confinantes e mais 40 pelo curato do Carvalhal. Tanto este, como o de Paipenela, eram apresentados pelo reitor de Vale de Ladrões[162].

Em 1758 era reitor de S. Pedro de Vale de Ladrões Manuel de Paiva Monteiro. Em 12 de Julho de 1849 António José de Reboredo Sampaio e Melo era empossado como pároco da igreja de S. Pedro de Vale de Ladrões por mercê de D. Maria II[163]. Em 23 de Maio de 1901 D. Carlos fez mercê ao padre Abel Maria de Sousa para titular da mesma igreja[164]. Além dos titulares existiam outros párocos coadjutores, naturais ou residentes, que aí exerceram o ministério de cura de almas. Atente-se no quadro seguinte que, apesar de lacónico, não deixa de ser uma referência para o estudo dos sacerdotes desta freguesia.

165166

NOME	CARGO	PERÍODO
Diogo Bordalo	vigário	meados do século XVI
Pedro de Sousa	reitor	segunda metade do séc. XVII
Tomé Cardoso	vigário	de 20/07/1676 a 04/08/1682
Frei Baltasar	padre	1677
José Álvares de Carvalho	cura encomendado	de 06/01/1678 a 1679
Manuel Cabral	vigário	de 27/09/1682 a 12/12/1689
António Gonçalves	cura encomendado	de 12/08/1682 a ?
Martinho Francisco	cura encomendado	de 05/03/1687 a ?
André Gonçalves Carvalho[165]	reitor	de 12/12/1689 a 13/04/1721
Bernardo de Tovar e Vasconcelos	reitor	de 13/04/1721 a 1755
João Pires de Carvalho	coadjutor[166]	de 30/10/1719 a pelo menos 1721
David de Afonseca	coadjutor	de 1723 até 15/06/1752
Pedro de Gamboa Pinto	vigário encomendado	de 1725 a ?

161 DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.5, n.º27.
162 COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado*..., cit., vol.IV, 1984, p.184.
163 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria II, livro 33, fl.13v.º-14v.º.
164 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Carlos I, livro 15, fl.46v.º.
165 Faleceu em 4 de Dezembro de 1720, deixando 30$000 de bens-de-alma e 50 missas de tenção, além de um óbito perpétuo de 3 alqueires para uma encomendação por si e seus pais, de 1 Pai-Nosso todos os domingos. COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado*..., cit., vol.VI, 1992, p.389.
166 Em 8 de Janeiro de 1721 passa a ser designado de padre encomendado.

Luís Lopes	coadjutor	de 1741 a ?
António Ramos Barreiros[167]	coadjutor	de 1730 a ?
José da Silva Oliveira	vigário encomendado	de 1744 a ?
Adrião Cardoso de Carvalho	coadjutor	de 1753 a ?
Manuel de Morais Ramos	cura encomendado	de 1755 a ?
Manuel de Paiva Monteiro	reitor	de 1755 a 16/05/1769
Miguel Jerónimo Pinto da Fonseca	coadjutor	de 8/7/1764 a ?
António Ramos Barreiros	coadjutor	de 26/09/1764 a ?
José Luís Tavares da Fonseca	cura encomendado	de 19/05/1769 a ?
Baltazar José Pinto	reitor	de 10/11/1769 a 9/9/1781
Manuel de Morais Ramos	coadjutor	de 2/9/1775 a pelo menos 1792
António José da Fonseca[168]	cura encomendado	de 1776 a pelo menos 1781
Gaspar de Aranda	cura encomendado	de 2/6/1779 a ?
António de Sousa Pinto	reitor	de 9/9/1781 a 12/8/1790
Frei Joaquim Pereira da Silva	cura encomendado	de 18/7/1790 a?
Francisco Eusébio da Silva Pereira	reitor	de 12/8/1790 a 20/7/1792[169]
Manuel Ramos	reitor encomendado	de 3/7/1792 a 18/8/1793
Joaquim Pereira de Lima	reitor	de 18/8/1793 a 3/5/1802
Luís António Tavares e Castro	pároco	de 26/6/1844 a 17/8/1849
António José de Reboredo S. e Melo	reitor	de 1849 até 1901
Júlio César Pinto	abade encomendado	de 12/7/1854 a 8/2/1857
Francisco Inácio Vieira Saraiva	abade encomendado	de 17/12/1860 a pelo menos 1867
António J. Monteiro de Figueiredo	coadjutor	de 1868 a 1869
Rodrigo Augusto de Sousa Pinto	coadjutor	de 1869 até pelo menos 1873
Abel Maria de Sousa	coadjutor/reitor[170]	de 1870 a 1901 e de 1901 a 1915
Álvaro Gomes dos Santos	reitor (?)	de 1915 a 1923
António Maria Machado	reitor (?)	de 1924 a 1926
José do Carmo Saraiva Furtado	reitor (?)	de 1926 a 1931
Cândido Augusto Lopes	reitor (?)	de 1931 a 1950
Urbelino dos Santos Martins Pinto	reitor (?)	de 1/11/1950 a 2004

Quadro 6. Sacerdotes de Vale de Ladrões (1676-1911)[171].

167 Em 12 de Dezembro de 1741 era escrivão do arciprestado e em 16 de Junho de 1746 era notário apostólico. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 1 (1721-1742).
168 Em 11 de Julho de 1790 era já cura de Paipenela, tendo vindo nessa qualidade, por ausência do reitor de Vale de Ladrões, baptizar nessa paróquia.
169 Veja-se o seu assento de falecimento em 20 de Julho de 1792 em: Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 19 (1676-1790), fl.101v.º.

Do primeiro pároco constante do quadro apresentado, Diogo Bordalo, não se sabe a data em que exerceu o seu ministério em Vale de Ladrões. E pouco mais se conhece da sua vida a não ser através do letreiro que existe na capela de Santo António, à saída da povoação da Rua para o Prado, no concelho de Moimenta da Beira: *"Esta capela instituhio o Rdo. Diogo Bordalo vigário de Vale de Ladroens no ano de 1554, mandou fazer aqui o Rdo. Manuel de Proença e Macedo, administrador della, no anno de 1711"*. O vínculo de morgado foi estabelecido pelo padre Diogo em testamento, lavrado em 9 de Abril de 1597, nas notas do tabelião de Marialva, Domingos Soares, na quinta de S. Miguel, arredores de Vale de Ladrões. Nele indicou para administrador seu sobrinho, padre Pedro de Macedo, os quais seriam obrigados a concluir a capela, guarnecê-la de madeira e mandar celebrar, para sempre, uma missa semanal; seis no dia do padroeiro, uma delas cantada; 5 em honra da Paixão, pelo missal novo; e outras de sufrágio[172].

Em 10 de Maio de 1877 foi feito um inventário de todos os paramentos, alfaias e mais paramentos da igreja e capelas de Vale de Ladrões, pertencentes à administração da Junta de Paróquia, então presidida por António José de Reboredo Sampaio e Melo. Este importante documento espelha a riqueza material da paróquia em termos religiosos, como se percebe no quadro 7[173].

No que diz respeito a bens imóveis, arrolados no mesmo ano, tinha a paróquia um chão no fundo do povo com oliveiras; um lameiro com uma courela no sítio do Vale do Ferreiro; outro lameiro no sítio de Santa Bárbara; dez courelas de terra lavradia folheira: no sítio de Santa Bárbara, no sítio do Pedreiro, no sítio dos Vales, no sítio do Poço da Rasa, no sítio do Outeiro das Lebres, no sítio da Serrinha, no sítio das Penas (limite de Carvalhal) e no sítio do Reguengo (Marialva); e umas terras lavradias folheiras, no sítio da Rechã e no sítio do Capelão. Tinha ainda prazos no sítio do Moiro; no sítio do Espírito Santo; no sítio da Jeromela; no sítio dos Cabecinhos; no sítio da Cascalheira; no sítio da Rebola;

170 Foi também arcipreste. Em 1911, pelo menos, ocupava esse cargo. Veja-se Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões*, 1880 a 1911.
171 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1700); *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 1 (1721-1742); livro 2 (1741-1763); livro 3 (1764-1784); livro 4 (1782-1802); livro 5 (1860); livro 6 (1861); livro 7 (1862); livro 8 (1863); livro 9 (1864); livro 10 (1865); livro 11 (1866); *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.2, n.º27, livro 1 (1867); livro 2 (1868); livro 3 (1869); livro 4 (1870); livro 5 (1871); livro 6 (1872); livro 7 (1873); livro 8 (1874); livro 9 (1875); livro 10 (1876); livro 11 (1877); livro 12 (1878); livro 13 (1879); livro 14 (1880); livro 15 (1881); livro 16 (1882); livro 17 (1883); livro 18 (1884); livro 19 (1885); livro 20 (1886); livro 21 (1887); livro 22 (1888); *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 18 (1676-1702); livro 1 a 16 (1896-1911). Arquivo Distrital da Guarda – *Paroquiais, Valflor*, cx.19, livros 1 a 6.
172 COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado...*, cit., vol.III, 1982, p.601.
173 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para o inventario dos bens e alphaias...*, cit., fl.6-9. Vejam-se outros inventários, fls.9-27.

BENS MÓVEIS DA PARÓQUIA DE VALE DE LADRÕES EM 1877																					
		ESTADO			MATERIAL																
BENS	QUANTIDADE	NOVO	USADO	VELHO	DAMASCO	VELUDO	SEDA	LINHO	LÃ	OSTEDA	ALGODÃO	TAFETÁ	LONA	BETA	TIÇO	MADEIRA	PRATA	ESTANHO	METAL	LATA	PAPEL
Capas	5		1	4	4			1													
Tapetes	1								1												
Casula de almáticas, estola e manípulos	6			1	2	1	2			2											
Alvas	4		1					1													
Cordões de apertar alvas	4		1								1										
Toalhas[174]	17	2	4	6				10			4										
Umbela	1	1			1		1														
Estandartes	1		1		1		1														
Panos estante missal[175]	2			1	1	1	1														
Çafanelas[176]	2	1			1		1														
Mesas de corporais	8	1	4	3						1	1										
Bolsas de corporais	6				4		1			1											
Palas	7				6		1														
Véus	10		1	4	1		2					6			1						
Pálios[177]	2				1	1	1														
Varas[178]	12																				
Cortinados[179]	8	6			7		1														
Panos púlpito[180]	3		1	2	1					1											
Reposteiros[181]	3												3								

Quadro 7. Bens móveis da paróquia de Vale de Ladrões segundo rol de 10 de Maio de 1877 (continua nas páginas seguintes).

174 Algumas continham rendas e bordados.
175 Com jargão e galão.
176 Com jargão e galão.
177 Com badanelas.
178 Com castões de prata.
179 Com galão e franjões.
180 Com galão e franjões.
181 Pintados a óleo.

Quadro 7. (continuação)

BENS MÓVEIS DA PARÓQUIA DE VALE DE LADRÕES EM 1877																					
BENS	QUANTIDADE	ESTADO			MATERIAL																
		NOVO	USADO	VELHO	DAMASCO	VELUDO	SEDA	LINHO	LÃ	OSTEDA	ALGODÃO	TAFETÁ	LONA	BAETA	TIÇO	MADEIRA	PRATA	ESTANHO	METAL	LATA	PAPEL
Opas	22	6	4	12										22							
Vestidos	2											2									
Mantos	2											2									
Sanguinhos	12																				
Palas do cálice	5							1													
Pavilhões para vasos	2		1	1	1		1														
Vasos	1																	1			
Caldeiras	1																	1			
Âmbulas[182]	1																	1			
Campainhas	2																		1		
Sacras	3															3					
Lâmpadas	2																		2		
Tocheiros	4															4					
Copos	4																		4		
Lanternas	6																		6		
Andores	4																				
Bancos[183]	7															7					
Cálices	3																2		1		
Patenas	3																3				

182 Com almáticas.
183 Alguns envernizados, outros com meroquim e outros ainda de amoreira e castanho.

Quadro 7. (continuação)[184]

BENS MÓVEIS DA PARÓQUIA DE VALE DE LADRÕES EM 1877																					
BENS	QUANTIDADE	ESTADO			MATERIAL																
		NOVO	USADO	VELHO	DAMASCO	VELUDO	SEDA	LINHO	LÃ	OSTEDA	ALGODÃO	TAFETÁ	LONA	BAETA	TIÇO	MADEIRA	PRATA	ESTANHO	METAL	LATA	PAPEL
Colheres	4																3		1		
Coroas	1																1				
Chaves	1																1				
Cruzes	3															2	1				
Custódias	1																1				
Galhetas com pratos	6																	6			
Castiçais	10																	4	6		
Turíbulos	1																		1		
Navetas	1																		1		
Mobiliário	6															6					
Berços	1																				
Sudários	1																				
Verónicas	1																				
Vasos sagrados	2																2				
Livros	5																				5

184 Apresentam-se apenas as características dos bens imóveis descritas no inventário, porquanto no que diz respeito a alguns deles o documento é omisso.

no sítio do Arvedal; no sítio do Alvanaz; no sítio dos Pelames; e no limite de Carvalhal. Tinha uma horta no sítio do Ribeiro do Eido; umas casas no fundo do povo; uma casa na Rua de Valverde; um forno da Rua Nova; um forno que servia de palhal no fundo do povo; e oliveiras no sítio da Encosta, no sítio do Monte, no sítio da Ladeira, no sítio da Ribeira, no sítio do Espírito Santo e numa terra de Sebastião Ramos[185].

Em 22 de Junho de 1879, através de uma acta da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões, tem-se conhecimento de alguns costumes religiosos antigos, os quais não estavam a ser levados a cabo pelo pároco local. Por esse motivo protestava o vogal José António Dinis da Silva Maduro, asseverando que se deveria voltar ao antigo costume da trezena de Santo António, novena do Menino, missas nas quintas-feiras da Quaresma na capela do Espírito Santo e voto a Santa Bárbara na respectiva ermida[186].

Nesta Igreja de S. Pedro existiu uma confraria do Santíssimo Sacramento em favor da qual revertiam os rendimentos de umas propriedades que lhe pertenciam. Sabe-se que esses prédios eram arrendados, sendo a renda paga em centeio, aí cultivado. O produto da renda era posteriormente arrematado em hasta pública, revertendo o rédito para a confraria, o que aconteceu, entre outros, no dia 11 de Maio de 1879[187].

A Igreja de Valflor foi sendo reparada ao longo do tempo. Em 1892, não obstante estivesse esgotada a verba destinada a reparos na igreja, diversas pessoas e inclusive o abade reclamaram com a Junta de Paróquia sobre o seu estado de degradação. Em causa estava a necessidade de uma mão de cal no interior da mesma e outras obras, nomeadamente de pintura. A Junta era presidida por António Maria Ramos, secretariada por António Augusto Vieira, sendo vogais Libânio Augusto da Cruz e João Rocha[188]. Em 1896 foi toda telhada por Aires de Carvalho, de Trancoso, gastando-se nessa obra 1700 réis. No mesmo ano foram pintadas as portas por José António Maça, da Meda, e concertadas as ferragens das mesmas. Outros concertos foram levados a cabo nas portas laterais, executados por Francisco de Bastos[189]. Em 1902 foi concertado o altar-mor, importando essa despesa em 9300 réis. No mesmo ano gastou-se 32000 réis em cal e mão-de-obra para reformar o telhado da igreja; e 17000 réis em dois milheiros de telha e respectivo carreto[190]. Em 1911 comprou-se madeira de pinho para *"solhar a*

185 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para o inventario dos bens e alphaias...*, cit., fl.2-4v°.
186 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 22 de Junho de 1879.
187 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 11 de Maio de 1879.
188 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 24 de Julho de 1892.
189 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa...*, cit., fl.7.
190 Idem, fl.11v.°.

Igreja Parochial desde a porta principal athé às portas latraes"[191]. Em 1918 as obras continuaram, gastando-se 30$00 a compor o telhado e 8$75 em telha e cal[192].

São vários os pormenores artísticos que é possível contemplar nesta igreja, designadamente o altar-mor, onde aparece o padroeiro S. Pedro e Santo Estêvão; e os altares laterais da invocação da Senhora das Necessidades e do Bom Jesus. Em 1877, de acordo com a descrição que foi feita das imagens existentes na igreja, existia a imagem de S. Pedro; a do Menino Jesus, no cimo da tribuna; a do Senhor Crucificado, sobre o altar-mor; e a imagem da Senhora da Conceição que servia para as procissões dos domingos primeiros. No altar de Nossa Senhora existia a imagem da Senhora do Rosário; de S. José; de S. Sebastião; e do Senhor crucificado. No oratório da sacristia existia uma imagem do Senhor crucificado, grande; e uma imagem de vestir, de N. Senhora do Encontro[193]. Além destes é possível contemplar a pia baptismal, o púlpito e as pedras sepulcrais, como se verifica nas imagens que se seguem.

Altar-mor e altares colaterais da igreja matriz de S. Pedro de Valflor (foto de 2010)

191 Idem, fl.16.
192 Idem, fl.20.
193 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para o inventario dos bens e alphaias...*, cit., fl.10.

(à esq.) Altar-mor e arco pintado da igreja matriz de S. Pedro de Valflor (foto de 2013)
(à dir.) Sacrário da igreja matriz de S. Pedro de Valflor (foto de 2010)

(à esq.) Pia baptismal da Igreja matriz de S. Pedro de Valflor (foto de 2003)
(à dir.) Púlpito da Igreja matriz de S. Pedro de Valflor (foto de 2003)

(à esq.) Pedra Sepulcral da igreja matriz com inscrição onde se lê *A. O. SOARES CARDOSO CAPITAM*, provavelmente do séc. XVIII (foto de 2003)
(à dir.) Pedra Sepulcral da igreja matriz com inscrição onde se lê *1698 A*[nos] (foto de 2003)

O tipo de pedra deste último sepulcro faz presumir que ela foi para aqui trazida de outro local. O piso da igreja encontra-se construído em blocos graníticos onde abundam inscrições com numeração das sepulturas. Os sinos são objectos patrimoniais que convém também assinalar. O sino maior desta igreja tem escrito *"feito em 1837 e refundido em 1931 em Trancoso por João Rodrigues Fernandes"*. O sino mais pequeno tem apenas: *João Rodrigues Fernandes*[194]. A propósito do toque dos sinos é de registar a curiosa quadra, bairrista, que era ensinada aos habitantes de Valflor ainda em crianças: os de Paipenela eram os mais fracos e só podiam dizer "tem lêndeas, tem lêndeas, tem lêndeas"; os do Carvalhal diziam "tirai-las, tirai-lhas, tirai-las"; os de Marialva um pouco mais fortes diziam "com quê, com quê, com quê"; os do Vale eram ainda mais fortes dizendo "com um pau, com um pau, com um pau".

Além do património referido, a igreja de Valflor conta ainda com alguns bens móveis de valor, nomeadamente missais, paramentos e alfaias religiosas antigas e em metais preciosos, alguns dos quais, oriundos do desmantelado convento dos Vilares.

Um dos párocos que serviu nesta igreja e ficou na memória dos naturais de Valflor foi o padre Cândido Augusto Lopes que paroquiou as freguesias de Longroiva, Valflor (entre 1931 e 1950), Vilarouco e por fim foi capelão do Instituto D. Maria do Carmo Lacerda Faria na Meda. Faleceu em Longroiva em casa de seu irmão Manuel Joaquim Lopes no dia 6 de Janeiro de 1956. Outro dos sacerdotes que ficou na história de Valflor foi o padre Urbelino dos Santos Martins Pinto. Natural de Marialva, onde nasceu em 27 de Agosto de 1922, cantou missa pela primeira vez em Valflor no dia 1 de Novembro de 1950 e por aqui ficou até 2004, ano em que faleceu com 82 anos de idade. Tinha também a seu cargo a freguesia do Carvalhal, a qual deixou em 1968 para exercer o seu ofício nas paróquias de Paipenela e Casteição. A partir de 1995 dedicou-se apenas a paroquiar Valflor e Chãos, povoação anexa de Casteição. Esteve 54 anos ao serviço da Igreja. Além desta actividade dedicava-se à agricultura nos terrenos de que era proprietário em Marialva. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia da Meda durante 25 anos (29 de Setembro de 1974 - 21 de Março de 1999). Depois do 25 de Abril de 1974 abraçou a causa do PPD, mais tarde PSD, como um segundo sacerdócio, pregando a doutrina deste partido com a mesma destreza com que pregava a doutrina.

Outro clérigo filho da terra, aí nascido em 1885, mas que a não paroquiou, foi o padre Cândido Augusto Ramos Caldas, filho de Joaquim Baptista Caldas e

194 Sabe-se, porém, que em 1920 se gastou 113$00 para a fundição de um sino e respectivo transporte. Veja-se Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia...*, cit., fl.20v.°.

Bárbara Joaquina Ramos. Pastoreou as freguesias de Vila da Ponte (1920-1924), Ferreirim, Sarzeda e Chavães. Na sua terra empenhou-se na criação de uma feira anual, que chegou a funcionar no dia 13 de Junho, e um mercado mensal nas primeiras quintas-feiras. Era um homem popular e desinteressado da fortuna. Em Sernancelhe foi fundador de uma banda filarmónica e foi director do quinzenário integralista *"A Voz da Pátria"*. Intervencionista, nunca se resignou perante os desvarios da República, como se percebe num artigo que escreveu no referido periódico: *"A república nada de proveito fez, roubando sempre, destruindo sempre, anichando sempre afilhados, fazendo novos-ricos, espalhando o dinheiro a rodos pela clientela faminta. Pasmai oh gentes!..."* Era membro da Associação dos filatelistas internacionais. Faleceu na sua freguesia a 8 de Setembro de 1950 com 65 anos de idade. Deixou os seus bens em testamento à diocese de Lamego.

(à esq.) Padre Cândido Augusto Ramos Caldas
(à dir.) Cândido Augusto Lopes

Termina-se este quesito com versos da autoria de Élio Secundino Amado Correia, dedicados à matriz de Valflor:

Igreja *da nossa terra*
Lá no alto perto do céu
Nasce o sol, beija-lhe a face
E à tardinha diz-lhe adeus

Neste lugar todos temos
Um direito bem formal
Logo após termos passado
Pela pia baptismal

Se o destino nos reservar
Este lindo e nobre evento
É ali que recebemos
O sétimo sacramento

Podemos ser pobrezinhos
E quando a vida acabar
A igreja nos prepara
No paraíso um lugar

Ficamos então ligados
Por um laço de união
Que vai a ser reforçado
Dia da confirmação

3.1.2. CONVENTO FRANCISCANO DE N. SRª. DOS REMÉDIOS

Por quatro séculos se alonga a história do convento franciscano de Vilares ou de N. Senhora dos Remédios. Foi fundado a 20 de Junho de 1447, na freguesia de Vale de Ladrões, a cerca de meia légua de Marialva, para as bandas do sudoeste, numa meia encosta que se elevava a cerca de 715 metros de altitude[195]. Pertencera, desde sempre, o local da sua implantação, ainda que sito numa zona de transição para outras povoações, à freguesia de Vale de Ladrões, como comprova um marco divisório conhecido por *Sino Saimão* que contém um sinal cruciforme. Dúvidas, aliás, não restam, depois de se ler o teor do registo de baptismo dessa paróquia do dia 20 de Abril de 1690, que conferia o sacramento a José, filho de Francisco de Amaral e sua mulher Maria Dias: *"moradores pegado ao convento dos Villares desta freguesia, caseiros dos frades"*[196]. Ficava na confluência de caminhos que conduziam desde esse povoado até Vale de Ladrões, numa zona aprazível, fragosa e de bosquedo, com amplos recursos hídricos, portanto, propícia à mantença dos primitivos eremitas, como era apanágio desta religião[197].

Esteve activo até 1834, data em que por decreto foram extintas todas as Ordens Religiosas. Trata-se de um dos mais antigos cenóbios da terceira ordem de S. Francisco erigidos em Portugal, tal como o de Caria, actual concelho de Moimenta da Beira, constituído em 1444. A fundação do Convento de Vilares foi autorizada pela bula *"Persona Religiosas"* do papa Eugénio IV a 19 de Março de 1445 e foi executada por frades de Caria que terão sido os primeiros conventuais[198]. A primeira missa foi aí rezada 9 dias depois da data da fundação, isto é,

195 Desde a memória paroquial de Marialva redigida pelo abade Bernardo José Cardoso de Meneses (filho de Bernardo José Cardoso de Meneses, capitão-mor de Marialva, e de D. Maria Jacinta de Sousa, natural de Moimenta da Beira), até a Gonçalves da Costa, os autores divergiram quanto à distância a que ficava o Convento de Vilares da vila de Marialva. DGARQ/TT - Memórias paroquiais, vol. 22, nº 56, fl.369 a 380; COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado*..., cit., vol.IV, 1984, p.199.
196 Arquivo Diocesano de Lamego - *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1700), fl.16v.º. Opinião contrária, e errónea, teve M. Gonçalves da Costa em *História do Bispado*..., cit., vol.IV, 1984, p.184.
197 Veja-se a este propósito MONFORTE, frei Manoel de - *Chronica da Provincia da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem & Regular Observancia de nosso Seraphico Padre S. Francisco*. Lisboa: ed. Officina de Miguel Deslandes, 1696 (alvo de reedição em 1751).
198 REMA, Frei Henrique Pinto - *A Família Franciscana na Diocese de Lamego, no passado e no presente*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 2002.

em 29 de Junho de 1447. Apenas mais tarde, no século XVI, a famosa "imagem milagrosa" de N. Senhora dos Remédios chegou ao convento. D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa, terá ofertado ao seu confessor, o franciscano frei Francisco da Cunha, uma imagem que frei Agostinho de Santa Maria ajuizava *"de tão rara fermosura, que a todos põem em admiração"* e este a depositou no Convento dos Vilares: *"[...] e deliberando aonda a collocaria, se resolveo fazello na Casa dos Vilares, aonde tinha particular devoção, ou porque nesta Casa seria noviço, ou seria a da sua primeyra prelasia. Para esta Casa a mandou, e ainda quando o fez, não tinha esta Santa Imagem invocação especial"*[199]. Teria sido a fervorosa devoção após a recepção da imagem e a invocação que a ela faziam os fiéis nas suas enfermidades, trabalhos e aflições que ditaram o título de N. Senhora dos Remédios *"[...] e com elle a começárão a invocar, Nossa Senhora dos Remedios, não só por toda aquella comarca, mas por toda a Beyra"*[200].

O rígido modo de vida dos franciscanos reflectiu-se não só nas características arquitectónicas dos seus conventos, mas também na escolha do respectivo local de instalação. Além de uma tipologia arquitectónica muito própria, os capuchos tinham um modelo bastante rígido para a instalação dos seus edifícios. Factores como as características das localidades com as quais iriam relacionar os seus conventos, a sua distância relativamente aos espaços urbanos, ou as particularidades das condições paisagísticas do sítio faziam parte de uma clara e intencional estratégia de localização territorial desta ordem religiosa de onde se destaca o intencional afastamento ao núcleo urbano. A ordem dos frades capuchos é assim uma das que melhor se identifica com a tipologia de localização periurbana: instalavam os seus conventos a uma considerável distância física dos limites das pequenas povoações às quais se associavam, escolhendo um local isolado, de preferência junto a uma linha de água.

Em 1587, o cardeal Alberto, arquiduque de Áustria e vice-rei de Portugal, durante o domínio castelhano, tendo rivalidades com os frades terceiros regulares, incumbiu o Dom Abade de Alcobaça, Frei Guilherme da Paixão, de visitar os conventos da Ordem. No relatório desta visita, datada de 17 de Agosto de 1588, enunciou que os encontrou todos muito pobres, padecendo de frio e fome. No de Vilares achou 12 frades[201]. Parte deles terão ido em 1596 povoar o recém-instituído convento de Pinhel, pelo que o seu número era consideravelmente diminuto. No século XVIII, de acordo com a informação prestada pelo padre Carvalho da Costa seria 30 o número dos integrantes, o qual nunca deverá ter aumentado senão diminuído de acordo com D. Joaquim de Azevedo, abade de Cedovim, na sua obra sobre a história eclesiástica da cidade e bispado de Lamego[202].

199 MARIA, Frei Agostinho de Santa – *Santuario Mariano e Historia das Imagens de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas, que se venerão nem os bispados da Guarda, Lamego, Leyria e Portalegre...* Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1711, vol.3, fl.186-189.
200 Idem, ibidem, loc. cit.
201 ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal.* Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1968, (4vols.), vol.II, p.154, (a 1.ª edição é de 1910-1928).

Sito em lugar ermo mas antigo, como se percebe pelo nome *Vilares* enquanto alusão a povoamentos ancestrais, este convento veio trazer uma renovação espiritual à região, sobretudo com o apoio religioso e humanitário dos frades e a fama dos milagres da Senhora dos Remédios. Desde cedo a imagem da patrona, de braços estendidos para o povo, atraiu devotos, tornando-se local de peregrinação e penitência. Tal devoção, que se foi adensando com o tempo, é visível na produção de vários "quadrinhos de milagres", os ex-votos, que através de um relato sintético, verbal e imagético, exprimiam o compromisso e gratidão de uma graça alcançada depois de uma promessa efectuada em determinado momento de aflição. Pintados em tabuinhas, os milagres da N. Senhora dos Remédios, venerada no Convento de Vilares, eram acompanhados por legendas explicativas que situavam no espaço e no tempo a intervenção divina[203]. As esmolas cresceram de tal ordem que eram suficientes para o sustento de um capelão, havendo dias de 3 missas cantadas[204].

O ímpeto devocional que se criou em torno de N. Senhora dos Remédios, decorrente da fama milagrosa da santa, percebe-se também nas romagens que no século XVII já eram frequentes, atraindo muitas pessoas ao convento, sobretudo na altura da Páscoa[205]: *"Em todo o tempo do anno concorre muyta gente a buscar a esta milagrosa Senhora, e principalmente nos dias de suas festividades"*[206]. Mas não só. Tanto os legados que os fiéis deixavam em testamento à instituição conventual para que aí se rezasse um número considerável de missas, como o facto de algumas personalidades escolherem esse templo para a sua sepultura, como aconteceu com o padre de Vale de Ladrões em 1694, e ainda o facto de ter sido prática corrente em Vale de Ladrões tomar a Senhora dos Remédios para

202 COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e Descripçam topográfica do Famoso Reyno de Portugal.* Lisboa, 1712, vol.VI, p.308; AZEVEDO, Joaquim – *Historia Ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego.* Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1877.
203 *"[...] e assim são muytas as memorias de quadros, mortalhas, cabeças, braços de cera e outras cousas semelhantes [...]"*, MARIA, Frei Agostinho de Santa – *Santuario Mariano...*, cit., vol.3, fl.186-189. Sobre os ex-votos veja-se, também, FARIA, Ana Santiago – *Ex-votos de Marialva.* Meda: Câmara Municipal de Meda, 2007, p.47-109.
204 Era fama que numa capela da cerca aparecera N. Sra. do Desterro, em 1657. COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado...*, cit., vol.IV, 1984, p.184.
205 DGARQ/TT - Memórias paroquiais, vol. 22, nº 56, fl.369 a 380.
206 MARIA, Frei Agostinho de Santa – *Santuario Mariano...*, cit., vol.3, fl.186-189.

madrinha das crianças recém-nascidas, são provas cabais da importância regional deste cenóbio franciscano[207]. Tomem-se como exemplo dois registos de baptismo exarados em 1786. O primeiro ocorreu a 26 de Março de 1786, tendo como receptor do sacramento José, filho de José de Carvalho e de Maria José de Figueiredo, ambos de Vale de Ladrões. Foi padrinho um Miguel Lopes e madrinha a N. Senhora dos Remédios: *"[...] tocando na Fonte do Baptismo com a coroa da dita Senhora o Reverendo Religiozo Frei José da Graça do convento da dita Senhora dos Remedios"*[208]. O segundo foi lavrado em 13 de Agosto de 1786. Registava o baptismo de Joaquina Dominica, filha de José Ribeiro e de Maria José, ambos de Vale de Ladrões. Foi apadrinhada pelo capitão Alexandre Ramos, natural de Vale de Ladrões, e por N. Senhora dos Remédios: *"[...] tocando a dita baptizada com a coroa da Senhora na Fonte do Baptismo o Reverendo Frei Simão Religioso do Convento da mesma Senhora"*[209].

A festa solene da Santa ocorria no dia da sua natividade. De acordo com a descrição de frei Agostinho de Santa Maria que, segundo assevera, se baseia num livro de memórias que terá existido no convento, a imagem estava colocada numa capela particular, colateral, da parte do Evangelho, dentro de um nicho de vidraças. Tinha vestidos e corpo de roca e tinha *"[...] tamanho natural e representa huma perfeytissima mulher, com majestade de Rainha toda soberana. Está com os braços estendidos, como quem está chamando a todos para que cheguem e se valhão da sua piedade e clemencia, oferecendo-lhes ser remedio em todos os seus trabalhos, alivio e consolação em suas penas, e saúde inteira em suas enfermidades [...]"* . As esmolas que recebia eram tantas que sustentavam os capelães, assim como muitas eram as missas a ela rezadas, havendo dias de se rezarem três[210].

Para custear obras no cenóbio, Filipe III satisfez o rogo dos frades com informação favorável do corregedor de Pinhel, mandando cumprir a provisão de 19 de Junho de 1615, através da qual ordenava às câmaras locais, entre as quais a de Marialva, Meda e Longroiva, que contribuíssem com 95 mil réis durante três anos para tal empreendimento[211]. Isto mostra que o convento foi sendo sucessivamente intervencionado. A data de 1699 que aparece insculpida num pequeno lavabo na entrada nascente do edifício comprova a existência de obras mais de dois séculos depois da fundação.

207 COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado...*, cit., vol.IV, p.132; 199-202; 338; 390.
208 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 4 (1784-1802), fl.18.
209 Idem, ibidem, fl.22v.º.
210 MARIA, Frei Agostinho de Santa – *Santuario Mariano...*, cit., vol.III, p.186-189.
211 Idem, ibidem, loc. cit. Veja-se ainda *Chancelaria de Filipe III*, 3, fl.20v.º.

Em 1709 a boa imagem do convento seria posta em causa por frei Dâmaso da Assunção, aí professo. Foi acusado à Inquisição de Coimbra pelo delito de solicitação em confissão, isto é, requestar algumas penitentes para a prática de acções luxuriosos. Natural de Ranhados o frade era filho do advogado Pedro Freixinho Leitão e de Maria de Sequeira. Apresentou-se de espontânea vontade ao Santo Ofício em 22 de Março de 1709. Como já tinha sido denunciado previamente, o tribunal inquisitorial instaurou-lhe um processo. Porém, este documento está incompleto porquanto consta que o réu fugiu para Castela e não mais o Santo Ofício conimbricense lhe deitou a mão[212].

Este é um dos poucos frades de que há notícia de terem professado no convento. Do contingente religioso aí presente pouco se sabe a não ser o nome de alguns deles, nomeadamente frei Francisco da Cunha, confessor do arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro que aí professou nos finais do século XVI; frei Manuel da Trindade, que aí foi mestre de Filosofia no século XVII e o padre António da Conceição Carvalho, também mestre-escola no século XVIII. Acrescem a estes os nomes de alguns superiores, a saber: frei António da Assunção, em 1706; frei Manuel das Neves, em 1709; o pregador frei Domingos de S. Tomás, em 1713; frei Manuel de Santo António, em 1741, igualmente pregador; frei Domingos de Santa Maria, em 1746; frei Manuel de Santa Teresa, em 1752; frei António de Santa Rosa, entre 1756 e 1763, natural de Almeida; frei Joaquim Pereira da Silva, em 1796. Somam-se alguns nomes de professores e outros indivíduos que se sabe aí terem falecido[213]. Alguns destes aparecem mencionados nos registos paroquiais de Vale de Ladrões, nomeadamente como padrinhos nalguns baptismos. Foi o caso do pregador frei Manuel de Santo António, padrinho de Bernardo José, em 18 de Setembro de 1741, e de uma Maria, em 3 de Dezembro do mesmo ano[214]. Sabe-se que nos fins do século XVIII o número de integrantes baixou para 30 por escassearem as esmolas e se terem multiplicado os mendicantes.

Pouco se sabe também sobre a gestão económico-administrativa do convento. A maior parte da documentação destes cenóbios desapareceu. Apenas existem algumas referências dispersas, tal como a veiculada pela Memória Paroquial de Marialva, redigida em 1758, que asseverava: *"Na distancia de pouco mais de meia legoa esta hum convento da ordem 3.ª de S. Francisco dos Villares de religiosos de que era padroeiro o cappitam mor da vila da Meda Christovão Pereira*

212 DGARQ/TT – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, processo n.º8051.
213 Veja-se COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado...*, cit., vol.VI, 1992, p.388; FARIA, Ana Santiago – *Ex-votos de Marialva...*, cit., p.133-134.
214 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 1 (1721-1742).

e agora seos herdeiros"[215]. Um dos herdeiros, aclarava o mesmo documento, era Luís Caldeira, da Meda.

Outras referências aparecem em documentos régios. Em 6 de Fevereiro 1743, a título de exemplo, D. João V expedia uma provisão através da qual preceituava que outros pregadores não poderiam ser escolhidos no concelho de Marialva, durante a Quaresma, a não ser os frades do convento, devendo estes receber da Câmara esmola de vinte mil réis[216].

Em 1779 o convento foi agraciado com uma mercê importante. D. Maria I expedia uma resolução através da qual permitia a construção de uma escola no cenóbio, fixando os proventos que a custeariam e nomeando o padre António da Conceição Carvalho como mestre-escola: *"Houve sua magestade por bem por sua real rezoluçam de 16 de Agosto do prezente anno fazer mandado ao ministro e religiosos do dito convento da terceira ordem de S. Francisco dos Villares da villa de Marialva de huma escolla de ler e escrever e contar com a ordinária de 40$00 que cobrará na folha dos professores regios destes reinos dos quaes dará 20$00 ao padre frei Antonio da Concepçam Carvalho a quem tem nomeado para mestre da mesma escola a dita senhoria emquanto não mandar o contrario, e jurará perante o arcebispo de Lacedemonia na forma ordenada de que se lhe passou esta carta em 2 de Outubro de 1779"*[217].

Convento de N. Sra. dos Remédios em 1927

Após a extinção das ordens religiosas em 1834, os bens do convento foram incorporados no património da Fazenda Nacional e mais tarde o edifício foi arrematado em hasta pública a um particular. O decreto de extinção previa que

215 DGARQ/TT - Memórias paroquiais, vol. 22, nº 56, fl.369 a 380.
216 COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado*..., cit, vol.VI, 1992, p.388.
217 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv.7, fl.220v.º.

os vasos sagrados e paramentos que serviam ao culto divino fossem postos à disposição dos ordinários para respectiva distribuição pelas igrejas da diocese mais necessitadas. Daí que algumas igrejas paroquiais do concelho da Meda tenham recebido algum património móvel do cenóbio de Vale de Ladrões. Uma das contempladas foi a igreja do Carvalhal que recebeu um tecto forrado de 35 caixotões de madeira em talha dourada, pintados com figuradas de franciscanos e clarissas. Presume-se também que a igreja de Outeiro dos Gatos tenha sido outra das usufrutuárias do aludido desmantelamento, nomeadamente pela recepção do altar-mor, de talha primitiva, datada de 1756, com belo ornato e colunas cavadas para nichos e sobrecéus em franja. Por seu turno, a capela de N. Senhora dos Remédios da Devesa, Marialva, terá recebido as imagens de roca da padroeira do convento, do século XVI, e do Menino Jesus, e ainda a imagem de Santa Clara, do século XVII. De igual forma, as imagens de grande porte que representam Santo António e S. Francisco na igreja de Santiago de Marialva, relativas ao século XVII, devem ter pertencido ao Convento. Finalmente no que respeita a paramentos e alfaias religiosas sabe-se que algumas foram parar à igreja de Vale de Ladrões, hoje Valflor[218].

Nitreira dos Chãos (foto de 2003)

Na foto apresentada vêm-se algumas colunas e pedras do extinto convento dos Vilares. Num terreno localizado a cerca de 1 km de Valflor, denomi-

218 FARIA, Ana Santiago – *Ex-votos de Marialva*..., cit., p.127-131. No que respeita à ida da imagem de N. Senhora dos Remédios para Marialva, tal aconteceu em data incerta e não se fez sem grande contestação do povo de Vale de Ladrões, pleito que se terá estendido no seio de Marialva entre o povo do arrabalde, ou da Vila, e o povo da Devesa, ambas reclamando a posse da imagem. Ana Faria, no já citado estudo, entre as páginas 135 e 138 reconstitui pormenorizadamente esses dissentimentos.

nado Chãos, o almirante Armando Roboredo, então proprietário, na década de 60, mandou aí construir uma nitreira com a pedra deste convento.

Desde então o convento tem-se vindo a degradar com o tempo, a incúria e destruição humana, encontrando-se hoje em estado de verdadeira decrepitude, em sepultura de vala aberta[219]. Por tal razão é difícil destrinçar hoje, entre as ruínas, os vários espaços que compunham o conjunto patrimonial, nomeadamente os de culto (coro e sacristia); os destinados à higiene e saúde (rouparia, barbearia, enfermaria); os culturais (livraria, sala de escola); os ligados à lavoura e alimentação (uxaria, cozinha, refeitório e adega); os dormitórios e celas; e os de meditação e lazer, como era o caso do claustro. Destes, percebe-se, ainda que com dificuldade, a localização da capela, cuja entrada se fazia por um adro onde existia a Fonte da Senhora dos Remédios; da sacristia, a qual tinha uma janela virada a nascente e tinha desembocadura directa para a capela-mor, por três degraus, e também para claustro; da capela de N. Sra. do Desterro, afastada do convento para a banda do sul, onde consta ter aparecido a santa da invocação aludida no ano de 1657, que servia para oração e penitência dos conventuais; da cozinha; do refeitório; as celas; e o claustro. Acrescem ruínas de outras edificações cuja utilidade se desconhece e ainda um forno e uma fonte[220].

Vista frontal das ruínas do convento de N. Sra. dos Remédios (foto de 2003)

219 Segundo Adriano Rodrigues o claustro viria a ser destruído para aproveitamento de materiais de construção e algumas pinturas em madeira teriam sido convertidas em ripas para sustento das telhas da cobertura de um recinto destinado a albergar um rebanho. RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda*..., cit., p.284.
220 FARIA, Ana Santiago – *Ex-votos de Marialva*..., cit., p.111-125.

Pormenor das ruínas do convento de N. Sra. dos Remédios (foto de 2003)

(à esq.) Nicho do convento de N. Sra. dos Remédios (foto de 2003)
(à dir.) Pormenor do interior do convento de N. Sra. dos Remédios arruinado onde figura a data de 1699 (foto de 2003)

Pormenor do convento de N. Sra. dos Remédios apoderado pela natureza (foto de 2003)

(à esq.) Conduta de água do convento de N. Sra. dos Remédios (foto de 2004)
(à dir.) Lancil de quebra-luz do convento de N. Sra. dos Remédios (foto de 2003)

(à esq.) Outra conduta de água do convento de N. Sra. dos Remédios encimada por pedra perfurada (foto de 2003)
(à dir.) Fonte de N. Sra. dos Remédios com nicho para a santa e legenda na parte inferior da mesma (foto de 2003)

(à esq.) Sistema de contrafortagem do convento de N. Sra. dos Remédios (foto de 2003)
(à dir.) Portentosa janela e banco granítico adossado ao muro do convento de N. Sra. dos Remédios (foto de 2003)

3.1.3. CAPELA DE SANTO ANTÓNIO

Trata-se de um templo católico sito na praça central da localidade, perto do chafariz. É uma capela alpendrada com telheiro suportado com colunas concêntricas de base, fuste e capitel bem delineados. Servia este para abrigar os romeiros e tem duas entradas contendo escadas uma delas. Este edifício, de molduras salientes nas portadas e rematado por pináculos, apresenta aspetos arquitectónicos que é possível filiar ao século XVIII. De facto, como bem refere Elisabete Ramos, a capela contém inscrição com data de 3 de Maio de 1778 por cima da porta e janelas, muito embora o enquadramento dos algarismos faça presumir que possa ser mera obra de curiosos[221]. Até porque, sublinhe-se, o padre Manuel de Paiva Moreira, na *Memória* de 1758, já refere a existência deste templo. Pode ter sido alvo, no entanto, de algum restauro ou modificação (talvez o alpendre) gravando-se-lhe a data de 1778. O altar foi recentemente restaurado, pugnando-se pela preservação da traça original.

Em 1877 foi feita uma descrição dos santos desta capela, referindo-se que aí estava uma imagem de Santo António; outra de S. Miguel; outra de Santa Bárbara *"que se acha nesta capella por estar deteriorada a della"*; e outra do Senhor

221 RAMOS, Elisabete Araújo – *Mêda...*, cit., p.93.

Capela de Santo António

crucificado, sobre o altar. Dizia ainda a mesma descrição: *"excepto na capella do Espirito Santo e de Santa Barbara há pedras d'ara em todos os altares da igreja e capellas"*[222].

Sabe-se que o Santo António era muito venerado em Valflor, realizando-se anualmente uma festa em sua honra, à qual concorria muita gente. De tal forma a ela concorria a povoação que em 24 de Julho de 1892 a Junta de Paróquia deliberou realizar essa festividade na igreja matriz porquanto a pequenez do espaço físico da capela não permitia comportar o povo[223]. No mesmo ano, foram feitas aí obras. Em 1939 gastou-se com o telhado deste templo 100$00[224]. A festividade terá estado inactiva até meados da década de 90 do século passado, altura em que se reactivou depois do restauro da capela, passando a realizar-se em Agosto.

Altar da capela de Santo António

222 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para o inventario dos bens e alphaias*..., cit., fl.10v.°.
223 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 24 de Julho de 1892.
224 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia*..., cit., fl.6; 25v.°.

(à esq.) Sta. Bárbara, possivelmente do séc. XVII, altar da capela de Sto. António (foto de 2013)
(à esq.) Janela da capela de Santo António com inscrição "03 DE MAIO" (foto de 2013)

Santo António de Lisboa aparece neste altar com os atributos com que é comumente representado: sem barba, com o menino ao colo e segurando uma cruz. Também já teve imagem de S. Miguel, como refere a Memória Paroquial de 1758, a qual foi mudada para a capela do Divino Espírito Santo. Além destes destaca-se a imagem de N. Sra. do Rosário e outra, de grandes proporções, que no quadro do santoral católico se identifica como sendo Santa Bárbara. No que respeita aos seus atributos, vê-se na cabeça uma coroa, na mão esquerda um objecto que parece uma torre e na direita a ausência do dedo polegar e um borrão a preto na palma da mesma indicam que aí esteve outro objecto entretanto desmantelado, possivelmente a palma que simboliza o martírio. As vestes polícromas encontram-se gizadas com ornatos dourados. Esta imagem, de grande porte, pertence à capela de Santa Bárbara e para aqui foi mudada pelo facto da capela de onde é originária ficar desviada da povoação em sítio ermo, temendo-se que pudesse ser roubada. Em 1877 já constava do rol das imagens da capela de Santo António.

Festa de Santo António (foto de 1988)

3.1.4. CAPELA DE SANTA BÁRBARA

Encontra-se localizada a norte da povoação, a cerca de 2 quilómetros, entre as antigas "canadinhas" para Meda e Outeiro de Gatos. É pequena, de construção simples, com a porta e duas frestas viradas a poente. Uma pedra semi-trabalhada encastrada na parte nascente serve de trono à imagem. A imagem originária desta capela encontra-se na capela de Santo António. Em 22 de Junho de 1879 este templo encontrava-se a necessitar de restauro, de acordo com o exarado na acta da sessão ordinária realizada nesse dia pela Junta de Paróquia[225].

Nos anos 70 do século passado, graças à iniciativa de Manuel papoilo e um conjunto de rapazes de Valflor, a capela sofreu novo restauro. Em Junho de 1976, em jeito de comemoração, fez-se uma festa e o povo acudiu em massa. Celebrou-se missa campal a cargo do padre Urbelino, que depois de se encomendar a S. Braz, puxou pelas cordas vocais fazendo-se ouvir por todos os recantos do fraguedo. Seguiu-se procissão, arrematação de oferendas, piquenique farto e variado, num ambiente de verdadeira confraternização. A festividade haveria, posteriormente, de se extinguir, devido à falta de mocidade.

225 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 22 de Junho de 1879.

Monte onde se encontra a capela de Santa Bárbara (foto de 2005)

Capela de Santa Bárbara (foto de 2003)

Procissão da festa de Santa Bárbara (foto de 1976)

3.1.5.CAPELA DE N. SRA. DA SAÚDE

É uma joia do estilo rococó, que se presume ter sido construída em 1818, como indica a inscrição numa das colunas frontais da sua fachada. Porém, é possível questionar esta data, como adiante se fará. Localiza-se perto da ribeira quer corre a sul em direcção à freguesia do Carvalhal, como alude uma quadra de tradição oral: *"A Senhora da Saúde, tem o tear à janela, vem o vento da ribeira, todo o fiado lhe quebra"*. Tem romaria na Segunda-Feira de Páscoa. A sua fachada é imponente, fruto dos pormenores rebuscados de ornamentação. O portal é disso exemplo, coroado com robusta pedra granítica pentagonal contendo inscrição remota semi-latina e semi-portuguesa que parece querer dizer *"N. SRA. DA BOA SAUDE SALUSINE IRMORUM SAUDE DOS INFERMOS ROGUAI POR NOS"*, chapelada e em sentido piramidal com o mesmo material. Num plano superior destaca-se a janela emoldurada com o mesmo talhe das duas que ladeiam o portal. O remate do templo é feito com idêntico traçado de onde emerge um pedestal em que assenta uma portentosa cruz. O ser caiada permite a esta capela ressaltar os pormenores gizados no granito, com realce na simetria das colunas que suportam o conjunto arquitectural, com base a adelgaçar para o fuste e remate de três peças sobrepujados com pináculos igualmente tri-seccionados.

Possuía este templo um campanário ostentando uma sineta no cimo do alçado lateral esquerdo que a dada altura desapareceu. Na década de 80 do século passado a capela foi dotada de um novo telhado e o campanário foi derrubado, ficando dele alguns pedaços no chão que, com o tempo, desapareceram também.

Inscrição do portal da capela de N. Sra. da Saúde (foto de 2004)

Capela de N. Sra. da Saúde (foto de 2004)

Ao longo do tempo os habitantes de Valflor foram desenvolvendo um ímpeto devocional intenso à Senhora da Saúde, havendo conhecimento da existência de pelo menos um ex-voto dedicado a esta santa. É sob os auspícios da crença e da fé, numa época em que elas mais se manifestaram, que devem ser entendidos os ex-votos. Importantes peças de arte, e fontes históricas de grande valia, em grande parte dos casos gizadas por amadores, estes quadrinhos a quem a historiografia tem prestado uma atenção apenas muito escassa, contam esparsos de histórias de vida, e permitem compreender melhor a vivência do sentimento religioso pelos fiéis numa determinada época. De milagres tratam, no fundo, destinando-se a rememorar aos vindouros o inaudito feito.

Nos séculos XVIII e XIX a fragilidade da vida era ainda uma constante. Adoecer era, em muitos dos casos, um prenúncio de morte. E se fama tinham alguns médicos pelos feitos valorosos da sua sapiência, ela confinava-se aos círculos mais restritos das cortes nobres. No povo, como também entre o baixo clero, além das crenças nas superstições, nas mezinhas... etc., havia santos infimamente venerados pelas suas competências milagrísticas, desde que invocados para esse fim.

Mas se o ex-voto é em si um testemunho de uma crença num milagre, isto é, de uma certa visão do mundo, é também o pagamento de um voto ou promessa. Representa algo ainda hoje muito presente no intelecto religioso católico de

alcançar a graça divina: o pagamento da mesma. Por esta via, receber uma graça não é um acto automático em função das propriedades ou características pessoais de quem a requer, ou de uma obra anterior à solicitação, mas sim uma "troca contratada" por intermédio de uma promessa. Seguem-se dois tempos. Ao dar sucede-se o receber. Porém, "o dar" implícito no "contrato" ou "compromisso" celebrado apenas pela parte requerente, o *"do ut des"* (dou para obter) surge apenas em momentos de aflição, angústia ou ânsia, isto é, nos episódios, quase sempre de perigo pessoal, familiar ou social, em que o homem se defronta com a incapacidade humana de agir, abrindo-se assim caminho ao apelo da intervenção de uma entidade protectora, divina. Curioso e singular contrato em que a parte mais fraca é a que regula a própria contrapartida.

Ex-voto dedicado à N. Sra. Da Saúde (foto de 2003)

Alcançada a graça divina, melhor dizendo, realizada determinada expectativa, era tempo de cumprir a promessa, através da oferta ao intercessor de algo que expressasse a gratidão e atestasse aos olhos de todos a sua força e grandeza. Os ex-votos, ou quadrinhos de milagres, são isto. Através de um relato escrito sintético e com recurso à imagética do sucedido, estampados na madeira por artistas mais ou menos exímios, mais ou menos profissionais, aludia-se ao compromisso e à gratidão.

A detioração deste ex-voto não permite a leitura integral da legenda. O pouco que se consegue ler indica que o quadrinho alude a um episódio tido como milagre ocorrido na centúria de oitocentos. Vê-se na imagem a Santa vestida de rosa com manto azul, a figura que intercede e a figura enferma na cama que se encontrava em perigo de vida e foi salva pela divindade invocada.

No Verão de 2008 o altar da capela de N. Sra. da Saúde foi restaurado. Na sua deslocação foram feitas descobertas até então ignotas. Por detrás do belo altar encontrava-se um nicho que se presume datar do início da construção da capela. É possível apreciar uma parte do mesmo depois de se abrir uma pequena porta que está no centro do altar.

À vista desarmada não se percebe o que encontra por trás. Esta descoberta levanta o problema da data primitiva da construção da capela e ainda da função para a qual foi construída. Note-se em primeiro lugar que a preocupação de dotar o altar de uma porta com acesso ao nicho serviu o propósito de aproveitar esse orifício para um esconderijo. Aí seria possível esconder alfaias ou outros bens de valor. Depois, importa sublinhar que se a capela na sua feição original continha este nicho ornamentado não possuía outro senão este altar.

Será a data de 1818 referente a um restauro profundo da capela e respectiva introdução do altar? É bem possível que tal tenha acontecido. Atente-se na descrição das capelas da freguesia dada em 1758 pelo reitor de Vale de Ladrões: *"[...] que tem dentro da freguesia huma cappela ou ermida da Senhora da Encarnaçam de que hé administrador hum Manoel Cardozo de Faria e outra de Santo Antonio e Sam Miguel que he do povo. E fora da freguesia esta outra que he do povo em distancia de hum quarto de legua e hé da invocação de Santa Barbara. E dentro da freguesia tem outra do Divino Espirito Santo que tambem hé do povo"*. Como rapidamente se percebe, todas as atuais capelas são referidas com excepção da N. Senhora da Saúde. Por outro lado, é mencionada uma capela particular, administrada por Manuel Cardoso de Faria, devota a N. Sra. da Encarnação que hoje não existe. Não seria esta capela de N. Sra. da Encarnação convertida posteriormente para um templo de N. Sra. da Saúde? Presume-se que sim, até porque isso explicaria a existência do nicho pintado, anterior ao actual altar, e está congruente com a data de 1818 que indica a putativa reconstrução. Porém, a ser verdade esta conjectura, desconhecem-se as razões da mudança.

Como se pode ver nas imagens apresentadas este nicho serviu também de altar, pois segue-se-lhe um montículo saliente de pedras que acentuam ainda mais a profundidade do nicho. O altar de um qualquer santuário é memorial de uma manifestação divina e sacraliza o local. É preciso, portanto, decifrar a simbologia encriptada nos belos ornatos gizados. Domina a policromia. Verde, vermelho, branco, bege, rosa, castanho e preto foram as cores escolhidas para a composição. Na base vê-se uma ânfora (do grego *amphoreus*, que deriva de *amphi* – "nos dois lados", ou "duplo" e *phoreus* – "carregador") sem orla mas com pescoço, duas alças, um corpo ovóide sem qualquer desenho e um pé. Dela brotam quatro tipos de flores.

Nicho da capela que se encontra por detrás do altar (foto de 2008)

Rosácea de seis pétalas com as pontas unidas perfazendo uma estrela de David (foto de 2008)

Uma das que é possível identificar são os lírios, flores com uma simbologia profunda. São citadas recorrentemente na Bíblia e os judeus usavam-nas na decoração dos seus primeiros templos porquanto representavam a simplicidade e pureza. De acordo com a tradição bíblica o lírio é símbolo de uma escolha feita, de um eleito. Para os cristãos é o símbolo da Virgem Maria e na Páscoa um símbolo de ressurreição. O lírio estilizado flor-de-lis é associado ao pendão do

rei David e igualmente à pessoa de Jesus Cristo ("olhai os lírios do campo…"). Aparece no Egipto associado à flor de lótus, e igualmente entre os assírios e os muçulmanos. Cedo se tornou símbolo de poder e soberania, de Realeza que se faz por investidura Divina o que leva a também simbolizar a pureza do corpo e da alma. É esta mesma flor, de pétalas róseas purpuradas, que se encontra no antigo jardim real cerceando o Palácio da Pena, em Sintra, mandada plantar aí por D. Fernando II, certamente dando continuidade à tradição afirmando que a *Flor-de-Lis* é tanto o símbolo de *Sintra* como de *Lisboa* ("Lis Boa" ou "Boa Lis", no dizer de Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*, expressando a *Lei Divina* incarnada na pessoa do Monarca e Pontífice Universal).

Outra das flores patente nesta composição são as designadas "flores da vida" *hexafólios* ou *sexifólios*, estrelas de seis raios e rosáceas ou rosetas hexapétalas (com seis pétalas). São duas as rosáceas de seis pétalas representadas, destacando-se das demais pela sua dimensão. Tendo numerosas variantes, normalmente são interpretadas como símbolos solares por simbolizarem o Sol que gira e a luz móvel de que o Astro-Rei é a fonte. Sendo a flor uma ontofania da luz, ela foi e é usada na iconografia cristã para caracterizar as pessoas divinas, a Virgem Maria, os anjos, profetas, apóstolos e santos. Por seu perfume suave, a *fiori della vita* expressa também o êxtase e o arrebatamento do místico à Glória do Amor de Deus. Outro dado curioso, sendo por vezes interpretado como um dado exotérico, é a ligação das seis pétalas que perfaz uma estrela de David, símbolo judaico.

O crescente lunar encimado de estrelas alude ao mundo celeste, sobreposto ao mundo natural, terrestre, querendo significar a união das duas naturezas, humana e divina, no Verbo encarnado que é Cristo.

Este altar assenta numa composição devocional tripartida, tendo no vértice principal a imagem da Senhora da Saúde, de dimensão algo reduzida para o espaço do nicho em que se encontra, e nos colaterais S. Cosme e S. Damião, santos gémeos que, por conseguinte, foram representados iguais na forma, tamanho e cor do vestuário. Figuram neste altar pela simbologia da saúde, porquanto a sua santidade advém em parte do facto de terem exercido medicina (um era médico outro farmacêutico) a título gratuito. As portas que dão acesso ao nicho parecem demonstrar que havia intenção de o aproveitar. A forma exímia da traça ao nível da figuração central não encontra paralelo no remate cimeiro de todo conjunto, no qual se vislumbram pormenores inacabados, designadamente um arco interrompido por dois anjos. Predominam, no conjunto, os tons bege, rosa, azul e dourado. Dos mesmos se veste a patrona deste templo, com manto e sandálias, coroa de pedras e engalanada com vários acessórios de ouro presumivelmente oferecidos pelos fiéis ao longo do tempo.

(à esq.) Pormenor do Altar com a porta aberta que conduz ao nicho
(à dir.) N. Senhora da Saúde de Valflor

Em 1877 foi feita uma descrição dos santos desta capela, referindo-se que aí estava uma imagem da Sra. da Saúde; outra do Senhor crucificado, sobre o altar; outra de S. João de Deus; outra da Sra. das Dores; e ainda outra da Senhora da Boa Morte[226].

A devoção à N. Sra. da Saúde foi sempre fervorosa. A descrição mais antiga que se conhece da festividade encontra-se no Jornal *O Marcial* de 1919, redigida por um habitante de Valflor que não se identificou: *"Vale, 21 d'Abril. Realisou-se nesta freguesia uma festa religiosa à Senhora da Saude que correu na melhor harmonia não havendo, como quasi sempre acontece, a costumada "mócada". A festa foi abrilhantada pela filarmónica de Santa Comba que durante o dia tocou algumas peças do seu reportório. Houve uma luzida procissão em que figuravam 17 andores todos ornados com o mais fino gosto. Já que a festa se não efectuasse senão para nos ser agradável ver as ruas bem limpas e as casas levarem uma esfrega a valer, o mesmo acontecendo a muitas crianças que só nestas ocasiões, se lembram da higiene lavando os pés e cortando o cabelo, nós dávamos qualquer quantia de boa vontade. Além disso sempre foi um dia que o estomago alargou a pele. A povoação teve o aspecto duma pequena cidade e... forasteiros nos foi dado vêr"*[227].

226 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para o inventario dos bens e alphaias...*, cit., fl.10v.°.
227 Jornal *O Marcial*, ano I, n.°19, 30 de Abril de 1919, p.3.

3.1.6. CAPELA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Localiza-se a capela do Divino Espírito Santo, cuja data de construção se desconhece, junto ao cemitério da localidade. Presume-se que o primeiro cemitério tenha sido terminado em 1870, sendo posteriormente aumentado. Era neste templo que ocorriam as missas das quintas-feiras no tempo da Quaresma[228].

Em 3 de Maio de 1853 a Junta de Paróquia constituída pelo padre António José de Reboredo Sampaio e Melo, presidente; Sebastião Augusto de Cardoso, secretário; António José dos Reis e Francisco António Tavares, vogais; e Aurélio António Rocha, regedor; reuniu a título extraordinário para deliberar o arranjo desta capela através de arrematação em hasta pública. De acordo com a acta lavrada, o templo necessitava de armação e forro, portas e um taburno para o altar-mor[229]. Mais tarde, em 1896, a capela levou um *mulheiro de telha*, cujo carreto foi feito pelo próprio vendedor Albino Flor. Quem telhou a capela foi Aires de Trancoso, recebendo por esse serviço 1000 réis. No mesmo ano as portas do templo juntamente com as do cemitério foram pintadas por José António Maça, da Meda[230]. Em 1927 a capela levou novamente telha, na qual se gastaram 310$00, aos quais acresceram 1200$00 para os trabalhos de reparação[231]. Mas não ficou tudo pronto neste ano. No ano seguinte gastaram-se 600$00 em madeira; 19$50 com as mulheres que subiram a telha para a capela; e em 1929 aplicou-se mais telha no valor de 70$00[232].

Capela do Divino Espírito Santo e parte do cemitério (foto dos anos 30)

228 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 22 de Junho de 1879.
229 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 3 de Maio de 1873.
230 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia...*, cit., fl.7.
231 Idem, fl.22v.°.
232 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia...*, cit., fl.23 e v.°.

Capela do Divino Espírito Santo (foto de 2003)

Inscrição na capela do Divino Espírito Santo, numa parede do lado direito (foto de 2005)

Em 1877 foi feita uma descrição dos seus bens móveis, referindo-se que aí estava uma imagem do Divino Espírito Santo; um caixão com três gavetões oleados; e uma sineta[233].

Esta capela foi restaurada recentemente e o cemitério aumentado em 1995. As juntas de cantaria foram abertas a ponteiro e tapadas com cimento. A parte cimeira do obelisco do lado direito foi quebrada e desapareceu. A foto da inscrição reflecte já essas obras de restauro. A epígrafe encontra-se em caracteres não latinos e apresenta três linhas, estando a primeira já muito delida, conseguindo

233 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para o inventario dos bens e alphaias*..., cit., fl.10.

ver-se apenas alguns caracteres. Parece uma escrita de inspiração fenícia ou grega arcaica com adaptações do fenício que justifica estudo apurado por parte de epigrafistas. O primeiro signo da primeira linha parece indicar, aliás, a letra obsoleta do alfabeto grego, o *koppa* numérico que se utilizou na época arcaica (século VII e VIII a. C.) nalguns dialectos, tendo o valor de 90, tendo sido também utilizado no *alfabeto cirílico* também conhecido como *azbuka*, alfabeto cujas variantes foram utilizadas para a grafia de várias línguas eslavas. Porém, é signo que aparece também entre o alfabeto Mongol.

Signo da inscrição da capela do Divino Espírito Santo e respectiva interpretação

3.1.7. CAPELA DE S. NICOLAU

A capela de S. Nicolau é particular e localiza-se na Pousada. Crê-se que esta seja uma capela muito antiga, havendo quem presuma que date do ano de 954.

Capela da Pousada (foto de 2005)

3.1.8. O CRUZEIRO

Padrões por excelência da fé cristã, os espécimes que compõem este património religioso imóvel são símbolos iconográficos da cultura católica ocidental. O empenho das comunidades na edificação destas estruturas revela a sua devoção e a necessidade que têm e sempre tiveram de evocar a protecção divina no quotidiano. Colocados nas ruas, nas bermas das estradas, nos largos, nos campos ou nos montes, apenas alguns constituíam um passo, ou paragem, de uma procissão, mas todos monumentalizaram e sacralizaram os lugares onde se encontram. Por muitos deles, alguns antiquíssimos, os nossos antepassados nutriam a sua mais ardente devoção.

Das tipologias funcionais dos cruzeiros merecem destaque três: uma que serve para assinalar fisicamente um percurso espiritual e simultaneamente físico de uma determinada cerimónia religiosa; outra que tem a ver com a protecção das pessoas viventes das almas penadas, "que costumam habitar as encruzilhadas dos caminhos e estradas"; e uma última função que se presta à recordação - função memorialista.

Morfologicamente os cruzeiros mais completos, como o de Valflor, são constituídos por uma base de degraus com recorte quadrado, circular, octogonal ou poligonal, sobre os quais se elevam um pedestal e a coluna, com fuste, por vezes facetado, coroado por capitel sobre o qual assenta a cruz. Alguns contêm gravadas as armas dos prelados que os mandaram edificar. Outros motivaram a construção de capelas dedicadas ao Calvário. Alguns apresentam-se em granito singelo, sem relevo nem imagens. Outros têm uma elevada riqueza artística, onde os ignorados canteiros do passado deram largas ao seu imaginário e materializaram no duro granito, com rudes mãos, a sua arte sentida. Alguns ostentam imagens na cruz, nomeadamente a de Cristo (quando a opção não escolheu a da *Virgem* e da *Pietà*), cujo objectivo é o reforço da rememoração do seu papel de mediador entre o céu e a terra, sacralizando esses espaços que assim ganham uma nova dimensão: a dinamização da Fé.

O elemento seccional mais importante do cruzeiro, aquele que lhe dá o nome, é a cruz. Símbolo máximo do catolicismo, a cruz materializa o poder de Cristo sobre a morte, e é elemento incontornável de expressão e afirmação da sua universalidade. Trata-se, por conseguinte, de um elemento referencial de todos os espaços religiosos. A sua existência, porém, não se confina a espaços interiores, onde predomina. No exterior, onde aparece com ou sem a figura de Jesus Cristo, é um elemento também fulcral, seja sob a forma de cruzes processionais, seja integrando a arquitectura das igrejas nos vértices do telhado ou nas fachadas, seja insculpida e até pintada nas superfícies murais junto das

paredes ou disposta nas ruas e praças das localidades. Aí, mais do que representar a morte do filho de Deus constitui um recurso simbólico para a exaltação da redenção dos cristãos e da possibilidade da ressurreição. No espaço contíguo às igrejas, prestam-se a identificar de forma imediata aos fiéis o itinerário do caminho da luz, o trilho sagrado que o redentor calcorreou como parte integrante da sua missão. Já a sua disposição nas fachadas dos edifícios trata-se da imposição de um exercício de devoção aos cristãos.

Fora do espaço contíguo aos templos, este elemento aparece sobretudo nos locais de passagem quotidiana, de sociabilidade das comunidades ou outros associados ao sagrado (todos os trajectos das vias-sacras contêm este elemento primordial do catolicismo), tal como acontece com o cruzeiro de Valflor. A sua construção nos caminhos, praças e cruzamentos, remete os fiéis para a constatação de que a digressão humana na terra deve procurar as veredas certas, sem desvios e orientada para a presença de Deus. Há portanto o objectivo de uma rememoração de que do cume dos céus a entidade divina escolta de perto o percurso dos viajantes aspirantes ao Paraíso: acompanha-os na viagem e protege-os.

Cruzeiro de Valflor (foto de 2003)

Espaço por excelência de religiosidade desde eras imemoriais, o concelho da Meda é depositário de cruzeiros artisticamente interessantes e remotos, tais como o já referenciado. Passado e presente aparecem neste monumento unificados e relegam os modos como os fiéis viviam a sua religiosidade para um tempo *a-histórico*, no sentido em que denotam uma prática religiosa e, portanto, cultural, que se perpetuou.

O cruzeiro de Valflor encontra-se no largo do mesmo nome, a 50 metros da igreja matriz. Ignora-se a sua data de construção. A base composta por quatro degraus escalonados, lisos, de onde emerge o pedestal em que assenta o fuste era composta por pequenos "narizes" com saliência de 3 ou 4 centímetros. Na década de 70 os "narizes" já se encontravam em avançado estado de degradação. Face à escassez de recursos financeiros para os reparar, o problema foi resolvido com pico e camartelo, quebrando-se o que restava desses pormenores artísticos.

3.2. ARQUITECTURA CIVIL PÚBLICA

Este é um campo da história da arquitectura praticamente inexplorado entre nós. A modernização da vida civil que acompanhou o desenvolvimento dos aglomerados urbanos quinhentistas acentuou a necessidade de criação de um conjunto de serviços imprescindíveis ao incremento da vida social, obrigando à criação ou aperfeiçoamento de estruturas destinadas a esse efeito. Tal valorização da vida municipal conheceu uma notável evolução no período manuelino vindo o património coletivo da urbe municipal portuguesa a incluir quase sempre a casa da Câmara e cadeia, açougue e mercado. A importância que estes edifícios vieram a assumir foi acompanhada por uma maior preocupação por parte da administração estatal em emanar diretrizes incentivadoras de construções de raiz, aperfeiçoamento de edifícios com algum esforço decorativo e emprego de materiais mais resistentes que imprimissem alguma robustez. Foi o que aconteceu logo a partir do reinado de D. João II. Uma vez que Vale de Ladrões não era concelho, as suas estruturas arquitecturais civis públicas são de conceção mais tardia, nomeadamente o Chafariz e a Escola.

3.2.1. O CHAFARIZ

Gizado em pedra de cantaria o chafariz foi construído em 1867. Apresenta uma arquitectura infra-estrutural, neoclássica. É uma fonte de espaldar com pilastras e urnas, com remate em empena curva, com cornija e bicas cilíndricas, com um tanque adossado. Presidem à sua construção não apenas propósitos de solução de determinada necessidade material, mas ainda evidentes objetivos estéticos de embelezamento da localidade e, particularmente, do local onde está implantada. Mantém um claro impacto visual e a sua localização não deixa de servir, com a sua imponência, o envolvimento urbano. Está edificada no material lítico típico da região, como era frequente neste tipo de construção, ou seja, o granito. Possui tanque de mergulho que não abarca a totalidade da largura da edificação e o seu estilo não se filia ao do espaldar encostado porquanto nenhuma parede traseira suporta o conjunto. Não se encontra hoje no sítio primitivo já que foi mudado vários metros para permitir a construção da Escola Primária.

O espaldar apresenta-se subdividido em três secções distintas. Uma constituída pela contrafortagem lateral que compreende colunelos simétricos em quadrado. Uma outra que compreende o espaço localizado a meio dessas longarinas verticais nas pontas, de onde sobressaem as duas bicas; e uma derradeira secção que envolve o espaço mais central e que mais reclama atenção, contendo um baixo-relevo circular em jeito de sol gizado, em cujo cerne se encontram inscrições.

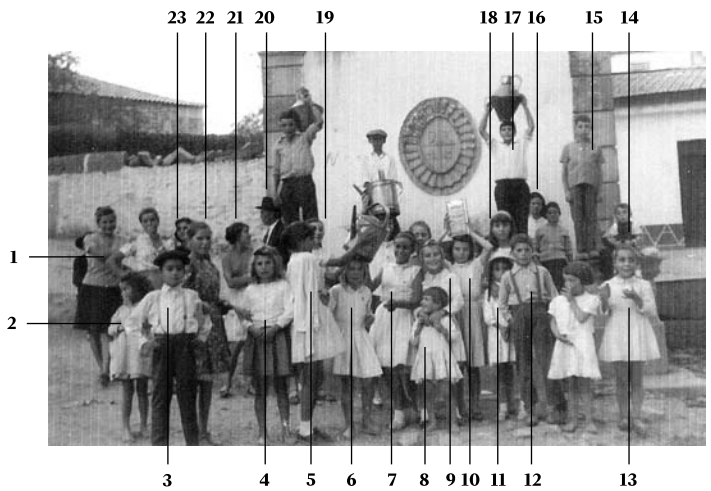
O remate da fonte é feito por espécie de frontão enrolado, piramidal, ornado nos vértices laterais e central. Neles assenta caixote quadrado de granito por onde emergem vasos *cupulares* trabalhados. O central eleva-se mais alto coroando o conjunto arquitectural. A austeridade, imponência e, simultaneamente, simplicidade da construção, dominam a estética.

Sabe-se que ao longo do tempo este belo chafariz abasteceu a freguesia durante muitos anos. Quando no Verão se fazia sentir a escassez de água era necessário esperar pelas chuvas do Outono para que a fartura voltasse aos cântaros. No mesmo local existia um bebedouro para animais, o qual foi retirado na década de 60 do século passado para outro sítio, presumivelmente por motivos de higiene. Ao longo do tempo esta fonte foi sofrendo contratempos. Em 1879, em reunião da Junta de Paróquia de 22 de Junho, o vogal José António Diniz Maduro, sublinhava a necessidade de reparar o chafariz da aldeia[234]. Em 21 de Julho de 1892, a título de exemplo, Amadeu Calvo, jornaleiro, por garotagem e brincadeira, subira a uma das extremidades da fonte e, abanando-a, deitara por terra a pirâmide esquerda, composta por três pedras, inutilizando algumas delas. No dia 31 do mesmo mês reunia extraordinariamente a Junta de Paróquia

234 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 22 de Junho de 1879.

para deliberar sobre o sucedido. Discutido o assunto, decidiram requerer corpo de delito, isto é, avançar com uma causa para tribunal, fazendo arguido o autor do dano público[235].

Não se sabe quanto tempo esteve danificado o chafariz. Sabe-se apenas que em 1912 a Junta de Paróquia inscreveu uma rubrica no livro de despesa para o concerto do mesmo mas acabou por não apresentar nenhum gasto. Só em 1921 gastou com ele 71 mil réis: 41 mil dos quais em terra inglesa e o respectivo carreto; e os restantes 30 mil no concerto propriamente dito. Em 1954 levou ferragens e canos no valor de 88$90; e em 1961 as suas paredes foram caiadas. Em 1983 tornou a sofrer arranjos[236].



Fonte caiada, algumas décadas atrás (foto dos anos 60)
Legenda: 1 – Helena Morgado; 2 – Filomena Azevedo; 3 – José Aníbal; 4 – Alfredina Azevedo; 5 – Marina Igreja; 6 – Graciete Azevedo; 7 – Irisalva Bertolo; 8 – Fernanda Amado; 9 – Lurdes Ricardo; 10 – Salvina Moura; 11 – Fernanda Azevedo; 12 – José Igreja; 13 – Lurdes Moura; 14 – Carlos Moura; 15 – Elias Cruz; 16 – Lídia Abrunhosa; 17 – Alexandrino Pimentel; 18 – Justina Ramos; 19 – Fátima Moura; 20 – Carlos Sobral; 21 – Celeste Rodrigues; 22 – Leonor Domingues; 23 – Ricardina Ricardo Reis

Hoje a água deste chafariz encontra-se imprópria para consumo e ele não é tão belo como já foi. Valeria a pena renovar a nascente do Chão do Canal e canalizar para lá a água para que pudesse ser consumida mas sabe-se que essa é uma tarefa muito difícil. Seria, por certo, o reatar da mística sentimental que os

235 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 31 de Julho de 1892.
236 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia...*, cit., fl.16v.º; 21; 29; 32; 40.

moradores mantêm com este monumento, como aludem os versos da autoria de Élio Secundino Correia:

Chafariz das duas bicas
D'onde as moças nalgum tempo
Levavam a água fresca
E o peito a arder por dentro

Não tens a face caiada
Nem flores pelo S. João
Que os rapazes te traziam
Era assim a tradição

Tanta gente, tanta vida
Tudo parece acabado
Não tens as mesmas visitas
Chafariz abandonado

Já não és ponto de encontro
Só Santo António a teu lado
Hirto olhas o nascente
Sem futuro nem presente
Fazes lembrar o passado

Chafariz de Valflor, feição actual (fotos de 2013)

3.2.2. FONTES DE CHAFURDO OU MERGULHO

As fontes de chafurdo ou de mergulho são muito comuns em aldeias como Valflor. Estão geralmente a um nível inferior ao do solo, estando a água protegida por uma abóbada feita de pedra. Era o resultado, muitas vezes, de um esforço comunitário destinado a prover a povoação desse elemento vital que era a água. Pela falta de higiene a estas fontes inerente, elas foram sendo substituídas por

chafarizes. Abundam fontes deste género em Valflor, designadamente a Fonte do Ribeiro do Eido, Fonte dos Anjos, Fonte do Valongo, Fonte da Róis, Fonte da Lameira, Fonte do Mônо, Fonte da Quinta da Fonte Arcadinha, Fonte da Pombeira e Fonte dos Pelames.

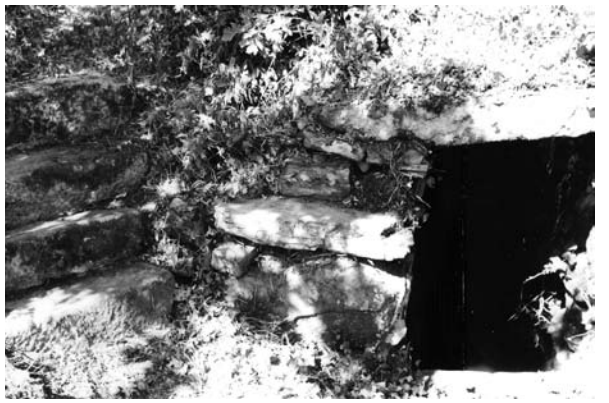
A Fonte do Ribeiro do Eido está encostada a uma rocha de granito em jeito de pequeno tanque. Não tem cobertura para resguardo do sol mas a sua água é fresca. Está situada a cerca de um quarto de hora a pé da povoação. Foi reparada pela Junta em 1942, gastando-se com ela 10$00[237]. Hoje encontra-se ao abandono e só as silvas, ortigas e outros espécimes florísticos ali saciam tranquilamente a sede.

No caminho de Valflor para Marialva, depois do lugar do Vale do Forno, no começo da subida para o alto da Serrinha, do lado esquerdo, existiu um pequeno ponto de água conhecido por Fonte dos Anjos. O nome que tomou dever-se-á ao facto dos frades do convento dos Vilares ali passarem em procissão quando iam a Valflor buscar os "anjos" (crianças de tenra idade, a fim de os sepultarem no seu cenóbio. Era costume pararem neste local para beber água e descansar, daí se originando o nome Fonte dos Anjos. Com a diminuição das águas à superfície dos solos e o alargamento de caminhos, foi-se desmantelando, restando hoje apenas a memória daqueles que a conheceram. Recentemente foram colocadas duas pedras que assinalam o local desta fonte.

Fonte do Valongo (foto de 2003)

A Fonte do Valongo situa-se a nascente da freguesia, no caminho que liga Valflor e Marialva. Não possui cobertura. A sua nascente não era forte mas enquanto o estio não chegava era possível ali ir buscar água para beber como noutra fonte qualquer. De momento está entulhada com terra e se lhe não acudirem tenderá a desaparecer.

237 Idem, fl.26.



Fonte da Róis (foto de 2003)

A Fonte da Róis situa-se a Norte-Noroeste. Encontra-se escavada numa rocha e está coberta com uma grande laje. A água conserva-se fresca e torna-se agradável para beber. Quando nos meses do estio começavam a secar as bicas do chafariz, o povo servia-se da Fonte da Róis. Depois de a água ter chegado à povoação em abundância, após a abertura de um furo artesiano na década de 80 do século passado e do encanamento proveniente da barragem de Ranhados, esta fonte foi votada ao abandono. Heras e silvas tomam conta dela. Esta, como tantas outras, esteve ligada a lendas antigas, pelo que algumas pessoas a designavam de Fonte da Moira.

Fonte da Lameira (foto de 2003)

A Fonte da Lameira foi construída em boa pedra de cantaria e do lado esquerdo ostenta a data de 1788. Não obstante ser do tipo chafurdo ou mergulho a sua água foi canalizada na década de 70 do século passado para dois pequenos fontanários. A sua água continua ainda a ser utilizada para beber.

(à esq.) Fonte do Mônо (foto de 2003)
(à dir.) Fonte dos Pelames (foto de 2003)

A Fonte do Mônо está talhada em pedra de cantaria. Não há memória de que a sua água servisse para consumo da população, antes servindo um tanque que daí pouco dista, onde se lavava a roupa. Até ao Verão o seu caudal era suficiente, altura em que diminuía chegando a secar por completo. Encontra-se tapada com portal fechado, encimado de uma pedra de armas que certamente pretende significar tratar-se de uma fonte comunal.

Por seu turno, a Fonte dos Pelames é composta por robustas pedras de cantaria talhadas a pico. Com o decorrer do tempo a sua água passou a servir apenas para saciar os animais ou lavagens não sendo utilizada, portanto, na cozinha. "Pelames" é palavra antiga utilizada já na época medieval, tanto em Portugal como na Galiza, referindo-se a tanques ou pias onde se submergiam as peles em água e cal para as macerar e retirar o pêlo; tanques para curtir peles e couros. O desaparecimento desta indústria artesanal fez esquecer este significado da palavra "pelame", que passou a designar mais frequentemente a "pelagem" dos animais.

Fonte da Quinta da Fonte Arcadinha (foto de 2009)

Fonte da Pombeira (foto de 2009)

3.2.3. A ESCOLA

O edifício actual da Escola Primária de Valflor foi construído durante o Estado Novo. Porém, em 1915, já a freguesia tinha escola de ambos os sexos, desconhecendo-se o local onde funcionava. Não se sabe a data exacta da sua fundação mas crê-se que tenha sido ideia e obra da República. Até porque, rememore-se, antes de implantado esse regime, a ideia de um ensino estatal, que rompia com as conceções tradicionais, demorou a cimentar-se na consciência dos habitantes da freguesia. Disso reflexo foi a deliberação tomada na sessão da Junta de Paróquia de 4 de Julho de 1873, a propósito da eventual criação de uma cadeira de instrução primária na Meda. Ponderando-se as razões da conveniência e desconveniência da referida criação, a Junta foi unânime em considerar

que ela só poderia interessar aos habitantes da Meda: *"[...] os chefes de família podem educar suas filhas convenientemente, escolhem os colégios legal e devidamente habilitados, os recolhimentos e mesmo os conventos de freiras ainda existentes, aonde com menos despesa e mais livres de cuidados porque melhor vigiados e guardados. Podem aprender não só a instrução primária, civil e religiosa [...]. A Junta desta freguesia está convencida que nenhum chefe de família das outras freguesias do concelho preferirá a escola da Mêda"*[238].

Escola Primária de Valflor

Oito anos volvidos, já a Junta de Paróquia era composta por outros indivíduos, alterou-se a noção da importância de um ensino público na aldeia. Em reunião extraordinária de 18 de Setembro de 1881, e considerando que a freguesia de Vale de Ladrões era uma das mais importantes do concelho no respeitante à população e desenvolvimento agrícola, o executivo considerou que estava na altura de se criar uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino. Firmavam a sua opinião no facto de existirem 60 crianças do mesmo sexo que necessitavam de ser instruídas porquanto seria a elas a quem se incumbiria mais tarde o dever de educar os respectivos filhos na idade pueril. Ainda que não dispusesse de recursos para tal, a Junta de Paróquia deliberou agenciar donativos para a mobília e para o pagamento da renda da casa da Escola e habitação da professora[239]. Tais deliberações não devem ter passado de boas intenções. A 18 de Dezembro de 1889 a Junta de Paróquia continuava a requerer à Câmara a criação de uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino[240].

238 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, sessão de 4 de Julho de 1873.
239 Idem, sessão de 18 de Setembro de 1881.
240 Idem, sessão de 18 de Dezembro de 1889.

Em 1928 a Junta de Paróquia efetuou alguns gastos com a Escola, designadamente na compra de cinco mapas (dois de Portugal, um de Cabo Verde, outro das colónias, outro ainda dos Açores) e um planisfério. Tudo somou 17.500 réis[241].

Na Escola de Valflor leccionou a partir de 1919 D. Amélia Augusta Ramos Soares, filha de Claudino Augusto Soares, que fizera parte de alguns executivos da Junta de Paróquia de Vale de Ladrões e chegara a desempenhar funções de vereador na Câmara da Meda, e de Maria do Carmo Ramos. Finalizou o curso do magistério primário no Verão de 1918[242]. Era cunhada de António Maria Rebelo, administrador do Jornal *O Marcial*[243]. Entre 1922 e 1943 leccionou na mesma escola Ilídio Augusto Gouveia (15-05-1900/7-01-1980), natural de Vilar de Amargo, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Foi ainda Juiz de Paz em Valflor; professor na escola da Meda a partir de 1944; vereador da Câmara Municipal da Meda; mesário da Santa Casa da Misericórdia e sócio fundador da Adega Cooperativa[244]. Em 1944-1945, além deste, leccionava na seção feminina a sua esposa, professora Maria Emília Amaral (9-10-1892/26-02-1977). Porém, há documentos que comprovam que esta professora começara a leccionar em Valflor muito antes, nomeadamente no dia 29 de Dezembro de 1913, de acordo com a missiva que a mesma enviou em 3 de Janeiro de 1914 ao inspector do círculo escolar de Foz côa: *"Tendo tomado posse da escola do sexo feminino da freguesia de Vale de Ladrões no dia 29 de Dezembro de 1913 comunico a vossa excelência para os devidos efeitos que no dia 2 de Janeiro de 1914 entrei no exercício das funções a meu cargo"*[245]. Em 26 de Janeiro de 1914 esta professora expediu ofício para o presidente da Câmara da Meda, fazendo-lhe saber que a residência dos professores e a casa destinada aos exercícios escolares se encontrava em péssimas condições e a mobília escolar era nula. Uma vez que havia melhores casas pela mesma renda, como referia, pedia a transferência para outra habitação[246]. Certamente por nada se ter deliberado acerca do assunto, Maria Emília Amaral voltou a escrever ao autarca medense em 4 de Fevereiro, voltando a referir o mesmo do ofício anterior e acrescentando que o Sr. Aurélio Rocha tinha uma casa em boas condições que

241 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Sessões da Junta de Paróquia*, despesas do ano de 1928.
242 Jornal *O Marcial*, ano 1, n.º1, 10 de Agosto de 1918, p.1.
243 Jornal *O Marcial*, ano 1, n.º21, 30 de Maio de 1919, p.1. Neste periódico aparece a informação de que esta professora era natural da Meda. Porém, um fólio solto de um livro de baptismos da paróquia de Vale de Ladrões, expedido em 2/2/1967 pelo arcebispo de Lisboa para o pároco local, diz o seguinte: *"Em cumprimento de um Sagrado Mandado, peço a Vossa Reverência se digne lançar à margem do assento de Baptismo de Amélia Augusta Ramos Soares, realizado nessa Paróquia (antiga Vale de Ladrões) a 9 de Junho de 1901, o seguinte averbamento: Consulte-se o Ordinário de Lisboa antes de ser passada qualquer certidão deste assento"*. Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1890-1903*, fólio solto.
244 SARAIVA, Jorge António Lima – *O Concelho de Meda*..., cit., p.298-299.
245 Livro de Correspondência expedida, Escola de Vale de Ladrões, doc. 1, fl.1.
246 Livro de Correspondência expedida, Escola de Vale de Ladrões, doc. 3, fl.1v.º.

servia para o que se pretendia[247]. Em 14 de Junho de 1935, certamente por vigorar já outro modelo de governação, escrevia ao inspector do distrito escolar da Guarda, referindo: *"Junto envio a vossa excelência em duplicado, nos termos da lei, a declaração de que não pertenço nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos"*[248]. A correspondência com o inspector foi uma constante. Sempre que necessário fosse tomar alguma decisão, a mesma deveria previamente ser anuída por aquela autoridade escolar. A título de exemplo, em 15 de Dezembro de 1936 Maria Emília Amaral, imbuída de preocupações sociais, pedia autorização ao inspector para que pudesse gastar a receita proveniente de várias multas na compra de livros e utensílio escolares para alunos pobres: *"Frequentam esta escola algumas alunas muito pobres que necessitam de auxílio"*[249]. Foi também por sua iniciativa que em 1939 se aumentou o mobiliário, material didáctico e se adquiriu um crucifixo para a escola pela quantia de 420$00[250].

Professores Ilídio Augusto Gouveia (à esq.) e Maria Emília Amaral (à dir.)

Em 1941 a Escola do sexo feminino encontrava-se a funcionar num habitação particular, situada na Rua da Igreja, pertencente ao professor Ilídio Gouveia, que recebia de renda 112$50, paga pela Câmara Municipal[251]. Em 1944 foi

247 Arquivo da Escola Primária de Vale de Ladrões – Livro de Correspondência expedida, Escola de Vale de Ladrões, doc. 5, fl.2v.°.
248 Idem, doc. 9, fl.4v.°.
249 Idem, doc.10, fl.5.
250 Idem, doc.13, fl.5v.°.
251 Idem, doc.17, fl.6. Em 1945 ainda a escola funcionava nesse edifício, altura em que a professora Maria Emília Amaral fez saber ao inspector escolar que o mesmo não estava em harmonia com as condições requeridas para as escolas, doc. 27, fl.6v.°.

criada a Associação Caixa Escolar, na Escola de Valflor, com a aprovação dos respectivos estatutos pela Direcção Geral do Ensino Primário[252]. Propunha-se a desenvolver nos alunos o espírito associativo; auxiliar moral e materialmente os mais necessitados; promover o aumento do número de matrículas e regularidade da frequência escolar; dotar a escola dos meios necessários à eficiência da sua acção.

Tinha três categorias de sócios: ordinários, auxiliares e benfeitores. Os sócios ordinários eram os alunos que, devidamente autorizados, pagassem cota mensal de 20 centavos. Os sócios auxiliares eram o professor e todos os indivíduos estranhos à escola que pagassem cota mensal de 50 centavos. Sócios benfeitores eram todos os indivíduos ou coletividades que pagassem mensalmente a cota de 1 escudo ou contribuíssem com o mínimo de 50 escudos para a Caixa Escolar por uma só vez, e continuassem, ao menos, como sócios auxiliares.

Era dever de todos os sócios contribuir para o engrandecimento da Caixa Escolar; fazer propaganda aos princípios que a orientavam; contribuir para o progresso moral e material da escola e pagar pontualmente as cotas. Os sócios ordinários deveriam desempenhar os cargos para que fossem eleitos e tinham o direito de fruir das regalias concedidas pela Caixa Escolar, de examinar a escrita da mesma e ainda de assistir a todas as festas escolares, salvo determinação em contrário por parte das autoridades escolares.

A Assembleia Geral desta Associação era constituída por um presidente e dois secretários, tendo nela assento todos os sócios com cotas pagas. A eleição da Mesa da Assembleia fazia-se anualmente no dia 15 de Janeiro. Os trabalhos deste órgão seriam sempre presididos ou orientados pelo professor da escola. Tinha como competências discutir e aprovar as contas anuais; eleger a Mesa; resolver todos os assuntos requeridos pela Direcção. Reunia ordinariamente a 15 de Janeiro e 14 de Julho e, extraordinariamente, sempre que a Direcção o solicitasse.

A Direcção, que deveria ser sempre assistida e orientada pelo professor, era constituída por um presidente, um secretário, um tesoureiro, e três membros suplentes, eleitos anualmente entre os sócios ordinários. Só poderiam ser eleitos os alunos bem comportados e estudiosos. Reunia este órgão no primeiro dia útil de cada mês, exceptuando-se os meses de Agosto e Setembro, lavrando-se acta das suas resoluções.

252 Arquivo da Escola Primária de Vale de Ladrões – *Estatutos da Caixa Escolar da escola masculina de Valflor*, 28 de Fevereiro de 1944; *Estatutos da Caixa Escolar da escola feminina de Valflor*, 28 de Fevereiro de 1944.

As receitas ordinárias desta Associação eram oriundas do valor das cotas, das multas aplicadas, do produto líquido das festas escolares e por quaisquer importâncias atribuídas à assistência escolar pelos corpos administrativos ou outras entidades oficiais ou particulares. As despesas ordinárias eram as que resultavam do fornecimento de artigos escolares, vestuário, calçado e alimentos a alunos provadamente necessitados; reparações do material didático, mobiliários ou do Edifício Escolar; custeamento de excursões e passeios escolares. Na gestão das políticas caritativas desta Associação ponderava-se o comportamento dentro e fora da escola dos hipotéticos usufrutuários, bem como o seu número de irmãos. No relatório anual o professor da escola informava a Direcção do Distrito Escolar da Guarda e o Instituto Nacional de Estatística sobre o movimento da Caixa Escolar, as receitas e ainda o número de alunos beneficiados.

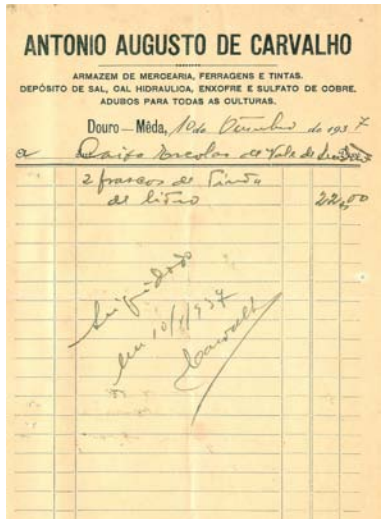
Entre 1949 e 1975 leccionou a professora D. Maria Fernanda Rebelo Ferreira (1925-2002); entre 1953 e 1964 leccionou a professora D. Amparo; entre 1969 e 1980 leccionou a professora D. Lutegarda Amaral, pessoa prestável e amiga da terra; e entre 1976 e 1984 leccionou a professora D. Maria Fernanda Almeida Saraiva Mendes.

D. Maria Fernanda Rebelo Ferreira (à esq.) e D. Lutegarda Amaral (à dir.)

Em 1937-41 os materiais escolares eram adquiridos na *Livraria Escolar Progredir*, do Porto; na *Livraria Editora: Educação Nacional* do Porto; no *Armazém de Mercearias e Diversos Artigos* de Trancoso; no *Armazém de Mercearia, Ferragens e Tintas* da Meda, de que era proprietário António Augusto de Carvalho; e na

Casa dos Lavradores da Meda, de que era proprietário Floriano Augusto Rebelo. Um livro da 1.ª classe custava 9 escudos; um caderno de problemas da 4.ª classe custava 3 escudos; um frasco de tinta custava 11 escudos; 1 caixa de penas para lousa custava 1 escudo e 60 centavos; e uma caixa de giz custava 5 escudos.

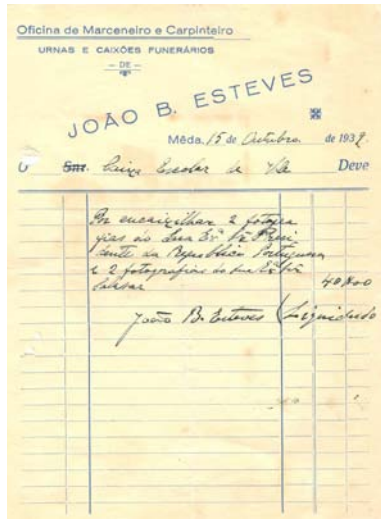
Uma palavra final para reconhecer o meritório trabalho desenvolvido por todos quantos leccionaram em Valflor, educando e disciplinando, muitas vezes encontrado situações difíceis de gerir.



ANTONIO AUGUSTO DE CARVALHO

ARMAZEM DE MERCEARIA, FERRAGENS E TINTAS.
DEPÓSITO DE SAL, CAL HIDRAULICA, ENXOFRE E SULFATO DE COBRE.
ADUBOS PARA TODAS AS CULTURAS.

Douro — Mêda, 10 de Outubro de 1937

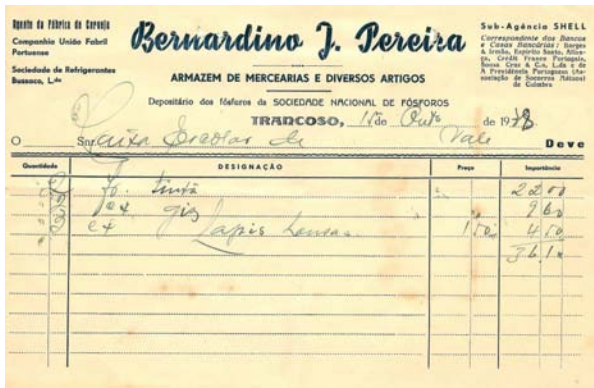


Oficina de Marceneiro e Carpinteiro
URNAS E CAIXÕES FUNERÁRIOS

JOÃO B. ESTEVES

Mêda, 15 de Outubro de 1939

Recibos de material escolar de 1937 (à esq.) e 1939 (à dir.)



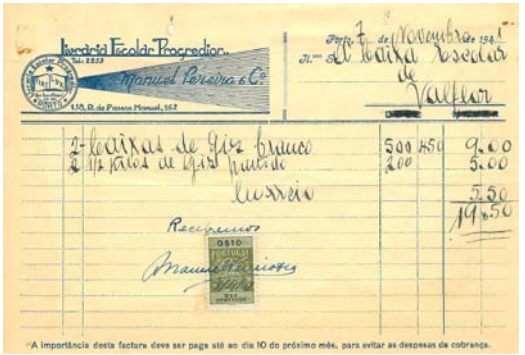
Bernardino J. Pereira

ARMAZEM DE MERCEARIAS E DIVERSOS ARTIGOS

Depositário dos fósforos da SOCIEDADE NACIONAL DE FÓSFOROS

TRANCOSO, 1 de Out.º de 1938

Recibo de material escolar de 1938


Livraria Escolar Progredior
Manuel Pereira & Cª
Porto 7 de Novembro de 1941
Sr. A Junta Escolar de Valflor
1 caixas de giz branco 500 x 50 9.00
2 1/2 kilos de giz branco 200 5.00
lustrão 5.50
14.50
Recebemos
Manuel Pereira
A importância desta factura deve ser paga até ao dia 10 do próximo mês, para evitar as despesas de cobrança.

Recibo de material escolar de 1941

3.3. ARQUITECTURA CIVIL DOMÉSTICA

3.3.1. A CASA GRANDE DA FAMÍLIA ROBOREDO SAMPAIO E MELO

Palacete senhorial de outrora, moradia votada ao abandono do presente, este edifício esconde no silêncio das suas paredes austeras, nos ecos que jorram das suas pedras talhadas, nas inscrições apostas na dureza lítica que figura no conjunto arquitectural, memórias e testemunhos de um tempo passado e de múltiplas vivências, da família e da povoação. Em 1910 o Dr. José Júlio César descrevia-a assim: *"uma casa sobradada, com cavalariça e loja, cortelhos, pateo e dois terços – digo – e metade do lagar, sita no largo de Santo António que com seu quintal e fonte, parte do nascente com a rua, norte com herdeiros da Maria do Francisco e Cesar Augusto Rebelo e do poente e sul com D. Amélia Roboredo Sampaio e Melo [...] adquiri-a em partilhas e por troca com Abel, especialmente a parte do lagar, que era delle, e que recebeu a nossa parte da machina e casa"*[253].

A casa foi herdada pela Sra. Fernanda Sampaio, tendo sido posse do Dr. Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara, neto do coronel Américo de Roboredo e Silva e sobrinho neto do Almirante Armando Júlio Roboredo e Silva.

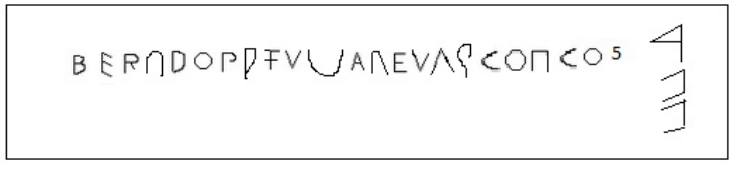
Casa sobradada, de robustos blocos graníticos, com vários varandins, janelas com portadas interiores de madeira, tem como pormenores artísticos de maior realce a escadaria frontal e uma pedra na padieira de uma janela contendo inscrição antiga. Esta inscrição é composta por três linhas e em ambas ilhargas contém símbolos ou caracteres que presumimos serem fenícios ou aramaicos.

253 *Livro de registo e nota das propriedades, confrontações e caseiros do Dr. José Júlio César*, fl.1 (livro de posse particular).

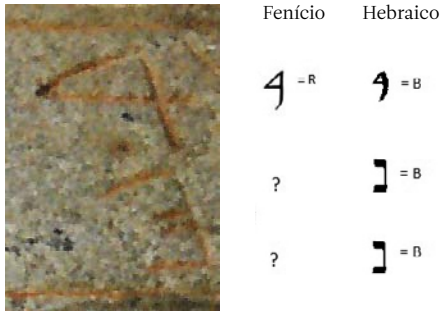
O texto parece encontrar-se em caracteres do alfabeto latino antigo que adveio do alfabeto etrusco. A primeira linha, que abaixo se transcreve, é a que melhor possibilita leitura. Presume-se tratar-se de uma pedra que terá vindo de outro local para integrar esta janela numa possível reconstrução da casa.

(à esq.) Fachada principal da casa dos Roboredo Sampaio e Melo (foto de 2013)
(à dir.) Casa dos Roboredo Sampaio e Melo, fachada Nascente (foto de 2003)

Pormenor do lintel de uma janela da casa dos Roboredo Sampaio e Melo (foto de 2003)

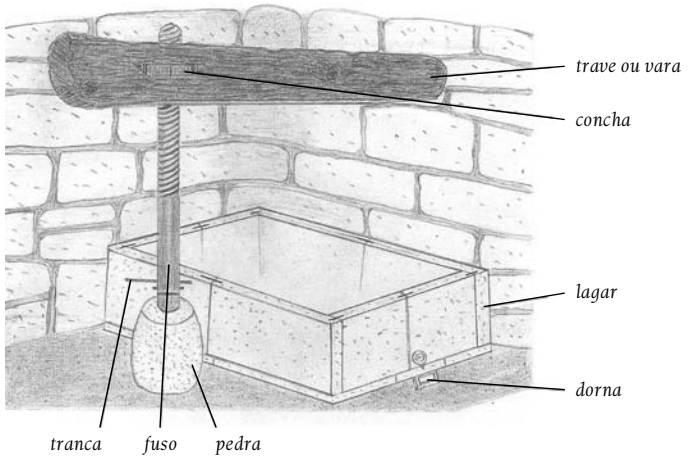


Caracteres da primeira linha da inscrição da janela da casa dos Roboredo Sampaio e Melo



Caracteres fenícios da janela da casa dos Roboredo Sampaio e Melo e sua correspondência

Esta família possuía ainda um outro edifício, rasteiro, construído com alguma pedra bem talhada de cantaria, proveniente do convento dos Vilares. Foi D. Josefina Roboredo de Sampaio e Melo que ordenou a construção, a qual se destinou a lagares para vinho.



Estrutura de um lagar para fazer vinho com prensa de madeira (desenho de Élio Correia)

3.3.2. CASA DA RESIDÊNCIA PAROQUIAL

Situada a 50 metros acima da igreja matriz, no Largo da Portela, existe uma casa que em tempos serviu de residência paroquial. Fazia parte dos bens da paróquia, tal como o quintal e a cerca que lhe são contíguos do lado Nascente e Norte. Era aí e numa propriedade denominada Chão do Canal, também da paróquia, que os sacerdotes obtinham alguns víveres. A casa e o respectivo quintal

foram adquiridos em 1922 por Emília Amaral pela quantia de 6.101$00. Por seu turno, o Chão do Canal foi comprado no mesmo ano pelo proprietário da denominada "Casa Grande", Dr. José Júlio César, pela quantia de 4.000$00.

De acordo com a tradição oral esta casa foi habitação de monges ou residência de um mestre-escola. A avaliar pelas cantarias dos portais, pelos tectos bem gizados, pela dimensão e robustez da construção, presume-se que era abastado o proprietário que a mandou construir. Do interior merece realce uma lareira assente em duas pedras trabalhadas e contendo uma cruz na torça. O bloco granítico da lareira onde se encontra este símbolo era parte integrante de um portal que foi desfeito e aqui incorporado por ocasião da realização de obras nesta casa. O sinal cruciforme, igual a outros existentes na freguesia, faz crer que a casa terá pertencido a cristãos-novos.

Casa que serviu de residência paroquial (foto de 2008)

Lareira da casa do Sr. Vítor, filho do Sr. Eliseu (foto de 2008)

3.3.3. HABITAÇÕES RÚSTICAS

As casas mais pobres eram térreas e com poucos janelos. Poucas continham chaminé. O mobiliário cingia-se a algumas cadeiras, bancos, arcas, armários, cama e mesa. A iluminação era natural e fraca pois os poucos orifícios existentes permitiam a entrada do frio. A cozinha era a parte principal da casa do lavrador, reunindo-se em volta da lareira a família nas longas noites de Inverno. Nela existia a pilheira para depósito da cinza, vazais para a louça e cântaros de barro ou lata, o armário onde eram arrecadados os restos dos alimentos, e o canto para a lenha.

Pormenor de um janelo da casa de Isaías Flore, Palhal, com a data de 1697

Algumas destas casas estavam dotadas de alpendres, pátio ou telheiro. Os muros eram aparelhados com mais ou menos perfeição consoante o gosto e posses de cada um ("fazenda que não saibas e casa onde caibas"), ostentando o granito que os formava. Tudo isto está já hoje em plena extinção. O açafate de verga, onde se guardava o pão (se o havia!), a toalha de prego à entrada, o velador onde se dependurava a candeia a petróleo ou azeite, o caniço onde se secavam as castanhas, as robustas trancas que seguravam as portas e janelas, o escano de madeira para suster a cama... entre muitas outras coisas...

Quatro paredes, uma porta acanhada por entrada, às vezes com janelo, aqui telha, além ainda colmo, ao rés da terra ou com um primeiro andar, reservada a loja para o burro, o reco ou as ovelhas: eis a casa que predominava em Valflor há cerca de dois e três séculos atrás. De granito, quase todas. Patim no vale, quintã

Pormenor de um janelo da casa do Velho, Maurícios, com a data de 1787

na serra; em ambos locais com telha vã. Leitões no pátio, para os poucos que os tinham, e as galinhas pela casa toda. Patos e meninos chafurdavam no mesmo alagoeiro.

O chão era de terra ou laje. Ao fundo, a lareira para cavacos de grande porte, com o fumo a vadiar pela casa toda, esgueirando-se por entre as negas da construção. Na mesa da pilheira cabia tudo. Ali vinham socos, tamancos, chancas, chinelas, testos, tenaz, pá, martelo, podoa.... a desordem – para concretizar – combinada com a pequenez das coisas e a sua multiplicidade. O pucareiro era outra peça da cozinha. Pelas panelas, caçoilas e tachos, enfiados em cada ramo, de fundo para o ar, bem se lhe adivinhava o préstimo. Os bojudos cântaros ficavam ao pé, tal como a cantarinha de água fresca que ia para as sachas. Por cima, os pratos, as malgas, as almofias. Noutro canto, o bonzo acocorado era o *tanheiro*. Nome obscuro, porém, alfaia das mais meritórias. Continha o sal, o unto, o toucinho.

A casa, nos tempos e espaços aludidos, era a sepultura da vida e, por conseguinte, além de por vezes se empregar como tulha pouco mais se serviam dela que não fosse para dormir e morrer. São várias as casas de rústico aspecto que é possível encontrar nas múltiplas quintas existentes em Valflor, designadamente na Quinta da Carrascosa, Quinta da Portiva, Quinta da Pousada, Quinta da Medelinha, Quinta do Gastão, Quinta da Abadia, Quinta do Convento, Quinta da Fonte Arcadinha, Quinta do Sousa, Quinta da Ruça, Quinta das Cortinhas ou do Lisboa, Quinta do Vale do Gil, Quinta do Seixal, Quinta do Pomar também conhecida por Quinta do Rapaziada, Quinta da Pombeira, Quinta do Pedreiro, Quinta do Prazo, Quinta dos Moinhos, Quinta da Ruça, entre outras.

Inscrição encontrada pelo Sr. António Flor na casa do Sr. Manuel Oliveira (foto de 2006)

Habitação que ponteia pelos caminhais (foto de 2006)

Quinta do Gastão (foto de 2009)

Corte do Álvaro. Vale do Forno (foto de 2003)

Corte do Baptista. Vale do Forno (foto de 2003)

Casas da Quinta da Pombeira a Nordeste da povoação (foto de 2009)

Casa da Quinta da Pombeira a Nordeste da povoação (foto de 2005)

(à esq.) Casa da Sra. Estela
(à dir.) Varandim granítico da casa da Sra. Estela, com data de 1802

Casa do Celestino, com data de 1610 (foto de 2006)

Quinta dos Moinhos, também conhecida por Quinta do Salvador (foto de 2009)

Quinta da Abadia (foto de 2009)

Quinta da Carrascosa (foto de 2009)

Quinta do Pedreiro (foto de 2009)

3.4. OUTRO PATRIMÓNIO

3.4.1. VESTÍGIOS JUDAICOS

Os judeus imprimiram características próprias em termos arquitectónicos às casas, nomeadamente aproveitando as irregularidades dos sítios onde se estabeleceram, a disposição labiríntica e a compactação das habitações. A necessidade de mais área habitacional foi a razão de se elevarem as casas em um ou mais pisos, ligados, a maior parte das vezes, por escadaria interior, podendo conter balcões exteriores, um pouco diferentes da arquitectura tradicional em que o piso térreo se destinava principalmente para acomodar animais domésticos. Apresentavam muitas vezes portas entaipadas de ligação interior, nas paredes-meias de outros edifícios de modo a possibilitar a fuga em caso de perseguição. A assimetria das fachadas é outra especificidade, com uma porta larga para o comércio ou oficina e uma porta estreita de entrada familiar. Nalgumas fachadas aparecem registos de datas e inscrições, figuras de animais estilizados como o Leão da Judeia, motivos florais, janelas renascentistas e outros pormenores que denunciam uma certa opulência dos proprietários. Por dentro observam-se por vezes "armários" graníticos embutidos na parede, apreciáveis nichos, que se destinavam a rituais judaicos.

Na entrada das habitações os judeus colocavam a *Mezuzá*, pedaço de pergaminho, muitas vezes guardado numa caixa decorativa, compreendendo a oração judaica *"Shemá Yisrael"* que começa com a frase *"Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é só um"*. Era geralmente afixada no batente da porta para cumprir a

"mistvá", mandamento bíblico que ordena inscrever as palavras do *Shemá* nos umbrais das habitações.

Após a conversão forçada dos judeus decretada por D. Manuel I deixaram de existir judeus em Portugal. Cristãos-novos, assim se passaram a designar os recém-conversos ao catolicismo. Porém, muitos destes "cristãos-novos" continuaram as suas práticas judaicas o que suscitou o descontentamento dos "cristãos-velhos", sendo esse um dos poderosos pretextos para a introdução da Inquisição em Portugal em 1536. Para limpar ou esconder aos olhos do vulgo o seu passado judaico que lhes sobrevinha no nome, muitos dos "cristãos-novos" adoptaram um apelido cristão, sendo Rodrigues um dos mais comuns. Mas, não foi esta a única estratégia adoptada. Nos umbrais das portas os cristãos-novos que ocultamente continuavam a professar a fé mosaica, isto é, continuavam judeus, insculpiam sinais cruciformes, uns maiores, outros menores. Essa gravação pode ser entendida como uma forma de reafirmação pública da fé e das práticas religiosas cristãs por parte de indivíduos que se sentiam perseguidos e inseguros devido à sua condição de judeus. A ideia de gravar uma cruz, compreende-se, era esconder as práticas religiosas judaicas. Neste caso, como se percebe facilmente, esses sinais são um vestígio do medo da intolerância religiosa do período moderno.

Existem em Vale de Ladrões alguns destes vestígios, apontando para a existência remota de comunidades judaicas nesta terra. Desde logo, sinais cruciformes, como os acima citados, em material lítico. Tanto em casas rústicas, palhais, actualmente em estado avançado de degradação, como casas que pertenceram a indivíduos mais abonados, designadamente a casa que serviu de residência paroquial.

Além destes, numa casa antiga, denominada *casa do Salvador*, hoje propriedade do Sr. António Flor, presidente da Junta de Freguesia, foi encontrada uma escultura bem talhada, em cujo relevo foi gizada uma estela de cinco pontas (pentagrama), chamada *estrela do Oriente ou da iniciação*, dentro de um círculo, juntamente com motivos florais. Trata-se de um antigo símbolo pagão que representa os quatro antigos elementos: fogo, água, terra, ar, com particular ligação ao tetragrama. Representa a manifestação da divindade no homem. O número 5 exprime a união dos desiguais. O pentagrama é um símbolo esotérico que sempre esteve associado ao mistério. Trata-se da forma mais simples da estrela, traçada em apenas uma linha, designada de *laço infinito*. Este símbolo foi usado por várias comunidades, na Grécia Antiga, no Egipto, na Caldeia, etc. De entre estas, sabe-se que foi usada pelos hebreus, como representação da verdade do *Pentateuco* (5 livros do Antigo Testamento atribuídos a Moisés).

Os primeiros cristãos também fizeram uma associação do pentagrama às cinco chagas de Cristo subsistindo como símbolo cristão até aos tempos medievos, altura em que passou a ser visto como símbolo maléfico.

Trata-se, pois, de um vestígio da presença judaica em Vale de Ladrões oriundo do período moderno. Não se sabe quem foi o autor e desconhece-se também a sua datação específica. Pela sua dimensão, pela simbologia e belos ornatos da composição, é possível presumir que tenha pertencido a alguma figura proeminente judaica, não sendo de afastar a hipótese de ter pertencido ao rabi da comunidade. Quanto a esta, no seu todo, apenas se encontra testemunhada documentalmente pelos vestígios materiais dispersos como os referenciados.

Uma estrela igual à anterior referida foi encontrada pelo Sr. António Flor num muro do adro da igreja matriz.

(à esq.) Sinal cruciforme
(à dir.) Estrela do Oriente ou da iniciação, de madeira, encontrada na casa do Salvador

Estrela do Oriente ou da iniciação, num muro do adro da igreja matriz (foto de 2013)

3.4.2. LAGARES OU LAGARETAS

Conhecem-se lagares escavados na rocha em todo o Mediterrâneo, desde a Síria e Palestina, passando por Itália, França e Península Ibérica. No nosso território são mais vulgares no norte e centro do país, principalmente em áreas ocupadas por granitos. Há pelo menos duas lagaretas identificadas em Valflor. A lagareta da Rechã e a lagareta da Quinta do César. Apesar de não existirem documentos que a elas se refiram, presume-se que estes monumentos tinham como funcionalidade a transformação da uva em vinho e das azeitonas em azeite.

O conhecimento que temos do modo de funcionamento de alguns destes lagares rupestres baseia-se, parcialmente, nos conhecimentos que actualmente existem quer dos lagares romanos, quer dos lagares tradicionais, até há pouco tempo em funcionamento. O que é possível identificar como o registo arqueológico dos lagares rupestres são as estruturas que foram escavadas na rocha, ou seja, a pia para a pisa (ou *calcatorium*), os canais de escoamento dos líquidos extraídos da pisa e, nalguns casos, o pio (ou *lacus*) e os buracos de poste que suportariam a estrutura para prensagem (ou *stipites*). Todos os lagares teriam uma área para esmagamento, fosse ela efectuada por pisa por pé humano, e/ou através de processos mais complexos que implicavam a utilização de mecanismos em madeira, pesos, contrapesos e pedras de lagar. Este processo era efectuado numa pia, frequentemente de pouca profundidade (*calcatorium*) escavada no granito. O líquido resultante deste processo escorreria por canais ou bicas para um novo espaço, o pio, que estava separado do anterior e que poderia ser escavado na rocha ou, em alternativa, ser amovível.

Lagareta da Rechã (foto de 2007)

Lagareta da Quinta do César (foto de 2007)

3.4.3. FORNOS PARA SECAGEM DE FIGOS

Valflor tem um costume ancestral de secagem de figos. Daí que não existisse propriedade, por mais pequena que fosse, que não tivesse plantação de figueiras. Nos Setembros em que Apolo decidia não prolongar por mais tempo os fortes efeitos do seu astro, as pessoas terminavam a secagem dos figos dentro de fornos, previamente aquecidos a lenha, como o ilustrado na figura que se segue.

Forno do Borralho (foto de 2007)

3.4.4. ALMINHAS

Criação genuinamente portuguesa, as alminhas são o património representativo da religiosidade popular portuguesa. Estes monumentos são representações populares das almas do *Purgatório* que suplicam rezas e esmolas e que frequentemente surgem em micro-capelinhas, padrões, nichos independentes

ou incrustados em muros ou nos cantos de igrejas, painéis de azulejo ou noutras estruturas independentes.

Foi na sequência do Concílio de Trento que começaram a ser criadas as confrarias das almas, como forma de institucionalizar a crença no *Purgatório* e inculcar a convicção de que as almas dos mortos sairiam tanto mais cedo do Purgatório quanto mais orações e esmolas fossem feitas pelos vivos.

Alminha da Fonte da Róis (foto de 2003)

Alminha num dos muros de um caminho de Valflor (foto de 2003)

A alminha apresentada na última imagem encontra-se situada a 150 metros da igreja matriz num lugar em que o caminho se divide em dois sentidos, na direcção do Aveloso e da Meda.

Esta crença no *Purgatório* parece ter tido particular acuidade em Valflor, onde existiu uma confraria das almas muito antiga, pelo que não se estranha a existência de alminhas espalhadas pela localidade, constituindo local de devoção e, por conseguinte, local de paragem nas procissões por essa irmandade efectuadas. Ainda no contexto desta crença era prática corriqueira deixar em testamento os bens a determinada igreja, capela ou convento, com o propósito

de se rezar uma grande quantidade de missas em favor de da alma do autor do legado. As missas a que os habitantes de Valflor se obrigavam eram sobretudo rezadas na igreja local. No início do século XVIII, a título de exemplo, achavam-se instituídos na matriz 17 óbitos, no total de 108 missas anuais perpétuas, sendo os mais notáveis os de Domingos Afonso Ramos, de 30 missas, a encargo de seu filho P. Domingos Ramos e sucessores. Este comprometeu-se a cumprir vários encargos, vinculando a sua Quinta do Prado, que começava por cima da Fonte do Eido e estendia-se até ao termo de Casteição[254]. Porém, também havia legatários que mandavam rezar missas em igrejas de povoações vizinhas. Foi o caso de Branca de Abrunhosa que instituiu um óbito de 4 missas na igreja da Barreira, e de Domingos Fernandes, o Velho, falecido em 1650, que impôs ao possuir da sua fazenda a celebração dum ofício anual perpétuo, de 7 padres. A fazenda deste último consistia nos Chãos do Lameirão[255].

3.4.5. FRAGAS

Pela sua situação física Valflor tem várias fragas. A cerca de um quilómetro a sul da freguesia, no lugar da *Encosta*, perto de uma estreita e tortuosa vereda, encontra-se um pequeno monte de grandes blocos graníticos e, sobrepujando uma laje que em tempos servia de eira, três estreitas cavidades. Segundo os dizeres do povo, considerando a natureza dos orifícios e a sua localização, este era o local onde se encontraria em tempos uma forca. Não há provas documentais que confirmem esta presunção, tão só o ruído de que o falecido padre Augusto Ramos Caldas possuíra um livro que fazia alusão a esse instrumento de execução de penas capitais.

Fraga da Forca

254 COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado...*, cit., vol.VI, 1992, p.389.
255 Idem, *ibidem*, vol.IV, 1984, p.202-203.

IV O QUADRO ERGOLÓGICO E ETNOGRÁFICO

4.1. USOS E TRADIÇÕES RELIGIOSAS E PROFANAS

4.1.1. A MATANÇA DO PORCO

Morre o Outono em gélidos dias. A praga aldeã do mosquedo está por então sacudida pelos sintomas do frio. Sinal de uma espécie de profecia repetida que anualmente se cumpre, o vinho já fervilha no tonel. Os castanheiros despiram-se das folhas amarelecidas, e continuam hirtos, sem fazer caso das carrancas de maus prenúncios que do céu vão anunciando os próximos temporais. A faina agrícola amaina, pois o tempo agora é de brincar com as brasas de vides na lareira. Lá fora, dias há que o nevoeiro anoitece, não deixando sequer visível o tapete verde que se estende pelos campos.

Era por esta altura que tradicionalmente se efectuavam as matanças. O porco foi desde tempos recuados um animal importante para a subsistência das populações no mundo rural. Alimentava-se do supérfluo, produzia o estrume necessário aos campos do agricultor, servia de talho para o ano inteiro. Quando as colheitas terminavam e a terra entrava em descanso, era a hora de morrer. Jejuava por isso o animal, para "limpar a tripa". Bem cedo chegavam os carrascos. O mata-bicho matinal era ali mesmo, no cenário da morte, onde abundavam ainda salpicões, presunto e chouriças do ano anterior, acoplados pelo pão caseiro e o queijo de leite de vaca. Esconjurado o frio com um copo de tinto ou, no caso dos mais idosos, de bagaço, avançavam para o quinteiro. O porco já guinchava com a tripa vazia. À frente, o homem da faca enliçava-lhe a corda no focinho, tarefa conseguida apenas depois de uma romaria de várias passadas dentro do curral, que o animal ainda não estava cansado e já suspeitava mau fim para tão concorrida visita. Com mais ou menos dificuldade, dois ou três praguejos, ei-lo amarrado ao leito. Quatro homens seguravam o animal e outros por ali ficavam a espreitar, não fosse preciso ajuda. Para longe deveriam ir os que tivessem pena, pois segundo a crença popular tal sentimento "encolhia o sangue" e ele ainda ia ser preciso. Chegada a mulher com o alguidar iniciava-se a picada mortal. Jorros de dor atroavam os ares e findos estes o alguidar estava cheio. Ao lado a palha era escolhida para lumieiras que tostavam pêlo e pele. Despojado das unhas e retirada a pele, era virado o porco. Depois de lavado, era escaldada a língua e a orelheira e o animal era calçado num chambaril e içado numa trave. Aí era "operado" pelo matador que retirava as tripas para um tabuleiro de madeira, as quais, da parte de tarde, eram lavadas pelas mulheres num ribeiro próximo. Outras partes do corpo eram retiradas para a carne secar. Uma delas era o fígado, pendurada na mesma trave por um guincho de metal. Na cozinha ia sendo preparado o manjar, enquanto se comia o sangue cozido

com pão. A panela dos torresmos já estava ao lume. O sarrabulho só esperava a água ferver.

Matança do porco em Valflor

No dia seguinte era desmanchado o resto do corpo com repartição de peças para o fumeiro e para a salgadeira. Desde untos à bexiga, nada era estragado. "Dar o prato" era um costume bem vivo. Consistia em levar uma travessa com várias partes de carne da matança aos lares mais chegados. É dispendioso, poder-se-á pensar agora. Mas, dar hoje era receber amanhã, pois que quando uma das outras pessoas matava, ali vinha trazer a carne fresca, retribuindo o prato.

4.1.2. QUEIMA DOS CEPOS NA NOITE DE CONSOADA

Em 30 de Dezembro de 1918, sob o título *Fogos do Natal*, escrevia a redacção do Jornal *O Marcial* o seguinte: *"Nesta vila ia já perdendo de moda o vandalismo de na noite do Natal haver fogos no largo de S. Domingos e largo da Praça. Este ano volta-se à pratica de nefandos actos. [...] Vale de Ladrões tem no largo do chafariz uns troncos de castanheiro [...] Podemos asseverar que nas restantes freguesias se cometem identicas barbaridades. Num concelho como é pobre de lenhas sangra o coração ver que sem proveito algum são reduzidos a cinza dezenas de carros. Muito a tempo de chamarmos a atenção das autoridades locais sobre este assunto"*[256].

O assunto continuaria a fazer eco um ano mais tarde, em 30 de Dezembro de 1919: *"O vandalismo campeia impune por todo este malfadado concelho, aonde não há exemplo que frutifique, conselho que cale, principio que assente e ideia que prossiga. É antiquíssima usança de na noute do Natal se fazerem enormes fogueiras nos adros das igrejas ou largos públicos"*[257].

256 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º13, 30 de Dezembro de 1918, p.1.

Esta tradição imemorial de queimar cepas na noite de consoada, que não se verificava apenas em Valflor, como se percebe pelas notícias acima transcritas, foi-se mantendo através da luta popular contra a intenção de as fazer cessar não só por parte de algumas individualidades do concelho como também por via das autoridades políticas. Porém, em Valflor, esse episódio conheceu outros contornos, cujo conhecimento chegou até hoje através dos ditos de alguns idosos que deles foram testemunhas oculares.

Nos inícios do século XX, período a que se reportam as notícias d'O Marcial, acima apresentadas, o administrador do concelho da Meda proibiu as aludidas fogueiras em Valflor, as quais tinham lugar no largo de Santo António. Rebelde, o povo fez ouvidos de mercador e arranjou lenha para uma bela fogueira. Era noite de Natal, e não se podia deixar de praticar a usança antiga de brindar o nascimento do Messias com clareias de calor. Antes porém que a lenha começasse a arder apareceu sob as ordens do administrador uma camioneta com polícia e homens para carregar os cepos. Ninguém contava com semelhante posição de força. Logo tocaram os sinos a rebate e, num instante, juntou-se muita gente para não deixar "roubar" a lenha. Entretanto apareceu o "Barbas". Cândido Inocêncio Caldas Amado se chamava. Mais lesto que uma onça, saltou em cima do veículo e começou a arrojar os pedaços de tronco para o chão. Ao sentir-se ombreado por este homem o povo ganhou alento e ponderou a hipótese de pregar fogo à carripana. De todos os lados aparecia gente com palha e lenha miúda, o que afugentou o destacamento da Meda que logo se pôs a caminho, regressando a salvo, mas sem lenha.

Assim se cumpriu a tradição. A fogueira levantada com mais aprumo ainda do que em anos passados lembrava um vulcão em miniatura, cintilando as chamas douradas nos rostos e dando-lhes um ar vitorioso. O povo cantava e bebia aquele palhete extraído das castas antigas tais como o Bestardo ou Verdelho, sumo tão tentador que fazia pecar um santo. Foi intensa a alegria. Já a alva começava a despontar por trás da serrinha quando os últimos deixaram a festa.

Indignado até ao âmago, o administrador não tardou a mandar inquirir sobre o assunto. As mulheres que tocaram os sinos a rebate foram chamadas à Meda. Entre elas, a senhora Elisa Tavares, também conhecida por Elisa Moura, esteve um dia no calabouço e teve que pagar 20 escudos de coima. Faltava castigar o "Barbas", líder da rebelião. Tal não se afigurava fácil, porquanto este indivíduo

257 Jornal *O Marcial*, ano II, n.º34, 30 de Dezembro de 1919, p.1.

não obstante instruído, inteligente e justo era duro e com maus repentes, "antes quebrar que torcer". O administrador sabia-o.

Consta que Celínio Sobral, proprietário abastado na freguesia e cunhado do "Barbas" terá desempenhado um papel importante na reconciliação dos dois homens. Procurava por um lado amaciar a inflexibilidade do administrador e convencer o cunhado a apresentar-se na Meda. A obstinação do administrador acabou por fazer o "Barbas" tomar a decisão de ir à Meda enfrentar o político. Vestiu camisa limpa e engomada e umas calças furadas na parte de trás e montou na moto *Triumph* de 5 cavalos. Foi ao encontro de quem o procurava e na sua presença intimou-lhe o seguinte: *"Há muito que me procura, que me quer? Quer dar-me um tiro? Então dê-o aqui no cú que já trago as calças rotas"*, e mostrou-lhe a parte de trás. O administrador terá percebido que o homem que tinha pela frente nunca se amoldaria. Porém, teria de agir! Como? Não acreditaríamos se não o soubéssemos de fonte segura: convidou-o para almoçar! Aqueles que conheceram o "Barbas", ainda hoje falam dele com admiração.

4.1.3. JOGOS POPULARES

Os jogos tradicionais são marcas que enriquecem o nosso património sociocultural. Fazem parte dos conhecimentos adquiridos de geração para geração. Nos tempos idos estes jogos eram absolutamente fulcrais para a sociabilidade, para o convívio simples e salutar entre as pessoas. Eram momentos de descontracção, de pausa na labuta diária, e que ainda hoje, alguns deles, apesar do aparecimento de novas formas de ocupação dos tempos livres, subsistem no nosso quotidiano.

Jogo do bicho (foto de 2008)

Os jogos variavam conforme a quadra do ano. O pião tinha a sua maior actividade na Quaresma, seguindo-lhe a "Pela" na Páscoa, a "Pucarinha" pelo S. João, a "Chona" ou "bilharada" no Inverno, etc. O jogo do bicho é antigo e ainda hoje é praticado.

O jogo dos paus pretos também tinha expressão nas terras com retornados do Brasil, de onde ele viera: enforretavam a cara, colocavam uma carapuça, vestiam calça branca com uma fita vermelha e verde no tronco e jogavam ao pau, batendo o pau no do adversário, percorrendo as ruas ao som da flauta e outros instrumentos existentes.

4.1.4. MANIFESTAÇÕES DE RELIGIOSIDADE

Foi sempre forte a vivência do fenómeno religioso em terras de Valflor. Ao mesmo tempo que convivia com outras confissões, nomeadamente judaicas, esta terra, maioritariamente católica, viveu fervorosamente sob a égide dos pressupostos e dogmas cristãos. Não só o mostra o rico património do templo católico mais importante da freguesia - a igreja matriz - que decorria de sucessivos legados que os habitantes lhe deixavam, como o prova também a própria riqueza arquitectónica e artística do edifício que denota o esmero e o apreço dos paroquianos no transcorrer dos séculos. S. Pedro é o padroeiro, desde tempos remotos. Além dele, outros santos eram venerados, como comprovam as várias capelas existentes: na igreja matriz, do povo e particulares. Mas também os cruzeiros, as alminhas e, sobretudo, as confrarias denotam o fervor católico.

Ao já exposto convém acrescentar que se realizavam a preceito e com frequência vários actos religiosos como as procissões de clamores pelas ruas da povoação e as romarias. No sorvedouro dos tempos, incaracterizantes, estão a sumir-se as festas e romarias em benefício de solenidades de natureza eucarística, mais dosadas de espírito e menos carregadas de cor. Anjos ajoujadinhos de ouro, penitentes de mortalha e pés descalços, andores armados, estandartes triunfalmente empunhados, cruzes processionais a chisparem lumes de Sinai ao esbranzido sol, pimpões e tocatas colossais no sopro no abano e na pancadaria, já não se vêm hoje com o mesmo afinco de há cem e mais anos atrás. Exumavam-se das arcas os trajos de ver a Deus: xailes de franjas, o chapéu braguês, os lenços finos e gloriosos de uma estamparia ultra-impressionista para alegrar a alma dos melancólicos. Cantavam-se as modinhas que teriam inventado há que mundos os troveiros de ofício, aligeirava-se a jornada com as alegres melodias do harmónio, da gaita-de-beiços, ou do fum-farrum da rabeca e dos ferrinhos acompanhados pelo toque dos bombos. Os faias voltavam com o registo do orago entalado na fita do chapéu de felpo, para venerarem a di-

vindade durante o resto do ano. Quem é que hoje já consegue ensinar a *oração do S. Custódio*? *Custódio, amigo meu... Custódio sim, amigo não. Dize-me as bentas palavras, ditas e repenicadas....*

Quadros vivos da alegria beiroa a esbaterem-se nas brumas do passado, que de saudades não avivam a quem já os viveu? As romagens dão hoje apenas uma pálida ideia do que foram, perdendo o brilho de que se revestiam. Mais ainda do que as feiras, estão condenadas a perder o seu valor poético. O rigor eclesiástico, separando as cerimónias religiosas por um lado, e os rápidos meios de transporte por outro, deturparam-nas, abreviaram-lhes a existência, reduzindo-as à sua expressão mais simples. As longas caminhadas assim como as merendas e bailarias ao ar livre já não existem.

Nas cerimónias e práticas do culto se encerravam, por assim dizer, as manifestações principais da vida social do habitante de Valflor. O Natal era a écloga da sua ternura familiar temperada pelo anseio de felicidade; a Páscoa, à saída do Inverno, representava o seu olhar de gratidão para o Senhor, realizando-se procissões representando Cristo a caminho do Calvário e algumas raparigas vestidas de Verónicas, mostrando o seu sudário. Nesta quadra realizava-se ainda uma procissão em honra de N. Sra. da Saúde, cujo andor desfilava pelas ruas da povoação, engalanado de flores e de notas presas ao cetim por alfinetes que ostentavam o fulgor e devoção à santa e ainda o reconhecimento dos "auxílios" prestados ao longo do ano, como se vê na foto abaixo. Em romarias e arraiais se espraiava confiadamente o seu instinto de sociabilidade e confraternização. Quem dissociasse no indivíduo o religioso do social, não penetraria na sua índole nem em certos arcanos do seu entendimento.

Procissão da Páscoa em honra de N. Sra. da Saúde, Largo da Azenha (foto dos anos 70)

4.1.5. JANEIRAS E REIS

Cantar as Janeiras é uma velha tradição. No primeiro dia do ano, ao cair da noite, grupos de rapazes, em geral adolescentes, percorriam as ruas da povoação e cantavam duas ou três quadras em quase todas as portas. As mais usuais eram as seguintes:

O ladrão do pinheirinho
Onde veio a nascer
À porta desta senhora
Para nos dar de beber

Viva lá a senhora...
Raminho de amendoeira
A flor lhe vai caindo
Por cima da cabeleira

De quem é aquele chapéu
Que além está dependurado
É do senhor...
Que o tem muito estimado

De quem é a tesourinha
Que se achou na ribeira
É da menina...
Que é uma bela costureira

Ainda agora aqui chegamos
Ao por o pé na escada
Logo o meu coração disse
Aqui mora gente honrada

Viva lá a senhora...
Raminho de salsa crua
Quando vai para a igreja
Alumia toda a rua

Levante-se daí senhora
Desse banquinho de prata
Venha nos dar as janeiras
Que está um frio que mata

Levante-se daí senhora
Desse banquinho de cortiça
Venha nos dar as janeiras
Morcela ou chouriça

Em regra, duas ou três quadras eram cantadas em cada porta, terminando sempre com o mesmo refrão:

Ó campo santo de Jerusalém
Manso cordeiro nasceu em Belém

Porém, quando os proprietários abordados não abriam a porta, o grupo poderia terminar proferindo os seguintes versos:

Cantamos
Voltamos a cantar
Estes barbas de farelos
Não têm nada para nos dar

Os réis também podiam ser cantados de uma maneira idêntica às janeiras, tal como se segue:

Hoje é dia de reis
Vós bem sabeis
Que esta vida é toda assim
Senão nos derdes os reis
Nós não vamos embora daqui

Nossos pais, nossos avós
Também pediram os reis
Agora aqui estamos nós
Para aceitar o que nos derdes

4.1.6. O CARNAVAL E BAILARICOS DE VALFLOR EM TEMPOS IDOS

O Carnaval era festa profana a que todo o cristão aderia. Farto do trabalho, da miséria e da rotina do ano inteiro, o povo sentia-se livre no Carnaval e dava largas à imaginação. Mascarava-se com trapos, emproava-se com a farinha do centeio que granjeava e enforretava-se com os tições da lenha que queimava. Por dentro de cada emboçado estava o homem que também sabia sonhar, tinha aspirações e ideias, e não seria o que era se a vida fosse diferente. Mas era assim.

No designado Domingo gordo e Terça-Feira dia de Entrudo, logo a seguir ao almoço, o povo juntava-se no principal largo da povoação. Este lugar era o grande palco, aberto a todos e a tudo. O baile começava com dois ou três pares e em breve se transformava numa grande e colorida roda-viva, com rolos de fitas e punhados de confetes. De todas as ruas chegava gente.

Também se lia a fama: aparecia um homem montado no seu burrinho sem albarda, manta velha sobre os ombros, um livro velho na mão, repetindo umas frases que conhecia de cor. Um grupo de quatro ou cinco moços ostentavam um penico cheio de vinho e bolachas, comendo à tripa forra com a ajuda de uma colher de pau e oferecendo a quem mais próximo estivesse. Um cortejo de homens por ali passava, simulando um funeral. Traziam um palhaço dentro de um verdadeiro caixão. Uns suspiravam com ais, outros empunhavam falsas lanternas e uma não menos falsa caldeirinha de água benta. Fazia parte do aglomerado, de livro na mão, com lençol branco pelos ombros, e abrigado por baixo de um pálio feito de toldo da azeitona e segurado por varas, o "senhor padre", recitando uma lengalenga.

Outros, tiravam as calças, depois as ceroulas, enrolavam uma manta velha na cinta, em jeito de saia, aparecendo assim no largo. Voltando costas ao público, sem dobrar as pernas, baixavam-se quanto podiam, como que procurando qualquer coisa no chão, não tardando a ouvir-se as gargalhadas do público. Mas também havia quem apanhasse formigões e aranhas para deitar aos punhados no meio do baile, procurando que os bichos galopassem pelas pernas dos bailadores. Enfim, muitas tropelias, muita diversão.

No ano de 1950 sucedeu que o povo deu azas ao bairrismo e em matéria de bailaricos dividira-se entre os de cima da povoação e os que viviam na parte de baixo da mesma. Cada um dos grupos ensaiou uma contradança para apresentar no largo. Acabou por não ir avante o intento porque faleceu um familiar dos que habitavam na parte cimeira da povoação. Mas este gesto prova o dinamismo da freguesia e a ampla participação do povo nestas actividades. *Os de baixo*, porém, apresentaram o seu reportório. Juntaram-se em frente da casa do senhor João Amado, conhecido por João da Portiva, e ao som de pandeiretas, do banjo do senhor Carlos Abrunhosa e da concertina do senhor Delfim subiram a povoação até ao largo da carreira, ou de Santo António, fazendo a sua atuação. A pedido da Sra. D. Josefina Reboredo de Sampaio e Melo, que equivalia a uma ordem, o grupo actuou à sua porta, terminando o bailarico no largo da Portela. Eis algumas modas representadas nestas ocasiões:

1.ª Moda: vários intervenientes

(1) Moço:
Ó rapariga solteira
Toma atenção ao que eu digo
Se não tens medo à fogueira
Salta a fogueira comigo

(2) Moça:
Ela a fogueira sem perigo
Era das tais que eu pulava
Se a saltasse contigo
Já sei que não me queimava

(3) Coro:
Canta o fado à desgarrada
Não cantes só uma vez
Quatro ou cinco não é nada
Sete ou oito, nove ou dez

(4) Homem casado:
Já que tens a voz tão grossa
Vai cantar fados à lua
Deixa que eu fale com a moça
Que nem é minha nem tua

(5)Moça:
Sua não sou não se gabe
De que me possa prender
Agora dele quem sabe
Talvez ainda venha a ser

(6) Coro:
Canta o fado à desgarrada
Não o cantes só uma vez
Quatro ou cinco não é nada
Sete ou oito, nove ou dez

2.ª Moda: Lavradeira

(1)
Os meus lindos bois eu amo
Gosto deles sou assim

(2)
São tão loiros como o mel
Ou como azeite a correr

Com esta aguilhada os chamo
Com esta aguilhada os chamo
Vêm logo ao pé de mim
Lá rá Lá Lá (4x)

(3)
Do nascer ao fim do dia
Por estradas e caminhos
A minha aguilhada guia
A minha aguilhada guia
Bois enormes e mansinhos
Lá rá Lá Lá (4x)

(4)
De uma tão macia pele
De uma tão macia pele
Que afagá-los dá prazer
Lá rá Lá Lá (4x)

(4)
Quando vou à sua frente
Que grande vaidade a minha
Como me sinto contente
Como me sinto contente
Mais feliz que uma rainha
Lá rá Lá Lá (4x)

3.ª Moda: vários intervenientes

(1)
Sou Flor da Primavera
Ando toda a perfumada
Nas manhãs do alto Março
Não preciso ser regada

(2)
Eu sou jardineiro
Homem de grande valor
Eu gosto de te regar
Quando tens muito calor

(3)
Não gosto que tu me regues
Os segredos são de amor
Chega bem a orvalhada
Do perfume das flores

(4)
É de manhã e à noite
Que eu rego os malmequeres
Eu só gosto de regar
Tudo quanto são mulheres

(5) Coro
Temos de ir à alta torre
Ao sino da nossa terra
Para dar um repenique
À flor da Primavera

(6) Coro 2x
Ai repenica, repenica
Repenica bem
A flor da Primavera
No nosso rancho fica bem

Os bailaricos de aldeia foram sempre animados por aqueles que possuíam dotes na arte da música. Uma raridade, sublinhe-se. Quando os não havia na terra procurava-se contratar alguém de fora. Por vezes, um só instrumento fazia um baile. Até aos inícios do século XX as rabecas, as harmónicas, os harmónios, os ferrinhos, os banjos, os bombos, as flautas eram os instrumentos mais

comuns em meios como o de Valflor. Quanto mais avançado estava o século mais se verificaram alterações nos instrumentos. Começam a aparecer as concertinas e os bandolins, vulgarizando-se mais as guitarras.

Carlos Augusto Abrunhosa e esposa (presumivelmente nos anos quarenta)

Carlos Augusto Abrunhosa, também conhecido por Carlos cego, pelo facto de ter perdido por completo a visão aos 8 anos de idade, nasceu em 1911 e faleceu em 13 de Julho de 1982. Aprendeu a tocar instrumentos de corda, nomeadamente guitarra e banjo. Ganhava a vida tocando e vendendo folhetos por feiras e romarias. Percorreu, nessa actividade, uma boa parte do Norte de Portugal.

Em Valflor, como noutras terras, animava bailes, serenatas e outros divertimentos. Apesar de cego, tinha forte sentido de orientação. Deslocava-se várias vezes à Meda, conhecendo as principais artérias, fazia compras, ia à Câmara, ao tribunal, à farmácia, sem dificuldades de monta. Conhecia o dinheiro, cozinhava, fazia a barba, ia buscar água à fonte, etc. Era um homem de paz, muito religioso, respeitador e respeitado. Do matrimónio que contraiu com Palmira do Carmo Flor nasceram dois filhos.

4.2. Crenças, superstições e Lendas

4.2.1. Algumas crendices populares

Se os estratos letrados concorriam, pelo seu grau de instrução, para o desenvolvimento e economia cultural de um reino ou país, os estratos mais baixos mantinham-no no conceito histórico-tradicional, contribuindo, por sua vez, para a riqueza folclórica que também faz parte do património artístico-nacional. Mesmo as pessoas regularmente instruídas caíam por vezes nesses excessos de superstição, consultando charlatães sobre determinadas doenças que afectavam parentes ou animais domésticos e que na sua expressiva linguagem classificavam de *olhados*.

As leis portuguesas foram regulando ao longo do tempo as práticas de feiticeiros, adivinhadores, encantadores, sorteiros, agoureiros, benzedeiros e os que benziam por ourelos, cintas, ou quaisquer outros modos ou palavras. O sobrenatural sempre exerceu no nosso povo uma grande influência a ponto de lhe modificar em parte o carácter. Assim, ainda por vezes, deparamos com homens destemidos ou moços animosos que arrostando os maiores perigos com uma bravura incontestável, não são capazes de passar junto de um cemitério por altas horas da noite, tal a impressão que receberam na meninice ao ouvirem as histórias terríficas de almas penadas e outros dislates.

No século XII a crença nas influências diabólicas era tão geral, que os homens mais ilustrados não deixavam de a professar[258]. Assim, como os germanos criaram as *valkirias* galopando pelos bosques, também nós temos as feiticeiras e lobisomens, cumprindo seu fadário nas caldeiras das florestas, ficando mais uma vez provado que não podemos subtrair-nos às influências ancestrais.

E como não devia ser assim, se as bruxas eram tão atrevidas que iam roubar as crianças de noite, deixando-as *entaladas nas fechaduras das portas*? Verdade seja que por vezes pagavam bem caro a sua audácia porque ao descuidarem-se, deixando cantar o galo, *transformaram-se numa indefesa galinha ou pata*, agachadas a um canto da casa até que um valente cacete do dono as fazia regressar... à sua primeira forma. Era então que imploravam humildemente que as não descobrissem, o que nem sempre se prometia e muito menos cumpria.

258 Sobre este assunto veja-se o excelente trabalho de PAIVA, José Pedro de Matos – *Medo e necessidade. Práticas e crenças mágicas na diocese de Coimbra (1650- 1740)*. Trabalho de síntese apresentado à F.L.U.C. na área de História Moderna e Contemporânea como prova de aptidão científica, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990. Veja-se ainda um importante estudo da sua autoria: *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas. Portugal 1600-1774*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1996.

Os lobisomens também persistiram no imaginário popular. Os romanos diziam que certas pessoas de cada família passavam a este estado por nove anos e atribuíam tal fado a ligações incestuosas entre padrinho e afilhada. Para lhes quebrar o encanto picavam-nos com uma aguilhada até deitarem sangue e logo o fogoso corcel se transformava num ser pacífico.

O papão é um monstro imaginário com que as mães amedrontavam os filhos. Os esconjuros eram usados em muitos casos, sobretudo nos borborinhos, dizendo-se *Cedum! Abrenuncio! Vai para o lugar que mereceste!* As almas penadas, cria-se, eram-no quase sempre por falta de promessas não cumpridas.

Os horóscopos faziam-se principalmente na noite de São João, deitando-se um ovo quebrado num copo. Segundo a forma que tomasse, assim indicava o destino da pessoa que realizou a experiência.

Os fenómenos que no céu obedeciam a variações atmosféricas ou meteorológicas inspiravam a algumas pessoas um certo receio. Ao verem uma estrela cadente, exclamavam: *Deus te guie, Deus te torne a guiar para bom lugar*.

Do planeta Vénus afirmava-se que era a primeira estrela que apareceu quando nasceu Jesus Cristo. Para a formação da constelação da *Ursa Maior*, urdia-se o seguinte: à frente iam dois bois roubados (as duas estrelas superiores do quadrado), a seguir dois ladrões (as duas inferiores), depois iam sucessivamente o criado, o patrão com a aguilhada na mão e a mulher com o filho ao colo (representados pelas estrelas da cauda), das quais as duas ultimas tinham junto a si outras menores que correspondiam à aguilhada e ao filho.

Familiarizado com os eclipses e cometas, o povo já não receava os seus efeitos sobre a possibilidade de um choque entre dois astros, que noutros tempos atemorizou a própria Igreja, a ponto do papa Calisto III ordenar que se tocassem os sinos de todas as igrejas ao meio-dia, por causa de um grande cometa que sulcou os céus em 1456, três anos depois da tomada de Constantinopla, originando-se daqui o toque das Ave-marias.

À volta da Lua, cujo aspecto lembra realmente a configuração de um rosto humano, teciam a seguinte lenda: um homem, desrespeitando o descanso instituído pelo Senhor ao sétimo dia, cortava silvas, pelo que Deus castigou-o colocando-o na Lua com a *marrocada* das silvas às costas, para que todos o pudessem ver.

Para afastar as trovoadas invocava-se e invoca-se ainda hoje Santa Bárbara bendita de S. Jerónimo. Eram muitos os amuletos e talismãs usados pelas crianças, tais como: figas, meias-luas, argolas, colares de alhos, etc., e alguns de carácter religioso, pelos adultos, como medalhas, bentinhos, estampas, etc.

Os sinais do corpo eram um defensivo eficaz contra o bruxedo. O número 3 era aziago e dele se dizia: *conta de três o Diabo a fez*. Da mesma forma o número

13, porque esta porção de pessoas à mesa era sinal de morte próxima de alguma delas. As ferraduras e chavelhos colocados na parte interior das portas das habitações e currais livravam, cria-se, os seus habitantes da feitiçaria. Entornar o vinho na mesa era sinal de alegria e ouvir um cão a uivar era prenúncio de morte. Também não era bom agouro o galo cantar antes da meia-noite, porque andava coisa ruim no povoado. Varrer a casa de noite era atirar fora a fortuna e varrer os pés a uma pessoa solteira, impedia-a de casar.

Não se devia cuspir no lume, porque constituía uma defronta a Deus. Na Sexta-Feira santa as mulheres não se penteavam para não arrepelar os cabelos a Nosso Senhor, e em Domingo de Ramos não se cozia caldo de couves, porque *ia a lagarta à horta*. Pelo Entrudo, quem comesse couve, ficava-lhe o nariz a pingar todo o ano. As Terças e Sextas-Feiras eram considerados dias fatídicos, principalmente o último – *à Sexta-Feira não cases a filha nem urdas a teia*. Quando as mulheres grávidas desejavam conhecer antecipadamente qual o sexo a que pertenceria a criança, deitavam uma castanha *faneca* ao lume. Se estourasse era rapaz, se se esvaía indicava uma rapariga.

A Medicina caseira também tinha um vasto receituário que ia desde o emprego das plantas e várias matérias (algumas repugnantes) em chás, defumadouros, emplastros, etc., até às palavras e gestos de virtude entremeados com orações, sem esquecer a consulta aos bentos que em várias terras do país ainda exerciam a sua lucrativa indústria.

O carvalho prestava-se para a cura das crianças *quebradas*. A flor do sabugueiro servia para o chá que curava as constipações, como também as suas folhas auxiliavam a extinção das *cabritas*. Para curar os *augados* às crianças era necessário tirar o leite de sete ou nove mulheres, misturá-lo e dá-lo a beber por um copo. Se a criança fosse um pouco mais forte, pedia-se um ovo, sal, um tacho ou sertã a pessoas diferentes, preparava-se o ovo noutra casa e dando-o a comer noutra. Deixava-se dele apenas um pedacinho para atirar fora, dizendo: *Vai-te ovo envergonhado; Para cima deste telhado; Que te coma cão ou gato; P'ra que o ougado fique curado*. Para a cura do *azagre* e dos ares também se faziam emplastros de várias matérias e proferiam-se rezas populares. Quando um pé estava dormente, apelava-se para S. Tomé rezando: *Em louvor de S. Tomé*; *Que me desadormeça este pé*. Se um braço estava *aberto*, invocava-se S. Frutuoso: *Em louvor de S. Frutuoso*; *Nervo torto torna a teu posto*; *Nervo quebrado torna a teu cabo*. Nas pequenas hemorragias do nariz, punha-se uma cruz formada por duas palhinhas na cabeça do padecente, sem que este desse por isso, e se a perda de sangue fosse muita, dava-se-lhe esta a comer depois de cozido. A giesta negral

servia para abrandar a cólica. A *erva de N. Senhora* constituía um valioso auxiliar para conhecer da sorte das pessoas ausentes.

Ao abrir-se a boca, fazia-se nela uma cruz com o dedo polegar e por graça costumava dizer-se: *Cruzes na boca, quando anda o Diabo em casa*. As crianças ao espreguiçarem-se estavam a crescer e não se lhes devia cortar o cabelo, porque as impedia de falar. Se nos olhos aparecesse tresor ou treçolho, ouvia-se chalacear: *Pediram-to, não o deste*. O pó da bugalha servia para curar as crianças cortadas nas virilhas. Os olhos (rebentos) dos pinheiros novos, da oliveira e a raiz da ortiga, postos de infusão davam uma beberagem magnífica para purificar o sangue. Com a água bem fervida do ouriço do castanheiro lavava-se a cara inchada de erisipela. Do sobreiro aproveitava-se a cortiça para depois de queimada com azeite curar as chagas das alimárias. Para os ouvidos, cortava-se o *entrecasco* no fundo do freixo, aquecia-se ao lume e o líquido que dele escorresse para uma colher aplicava-se na parte ofendida. Gargarejos de uma erva (a diabelha) eram um antídoto salutar para as dores de garganta e nas dores de dentes exercia grande eficácia o defumadouro de semente do brinho. As dores de rins desapareciam com o chá de pés de cereja e barbas de milho. O chá de folhas de nogueira curava as doenças dos intestinos; o do eucalipto, as maleitas (sezões) e o da macela as do estômago. Nos defumadouros tomavam parte activa o gaipo, arruda, alecrim, cardo-santo, etc... Para as dores de cabeça usava-se o chá da salva.

Para a *trízia* (icterícia) empegava-se um chá repugnante, pois na sua confecção entravam parasitas de homem e *jungão* atenuados com uma mistura de mel. Quando uma pessoa se via acometida por um cão, podia invocar em seu auxílio Santa Quitéria, clamando: *Santa Quitéria aqui, entre mim e ti*. Ou então S. Romão: *Tem-te cão, Que entre mim e ti, Está S. Romão*. Já Santo António era chamado a advogar as coisas perdidas através do seguinte responso: *"Santo António se levantou, suas mãos sagradas lavou, sua casaquinha vestiu, seus sapatinhos calçou e pelo mundo andou. Com Jesus Cristo se encontrou. Jesus Cristo lhe disse, onde vais António? Eu Senhor convosco vou. Tu comigo não irás, pelo mundo ficarás, todas as coisinhas perdidas tu António guardarás"*. Este responso era seguido de um Pai Nosso e uma Ave-maria.

Outra das crenças populares tinha a ver com a passagem em determinados lugares da povoação, sobretudo à noite. Achava-se que os moradores podiam apanhar um ar ruim. Quando isto acontecia a alguém vinha sempre uma dor num braço ou numa perna, um estado gripal ou umas borbulhas, etc. Para curar as mazelas desta natureza existiam remédios com rezas antigas que só algumas

pessoas conheciam. O exorcista, para cortar esse ar ruim segurava o rosário na mão direita, com a cruz do mesmo fazia pausados gestos na direcção da pessoa sofredora e com fé proferia as seguintes palavras: *"Sr.....eu te corto os teus ares com o rosário te atalho, vai-te ar excomungado para o mar degradado. Ar de ribeiro, ar de cinzeiro, ar de igreja, ar de todos os ares. Jesus quando alumiou todo o Mundo esclareceu. Jesus quando alumiou todo o Mundo alumiou. Eu não te atalho e nem te sei atalhar. Atalhe-te a Virgem Maria com um Pai Nosso e uma Ave Maria"*. Esta oração era dita nove vezes, dividindo-se em três partes.

O universo das crendices populares era muito rico. Estas são apenas algumas das que vigoravam.

4.2.2. A LENDA DO NOME *VALE DE LADRÕES*

Dizia-se em tempos que toda a pessoa que praticasse roubos e conseguisse fugir até ao Vale estava livre. Para tal teria que agarrar umas argolas ali existentes no muro de uma casa. Fazendo-o estaria livre da prisão. E assim se teria originado o nome da povoação, Vale de Ladrões.

Outra teoria era defendida nesta freguesia. A malograda tentativa de roubo à casa de um sacerdote estaria na origem do nome. As trancas das portas resistiram aos assaltantes e os de dentro teriam exclamado: "Viestes do Vale de Ladrões?". Lenda ou não a realidade é a existência de uma casa antiga, situada a um quilómetro da povoação, contígua a um caminho que ligava o Vale ao Aveloso. A boa pedra de cantaria que ainda restava foi mandada retirar nos anos 40 da centúria transacta pelo Dr. José Júlio César, para aplicar na casa que tinha na povoação, onde se pode vislumbrar ainda hoje uma janela virada a Norte com uma epigrafia na torça.

4.3. ACONTECIMENTOS INSÓLITOS TRANSMITIDOS ORALMENTE ENTRE GERAÇÕES

4.3.1. IR AO INFERNO E VOLTAR

Convencionou-se, popularmente, que existe no inferno um enorme caldeirão de azeite e que uma grande fogueira ateada por mafarricos mantém este líquido a ferver em galão. Talvez por isso se tenha vulgarizado dar o nome *inferno* a um reservatório que existe nas azenhas, por onde passam os resíduos provenientes do fabrico do azeite. O mestre azenheiro pode aumentar os lucros da

azenha deixando escapar para este depósito algum azeite, usurpando o freguês indevidamente.

Sucedeu que um filho de Valflor, num dia em que lhe faziam o azeite, pensando que estava a ser roubado, esgueirou-se como pode e foi espreitar ao dito reservatório. O cubículo era escuro, o chão gorduroso e escorregadio. Apesar de todas as cautelas o indivíduo caiu para dentro. Bem poderão imaginar os leitores a dificuldade que encontrou para dali sair. Conseguindo finalmente, encontrava-se a escorrer azeite como uma seira debaixo da prensa. Assim se encaminhou para casa a amaldiçoar a ideia que o levou a meter o nariz em tal lugar. E nós ficamos a saber que no inferno há azeite mas não a ferver como se diz na gíria.

4.3.2. NESTE TORRÃO MANDAM OS QUE CÁ ESTÃO

Aproximava-se a passos largos a festa de Valflor. Abel era um indivíduo da Meda, possuidor de terras em Valflor e trabalhadores por sua conta. Segredou a um deles que a juventude da sua terra iria à festa com o propósito de deitar abaixo o coreto, ali mesmo nas barbas dos dali naturais. O propósito arrogante talvez tivesse como objectivo uma mostra de superioridade e valentia. Mas, superiores eram apenas em número. O trabalhador prometeu segredo ao patrão no que este lhe dizia e ainda encontrar outros da sua igualha para juntos concertarem a melhor estratégia de abalroamento.

Chegou o dia da festa e tudo parecia igual a anos anteriores. Ia a tarde a meio quando um moço do *Vale* subindo ao cimo de uns degraus gritou para o povo: *"rapaziada, já são as tantas da tarde, serão horas de derrubar o coreto? As fronteiras já estão fechadas?"* As fronteiras eram os caminhos e atalhos que saíssem do *Vale* em direcção à Meda. Os birbantões da vila, se até aqui se tinham mantido discretos, quando isto ouviram dispersaram-se com cautelas. Porém, nas fronteiras lá estavam os guardas fronteiriços de estadulho em punho, prontos a malhar nos passantes como se rolheiros de centeio fossem. Como não houve derrube de coisa alguma, não houve malha.

4.3.3. DEPRESSA DESFAÇO O QUE ESTÁ FEITO

Nos começos da década de 40 do século XX, na Quinta da Pousada, as ovelhas começaram a morrer sem ninguém saber o motivo. Seria feitiço, mau olhado, praga... não se entendia. Para resolver o problema não havia indivíduo mais entendido do que o Bento dos Cótimos, concelho de Trancoso. Solicitado pelo

agricultor da quinta para acudir aos animais o homem não se fez tardar. Montado no seu jerico ali chegou rápido e começou por fazer perguntas sobre o sucedido. Cônscio da enfermidade que no seu juízo era "bruxedo de vulto", não perdeu tempo e mandou trazer arruda e uma opa daquelas que os ajudantes do pároco envergavam nas procissões. A verdura foi colocada em cima de brasas fortes, para defumar aqui e acolá, onde ele bem entendeu. O pano roxo, benzido, foi estendido no chão onde as ovelhas eram forçadas a passar em corrida. Esta terapia foi utilizada até que as ovelhas deixaram de morrer.

A habitual calma regressou à quinta. O "bruxo" deu o seu trabalho por encerrado. Faltava só fazer contas. À chegada tinha-lhe sido prometido um fato como recompensa. Mas depois da cura o quintaneiro deu o dito pelo não dito, dizendo que fatos era com a sua mulher. Por seu turno esta alegava que o fato era negócio para tratar com seu marido. Compreendendo que o queriam enganar, o feiticeiro alçou a voz e disse: *falo com a tia Maria diz-me que é com o tio Zé, falo com o tio Zé diz-me que é com a tia Maria. Sendo assim, depressa desfaço o que está feito*. Levando a sério o poder sobrenatural do curandeiro lá lhe deram a recompensa prometida, não fosse o diabo tecê-las.

4.3.4. ALBANINHO O HOMEM MACACO

Albano de Jesus Beirão era natural do Aveloso. Nasceu em 1882 e faleceu em 1976. Ficou conhecido como "homem macaco" porque entre os 7 e os 50 anos de idade ficou sujeito a "ataques", transformando-o de tal ordem que lhe permitiam fazer coisas insólitas de que nenhum outro humano era capaz. Corria e saltava como os macacos, parecendo libertar-se das leis da gravidade. Trepava ao cimo de casas e torres, saltava de telhado em telhado, demonstrando uma força desmedida, sendo o assombro das pessoas que o viam fazer tais proezas. Com o passar do tempo as pessoas foram perdendo o medo e colocavam-lhe na frente grandes recipientes de água, limpa ou imunda, que ele bebia sofregamente, parando-lhe assim a crise, ficando sossegado, bondoso e simpático.

Não foi porém para prosar sobre a trágica e singular vida deste homem que aqui citamos o seu nome. O propósito é o de registar outra história, também verdadeira. Certa noite, um grupo de rapazes de Valflor encontrava-se a cantar pelas ruas do Aveloso quando, no meio da escuridão, apareceu um clarão de uma luz por detrás de uma janela. Do grupo saiu logo uma pedrada certeira estilhaçando o vidro da janela iluminada. Nisto, alguém disse que a casa pertencia ao "Albaninho". Quando tal ouviu, o grupo dos cantadores apossado de medo tresmalhou mais rápido do que um ámen.

Tio Sabino, o autor da pedrada, que num acto impensado provocou a desordem, sentiu-se mais culpado que os companheiros e depois de se lançar na fuga lobrigou uma porta entreaberta e sem pedir licença entrou. Era um cortelho dos porcos. Ali se manteve quieto e calado a imaginar o pior. Pela noite dentro, quando já não ouvia ruído algum, esgueirou-se do abrigo com todas as cautelas e só muito depois de passar a ponte que atravessava a ribeira Teja, aproximando-se dos limites de Valflor, pôde respirar fundo e pensar para consigo que daquela estava safo[259].

4.4. OUTROS ASPECTOS ETNOGRÁFICOS E FOLCLÓRICOS

O vestuário, até há algumas décadas atrás representava uma necessidade, não só para o abrigo das intempéries, como para o decoro que se devia à decência. Há cerca de 100 anos, em Valflor, os homens envergavam calça de cotim, fazenda, serrobeco ou burel; colete e casaco dos mesmos tecidos, camisa de linho ou riscado, chapéu braguês de aba larga, chapéu de palha; meias de lã; ceroulas de riscado; e calçavam tamancos de pau e couro com brochas e testeiras de ferro; chancas do mesmo material; e botas de couro. Quando saía para fora empunhavam um rijo varapau (lódão), e como adornos poderiam ostentar, caso o tivessem, um relógio de bolso com cordão pendente de prata ou ouro em casos mais excepcionais.

Os trajos das mulheres continham mais peças. Na cabeça os lenços poderiam ser de merino, seda, ou algodão com cores austeras. Também usavam chapéu quando o trabalho o exigia, nomeadamente de palha, com abas bastante pronunciadas. As saias variavam entre a seda, a lã, a fazenda, o burel, o merino e o riscado, geralmente bastante rodadas e ajustadas com botão. Os aventais eram impreterivelmente de riscado e podiam conter bolso frontal. Meias existiam as rendadas para trajos mais finos, e de lã para trajos de trabalho. Ambas apertavam com nastro. As blusas eram maioritariamente floreadas de chita ou de seda para os trajos ricos ou usados em ocasiões especiais que exigiam maior decoro. Apertavam à frente ou no ombro com botões e nos pulsos com nastro. Pelos ombros, nas estações frias, usavam xailes. Por dentro das vestes exteriores

259 Abundam as referências parciais sobre esta insólita personagem mas escasseiam estudos apurados sobre os episódios da sua atribulada vida bem como da sua doença, nunca identificada. Um dos livros que se lhe refere mais pormenorizadamente, equacionando a hipótese de nele se ter inspirado a história do Tarzan é o de RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda*..., cit., p.422-427.

existiam camisinhas e saiotes de linho, meio linho ou pano de lençol. Calçavam tamancos de madeira e couro com brochas de ferro, socos romeiros e chinelas de couro. Arrecadas e cordões de ouro eram usados apenas por algumas mulheres mais abonadas.

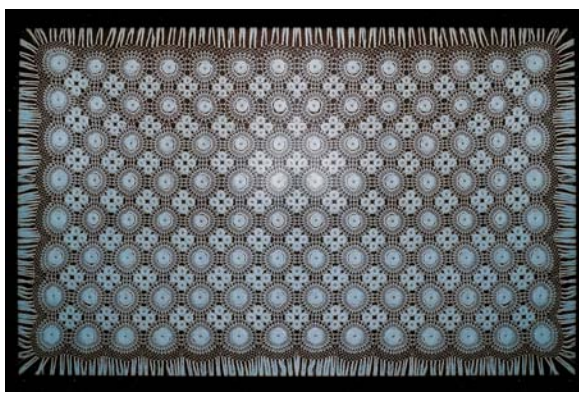
A estação, o contexto, a ocupação profissional e as posses dos habitantes de Valflor eram factores primordiais na indumentária que se utilizava.

(à esq.) Novelos de linho, Valflor (foto de 2009)
(à dir.) Saia de burel centenário. Peça original, Valflor (foto de 2009)

(à esq.) Lenço centenário de seda, franjado. Peça original, Valflor (foto de 2009)
(à dir.) Par de tamancos. Réplica de tamancos antigos, Valflor (foto de 2009)

Além das peças originais apresentadas nas figuras, confeccionadas em Valflor, existem muitas outras que foram conservadas, sendo hoje provas cabais desse *modus vivendi* em que os tecidos e a utilização que deles se fazia eram de confecção caseira. Há bem pouco tempo atrás ainda existiam pessoas com mais

de 100 anos que se evidenciavam destros na arte de confecção de peças de vestuário e adornos. A senhora Prodenciana, que faleceu com 101 anos em 2005, era uma delas. Entre outras coisas fazia coberturas em lã para as camas. Outra delas, também centenária, foi a senhora Estela da Pureza Ribeiro que nasceu a 22 de Outubro de 1908 e faleceu a 18 de Dezembro de 2008. Eis outras peças com cerca de 100 anos:



Rendas centenárias, Valflor (fotos de 2009)

V O QUADRO SOCIAL

5.1. A ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE

O apontamento que aqui se esboça sobre a sociedade tem o propósito de congregar algumas referências dispersas que é possível cotejar de alguns documentos compulsados. Evidentemente que a sociedade foi uma realidade construída, dinâmica, isto é, variável de acordo com as conjunturas e épocas históricas. Não é possível a breve trecho traçar uma imagem nítida de todos os aspetos societais da longa história deste povo. Mas é possível reconhecer que, no seu todo, a povoação de Vale de Ladrões permaneceu com características de um povo do interior, rústico, rural, pobre. Isso mesmo se colhe dos assentos de óbito registados ao longo dos séculos, onde se pode verificar que, por nada terem de seu, eram raros os indivíduos que deixavam testamento. Mesmo a maioria dos que legavam, quando o faziam, não deixavam senão bens sem grande valor. Eis um exemplo. Em 24 de Novembro de 1693 faleceu Isabel Cardoso de Almeida mulher de Manuel da Fonseca Saraiva. No seu testamento, além de várias missas deixou a seus filhos Constantino de Almeida e Manuel da Fonseca *"[...] huma cama de roupa, a saber: hum colchão novo, quatro lenções, hum travesseiro com sua fronha, tres cobertores, seis goardanapos atoalhados, quoatro toalhas de mãos, huma mesa de toalhas de Flandres, outra de manténs, hum vestido de baeta, huma culher e garfo de prata e dous copos e o que tinha no mulato que trazem em casa"*[260]. António Pinto, que faleceu em 30 de Março de 1694 deixou um testamento escrito semelhante. Nele constava uma missa de corpo presente, seis missas das Chagas, um ofício de seis clérigos, uma missa ao anjo da guarda, outra a Jesus, outra à Senhora do Rosário, duas missas às Almas, à confraria do Santíssimo uma quarta de centeio e à da Senhora outra quarta de centeio. Além disto, deixava: *"o seu vestido e çapatos em que andava a quem fizer a sepultura"*[261]. A maior parte dos testamentos, porém, permite concluir que a maioria dos defuntos pouco tinha de seu além da roupa do corpo. Em 11 de Fevereiro de 1696 faleceu Manuel Lopes cujo testamento referia: *"[...] os seus fatos a seus filhos, a sua capa a João Lopes"*[262]. Do mesmo teor é o testamento de João Ferreira, sepultado em 19 de Fevereiro do mesmo ano: *"[...] elle vistão tres irmaos de pano preto, a sua roupeta a João Lopes, a carapuça a seu sobrinho João"*[263].

260 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos de Defuntos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1723), fl.71v.º- 72.
261 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1723), 72v.º.
262 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos de Defuntos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1704), fl.76.
263 Idem, *ibidem*, loc. cit.

Independentemente da época, a sociedade manteve-se sempre estruturada em estratos numa orientação piramidal em cujo topo se situava uma minoria possidente, o clero e a nobreza, mais tarde fidalguia e lavradores abastados, e na base, uma turba de gente que se dedicava fundamentalmente a ofícios ligados às fainas agrícolas, caso dos jornaleiros (aqueles que executavam trabalhos para outrem à jorna, isto é, ao dia) que aparecem amiúde no espólio documental existente[264]. As mulheres, ainda algumas tivessem o ofício de jornaleiras, eram sobretudo administradoras da sua casa.

Este quadro económico-social que estruturou a sociedade está ainda bem presente nos dias de hoje. Com uma matriz eminentemente rural, Valflor ostenta ainda hoje como um dos seus mais ricos pergaminhos, um solo tanto bravio como agricultado. Os férteis campos de onde antigamente o íncola extraía a manduca com que ia sobrevivendo continuam na actualidade a produzir. Em 1758, o reitor local, na memória paroquial que redigiu asseverou *"[...] que os frutos mais abundantes sam centeyo, trigo, azeyte e castanhas"*[265]. Eram estas as culturas dominantes, isto é, aquelas que eram produzidas em maior quantidade e das quais se tirava maior rendimento. O pão era a alimentação de base, daí a larga produção de cereal, o qual era aproveitado o mais possível nomeadamente a própria palha amontoada em pirâmides designadas de palheiros. Com o passar do tempo passou-se a cultivar em grande escala a vinha, os figos e o cebolo. Ainda num passado não distante o cebolo era semeado pelo Natal e vendido no mês de Maio, sendo transportado no dorso dos burricos para os mercados de Trancoso, Penedono, Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, entre outros. Além das já referidas, a cultura da batata e a extracção da cortiça também estão hoje presentes nas fainas dos habitantes de Valflor. Alguns instrumentos que serviram até há bem pouco tempo para transportar ou até medir as quantidades dos produtos são um testemunho cabal das culturas dominantes, designadamente a rasa, uma antiga medida de capacidade correspondente a um alqueire, que em Valflor valia 16 litros ou 12,5 quilos (milho, trigo, centeio, feijão, grão etc...)[266].

264 Sobretudo em Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 7 (1862); livro 9 (1864).
265 DGARQ/TT – Memórias paroquiais, vol. 38, nº 30, fl.159 a 161.
266 A 4 alqueires chamavam-lhe uma fanega, 50 quilos. As medidas de capacidade para líquidos utilizadas até há pouco tempo eram o almude (28 litros), o cântaro (14 litros), a quarta (7 litros), a meia-quarta (3,5 litros). Ao meio litro chamava-se quartilho e o meio quartilho (25 centilitros) era o copo preferido dos bons bebedores nas tavernas. Uma canada eram 4 quartilhos. A pipa em Valflor comportava 560 litros. Um tonel correspondia a 2 pipas. As medidas de peso que serviam para contagens e transacções de produtos eram também várias, sendo a arroba (15 quilos) e o arrátel (459 gramas) duas das mais usuais.

(à esq.) Rasa (ou alqueire) e quarta, repletas de cereal (foto de 2009)
(à dir.) Utensílio utilizados nas segadas: foice, dedeiras e cabaça (foto de 2009)

(à esq.) Dois indivíduos de Valflor transportando no jerico cântaros de mosto (foto dos anos 30)
(à dir.) Arranca de batata (foto dos anos 50)

Além destes, na sua configuração de terra de limiares exíguos, rural e pobre, outros ofícios existiram sempre, nomeadamente os ligados à construção, como era o caso dos pedreiros e pintores; ligados à confeção de alimentos, de que eram exemplo os forneiros; ligados ao artesanato, como por exemplo os carpinteiros, ferreiros, oleiros, e latoeiros[267]; ligados ao comércio, caso dos vendei-

267 Cite-se, em abono do referido, o nome de João António de Aguiar, mencionado como latoeiro de Vale de Ladrões, morador na Rua da Fonte Nova. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 7 (1862),fl.8. Cite-se ainda, para dar mais um exemplo, o registo de baptismo celebrado a 1 de Maio que conferia o sacramento a Carlota, filha de um carpinteiro. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 9 (1864),fl.9. Outros ofícios aparecem nos registos paroquiais ao longo do tempo, veja-se COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado*..., cit., vol.VI, 1992, p.391-392.

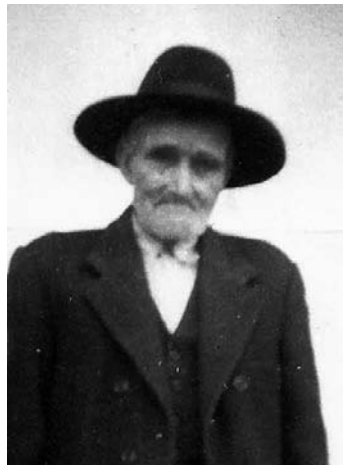
ros[268]; ligados ao rio, caso das lavadeiras e dos moleiros[269]; ligados à confecção de vestuário e calçado, caso dos alfaiates, das tecedeiras, fazedoras de meias, cardadores, sapateiros[270] e tamanqueiros. Este último ofício, o de tamanqueiro, existiu até há bem pouco tempo em Valflor. Era um artesão exímio em fazer do velho novo. Sentado num pequeno banco, de pernas escarranchadas, recuperava as "empanhas" que depois pregava em solas de madeira de amieiro, por ele habilmente fabricadas. Colocava testeiras, cortava o couro e assim confeccionava e vendia a preço baixo este tipo de calçado, muito apreciado pelas pessoas do campo. Serrote, enxó, formão e martelo eram os utensílios utilizados com mais frequência nesta arte. Não havia feira ou mercado onde não existissem tamancos à venda.

Além dos ofícios referidos existiam muitos outros que eram imprescindíveis em todas as comunidades, como os sapateiros, alfaiates, tanoeiros, ferradores, etc. Finalmente, a pastorícia, sempre presente ao longo dos séculos em Valflor. Nos anos 30 do século XX existiam na freguesia 17 rebanhos, um total de cerca de 1100 cabeças, que pastavam na Quinta da Pousada, Quinta da Portiva, Quinda da Medelinha, Quinta da Pombeira, Quinta do Vale do Gil, Quinta da Fonte Arcadinha, Quinta do Convento, Quinta da Abadia, entre outras. Eram pastores os Srs. Manuel Marra, Manuel Moura, Chico da Ângela, Elias Flor, Lameirinhas, Manuel Fernandes, Bacilau, Manuel da Portela, Joaquim Cruz, apenas para citar alguns exemplos[271]. Uma ovelha custava em 1923 cerca de 40$00. Sabe-se que 140 cabeças custavam em 1925 6.440$00.

De alguns dos ofícios mencionados ficaram para a posteridade alguns vestígios materiais, nomeadamente em nomes de ruas, lugares e em construções como o caso dos fornos, moinhos, e habitações. Ficaram também esses mesmos ofícios, sendo possível encontrar ainda alguns que não se extinguiram.

268 Em 1865, António Joaquim do Amaral, natural de Vale de Ladrões, aparece referenciado como vendeiro. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 10 (1865),fl.3.
269 No dia 20 de Dezembro de 1693 foi baptizado Francisco, filho de moleiros que viviam nos moinhos do Residouro. Veja-se Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1700), fl.26. Em 10 de Fevereiro de 1690 faleceu uma Catarina Inocente, filha de Manuel Pires, moleiro no Residouro. Veja-se Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1700), fl.74 v.º.
270 Em 31 de Maio de 1692, por exemplo, faleceu o sapateiro Domingos Lopes, marido de Maria Dias, ambos de Vale de Ladrões. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1700), fl.69 v.º. A 22 de Março de 1845 foi baptizado José filho de Jacinto José, cardador. Arquivo Distrital da Guarda – *Paroquiais, Valflor*, cx. 19, livro 1, fl.29.
271 Dados fornecidos pelo Sr. António Marra, conhecido por António Estraga, nascido em 1918.

(à esq.) Ferrador em Valflor
(à dir.) Interior do moinho do Coelho, a sul da povoação, já desmantelado (foto de 2009)



(à esq.) Casa dos Ferreiros (foto de 2007)
(à dir.)António Maria Ferraz

A habitação da esquerda que servia também de casa de comércio tinha como proprietário António Maria Ferraz. Nascido a 10 de Outubro de 1876 e falecido a 22 de Setembro de 1962 era comerciante e ferreiro. Chegou a ser vogal da Junta de Paróquia em quatro executivos, por posse conferida a 15 de Abril de 1911, 2 de Janeiro de 1920, 2 de Janeiro de 1926 e 13 de Novembro de 1931. Em 2 de Janeiro de 1923 chegou mesmo a presidir a esse organismo. Não só produzia utensílios novos como concertava outros, designadamente chapas para rodas de carros de bois, relhas para arados, enxadas, sachos, ganchos, etc. Também aguçava picos e cinzéis para os pedreiros. Na parte comercial o estabelecimento era uma autêntica taberna, também conhecida por venda. Aí se comercializava vinho,

aguardente, tabaco, fósforos, pão, azeite, petróleo, etc. Ambas as actividades se extinguiram na década de 50.

Através de um livro de acentos desta casa de comércio, que não registava apenas os movimentos dessa actividade, é possível verificar alguns preços. Atente-se num extracto do rol relativo ao ano de 1917, designadamente o assento registado no dia 22 de Março: *"DEVE - 2 aguçadeiras novas ------ 600 réis; deve do ano de 1914 e 1915 e 1916 ------ 11400 réis; mais de vinho e azeite e gas e cigarros e paulitos ------ 6600 réis; mais de pão cozido ------ 11000 réis; mais em dinheiro ------ 3000 réis* [somava tudo] *32,600 réis. HAVER - tem de dias na obra do quinteiro 25 a 800 réis ------20000réis; mais 1 a gadanhar ------ 400 réis; mais 1 dia da filha a lenha ------ 200 réis; mais 2 dias a gadanhar ------ 800 réis; mais 1 dia a gadanhar ------ 500 réis* [somava tudo] *21900 réis"*[272]. Note-se uma derradeira amostragem de preços praticados no mesmo ano: *"1 quartilho de azeite ------ 200réis; 1 quarta de vinho ------ 450 réis; 1 cântaro de vinho ------900 réis; 1 pão ------ 400 réis; 1 onça de tabaco ------1400 réis; 1 quartilho de petróleo ------180 réis; 1 relha pronta ------- 1000 réis; 1 enxada capa ------ 2000 réis; 1 relha capa ------1000 réis; 1 caixa de paulitos ------10 réis; 1 dia de pedreiro ------- 800 réis; 1 cermim de sal ------- 50 réis; 1 ferragem duns tamancos ------600 réis; 30 suvinas brochas ------ 1500 réis; 40 brochas das sobre relhas ------ 1600 réis; 1 dia de trabalho dum homem no campo ------ 400 réis"*[273].

Mulher camponesa, Sr.ª Laurinda, de regresso a casa (foto de 2007)

272 Livro de apontamentos de António Maria Ferraz, ano de 1917 (posse particular).
273 Idem, *ibidem*.

Apanha da azeitona (foto de 2008)

Durante muito tempo as indústrias dominantes em Valflor eram aquelas que se dedicavam à destilação de álcool (casa grande, António Rebelo, Adolfo Soares e Oldemiro Moura) e os lagares de azeite (casa grande e família Vieira). No que concerne ao comércio, assunto já aflorado supra, existiam várias tavernas, mercearias, vendas de adubo e enxofre. É possível saber, em determinados períodos, quem eram os indivíduos ligados a estes ofícios, nomeadamente através das licenças que eram expedidas pelas instituições competentes na matéria, como se pode verificar no quadro que se segue.

LICENÇAS DE COMÉRCIO		
ANO	NOME	OFÍCIO
1854	Custódia de Jesus Pereira	–
1854	Manuel António Tavares	–
1854	António Maria	–
1854	Claudina Rosa	–
1854	João António Souto	–
1854	Maria José Frias	–
1855	José Maria da Fonseca	–
1855	Manuel António Tavares	–
1855	João Diogo	–
1855	Paulina Ramos	–
1855	Custódia de Jesus	–
1859	Luís Tavares	–
1860	Maria da Glória	Lojista

1863	Francisco António Tavares	Taverneiro e padeiro
1863	João Batista Lisboa	Lojista
1863	Luís dos Santos	Padeiro
1863	Tozé dos Santos	Padeiro
1863	António José da Cruz	Padeiro
1866	Manuel Tavares	O que lhe convier
1866	Luís Tavares	O que lhe convier

Quadro 8. Licenças de comércio atribuídas a indivíduos de Valflor pela antiga Câmara de Marialva (1854-1866)[274]

Pelo carácter da sua situação geográfica, de que comungavam também as outras freguesias do actual concelho da Meda, numa raia considerada fronteiriça, e pela proximidade a centros mais importantes e muralhados, como Marialva e Longroiva, Vale de Ladrões foi uma terra onde também se concentraram indivíduos de localidades mais distantes, tendo para aí migrado inclusive, castelhanos. Em 11 de Outubro de 1725, a título de exemplo, foi baptizada uma Antónia, cujos genitores viviam em Vale de Ladrões. Luís Saraiva, natural de Teixoso, era o pai. A mãe chamava-se Ana Anriques, natural de Palácios do Reino de Castela "*a coal povoaçam se destroio no tempo das guerras*". Foram Padrinhos António Barreiros, estudante, e Ana Coelha, solteira, todos de Vale de Ladrões[275].

Os indivíduos com ascendência social sobre o terceiro estado, o povo, eram, além dos clérigos, os lavradores abastados, pertencentes às famílias proeminentes e outros indivíduos titulados de que é possível encontrar algumas referências nos registos paroquiais. Note-se por exemplo o registo de baptismo do dia 13 de Janeiro de 1725 de uma criança da casa mais importante de Vale de Ladrões, a da família Sampaio e Melo. Chamava-se João e era filho de Manuel da Fonseca e de D. Maria de Sampaio e Melo, naturais de Marialva. Era neto paterno de Manuel da Fonseca Saraiva e Isabel Cardosa de Azevedo (ele da Prova e ela de Vilar Maior), e neto materno de Jerónimo de Amaral e Sousa e de D. Luísa de

274 Biblioteca de Foz Côa – *Livro de registo de licenças da antiga Câmara de Marialva*, 1854-1866.
275 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 1 (1721-1742). Parece ter sido correntia a presença de castelhanos nesta terra. Em 17 de Abril de 1691 torna a haver conhecimento da existência de outro indivíduo do reino vizinho em Vale de Ladrões. Jerónimo Sanches, *o castilhano*, se chamava. Foi sepultado dentro da igreja e fez testamento escrito onde mandava rezar várias missas. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Defuntos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1723), fl.66. Nos fins do século XVIII, aparece outra referência, designadamente no registo de óbito de José Gomes, castelhano, lavrado em 29 de Abril de 1795. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Defuntos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1723), fl.109v°.

Sampaio e Melo (ele de Teixedo e ela de Marialva). Foi padrinho João Ferreira da Veiga e Sampaio, cónego de Viseu[276].

No mesmo ano, no dia 18 de Novembro foi conferido o sacramento a uma recém-nascida a quem se deu o nome de Ângela. Indica o mesmo que ela era filha de Manuel Francisco Lopes e Maria Barreiros. Apadrinharam a celebração António Xavier, filho do Doutor Brás Monteiro e D. Maria, sua mulher; e D. Ângela, por procuração. Eram todos naturais de Vale de Ladrões[277]. Em 7 de Novembro de 1792 faleceu em Vale de Ladrões o Doutor João Brandão Pereira de Melo, corregedor da comarca de Trancoso, natural de Ovar, casado com D. Antónia Joaquina Batista de Resende[278].

Mas não é só titulação de doutores que é possível encontrar nalguns apadrinhamentos. O topo da sociedade de Vale de Ladrões era ocupado também por militares graduados. Eis alguns exemplos, ordenados cronologicamente. Em 10 de Maio de 1740 aparece como padrinho de José, filho de Caetano Rebelo e Ana Rodrigues, ambos naturais de Vale de Ladrões, o capitão Lourenço José Monteiro do mesmo lugar, sendo invocada, como madrinha, a Nossa Senhora de Remédios do convento de Vilares. O capitão voltou a ser padrinho em 16 de Agosto de 1744, juntamente com sua irmã, D. Ana, de um Lourenço, filho de Manuel Francisco Rocha e Maria Barreiros; e novamente em 17 de Fevereiro de 1747.

Em 15 de Novembro de 1744 há referência a um sargento-mor. António Xavier Monteiro de Sousa Amado se chamava. Apadrinhou Josefa Maria, filha de Manuel de Almeida e Maria Ramos. A madrinha escolhida foi D. Josefa Maria de Gamboa Pinta que apadrinhou por procuração passada ao capitão Lourenço José Monteiro de Sousa Amado[279].

No ano seguinte, a 5 de Abril de 1745, voltou a ser padrinho um proeminente local, o capitão Manuel Jacinto de Sampaio e Melo, condição em torna a ser investido em 25 de Junho de 1751[280]. Mas este tipo de elites não era solicitado a apadrinhar apenas a arraia-miúda. Quando na árvore genealógica destas casas despontava um novo ramo, os padrinhos escolhidos eram as figuras mais gradas da terra ou, na sua falta, de fora dela. Igualmente corriqueira era a prática de chamar ao apadrinhamento a divindade. Assim procedera o morgado Lourenço José Monteiro de Sousa Amado, capitão-mor, e sua esposa D. Ana Joaquina

276 Idem, *ibidem*, loc. cit.
277 Idem, *ibidem*, loc. cit.
278 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Defuntos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19 (1766-1790), fl.103v.°.
279 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 2 (1741-1763).
280 Idem, *ibidem*.

Pereira da Silva e Menezes, os quais escolheram para padrinhos de sua filha D. Joana Luísa, no baptismo celebrado em 3 de Julho de 1748, o Dr. José António de Figueiredo e Vasconcelos, natural da Meda, e Nossa Senhora do Amparo[281].

A permanência de militares graduados em Vale de Ladrões continuou no decurso da segunda metade do século XVIII e alongou-se até ao século XX. Para dar alguns derradeiros exemplos, note-se que em 9 de Julho de 1751, o alferes Joaquim Ramos e sua irmã foram padrinhos de um António José; em 26 de Junho de 1763 o capitão João de Morais e sua mulher Rosália Maria, ambos naturais de Vale de Ladrões, aparecem a apadrinhar uma Jacinta Maria; em 15 de Dezembro de 1782 o capitão Dâmaso José da Fonseca e sua esposa Maria Antónia de S. Pedro, ele de Vale de Ladrões e ela da Prova, baptizam um filho chamado José, dando-lhe como padrinhos uma Luísa Antónia de Sá Coutinho, da Meda, e seu marido Miguel Lopes, também daí natural; e em 20 de Junho de 1783 aparece como padrinho de Manuel, filho de João Francisco e de Maria José da Conceição, ambos de Vale de Ladrões, o alferes daí também natural Caetano de Amaral[282].

5.2. ILUSTRES DE VALFLOR

5.2.1. OS VASCONCELOS

Sobre esta preponderante família, conhecem-se muito poucos nomes. Em primeiro lugar, Gervásio de Vasconcelos e Manuel Barreiros de Vasconcelos. Deles, sabe-se, tão só, que eram irmãos, possuidores de um morgadio e pessoas de grandes títulos. Foram ambos assassinados na vila de Aveloso, de acordo com o registo do seu óbito em 8 de Maio de 1680: *"[...] e por ser hum caso tão horendo meus sucessores o perguntarão para o porem diente seus olhos e advertirem a seus fregueses de que fiz este termo e declaro que ambos morerão abintestados sendo ambos morgados e pessoas de grandes titolos"*[283].

Depois, da mesma família, há conhecimento do óbito de D. Filipa de Vasconcelos, sepultada na sepultura de seus filhos em 11 de Setembro de 1694, na capela-mor da igreja de Vale de Ladrões, deixando por herdeiro e testamenteiro

281 Idem, *ibidem*.
282 Idem, *ibidem*. Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 3 (1764-1784), fls. 171 e 179.
283 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1702), fl.58.

o padre Francisco Soares[284], o qual apresentou a sentença justificativa ao vigário, a 11 de Dezembro de 1696. Da sentença consta o testamento em que a defunta expressa o desejo de ser sepultada envolta no hábito de S. Francisco, mandando celebrar 150 missas, dar roupas e certas medidas de pão, vestir 5 pobres e distribuir 50 alqueires de pão pelas pessoas mais necessitadas. Deixou uma doação ao filho, o padre D. João de Vasconcelos Coutinho, para lhe fazer o bem-de-alma. Por seu turno, este morreu 11 dias depois da mãe, a 22 de Setembro, tendo sido sepultado no Convento dos Vilares. Deixou testamento, enviado pelo pároco ao vigário-geral, composto por 13 meias folhas escritas com inúmeros legados[285].

Nos finais do século seguinte ainda havia eco da existência de indivíduos desta família com ligações a Vale de Ladrões. Note-se por exemplo o registo de baptismo efectuado em 4 de Março de 1793 que dava como padrinhos de José Maria, filho de Manuel da Fonseca e Maria José, um José de Vilhena e Guedes Pinto Coutinho Pereira Albuquerque e D. Maria de Vilhena Pereira Pinto, de Pinhel[286].

5.2.2. OS SOUSA AMADO

5.2.2.1. D. Maria Josefa de Sousa Tavares

D. Maria Josefa de Sousa Tavares, nascida em Vale de Ladrões, filha de António de Sousa Amado e de Ana do Amaral Tavares, casou em 25 de Novembro de 1697 com o provedor da comarca de Miranda, Dr. Brás Monteiro de Paiva, filho de Francisco Fernandes Monteiro e Maria Lopes de Paiva, natural de Várzeas de Trevões, familiar do Santo Ofício. Do enlace matrimonial resultaram vários filhos, nomeadamente Alexandre Monteiro de Paiva, baptizado em Setembro de 1700 e apadrinhado pelo desembargador do Porto, Dr. Gaspar Cardoso de Carvalho; D. Ângela Jacinta Joana de Santo António; D. Úrsula Maria Teresa, nascida em 20 de Setembro de 1704 que tomou como padrinhos o desembargador do Paço, Dr. Manuel Cardoso de Sá e Úrsula Maria do Pilar, religiosa no convento da Ribeira; António Xavier Monteiro de Sousa Amado; e Lourenço José Monteiro de Sousa Amado de quem se tratará nos próximos quesitos[287].

284 Mais tarde, a11 de Dezembro de 1696, o padre Francisco Soares apresentou uma sentença que o declarava como herdeiro de D. Filipa. Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1702), fl.78.
285 Idem, *ibidem*, fl.73v.º.
286 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 4 (1784-1802), fl.89 v.º.
287 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 2 (1741-1763).

5.2.2.2. António Xavier Monteiro de Sousa Amado

António Xavier de Sousa Amado foi baptizado em Abril de 1703, tendo como padrinhos os tios António de Sousa Amado e Catarina de Paiva. Era filho de D. Brás Monteiro de Paiva e de D. Maria Josefa de Sousa Tavares. Foi sargento-mor. Era-o já em 15 de Novembro de 1744, altura em que aparece, com esse título, a apadrinhar Josefa Maria, filha de Manuel de Almeida e Maria Ramos[288]. Teve pelo menos um filho. Alexandre se chamava[289].

5.2.2.3. Lourenço José Monteiro de Sousa Amado

Lourenço José Monteiro de Sousa Amado, filho de D. Brás Monteiro de Paiva e de D. Maria Josefa de Sousa Tavares, foi baptizado em Agosto de 1701, tendo como padrinho seu tio Francisco da Costa Paiva, abade de S. Pedro do Souto, Braga. Casou em 13 de Junho de 1744 com D. Ana Joaquina Pereira da Silva e Menezes, filha do capitão-mor da Meda, meirinho da correição de Pinhel e padroeiro do convento de N. Sra. dos Vilares, Cristóvão Pereira de Figueiredo de Meneses e de sua esposa D. Antónia Pereira da Silva Sotomaior Rebelo Morais Cabral. Foi capitão-mor e, de acordo com os registos paroquiais, era ele o morgado.

Teve, com a referida esposa, pelo menos, três filhas e dois filhos. Uma delas foi Joana Luísa. Foi baptizada com 8 dias de vida em 3 de Julho de 1748, tendo como padrinhos o Doutor José António de Figueiredo e Vasconcelos e Nossa Senhora do Amparo. Antónia Maria foi outra das filhas que tiveram. Baptizaram-na em 25 de Abril de 1751 e deram-lhe como padrinhos o glorioso Santo António e sua tia paterna D. Ângela Jacinta Josefa de Santo António. Tiveram ainda outra filha, a primeira mulher da prole, D. Ângela Maria Jorquina Pereira Meneses, baptizada pelo abade de S. Salvador de Penedono em Junho de 1745, tendo como padrinho o governador de armas de província, António Monteiro de Almeida, que se fez representar na igreja pelo Dr. José António de Figueiredo e Vasconcelos, de Vale de Ladrões, que foi capitão-mor entre 1758 e 1784[290]. A madrinha foi D. Ângela Jacinta Joana de Santo António. Esta D. Ângela, filha de Lourenço José Monteiro de Sousa Amado, foi madrinha de um José António em 11 de Maio de 1753.

Tiveram também um filho varão, Diogo António, baptizado a 4 de Agosto de 1752. Foram padrinhos N. Senhora dos Remédios e o Marquês de Marialva, homónimo da criança, D. Diogo de Noronha: *"[...] gentil homem de sua Camara e seu estribeyro mor, mestre de campo, general de seus exercitos junto à sua pessoa e governador das armas da corte e provincia da Estremadura, e com sua procuração tocou*

288 COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado*..., cit., vol.VI, p.391.
289 COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado*..., cit., vol.VI, p.404.
290 COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado*..., cit., vol.VI, p.381.

na pia o reverendo padre Frey Manoel de Santa Theresa ministro do convento de Nossa Senhora dos Remédios e como madrinha assistio Frey Bento, com prenda de Santo Antonio". O padrinho fez-se representar por procuração passada a frei Manuel de Santa Teresa, ministro do convento da Senhora dos Remédios[291]. Além deste, o casal teve outro filho, Luís de Sousa Monteiro Pereira Pinto de Meneses, baptizado em Novembro de 1746.

Há ainda notícia de Lourenço José Monteiro de Sousa Amado no registo de baptismo de uma Josefa Maria, celebrado em 15 de Novembro de 1744, onde aparece como padrinho o seu irmão António Xavier Monteiro de Sousa Amado e ele próprio como procurador da madrinha D. Josefa Maria de Gamboa Pinta[292].

5.2.2.4. Luís de Sousa Monteiro Pereira Pinto de Meneses

Luís de Sousa Monteiro Pereira Pinto de Meneses era filho de Lourenço José Monteiro de Sousa Amado e de D. Ana Joaquina Pereira da Silva e Menezes. Foi baptizado em Novembro de 1746, recebendo como padrinho o Dr. Luís Osório Brandão, auditor geral da "gente da guerra", da provedoria da Beira, natural de Penaverde.

Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo e casou em 25 de Janeiro de 1788 com D. Maria Tomásia Pereira Pinto de Meneses e Silva (filha de Manuel Cardoso Pereira Pinto de Meneses e de D. Maria Agostinha, da Quinta do Bairro, freguesia de S. Martinho de Mouros). O casamento foi celebrado pelo reitor António de Sousa Pinto e estiveram presentes mais dois padres: o padre António José da Fonseca e o padre Manuel Ramos[293]. Deste casamento resultaram quatro filhos: Maria Antónia, Ana, António e Luís Pereira de Sousa[294].

5.2.3. RE[O]BOREDOS, SAMPAIOS E MELOS

A família Reboredo é originária de Espanha onde se designava *Rebolledo*, tendo-se estendido a Portugal. Por erro de escrita e de leitura passou o nome a dar origem a *Roboredo*, *Reboledo*, *Revoredo*, *Rovoredo*, *Revaledo* e, até, *Revaldo* e *Reivaldo*. Brás Martins de Reboredo, natural de Baeça, casou em Borba em 1559 com

291 Arquivo Diocesano de Lamego - *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 2 (1741-1763), fl.112v.º e 113.
292 Arquivo Diocesano de Lamego - *Livro de Casamentos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 2 (1766-1790), fl.34v.º.
293 Arquivo Diocesano de Lamego - *Livro de Casamentos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 2 (1766-1790), fl.34v.º.
294 COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado*..., cit., vol.VI, p.391. O seu filho Luís Pereira de Sousa casou com D. Feliciana, filha de Jerónimo Ribeiro, de Ranhados, e de D. Maria Joaquina, de Aveloso. Tiveram, pelos menos, duas filhas: D. Maria Antónia, nascida a 2 de Outubro de 1843; e D. Ana, baptizada a 9 de Novembro de 1844. Arquivo Distrital da Guarda - *Paroquiais, Valflor*, cx.19, livro1, fl.7; 12v.º.

Inês Ligeiro, filha de Pedro Gonçalves e de Catarina Gonçalves. Em Setúbal vivia no reinado de D. João II um Diogo Reboredo, cuja descendência se espalhou por Alcácer do Sal, Alter do Chão e Torres Novas. As armas que usavam, num e noutro reinos, eram: de ouro três ramos de carvalho verde, postos em pala e dispostos em faxa; timbre: braço armado de prata, com um ramo do escudo na mão. Outros que usavam o mesmo apelido tinham por armas: de azul, grifo rompente de prata; timbre: o grifo[295]. Houve vários Reboredos e Roboredos, não naturais de Vale de Ladrões que se destacaram no reino, designadamente, entre outros, o padre Amaro Roboredo, notável filólogo do século XVII; João Roboredo, funcionário colonial, secretário-geral da província de Angola, no século XIX; Vicente José Maria de Roboredo, organista e compositor, mestre de capela da Sé de Braga e professor de música na mesma cidade no século XIX; António Lopes da Costa Almeida, 1.º barão de Reboredo, nascido no século XVIII. Centrar-nos-emos, porém, naqueles que tiveram ligações a Vale de Ladrões.

5.2.3.1. Carlos Augusto de Sampaio e Melo e D. Jerónima Margarida de Sousa Menezes

Carlos Augusto Sampaio e Melo era filho de Miguel António de Sampaio e de Ana Angélica Feijó, de Marialva. Casou em Vale de Ladrões com D. Jerónima Margarida de Sousa Menezes, administradora da casa de seu pai Luís Alves da Fonseca, natural de Outeiro dos Gatos, e de sua mãe D. Ana Ludovina de Sousa Pereira e Menezes, natural de Vale de Ladrões[296]. Aí ficaram a residir, na rua de Santo António. Em 12 de Julho de 1858 recebeu mercê de el rei D. Pedro V de escrivão da Câmara Municipal da Meda[297]. Tiveram os seguintes filhos: Augusto César Sampaio e Melo; Virgínia Sampaio e Melo; Luís Sampaio e Melo, nascido a 2 de Novembro de 1857 e baptizado 20 dias depois[298]; Maria Sampaio e Melo, baptizada em 26 de Fevereiro de 1860; Elmira Augusta Sampaio e Melo, baptizada em 26 de Março de 1864[299], tendo como padrinhos António Augusto de Sampaio e Melo, solteiro, recebedor de ofício, e Maria Leopoldina, solteira, a qual vivia com os pais da baptizada[300]; e António José de Sampaio e Melo que casou em 28 de Fevereiro de 1892 com D. Amélia Rebelo[301].

295 *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia lda., 1936-1960, vol.XXIV, p.562.
296 Sabe-se que D. Ana Ludovina faleceu em 11 de Maio de 1871 com 86 anos. Arquivo Paroquial de Valflor, *Óbitos*, 1870-1879, fl.2v.º-3.
297 DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, livro 16, fl.241v.º.
298 Arquivo Distrital da Guarda – *Paroquiais, Valflor*, cx. 19, livro 1, fl.88.
299 Idem, cx. 19, livro 4, fl.3v.º.
300 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.1, n.º11, livro 9 (1864), fl.6v.º e 7.
301 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões*, 1880 a 1911, fl.13v.º.

Não se sabe quando faleceu Carlos Augusto Sampaio e Melo. Sabe-se que D. Jerónima Margarida de Sousa Menezes já era viúva quando se finou, inesperadamente, na sua casa do Largo de Santo António, sem sacramentos, no dia 27 de Outubro de 1909, às duas horas da noite, com 72 anos de idade[302].

Há algumas presunções de que a família Sampaio e Melo tenha vindo de Marialva para Vale de Ladrões[303]. Porém, já antes, em Fevereiro de 1714 se encontram vestígios da presença desta família em Vale de Ladrões. Nesse mês foi baptizada Mariana, filha de Manuel da Fonseca Saraiva e de sua mulher D. Mariana de Sampaio e Melo, ele natural de Marialva e ela de Vale de Ladrões[304]. Mais tarde, volta a haver provas documentais desta família, designadamente através de outra filha do mencionado casal, D. Teodósia de Sampaio e Melo, solteira, que foi sepultada em Vale de Ladrões em 30 de Setembro de 1789[305].

5.2.3.2. José Tibério de Roboredo Sampaio e Melo

José Tibério de Roboredo Sampaio e Melo, natural de Marialva e grande parte da sua vida residente em Vale de Ladrões, era filho de Cristóvão de Roboredo e Sousa e D. Antónia de Sampaio e Melo. Foi esta ligação dos seus pais que juntou as famílias Roboredo e Sampaio e Melo. José Tibério foi de Foz Côa para Vale de Ladrões em 17 de Janeiro de 1876, tendo comprado a casa e a quinta no Eido por 3 contos. Era bacharel em Direito e chegou a ser conselheiro régio; governador-civil de Bragança entre 12/1/1881 e 1/4/1881, de Beja entre 4/3/1886 e 19/2/1888; e de Viseu no período compreendido entre 30/8/1888 e 16/1/1890. Casou com Bernarda Rosa da Purificação de Almeida, de Lisboa, filha de José de Almeida e Mariana Luísa de Almeida. Teve os seguintes filhos: Abel de Roboredo Sampaio e Melo que casou com Albertina Augusta da Silva (recebedor da comarca de Beja e depois da Meda)[306]; D. Josefina Roboredo de Sampaio e Melo, que casou com

Porém, no registo de baptismo de Egídio Joaquim, celebrado em 1902, aparecem como avós António José de Sampaio e Melo e D. Francisca de Piedade Esteves Pereira. Trata-se de um familiar homónimo mas não lhe descortinamos a ligação. Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1890-1903*, fl.106v.º.
302 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, livro 14 (1909), fl.7.
303 Presumem alguns genealogistas que, neste período, a família Sampaio e Melo provinha de Marialva e os Reboredo entroncavam em Moncorvo. Na verdade, nesta época, outras vergônteas é possível encontrar da família Sampaio e Melo em Marialva. A título de exemplo, sabe-se que um António José de Sampaio e Melo, filho de Francisco Inácio de Sampaio e Melo, que cursava o segundo ano jurídico, em 1819-1820, na Universidade de Coimbra, era natural de Marialva. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – *Relação e Índice Alphabetico dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1819 para 1820, suas naturalidades, filiações e moradas*, p.16.
304 COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado...*, cit., vol.VI, p.389.
305 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Defuntos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.6, n.º19, (1766-1790), fl.95.
306 Aparece referenciado pelo Jornal *O Marcial* como um dos participantes no funeral de D. Amélia Lacerda

José Júlio César; António de Roboredo Sampaio e Melo, que casou com Ana da Luz Ramos e José Tibério de Roboredo Sampaio e Melo. Consta que terá tido ainda outra filha, D. Amélia de Roboredo Sampaio e Melo, presumivelmente com Maria Emília de Carvalho e Lima.

Do enlace matrimonial entre o seu filho Abel e Albertina Augusta da Silva resultaram os seguintes filhos: Abel Octaviano de Roboredo Sampaio e Melo, nascido em Coimbra no ano de 1884 (estudou em Évora e Coimbra, seguiu Direito e veio a seguir o mesmo ofício do pai ao ser recebedor da fazenda em Sernancelhe, aí residindo a maior parte da sua vida, na Casa da Comenda, com sua esposa Amélia da Fonseca Dias, nascida em Manaus – Brasil em 1899, com quem teve dez filhos); José Tibério de Roboredo Sampaio e Melo - nome do avô; e Margarida do Céu de Roboredo Sampaio e Melo, nascida a 13 de Junho de 1901 e baptizada a 15 de Agosto do mesmo ano, tendo como padrinhos o próprio pai e Nazareth da Silva[307].

5.2.3.3. D. Josefina Roboredo de Sampaio e Melo

D. Josefina Roboredo de Sampaio e Melo era filha de José Tibério de Roboredo Sampaio e Melo e Bernarda Rosa da Purificação de Almeida. Nasceu em 23 de Fevereiro de 1878 e faleceu a 20 de Dezembro de 1964. Foi baptizada em 28 de Junho de 1878, tendo como padrinhos o farmacêutico Sebastião José de Carvalho e Lima, natural de Marialva, e D. Joaquina Metelo Leitão de Carvalho, natural de Treixedo[308]. Era neta paterna de Cristóvão de Roboredo e Sousa e de Antónia de Sampaio e Melo, e neta materna de José de Almeida e Mariana Luísa de Almeida.

Casaria em 16 de Dezembro de 1897 com José Júlio César, natural de S. João do Monte, concelho de Tondela, nascido a 26 de Julho de 1873 e falecido em 1951. Era filho de Júlio César Pereira da Silva e de Júlia Maria da Conceição de Jesus. Foram testemunhas do consórcio Abel de Roboredo Sampaio e Melo e D. Amélia de Roboredo Sampaio e Melo[309].

Advogado de formação, José Júlio César foi uma personalidade ilustre do círculo social de Viseu, chegando a ser presidente da autarquia viseense, senador da Beira, auditor administrativo do distrito de Viseu e director do semanário da organização republicana da Beira *Noticias de Viseu* e também do Jornal *O Comércio de Viseu*. Isso mesmo noticiava o Jornal quinzenal medense *O Marcial*, órgão da união republicana do concelho da Meda, dirigido por António Manuel Abrunhosa, na edição do dia 25 de Setembro de 1918: *"Foi nomeado auditor administrativo do distrito de Vizeu, o senador republicano Sr. Dr. José Julio Cezar. Os nossos sinceros parabens"*[310]. Pelas funções que ocupava, aliadas ao facto da sua esposa ser natural de Vale de Ladrões, o aludido jornal não perderia rasto à intervenção política de José Júlio César[311]. Exemplo disso, já a edição transacta, de 25 de Agosto do mesmo ano, se referia a este político: *"Pelo sr. dr. Jose Julio Cezar, senador por este círculo foi apresentado no senado um projecto de lei para que se tornem extensivas aos sindicatos agrícolas, as atribuições conferidas às camaras municipais para organização dos celeiros [...]. O sr. dr. Jose Julio Cezar que por laços de família e amisade pessoal está mais ou menos ligado aos habitantes deste concelho, por quem é profundamente considerado, decerto se não esquecerá do desdém a que ele tem sido votado e por isso cônscios estamos de que algum melhoramento lhe será feito a seu pedido"*[312].

No ano seguinte, na edição n.º18, de 15 de Abril de 1919, dizia o mesmo periódico: *"Noticias de Vizeu. Recebemos a visita deste nosso colega que começou a publicar-se em Vizeu, e é semanário da Organização Republicana da Beira. Não só porque o seu director Sr. Dr. José Julio Cezar, temos em muita consideração, mas tambem porque somos dos republicanos que entendem que a Republica pode comportar todas as nuances, cumprimentamos afectuosamente o novel colega com quem vamos permutar, desejando-lhe muita vida"*[313].

As nuances republicanas a que aludia a redação d'*O Marcial* prendiam-se com uma notícia saída um mês antes, na edição n.º16, de 15 de Março, sobre as opções políticas do Dr. Júlio César enquanto senador da Beira: *"Por um nosso leitor que ignoramos quem seja, foi-nos enviado o Seculo de 18 de Fevereiro ultimo, chamando a nossa atenção com uns traços de tinta, para duas locaes referentes ao projecto e discurso que o Ex.mo Sr. Dr. José Julio Cezar senador da zona central da Beira, apresentou e proferiu ao Senado. Desconhecemos por completo qual o fim para que nos foi enviado o Seculo, contudo agradecemos a lembrança [...]. Ao depararmos com o nome do Sr. Dr. José Julio Cezar no extracto da sessão do Senado, causou-nos*

de Faria, da Meda. Jornal *O Marcial*, ano I, n.º15, 1 de Março de 1919, p.2.
307 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1890-1903*, fl.102.
308 Arquivo Diocesano de Lamego – *Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões*, cx.2, n.º27, livro 12 (1878), fl.5 v.º.
309 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões, 1880 a 1911*, fl.22.

310 Jornal *O Marcial*, Ano I, n.º4, 25 de Setembro de 1918. Veja-se *Publicações Periódicas Portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1911-1926)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1991, p.375.
311 Outros jornais, de outras terras, não deixariam de noticiar tudo o que se relacionava com esta figura ilustre. Veja-se o telegráfico apontamento publicado pelo Jornal *A Folha de Trancoso*, ano XLI, n.º1735 (1931), p.3: *"Tem passado adoentado na sua casa do Vale, o sr. Dr. José Julio Cesar"*.
312 Jornal *O Marcial*, Ano I, n.º2, 25 de Agosto de 1918, p.3.
313 Jornal *O Marcial*, Ano I, n.º18, 15 de Abril de 1919, p.3.

uma certa alegria, porque a primeira coisa que nos acudiu ao pensamento – tal era a nossa esperança – foi que sua Ex.ª algum projecto tinha apresentado que beneficiasse este concelho tão esquecido tem sido por todos os seus representantes desde que foi implantada a Republica. Cremos até que o seu nome mais não foi pronunciado em S. Bento. Mas ó decepção das decepções![...] Ficamos extáticos, com os olhos em lagrimas ao vermos que o nosso senador tratava de melhoramentos importantes para o districto de Vizeu, com a agravante de vir prejudicar o nosso (como era a linha férrea da Regua a Vila Franca das Naves passando mais longe de nós de que passa a linha do Douro e da Beira) porque realisada esta jamais seria levada a efeito a projectada linha ferrea de Vila Franca das Naves ao Pocinho"[314].

Eram efectivamente muitas as expectativas dos medenses em relação à figura do Dr. José Júlio César, não cessando a imprensa local de assinalar a sua presença nesse concelho. Inclusive quando o que o levava a Vale de Ladrões era o ócio, não raro, acompanhado de outras ilustres figuras do panorama regional: *"Também de Vizeu vieram passar as ferias da Pascoa a ilustre família do sr. dr. Jose Julio Cezar, que foi acompanhada pelo guarda-marinha, sr. Moreira que, no assalto à serra de Monsanto, combateu audazmente os realistas"*[315].

José Júlio César e D. Josefina Roboredo de Sampaio e Melo tiveram os seguintes filhos: o coronel Américo Júlio da Silva Roboredo Sampaio e Melo, que casaria com Maria de Ascensão de Almeida e Sousa de Loureiro, natural de Viseu, nascida em 26 de Março de 1905; o almirante Armando Júlio Roboredo e Silva, nascido em 1903, que casaria com Maria Leonor da Silveira e Lorena de Magalhães Correia, nascida em 1905; e Maria de Lourdes Roboredo Sampaio e Melo, nascida em 29 de Janeiro de 1900, que casaria com José Moreira de Almeida Campos, natural de Tondelinha, nascido em 24 de Setembro de 1898 e falecido em 30 de Abril de 1967.

314 Jornal *O Marcial*, Ano I, n.º18, 15 de Abril de 1919, p.3. Jornal O Marcial, Ano I, n.º16, 15 de Março de 1919, p.2.
315 Jornal *O Marcial*, Ano I, n.º19, 30 de Abril de 1919, p.3. Pensamos que o Sr. Moreira referido era o capitão Francisco António de Almeida Moreira nascido em Viseu em 1873 e falecido em 1939, o qual, entre outras coisas, foi professor do liceu Alves Martins; criador, fundador e primeiro director do Museu Grão Vasco; presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu; primeiro presidente da Associação de Futebol de Viseu; vogal correspondente do Conselho Superior de Belas-Artes; membro correspondente da Academia de S. Fernando (Madrid), e da Académica de Santa Isabel da Hungria (Sevilha), e membro titular da Associação de Arqueólogos de Lisboa. A recente publicação que colige as cartas de Almeida Moreira a Joaquim Lopes, em cujo anexo se encontra uma missiva enviada por José Júlio César a Almeida Moreira, bem ilustradora da amizade e do pensamento republicano que os unia, pode apontar nesse sentido. Ver *Cartas de Almeida Moreira a Joaquim Lopes, 1919-1939*. Viseu: Quartzo Editora, 2013, p.191. Veja-se ainda o artigo que sobre ele escreveu o seu testamenteiro e filho do Dr. José Júlio César, o coronel Américo Roboredo, em *Beira Alta*, Vol. XXXII, fascículo IV (1973), p.373-375.
Porém, ao invés deste, podia o periódico estar a referir-se a José Júlio Moreira de Campos que tinha habitação contígua à do Dr. José Júlio César.

(à esq.) D. Josefina Roboredo Sampaio e Melo
(à dir.) Dr. José Júlio César

Existem documentos clarificadores acerca do património de José Júlio César, nomeadamente um rol com a relação, descrição e valor das suas propriedades, sintetizado no quadro que se segue:

Nº	TIPO DE BEM	FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO	VALOR
1	Olival	Carvalhal	Sítio da Queima	8.000$00
2	Moita com pinhal, carvalhos e terra de semeadura	Carvalhal	Sítio do Tomé	6.000$00
3	Duas oliveiras	Carvalhal	Junto ao adro	400$00
4	Terra com 4 oliveiras	Carvalhal	Sítio da Queima	1.000$00
5	Chão murado	Casteição	Sítio do Pereiro	1.500$00
6	Quinta com habitação e palhais	Casteição	Junto à ermida de N. Sra.	190.000$00
7	Quintalego com oliveiras	Marialva	Sítio da Praça	250$00
8	Quintal com 4 oliveiras	Marialva	Sítio da Rua da Praça	300$00
9	Quintalego com 3 oliveiras	Marialva	Sítio da Rua da Praça	100$00
10	Quintal com 3 oliveiras	Marialva	Sítio da Rua da Praça	400$00
11	Quintalego com 1 oliveira	Marialva	Sítio da Praça	100$00
12	Courela com 65 oliveiras	Marialva	Sítio de Santa Maria	9.000$00
13	Terra com água	Marialva	Sítio do Moinho	6.000$00
14	Lameiro com água	Marialva	Sítio do Sr. dos Aflitos	60.000$00
15	Eira e terra com 6 oliveiras	Marialva	Sítio da Moura	7.000$00

16	Courela com terreno para centeio	Marialva	Sítio do Gavião	290.000$00
17	Tapada com terreno de semeadura	Marialva	Sítio dos Covais	3.000$00
18	Terra	Marialva	Veludinho de Baixo	250$00
19	Courela "a do Menino Jesus"	Marialva	Sítio de Fieital	100$00
20	Chão com 7 oliveiras	Marialva	Sítio da Pipa	2.000$00
21	Courela	Marialva	Sítio da Calçada	100$00
22	Courela "a dos Forninhos"	Marialva	Ribeiro do Vinagre	4.500$00
23	Courela	Marialva	Fraga da Alcaidaria	2.000$00
24	Chão com 9 oliveiras	Marialva	Sítio da Calçada	3.000$00
25	Courela	Marialva	Fiéis de Deus	6.000$00
26	Tapada com sobreiros	Marialva	Sítio do Chão do Vale	30.000$00
27	Horta	Marialva	Sítio das Poldres	1.500$00
28	Lameiro com freixos	Marialva	Sítio da Crispina	16.000$00
29	Lameiro	Marialva	Sítio do Vale Redondo	30.000$00
30	Lameiro	Marialva	Sítio do Vale Redondo	15.000$00
31	Chão e courela	Marialva	Sítio dos Eirós	8.000$00
32	Courela com terra de semeadura	Marialva	Sítio dos Almares	13.000$00
33	Grande propriedade	Marialva	Sítio do Capelão	90.000$00
34	Chão	Marialva	Sítio dos Pelames	17.000$00
35	Tapada	Marialva	Sítio da Moura	25.000$00
36	Courela com árvores de fruto	Paipenela	Chão do Castanheiro	1.500$00
37	Fragas com castanheiros e mato	Paipenela	Fragas do Almieiro	2.500$00
38	Pinhal	Paipenela	Ervedais	1.000$00
39	Olival vinha e horta	Paipenela	Sítio do Chão no Nabal	26.000$00
40	Lameiro	Paipenela	Sítio da Almoinha	7.500$00
41	Pinheiral e terra de semeadura	Paipenela	Ladeiras	35.000$00
42	Chão com água e parreiras	Valflor	Rua do Loureiro	?
43	Quintal com oliveiras e poço	Valflor	Rua do Rosmaninho	4.500$00
44	Mata de pinhos e sobreiros	Valflor	Ladeira do Chuço	15.000$00
45	"Regadinha", ladeira	Valflor	Sítio do Vale da Lapa	20.000$00
46	Courela lavrada	Valflor	Sítio do Vale do Forno	9.000$00
47	Lameiro com freixos e sobreiros	Valflor	Sítio do Vale do Forno	17.000$00
48	Quinta	Valflor	Sítio do Convento	240.000$00
49	Courela centeeira	Valflor	Margarida	20.000$00
50	Courela com terreno com água	Valflor	Ribeiro do Vinagre	?
51	Quinta da Portiva	Valflor	Sítio da Portiva	220.000$00
52	Hortego	Valflor	Sítio do Pio	1.500$00

53	Terra lavradia	Valflor	Sítio das Lameiras	9.000$00
54	Terra lavradia	Valflor	Sítio da Horta da Ribeira	3.500$00
55	Vinha	Valflor	Pedreira	13.000$00
56	Chão com água e árvores, horta	Valflor	Pomar	20.000$00
57	Chão com água e árvores	Valflor	Chão do Canal	7.500$00
58	Courela com sobreiros	Valflor	Margarida	15.000$00
59	Grande propriedade com casa	Valflor	Sítio do Eido	480.000$00
60	Olival e terra lavradia	Valflor	Sítio da Rua da Portela	7.000$00
61	Courela de árvores e terra lavradia	Valflor	Sítio dos Ariais	16.000$00
62	Propriedade murada com árvores	Valflor	Sameiro	43.000$00
63	Courela lavradia	Valflor	Sameiro	?
64	"Regadinha", chão com água	Valflor	Sítio dos Moinhos	11.000$00
65	Casa sobradada com palhal, cortelho, cabanal e quintal	Marialva	Rua do Forno	16.000$00
66	Palhal	Marialva	Rua das Lages	3.000$00
67	Casa sobradada com forno, lojas, etc.	Valflor	Rua do Fundo do Povo	14.000$00
68	Casa sobradada com quinta e cortelho	Valflor	Rua Saída para Marialva	8.000$00
69	Casa sobradada com loja e quinta	Valflor	Rua do Fundo do Povo	8.500$00
70	Lagar para fazer azeite	Valflor	Rua de Valverde	15.000$00
71	Casa térrea	Valflor	Rua de Valverde	1.5000$00
72	Casa sobradada com palhais	Valflor	Rua de Valverde	6.000$00
73	Cavalariça com quintal	Valflor	Rua da Fonte Nova	24.000$00
74	Lagar de azeite, cabanal e palhal	Valflor	Rua de Valverde	55.000$00
75	Casa sobradada com lojas	Valflor	Rua Nova	75.000$00
76	Casa sobradada com lojas, lagar	Valflor	Rua Nova	75.000$00
77	Lagar para fazer vinho	Valflor	Rua da Fonte	14.000$00

Quadro 9. Relação, descrição e valor das propriedades do Dr. José Júlio César[316].

Grande parte das propriedades exaradas no quadro estava arrendada. José Júlio César e D. Josefina tinham efectivamente um vasto património fundiário. Através de um documento datado de 25 de Março de 1932, assinado pelo regedor de Vale de Ladrões, Henrique Sobral, é possível saber que eles possuíam 1161 oli-

316 *Livro de registo e nota das propriedades, confrontações e caseiros do Dr. José Júlio César*, fl.1-79, livro de posse particular. O livro está numerado até ao fólio 79 mas contém muitos outros fólios não numerados e vários papéis avulsos, designadamente róis de bens, registos de contribuições e contratos de compra. O quadro é baseado apenas num dos pelo que é apenas um indicador.

veiras; 8 amendoeiras; 3 nogueiras; 5 ameixeiras; 7 cerejeiras; 2 damasqueiros; 10 pessegueiros; 29 figueiras; 20 macieiras; e 10 pereiras, tudo em plena produção. Árvores novas e pouco produtivas tinham: 1267 oliveiras; 12 amendoeiras; 74 aveleiras; 3 nogueiras; 3 cerejeiras; 2 laranjeiras; 1 limoeiro; 40 macieiras; 5 pereiras; e 4 outras árvores não discriminadas[317]. Um documento idêntico, do Instituto Nacional de Estatística, datado de 28 de Agosto de 1937, assinado pelo mesmo regedor, atestava que José Júlio César era possuidor de 1568 oliveiras associadas à vinha; 500 oliveiras não associadas à vinha; 15 ameixeiras; 23 amendoeiras; 25 aveleiras; 348 castanheiros; 19 cerejeiras; 1 damasqueiro; 21 figueiras; 57 macieiras; 8 marmeleiros; 12 nogueiras; 40 pereiras e 23 pessegueiros, tudo árvores novas. Árvores adultas em plena produção tinha 170 oliveiras e 16 castanheiros. Árvores velhas pouco produtivas tinha 45 oliveiras e 36 castanheiros[318].

Na parte final do livro, onde José Júlio César registou as suas propriedades, os anos e respectivos valores de compra, arrendamentos, etc., existe uma relação escrita pelo próprio que demonstra que ele acompanhava de forma muito próxima a produtividade dos seus terrenos. Entre 1910 e 1924 registou pormenorizadamente as plantações que efectuou e o vinho que colheu. Refere em 1910: *"Enchi os 2 tonéis da Portela. O tonel das 12 pipas; os 2 das extremidades na loja escura; uma pipa na loja escura; uma pipa e um pipo de vinho branco e no tonel do meio na loja escurão que ficou acima de 2 palmos e 3 dedos, pois o outro era de minha sogra"*. Em 1918 escreveu: *"Mau ano de vinho e bom ano de pão, mas péssimo de batatas e feijão. Apenas enchi o tonel das 15 pipas e o das 12 que estão a par. Correu o pão a 2.500 e 3.000 e o vinho foi desde 1.300 ao novo até 2.500, 2.700 e 3.000 depois"*. Em 1923 escreveu: *"Comecei a vindima a 29 de Setembro, dia de S. Miguel. Tive menos 7 ou 8 pipas. Houve menos por cá mas em quasi toda a parte houve mais [...]. Enchi os 3 toneis da Tulha, sendo o mais pequeno do branco. Enchi ainda o tonel das 12 pipas e o das 14 ficou mais de meio [...]. A Sr.ª D. Emilia Amaral tem no tonel dela 5 almudes de vinho meu. Nos meus toneis deitaram vinho o Manuel Libanio, o Marcelino, o Amadeu, o Carlos Guerra"*. Em 1928 escreveu: *"Foi mau ano de vinho, no geral. Dos piores dos últimos 10 a 15 anos. Todavia eu tive bôa colheita de vinho. A maior que tive até à data. Medida de cá deve andar para 80 pipas. Medida de Viseu por 100 pipas. Em Dezembro já estava a 30.00 o almude. Enchi as vasilhas todas. Comecei a plantação do monte para o Armando"*[319].

317 *Manifesto de oliveiras e árvores de fruto*, 25 de Março de 1932, documentos particulares.
318 Instituto Nacional de Estatística, *Manifesto de oliveiras e árvores de fruto*, 28 de Agosto de 1937, documentos particulares.
319 *Livro de registo e nota das propriedades, confrontações e caseiros do Dr. José Júlio César*, fólios finais não numerados, livro de posse particular.

Não era só da colheita do vinho que José Júlio César escrevia. Em 1925, sobre a azeitona registou o seguinte depoimento: *"Começámos a apanhar a azeitona em 23 de Dezembro e acabámos em 15 de Janeiro. Tive 180 sacos, mas só 29 almudes de azeite, menos 7 almudes que no ano anterior com menos azeitonas. Quando me casei, em 1897, e durante bastantes anos a nossa colheita regulava entre 18 e 30 sacos. A que temos a mais é de oliveiras que comprei e dos muitos centos que tenho plantado"*. Em 1927, sobre o pão, registou o seguinte: *"Houve muito pouco pão, desde 1872 que não tinha tornado a haver um ano tão mau de centeio, segundo dizem os que viviam a esse tempo. Muitas propriedades não deram a semente. Todavia no resto do país houve muito trigo e milho. Foi bom ano de vinho, batata e trigo e otimo de azeite. Nunca lembro ter havido tanto no país. Devíamos ter 280 sacos de azeitona. Nos meus primeiros anos costumava ter entre 20 e 28 sacos. Quando fiz uma tulha na Portela dizia que me dava por muito feliz se viesse a enche-la. Uns 20 anos depois nem em 15 tulhas como ela me cabia, louvores a Deus"*[320].

5.2.3.4. Armando Júlio Roboredo e Silva

O Almirante Armando Roboredo nasceu em Vale de Ladrões a 11 de Janeiro de 1903 e foi baptizado em 23 de Fevereiro do mesmo ano, tendo como padrinhos o Dr. Manuel Joaquim Correia e D. Bernarda Rosa de Melo[321]. Faleceu em 1987. Era filho de José Júlio César e de D. Josefina Roboredo de Sampaio e Melo, de Vale de Ladrões (filha de José Tibério de Roboredo Sampaio e Melo e de Bernarda Rosa da Purificação de Almeida). Casou com Maria Leonor da Silveira e Lorena de Magalhães Correia, nascida em 1905 e falecida em 2001, filha do Almirante Luís António de Magalhães Correia que foi ministro da Marinha, e de D. Maria Leonor Tomásia da Silveira e Lorena. Não tiveram filhos.

Na sua juventude era conhecido por *Armand Duval* (do Vale). Em 30 de Dezembro de 1918 era referido pelo Jornal *O Marcial*, a este propósito: *"Está no Vale em casa de sua tia e avó o estudante Sr. Armando de Roboredo Sampaio e Melo"*[322]. Foi professor do Instituto Superior Naval de Guerra entre 1954 e 1957; sub-chefe adjunto do Estado-Maior da Armada entre 1958 e 1960; sub-chefe do Estado-Maior da Armada entre 1960 e 1963; chefe do Estado-Maior da Armada Portuguesa entre 1963 e 1970; superintendente dos Serviços de Aviação; director dos Serviços Meteorológicos; comandante de navios da Armada; chefe de Gabinete do Administrador da Zona Internacional de Tânger.

Em Janeiro de 1960, ainda na qualidade de sub-chefe do Estado-Maior da Armada, apresentou uma proposta de criação dos Fuzileiros. Os candidatos fre-

320 Idem, *ibidem*.
321 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1890-1903*, fl.108v.°.
322 Jornal *O Marcial*, 30 de Dezembro de 1918, p.2.

quentaram o Curso de Especialização do "Command Course" em Inglaterra no Centre Royal Marine em 22 de Agosto do mesmo ano.

"A ostentação é inadmissível, para não dizer intolerável!", asseverou Armando de Roboredo em Fevereiro de 1974, altura em que era vice-almirante e deputado na Assembleia Nacional. Propôs, nessa ocasião, a criação de uma organização com o objetivo de desenvolver uma campanha psicológica, *«porque é grande a batalha a vencer nesse campo»*.

Almirante Armando Júlio Roboredo e Silva

Conhecem-se-lhe algumas publicações. Destaca-se, desde logo, o artigo *Os Descobrimentos – a Expansão Ultramarina – as linhas de comunicação marítima*, publicado em 1960 numa altura em que se celebrava o quinto centenário da morte do Infante D. Henrique e o sexto do nascimento do Condestável Nuno Álvares Pereira. Armando de Roboredo enceta neste trabalho uma apreciável síntese dos acontecimentos mais marcantes da expansão e descobrimentos marítimos portugueses, explicando: *"Não seria possível deixar de associar, em 1960, a Semana do Ultramar às Comemorações Henriquinas. Estas têm além do seu objectivo fundamental que é o de sublinhar uma figura cuja estatura universal deve ser considerada das mais extraordinárias do Orbe, um outro que reputamos de grande relevância – o de tornar a juventude mais consciente das nossas responsabilidades e das nossas grandes certezas, e, ainda, o de ajudar a debruçar-se sobre as nossas tradições para com solidez preparar e construir o futuro. Isto corresponde a manter viva e desperta a consciência nacional. Não poderiam pois deixar de reunir-se, na Semana do Ultramar, tais objectivos, com a exaltação do que significam hoje, para a*

nação portuguesa, as suas províncias de Além-mar e do carinho e esforços que merecem e que se impõe dedicar-lhes para as tornar dignas do sacrifício que fizeram tantas gerações de portugueses que ali deixaram fazenda, saúde e muitas vezes a própria vida, bem cônscias de que esses territórios constituíam e constituem a verdadeira razão da grandeza nacional". Depois explica a sua tese de que no período em que o país vivia a viabilização do território nacional em terra era o domínio do mar, sendo as comunicações marítimas fundamentais para a nação não ficar desfeita nem pulverizada: *"Dada a pequenez do território metropolitano, as suas limitadas possibilidades económicas e o crescimento da população, pode afirmar-se que, perdendo o Ultramar, o País perderia a sua projeção no Mundo"*. Não há dúvidas de que este discurso, proferido no encerramento da Sessão do Ultramar, perante personalidades políticas influentes do Portugal de então, pretendia ser um alerta, senão cotejemos mais um passo: *"[...] invadidos por verdadeira loucura de nacionalismo e racismo incompreensíveis, manobrados por agitadores e propagandistas cuja origem conhecemos, obtêm a independência e estabelecem imediatamente, como "mot d'ordre", perturbar e subverter os territórios vizinhos que os não molestam. Devemos ter em presente que os sovietes apesar de insistirem na coexistência pacífica não abandonaram o seu objectivo de tornar o mundo comunista. A ofensiva económica está lançada e com ela pretendem ganhar terreno, particularmente nas áreas menos desenvolvidas da África e da Ásia. E onde a ofensiva económica não resulte, e felizmente não tem sido muito acentuado o rendimento colhido, a agitação, que poderá assumir aspectos de série rebelião, está nos seus objectivos. Mas a lado com a ofensiva ideológica cuja finalidade é dividir e destruir. Somos consciente e irredutivelmente anticomunista [...]"*[323]. Trecho mais clarividente para definir o pensamento político do almirante, não há, muito embora se colham, noutros escritos que concertou, semelhantes assunções, como por exemplo no seguinte passo: *"Para mim a Mensagem ou Plano do Infante D. Henrique volta a ser tão válida como o foi no século XV, pois um dos seus grandes objectivos foi salvar a África para a Europa, então, libertando-o da dominação islâmica em franca expansão na Costa Oriental e no Índico, e, presentemente, mantendo-nos firmemente onde estamos, contrariando assim o cerco marxista soviético que está bem patente [...]"*[324].

323 ROBOREDO, Armando Júlio de – Os Descobrimentos, a Expansão Ultramarina, as Linhas de Comunicação Marítima. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 78 (Abril-Junho, 1960), p.169-184.
324 Meditação sobre uma data. *Separata de Comunidades Portuguesas*. 22 (Abril, 1971), 10p. Veja-se ainda, do mesmo autor, *A mensagem do Infante de Sagres e o poder marítimo*. Viseu: Rotary Club, 1961; Alocução dirigida às Forças Armadas no dia 10 de Junho de 1964. *Separata da Revista da Marinha*. 28 (1964), 4p.; Aspectos militares da comunidade luso-brasileira. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. [s. n.] (1965), p.279-288; *O navio e o mar. Apontamentos para a História da Marinha Portuguesa* (apreciação à exposição feita sob este título efectuada por Telmo Gomes). Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 8 de Março de 1973; Um depoimento sobre a política naval portuguesa. *Separata dos Anais do Clube*

Medalha alusiva à figura do Almirante Armando Júlio Roboredo e Silva

5.2.3.5. Américo Júlio da Silva Roboredo Sampaio e Melo

Américo Júlio da Silva Roboredo Sampaio e Melo era filho de José Júlio César, advogado, natural de S. João do Monte, Caramulo, e de Josefina Roboredo de Sampaio e Melo, de Vale de Ladrões. Nasceu a 6 de Setembro de 1898 e foi baptizado no dia 30 de Janeiro de 1899, tendo como padrinhos o Dr. José Augusto Dinis e D. Amélia do Carmo de Roboredo Sampaio e Melo[325]. Casou com Maria de Ascensão de Almeida e Sousa de Loureiro, nascida em Viseu 26 de Março de 1905, filha de José Marques de Loureiro e de Arminda de Almeida e Sousa. Teve os seguintes filhos: Maria Fernanda Loureiro de Reboredo, que casou com Custódio de Nazareth Abrantes, natural de Coimbra (tiveram uma filha: Ana Isabel de Reboredo de Nazareth Abrantes); e Maria Arminda Loureiro de Reboredo, que casou com Maximiano Ribeiro Seara, natural de Cavernães (Viseu), nascido em 19 de Fevereiro de 1919 e falecido em 2012 (tiveram os seguintes filhos: Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara e Isabel Maria Loureiro de Reboredo Seara).

Américo Sampaio e Melo foi militar distinto, atingindo o posto de coronel do exército. Em 26 de Fevereiro de 1927 o governo da província de Cabo Verde publicou a seguinte portaria: *"Tendo este Governo tido importante coadjuvação, tanto de elementos oficiaes como particulares, no acolhimento feito ao hidro-avião italiano "Santa Maria" do comando do Marques de Pinedo, que chegou a este porto a 19 do corrente, pelas 9 e meia horas donde partiu a 22, pela 1 hora e 16 minutos da manhã, com destino ao continente brasileiro, coadjuvação que muito contribuiu para o levantamento do nome do nosso país, no estrangeiro; hei por conveniente louvar: o meu ajudante de campo, tenente de cavalaria Americo Julio da Silva Roboredo Sampaio e Melo pela muita inteligência e dedicação com que auxiliou o aviador italiano Marque de Pinedo nos seus reconhecimentos no litoral SW da Ilha de S. Tiago"*[326].

Militar Naval. 88 (1959), 32p.
325 Arquivo Paroquial de Valflor – *Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1890-1903*, fl.93.

5.2.3.6. Duarte Gustavo Reboredo de Sampaio e Melo

O Dr. Duarte Gustavo Reboredo de Sampaio e Melo era sobrinho do conselheiro José Tibério de Roboredo Sampaio e Melo, referido num dos itens anteriores. Era também, por conseguinte, primo de D. Josefina e dos irmãos desta[327]. Casou com D. Ana Rosa d'Aguilar e teve com ela os seguintes filhos: D. Amélia de Roboredo Sampaio e Melo e Duarte Gustavo de Reboredo e Castro[328]. Foi vice-presidente da autarquia da Meda, em 1902, e presidente da mesma em 1905 e novamente em 1926 para logo ver cair o seu governo na sucessão da revolta militar. Foi deputado durante o regime constitucional monárquico e foi nessas funções que elaborou um projecto lei sobre o divórcio que acabou por não ser considerado como consta de uma sessão da Assembleia Nacional Constituinte de 1911: *"No antigo regime, de nefasta memoria, quando ao governo não convinha que uma proposta ou projecto de lei fosse discutido pela Camara mandava-a para as commissões, - e ahi dormiam eternamente, como succedeu, por exemplo, ao projecto do divorcio apresentado pelo Sr. Roboredo de Sampaio e Mello"*[329].

5.2.3.7. Duarte Gustavo de Reboredo e Castro

O Dr. Duarte Gustavo de Reboredo e Castro, natural da Meda, era filho do Dr. Duarte Gustavo Reboredo Sampaio e Melo e de D. Ana Rosa d'Aguilar. Sabe-se que em 1918 ainda era estudante, aparecendo referido várias vezes no Jornal *O Marcial* que dava conta dos estudantes do concelho que aí se encontravam de férias e também quando partiam para os locais onde se encontravam a estudar: *"Afim de frequentar o 6.º ano dos liceus, retirou para Coimbra o nosso estudante Sr. Duarte de Roboredo"*; *"A passar ferias do Natal com suas famílias encontram-se nesta vila os nossos estudantes Antonio Augusto Marques, Antonio Joaquim Rebelo, Afonso Ferraz das Neves, Duarte de Roboredo [...]"*[330]. Em 1919 entrou para a Universidade de Coimbra[331].

326 *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde*, 26 de Fevereiro de 1927, papéis particulares.
327 Isso mesmo no-lo confirma o Jornal *O Marcial*, ano I, n.º3, 10 de Setembro de 1918, p.2: *"De visita a seu primo sr. Dr. Duarte de Roboredo Sampaio e Melo esteve nesta vila a ex.ma sr.ª D. Amelia de Roboredo Sampaio e Melo, do Vale"*.
328 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º3, 10 de Setembro de 1918, p.2.
329 Sessão n.º13 de 4 de Julho de 1911, http://debates.parlamento.pt.
330 Jornal *O Marcial*, ano I, n.º9, 20 de Novembro de 1918, p.2; ano I, n.º13, 30 de Dezembro de 1918, p.2.
331 Jornal *O Marcial*, ano II, n.º29, 15 de Outubro de 1918, p.2.

O Dr. Duarte Gustavo foi sócio fundador e integrante da Comissão de Redação dos estatutos dos Bombeiros Voluntários da Meda, aprovados em 22 de Junho de 1930 por Alvará e Despacho do Governo Civil da Guarda. Foi presidente de uma Comissão Administrativa da Câmara da Meda a partir de 1926 e entre 1933 e 1936 presidiu oficialmente à mesma[332]. No Arquivo Distrital da Guarda existem vários papéis do Dr. Duarte Gustavo dando-o como notário.

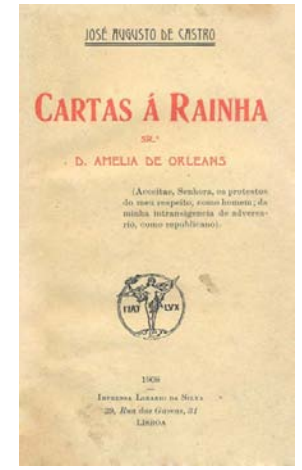
5.2.4. JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO

Nasceu em Prova, concelho da Meda, em 1862 e faleceu em 1942. Aos 4 anos foi para Valflor com seus pais. Esta terra foi-lhe sempre querida pois a ela se referiu bastas vezes como se fosse daí natural, justificando, por conseguinte, a sua inclusão neste capítulo. José Augusto de Castro cedo partiu para o Porto à procura de emprego. Viria, no entanto, a emigrar para o Brasil, levando consigo ideias republicanas, então já em voga, como as da defesa das causas sociais. Aí iniciou a sua actividade jornalística, assistindo à proclamação da República Federativa do Brasil, em 1889, e tomou parte activa na questão da escravatura que estava em discussão na sociedade brasileira.

Regressou à Guarda por motivos de saúde, à procura da cura para a tuberculose de que padecia. Fundou o jornal republicano *O Combate*, em 1906, numa altura em que ainda vigorava o regime monárquico, exprimindo o ideal que defendia, combatendo ferozmente os opositores políticos e a própria Igreja Católica. Este periódico, publicado até 1931, reflectia a sua visão pessoal, as ideias e o pensamento de uma luta entre a política monárquica e a republicana num estilo panfletário. Publicou também poesia, lírica e sentimental, ou textos do género epistolar, sendo este último caso um veículo para transmitir ideias polémicas e bairristas[333].

Era correligionário e amigo do Dr. José Júlio César, como se percebe de algumas cartas que lhe escreveu. Uma delas tem a data de 18 de Maio de 1935: *"Meu querido amigo. Ao mesmo tempo que recebo sua carta recebo outro de meu sobrinho Rebelo. Que dizer-lhe meu amigo? Que vem pertinho a hora em que tenho de seguir no cortejo imenso que diante de mim se alonga de dia para dia. Ali, onde ele vai já! E como tem tardado a minha ver! Mas tenho ao pé de mim estes dois filhos, principalmente esta filha – boa e linda, que se agarram a mim e tentam segurar-me, como se fosse possível dizer à morte que espere, ao menos o preciso tempo para que a querida filha tenha abrigo à miséria que por minha morte a envolvia! O Claudino... tendo eu contribuído*

332 RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda...*, cit., p.519.
333 ROMANA, José Manuel Trigo Mota da – *Antologia de escritores da Guarda: século XII a XX*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003, 406 p.



(à esq.) José Augusto de Castro
(à dir.) Livro da autoria de José Augusto de Castro

fortemente para que fosse feliz, como devo sentir a sua morte. Um dia hei-de contar-lhe. Mandarei breve ao meu bom amigo a procuração, uma vez que se digna prestar-me esse serviço que desde já lhe agradeço. E junto vai a carta que há dias tinha recebido do Claudino. Mal eu diria que era a ultima vez que me falava. De todo o coração desejo as melhoras dos seus doentes e que a felicidade jamais falte no seu lar e á sua volta, que bem digno é dela. E com todo o enternecimento o abraço. Jose Augusto de Castro. Vai neste papel porque ainda não tinha do tarjado. A procuração irá na 2.ª feira".

Em 1 de Junho do mesmo ano voltou a escrever. Por ser inédita transcrevemo-la integralmente também: *"Meu bom amigo. Ia escrever-lhe hoje, ao receber sua carta que muito agradeço. Eu disse-lhe que mandaria a procuração 2.ª feira. Depois, pensei em ir eu mesmo ao Vale. E estive em vacilação quasi toda a semana. Na duvida, mandei a procuração. Vou? Não vou? E fui... Fui na 3.ª feira, 30. Cheguei lá pelas 13 horas, pouco mais ou menos. Em Trancoso um frio e uma chuva de agressão. Tomei um auto e fugi, descendo de Paipenela a pé, a fim de saborear por ali abaixo aquele ambiente de recordações e saudade. Ao chegar a casa, ao entrar, uma velhita na cozinha. Tudo silencio, obscuridade. Janelas fechadas. Sombra! O drama que impressiona sempre. Surgiu a viúva, saindo do quarto escuro. Desolada. Julio ainda na cama. Levantou-se depois. E eu que fora para me demorar trez ou quatro ou mais dias, uma semana pelo menos, se tivesse o auto ali à mão fugiria, como de Trancoso. Daqui diante do frio agressivo e da chuva; dalem, diante da sombra e da desolação! Que estavam as janelas fechadas desde que morreu a mãe, disse a D. Maria do Carmo. E agora... Protestei: não havia razão para tal modo de ver e de sentir. Para que mergulhar naquele escuro de cripta? E*

aconselhei. A morte é a lei fatal, imperativa, irremediável. Todos os filhos contam com a morte dos pais. De marido e mulher, um há-de ir primeiro. Então?... Mas tudo aquilo me impressionou e resolvi partir no dia imediato. Mandei a Trancoso buscar novamente o automóvel para ao meio dia. Levantei-me às 7 horas. Fiz a minha romaria à volta da Tapada. Na Portela, em frente da casinha velha onde vivi a infância correram lágrimas dos meus olhos. Peregrino de infortúnio! Apareceu-me o comprador da casa com a sogra, pessoa amiga. Conversamos e entramos na casa e no quintal. Disse-lhe que não assinava eu a escritura, pois regressava a Coimbra, já. Que o Dr. Julio tinha procuração e iria, mais dia menos dia, para tal fim. O homensinho quiz dar-me novamente dinheiro e efectivamente recebi dois contos, com o que tinha dado de sinal, trez resta, portanto apenas dois contos, o que dará ao fazer da escritura. Segui na romaria à Sra. da Saude e subi ao cemitério falar baixinho com os dois mortos: minha irmã e Claudino. Lá ficaram. Cheguei a casa e parti, subindo a pé até Paipenela ao encontro do carro. Subiram comigo o Julio e o Machado. E aqui tem. Sai de Coimbra às 3:30 da manhã de quinta-feira e entrei às 21 de sexta! A desolação, o ambiente, a sombra ergueram-se ante mim de tal modo acabrunhante que não tive coragem. Se o meu amigo for, redobre os meus conselhos. Aquilo tem lá geito! Quanto ao que diz em sua carta, apenas lhe direi que não conhece ou conhece[u] uma partícula. Também, não vale a pena. Passou. Foi para mim muita mágua. Não foi só deslealdade porem grande, muito grande ingratidão! Nunca me queixei! Sofri! Recalquei tudo no fundo do coração! Perdoei e perdoo... É a vida... mas ha coisas na vida que podiam ter beleza, encantar, merecer e ter carinhos e ternuras e que, no entanto, se nos antolham, se nos mostram absolutamente o contrario, nos molestam, nos ferem, teem garras esfaceladoras. E são estas as que mais magoam, pelo que exprimem de ingratidão, de desilusão! Perdoei sempre... Perdoo hoje... Continuei a ser o amigo que era, nem sequer deixando transparecer qualquer resentimento. E aqui fico, meu bom amigo. Se poder ir ao Vale, melhor. O homensinho fica mais contente. Mas fará grande sacrifício... Fará como entender e poder. De todo o coração, o meu agradecimento. É verdade: aquilo que fizeram com o nosso amigo Ezequiel Batoréu! Fiquei com uma pena interior. Se eu pudesse fazer alguma coisa! Infelizmente, nem conforta-lo. Há casos em que não ha conforto possível. Ainda o não tornei a ver. Vou ver se passo por casa dele. Até estou com receio que esteja doente! Trabalhador como ele tem sido desde tantos anos, para esbarrar naquela coisa miserável! Meu bom amigo, abraço-o e desejo-lhe todas as felicidades, todas. Jose Augusto de Castro [...]".

Foi vasta a sua obra: *Poesias* (1890); *Nuvens* (1893); *Impressionistas* (1896); *Civilização e Hipocrisia* (1900); *Gritos* (1902); *Boas Festas* (1903); *Para a revolta* (1904); *Os Rebeldes* (1905); *Cartas à Rainha Sra. D. Amélia de Orleães* (1908); *Para a Luta* (1910); *Halos* (1914); *O Bispo* (1915); *Pela Mulher* (1916); *O Inimigo* (1918); *Calvário e Tabor* (1921); *Nossa Senhora* (1921); *Labaredas* (1924); *Exaltação* (1926); *Árvore em flor* (1928); *Terra Sagrada* (1932); *Luares* (ed. póstuma 1995). Além da bibliografia impressa José Augusto de Castro deixou também obra inédita, designadamente: *Árvores de estrelas* (s. dt.); *Diante da vida* (s. dt.); *Gradações cinzentas* (s. dt.); *Idílios no sonho* (s. dt.); *Lilases* (s. dt.); *Lira da República* (s. dt.); *Meditações* (s. dt.); *Perfis transversais* (s. dt.); *Poeira de Ideais* (s. dt.); *Refulgências* (s. dt.); *Traços na Sombra* (s. dt.).

5.2.5. LUCIANO AUGUSTO DE OLIVEIRA REBELO

Luciano Augusto de Oliveira Rebelo nasceu em 18 de Fevereiro de 1889 em Vale de Ladrões. Pertencia aos Rebelos, uma das famílias mais preponderantes da aludida localidade, podendo-se encontrar vários indivíduos com este apelido em vários cargos da Junta de Paróquia. Era filho de César Augusto Rebelo e Maria Emília de Oliveira. Alistou-se como voluntário no grupo de artilharia e foi incorporado em 29 de Novembro de 1905. Aí ficou até 17 de Março de 1921. Antes de ingressar no exército sabia ler, contar e escrever. Durante o serviço militar fez o primeiro curso das escolas regimentais de artilharia. Entre 1912 e 1919 serviu na Província de Timor. Foi promovido a alferes por decreto de 18 de Março de 1921. Foi ainda sargento do Depósito Colonial onde tinha o número 582 da 2.ª divisão[334].

Em 1909 foi premiado no tiro com a espingarda em uso no exército. Recebeu medalha de prata da classe de comportamento exemplar em 1920 e medalha de cobre das campanhas do exército português em Timor[335].

Luciano Augusto de Oliveira Rebelo, tenente de infantaria

334 Arquivo Histórico Militar – Luciano Augusto de Oliveira Rebelo, cx.1702.
335 Idem, ibidem.

Foi promovido a alferes para o quadro privativo das forças coloniais, sendo colocado na província de Angola por determinação do governo da República de 10 de Abril de 1921. Desembarcou em Luanda a 8 de Julho do mesmo ano sendo colocado na 1.ª C.I.I. (Companhia Indígena de Infantaria). Foi exonerado de subalterno desta unidade logo em 30 de Julho pela sua extinção. Foi então colocado na 24.ª C.I.I. em 22 de Novembro. Foi exonerado de subalterno desta unidade e regressou à metrópole por parecer da Junta Central de Inspecção em 22 de Fevereiro de 1924. Ascendeu ao posto de tenente em 5 de Abril do mesmo ano. Em 1 de Maio de 1925 foi colocado na situação de adido pelo facto de ter passado à situação de licença ilimitada. Foi depois colocado na disponibilidade e regressou ao serviço em Angola, sendo integrado na 25.ª C.I.I em 12 de Julho de 1926 e na 11.ª C.I.I. em 1 de Março de 1927[336]. Em 4 de Agosto desse ano requereu a integração no Exército Metropolitano na arma de Artilharia na sucessão da extinção do Quadro Privativo das Forças Coloniais, tal como consta do ofício que enviou ao Ministro da Guerra, constante no seu processo militar: *"Luciano Augusto de Oliveira Rebelo, tenente de infantaria [...] por motivo da extinção do Quadro Privativo das Forças Coloniais, a cujo quadro o requerente pertencia, foi-lhe dado ingresso no Exercito Metropolitano e na Arma de Infantaria, facto este que constituiu para si bem sentida surpresa, pois, conforme se acha legislado, antevia a sua colocação na "arma de origem" que, para o caso, seria o Quadro Auxiliar de Artilharia, visto o seu alistamento haver tido lugar no extinto Grupo de Artilharia de Guarnição N.º6, 2m 29 de Abril de 1905, mantendo-se como artilheiro até 1915. Neste ano, porém, fazendo parte da guarnição de Timor, viu-se, contra a sua vontade, na dolorosa contingência de solicitar passagem à Arma de Infantaria, a fim de poder concorrer às vacaturas existentes, nesta arma, de segundo sargento, pelo importante facto de a Arma de Artilharia, ao tempo, naquela referida Provincia, nenhum movimento proporcionar para efeito de promoção aos postos inferiores. O receio, pois, de eternizar, sem futuro, no posto de primeiro cabo de Artilharia, é que levou o requerente a abandonar a sua arma de eleição, pela qual ainda hoje nutre intima afeição. Exmo. Sr. Ministro: o requerente sabedor de que o capitão Exmo. Sr. Augusto Afonso, também, como o requerente, proveniente do aludido extinto Quadro Privativo, foi ingressado na "arma de origem" (cavalaria) [...] vem respeitosamente requerer a V. Exa. No sentido de que, em analogia com o exemplo adoptado para com o referido Snr. Capitão de cavalaria Augusto Afonso, seja rectificado, para a "arma de origem"".* Este requerimento não foi deferido e em 31 de Dezembro de 1928 regressou à situação de adido das colónias no posto de tenente de infantaria[337].

336 Idem, ibidem.
337 Idem, ibidem.

VI APENDICE DOCUMENTAL[338]

338 Na transcrição do corpus documental apresentado foram seguidas as regras essenciais aconselhadas

A) TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1

1711, Lisboa – *Breve historial da imagem de N. Senhora dos Remédios do Convento de Vilares.*

BNP – MARIA, Frei Agostinho de Santa – *Santuario Mariano e Historia das Imagens de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas, que se venerão nem os bispados da Guarda, Lamego, Leyria e Portalegre...* Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1711, vol.3, fl.186-189.

[fl.186] Titulo XI

Da milagrosa Imagem de N. Senhora dos Remedios dos Villares, Convento da Ordem Terceyra.

O quanto Maria Santissima seja todo o nosso remedio, o confessa, e reconhece a nossa experiencia, porque não ha necessidade, trabalho, aflição, ou enfermidade em que recorrendo os pecadores a esta piedosa may e clementíssima Senhora, a não achem propicia. O seu nome invocado basta (como diz Pelbarto) para sarar todas as nossas enfermidades, não só espirituais mas corporaes: Sicut Christus quinque vulneribus suis contulit plenè remedia mundo, it a Beatissima Virgo suo sanctissimo nomine, quod quinque literis constat [fl.187] confert quotidie veniam peccatoribus. E basta a invocação do nome santissimo de Maria: MARIAE nomen, para conseguirmos todos os remedios. Das letras do seu nome se compõem huma oração, que nos declara claramento esta verdade: Maria Advocata Remedia Impetrat Aegris. Maria Advogada nossa alcança os remedios a todos os enfmos. He esta Santissima Senhora (como diz Santo Antonino) a mulher de quem declara o Espirito Santo, que sem a sua assistência não tem consolação o enfermo: Ubi non est mulier ingemiscit aeger. He a piscina medicinal de Hierusalem (como diz Raymundo Jordão) aonde deceo o Anjo do grande conselho Christo Jesus, que movendo-a, foy, he, e será saude a todos os que entrarem fiados nas aguas de sua piedade e clemencia: Sanabatur à quacumque detinebatur infirmitate. Tudo isto se experimenta na Casa da Senhora dos Remedios dos Villares, como o apregoão e confessão todos os que a invocão.

O Convento da Terceyra Ordem do Serafico São Francisco dos Villares, (que fica hum quarto de legoa da villa de Marialva, comarca de Pinhel, em o bispado de Lamego) dista oito legoas da cidade da Guarda e da de Lamego dez, e o ser a terra muyto montuosa e aspera faz que ainda as legoas pareção mais, e mais dilatadas. Neste Convento se lançou a primeyra pedra em o anno de 1447 e no mesmo anno em 29 de Junho, dia dos Principes dos Apostolos São Pedro e São Paulo, se cantou a primeyra missa. Dahi a muytos anos, sendo arcebispo de Lisboa o Illustrisimo Senhor Dom Miguel de Castro (que morreo no anno de 1585) tendo por seu confessor ao Padre Frey Francisco da Cunha, religioso da provincia da Terceyra Ordem, pessoa muyto authorizada e de quem o arcebispo fazia grande estimação, a este padre deu o arcebispo huma perfeitíssima Imagem, e de tão rara fermosura, que a todos põem em admiração, e não cabia de gozo o padre frey Francisco com a posse desta preciosa [fl.188] joya e deliberando aonda a collocaria, se resolveo fazello na Casa dos Vilares, aonde tinha particular devoção, ou porque nesta Casa seria noviço, ou seria a da sua primeyra prelasia.

pela 3.ª edição da obra da autoria de Avelino de Jesus da Costa: *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

Para esta Casa a mandou, e ainda quando o fez, não tinha esta Santa Imagem invocação especial.

Chegou a Santa Imagem ao Convento dos Vilares, e sendo colocada, se começou a gente a mover em fervorosa devoção e a Senhora a obrar milagres e maravilhas tantas e tão admiraveis que de todos aquelles arredores concorria innumeravel povo a veneralla e invocando-a em suas enfermidades, trabalhos, penas e aflições, logo achavão prompto e certo o remedio, e era isto tão certo, que daqui resultou o titulo, que se impoz à Senhora, e com elle a começárão a invocar, Nossa Senhora dos Remedios, não só por toda aquella comarca, mas por toda a Beyra. Em todo o tempo do anno concorre muyta gente a buscar a esta milagrosa Senhora, e principalmente nos dias de suas festividades.

A festa e solemnidade principal da Senhora he no dia da sua Natividade. Está collocada em huma capella particular que he a collateral da parte do Evangelho e está com muyto grande veneração em hum nicho de vidraças. He esta Santa Imagem de vestidos e corpo de roca, a proporção he do tamanho natural e representa huma perfeytissima mulher, com majestade de Rainha toda soberana. Está com os braços estendidos, como quem está chamando a todos para que cheguem e se valhão da sua piedade e clemencia, oferecendo-lhes ser remedio em todos os seus trabalhos, alivio e consolação em suas penas, e saúde inteira em suas enfermidades, e assim são muytas as memorias de quadros, mortalhas, cabeças, braços de cera e outras cousas semelhantes. As esmolas e ofertas que levão à Senhora são tantas que bastão para sustento dos seus capelães. São tambem muytas as missas cantadas e há dia em que se cantão tres. [fl.189] Constão estas cousas de hum livro de memorias que se conserva no mesmo Convento dos Villares.

DOCUMENTO 2

1758 ABRIL, 5, Vale de Ladrões – *Memória Paroquial redigida pelo reitor Manuel de Paiva Monteiro.*

DGARQ/TT – Memórias paroquiais, vol. 38, nº 30, fl.159 a 161.

[fl.1] N.º30.

Termo Marialva e Pinhel.

Na forma dos interoogatorios e ordem Sua Excelencia Reverendissima, respondo o seguinte,

1 – Ao primeyro, que este lugar de Valle de Ladroens está no termo de Marialva e bispado de Lamego, comarca de Pinhel, provincia da Beyra.

2 – Ao segundo, que he Donataria ao excellentissimo Marquez de Marialva.

3 – Ao terceyro, que tem cento e quarenta e sete vezinhos e pessoas de confissão e comunhão quinhenta e cincoenta e cinco 555 pessoas.

4 – Ao quarto, que está em hum bayxo na beyra de huma piquena serra lavradia com alguns castanheyros por nome a Serra da Meda e da banda do nascente está outra piquena por nome a serrinha, tambem lavradia, e huma outra que costumão dar pam centeyo, e nam se descobre povoaçam alguma.

5 – Ao quinto, nada.

6 – Ao sexto que a parrochia hé hum só lugar.

7 – Ao setimo, que Sam Pedro hé orago desta igreja e que esta tem tres altares. O mayor que he do Santissimo Sacramento e dous lateraes que he hum da Senhora do Rosario e outro do Bom Jesus crucificado. E tem huma Irmandade das Almas, de que hé protector o Martyr Santo Estevam.

8 – Que o Parrocho hé reytor por opposição de concurso na cidade de Lamego e tem de renda outenta mil reiz.

[fl1v.º.] 9 – Ao nono, nada.

10 – Ao decimo, que dentro dos lemites da freguezia esta hum convento de rellegiozos da terceyra ordem de nosso padre Sam Francisco que hé o orago do dito convento.

11 – Ao undecimo, [nada].

12 – Ao duodecimo, nada.

13 – Ao decimo terceyro, que tem dentro da freguesia huma cappela ou ermida da Senhora da Encarnaçam de que hé administrador hum Manoel Cardozo de Faria e outra de Santo Antonio e Sam Miguel que he do povo. E fora da freguesia esta outra que he do povo em distancia de hum quarto de legua e hé da invocação de Santa Barbara. E dentro da freguesia tem outra do Divino Espirito Santo que tambem hé do povo.

14 – Ao decimo quarto, nada.

15 – Ao decimo quinto, que os frutos mais abundantes sam centeyo, trigo, azeyte e castanhas.

16 – Ao decimo sexto, que está sujeita às justiças de Marialva.

17, 18, 19, 20 – Ao decimo setimo, decimo outavo, decimo nono e vigesimo, nada.

21 – Ao vigesimo primeyro, o que dista, nove leguas da cidade de Lamego e sessenta da de Lisboa.

22, 23, 24, 25, 26, 27 – E de todos os seguintes, thé vinte e sete, nada.

1 – Ao primeyro interrogatorio da terceyra collumna, que esta freguesia se chama Valle de Ladroens.

2 – Ao segundo, que os lemites das bandas do sul, nascente e norte tem meya legua e do poente menos de hum quarto.

E geralmente a todos o[s] seguintes interrogatorios nam tenho nada para responder ao que eles conthem.

Valle de Ladroens, cinco de Abril de mil setecentos cincoenta e outo anos.

O reitor Manoel de Payva Monteyro.

DOCUMENTO 3

1772 DEZEMBRO, 14, Lisboa – *Cópia do documento de registo de várias escrituras que o conde de Marialva enviou a Fernão Gil para este levar a Roma, entre as quais algumas relativas à igreja de Vale de Ladrões, nomeadamente uma que confirmava os moradores dessa localidade com padroeiros dela e outra que doava o padroado ao conde D. Gonçalo. O documento copiado data de 22 de Janeiro de 1517.*

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, maç.2, n.º24A.

"Copia do documento numero 24 da gaveta 9, maço2.º

Eu Fernam Gil escudeiro, morador em Figueira do termo da villa de Castel Rodrigo, conheço que ‹recebi› do senhor conde de Marialva e de Loulle meu senhor estas escreipturas seguintes, a

saber: hum estromento com o trelado da letra d'Alvaro Teixeira do socresto de Sampayo e huma apelaçam dos capelães da capella de Santa Catharina antecomnia sobre Sampayo e huma procuração dos ditos capelães feita a coentreiraz e a Manoel da Rocha e hum trelado de hum estromento de tresaução e renunciação que o bispo Dom Fernando fez do direito de Sampayo ao senhor conde e huma copia da suplicação das egrejas que ora novamente se ham de aneixar a dita capella em latim.

E outra copia da supli[fl.1v.º]cação dos cavalleiros e hum estromento que Pero Rabello tirou dante Gonçallo Rabello juiz de Caria em nome do bispo Dom Fernando sobre os fruitos da egreja de Sampayo que lhe não quer entregar e huma carta citatória com a citaçam feita por ella a Dom João sobre a egreja de Val de Ladroens e o trelado da comfirmação de Dom Joham bispo de Lamego feita a Vasco Gonçalves clérigo e aprezentação dos freigueses e moradores de Val de Ladroens como únicos padroeiros da dita egreja e huma copia rasa da letra de Manoel da Rocha da doaçam do dito padroado feita polos ditos unicos padroeiros ao conde Dom Gonçallo que santa gloria haja, e hum estromento de como frei Antonio de Mello está de posse da egreja de Sernancelhe e huns apontamentos com huma petiçam acerca do escaimbo que o senhor conde fez com os clerigos de'alcaçova de Santarem sobre a mata dos zebreiros e a procuraçam que me sua senhoria fez pera requerer seus negocios em Roma as quais es[fl2]cripturas me sua senhoria emtregou pera levar a Roma onde me envia sua senhoria pera as lá apresentar por sua parte em seus negocios e cauzas de que ellas tratam e bem asi vi huma letra de caimbo do banco de João Francisco pera Pero Martins e Ludevico de Lafetà seos responçaes me entregarem la em Roma hum mil ducados d'ouro de camara para delles fazer la as despezas das espediçoens e couzas que me la sua senhoria manda fazer da qual letra ja dei outro conhecimento ao dito João Francisco e por serem dois e não fazerem duvida declaro nom ser mais de hum aso letras destes mil ducados d'ouro e aver dado della dois conhecimentos a saber, hum ao dito João Francisco camdo ma entregou, e este ao dito senhor conde, e porque he verdade que recebi as ditas escripturas e letra de caimbo pera as asy levar a Roma e com ellas fazer o que me suas senhoria manda, fiz, e sinei por minha mão este conhecimento na Torre do Bispo a vinte e dois dias do mez de Janeiro do ano presente de mil e quinhentos e desasete anos. Fer[fl.2v.º]nam Gil.

Esta copia do documento numero 24 da gaveta 9, maço 2.º, se fez por ordem do guarda-mor deste archivo para melhor inteligência do seu original, em 14 de Dezembro de 1772".

DOCUMENTO 4

1773 JANEIRO, 28, Lisboa – *Cópia do instrumento de posse do padroado da igreja de Vale de Ladrões por parte do infante D. Luís, representado pelo seu procurador Cristóvão de Matos, o qual recebera por herança. O documento copiado data de 14 de Junho de 1538.*

DGARQ/TT – Gavetas, gav.9, mç.8, n.º20A.

Copia do documento numero 20 da Gaveta 9.ª maço 8.º.

In nomine domini amen. Saibam quantos este estromento de posse do padroado virem como no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e quinhentos e trinta e outo, aos quatroze dias do mes de Junho e no lugar de Val de Ladroens, teermo da villa de Marialva do bispado de Lameguo, e na igreja parochial de San Pedro do dito lugar paresceo Christovão de Matos, cavallero da Caza del Rey nosso senhor e na presença de mim notario que por vertude de huma procuração bastante que trazia do senhor infante Dom Luis lhe metesse de posse do padroado da dita igreja de San Pedro de Val de Ladroens por lhe perteeser por morte da senhora [fl.1v.º] Dona Beatris de Menezes, condesa de Marialva e de Loule, que santa gloria aja, de que elle [é] senhor verdeiro e legitimo eredero e sucessor e a el perteeser o padroado da dita igreja de juro e de heredade.

E por mas abantança loguo o dito Christovão de Matos apresentou hum alvará e procuração do dito senhor infante que fue feita na cidade de Lisboa aos vinte e tres dias do mes de Mayo assinada por su alteza e escrita por Dieguo de Proença, escrivão de sua camera, e ansi apresentada a dita procuração e na qual fazia seu legitimo e suficiente procurador ao dito Christovão de Matos que em seu nome possa tomar e tome posse de todos os padroados das igrejas que pertensião a senhora condessa Dona Beatris de Menezes, e heram de sua herença de que elle senhor he sucessor. E ansi apresentada a dita procuração carecente de todo vicio e visto seu requerimento a mi feito e ser suficiente procurador como persoa aute<n>tica e notario apostólico sin contradição alguma e eu lhe dei a pos[fl.2]se do padroado da dita igeja de San Pedro com aquella solenidade que ao tal auto de posse perteesia, a saber por pedra, terra, telha, vestimentas, caliz, galhetas, livros e ornamentos da dita igreja por sinos e campas tangidas polas chaves da dita igreja que o dito procurador em suas mãos tomou e serrou as portas e as tornou abrir e fes todas as cerimonias que ao tal auto de posse perteesião e disse que elle aseptara a posse do dito padroado e se avia por envestido en ella na milhor via, forma e manera que de direito podia e devia, e[m] nome do dito senhor infante, para que despuez da morte do abbade que hora he na dita igreja elle senhor infante possa apresentar otro abbade en ella como verdadeiro padroeiro ansi como apresentarão o senhor infante Dom Fernando e a senhora infante Dona Guiomar filhos erederos do conde Dom Francisco Coutinho e da condessa Dona Beatris de Menezes, que santa gloria ajão, o abbade que ora he na dita igreja de San Pedro por ser verdadeiros padroeros della dos quaes senhores fi[fl.2v.º]có por sucessora e heredera a dita senhora condessa de que o senhor infante Dom Luis he sucessor e verdadero heredero e a el perteese o dito padroado.

E trelado da procuração e requerimento ficão de verbo a verbo en poder de mi notario. E o dito Christovão de Matos pedio a mi notario le desse hun estrumento en pubrica forma da dita posse que fizesse fe diante todas as justiças ansi eclesiasticas como seculares como procurador que hera do dito senhor infante Dom Luis, testemunhas que a todo forão presentes, chamadas e rogadas para ao tal auto de posse Francisco de Gouvea morador en Fonte Arcada e Pedro da Fonseca escodero moradore na Rua de Caria e Pedro Lopes natural de San Joham da Pesquera e Luis de Arze criado de mi notario. E eu Diogo Dias de Arze, cleriguo de missa e notario apostolico avitante no bispado de Lamego, que a todo fui presente juntamente com as ditas testemunhas que esto escrevi na verdade e meu pubrico sinal acustumado fis dia, mes e anno ut supra [fl.3] que tal he.

Lugar do sinal publico. Didacus Notarius Apostolicus. San Pedro de Val de Ladroes.

Esta copia do documento numero 20 de gaveta 9ª maço 8.º se fes por ordem do guarda-mor deste archivo para milhor inteligência do seu original em os 28 de Janeiro de 1773.

DOCUMENTO 5

1780, OUTUBRO, 20, Lamego – *Confirmação dos estatutos da confraria de Santo Estevão de Vale de Ladrões.*

Arquivo da Paróquia de Valflor – Livro da Irmandade das Almas de que é protetor o protu mártir Santo Estevão desta igreja de Vale de Ladrões, que serve para os estatutos e traslado da bula do Santo e para os mapas de todos os irmãos desta santa irmandade, 16 de Janeiro de 1780.

"O Doutor Joze de Basto e Cunha, protonotario apostólico de sua Santidade, arcediago em a Santa Igreja Catedral desta cidade de Lamego, e nella e seu bispado, provisor pelo excelentissimo reverendissimo senhor D. Manoel de Vasconcellos Pereira, por merce de Deos e da Santa Sé Apostolica bispo deste bispado, do concelho da sua majestade fidellisima etc.

Aos que a prezente minha provisão de confirmação virem saúde e paz para sempre em Deos Nosso Senhor. Faço saber que havendo respeito ao que por hua sua petição me reprezentarão os irmaons da Irmandade de Santo Estevão erecta no altar de Jezus da igreja de Val e Ladroens deste bispado a fim de lhe confirmar os estatutos retro, e visto o que alegarão e resposta do reverendo doutor desembargador, promotor fiscal, que mandei ouvir e não tive duvida, e não conterem estes couza alguma que en contra os bons costumes, mandei passar a prezente pella qual confirmo e hei por confirmados os ditos estatutos tanto quanto dou e passo sem prejuízo dos direitos da jurisdição ordinaria e parochiaes, e nella sendo necessario interponho minha autoridade ordinaria e direito judicial.

Dada em Lamego sob o sello das armas da sua excelentíssima reverendissima e meu signal, aos 20 de Outubro de 1780. E eu o padre Joze Lopes de Azevedo, escrivão da Camera Episcopal o escrevi.

[Assinatura autógrafa] Basto.

Ao sello_____60.

Desta_____ 100".

DOCUMENTO 6

1860, DEZEMBRO, 17, Vale de Ladrões – *Assento de baptismo efectuado pelo abade encomendado Francisco Inácio Vieira Saraiva, de um bebé exposto na roda da Meda.*

Arquivo Diocesano de Lamego – Livro de Baptismos da Paróquia de Valflor, cx.1, n.º11, livro 5 (1860), fl.12 e v.º.

"[fl.12] Aos dezassete dias do mez de Dezembro de mil outocentos e sessenta nesta parochial Igreja de S. Pedro de Valle de Ladroes, concelho de Villa Nova de Foz Coa, distrito Ecclesiastico de Meda, diocese de Lamego, eu Francisco Ignacio Vieira Saraiva, abbade encomendado da mesma freguesia baptizei solemnemente e debaixo de condição a huma criança do sexo mascolino a que dei o nome de Manuel de Jesus, esposto na roda da Meda entrege nesta freguezia a Jose Manuel d'Almeida e Maria Joaquina, tendo os signaes seguintes: cabelo escuro, olhos pretos e mais regolar.

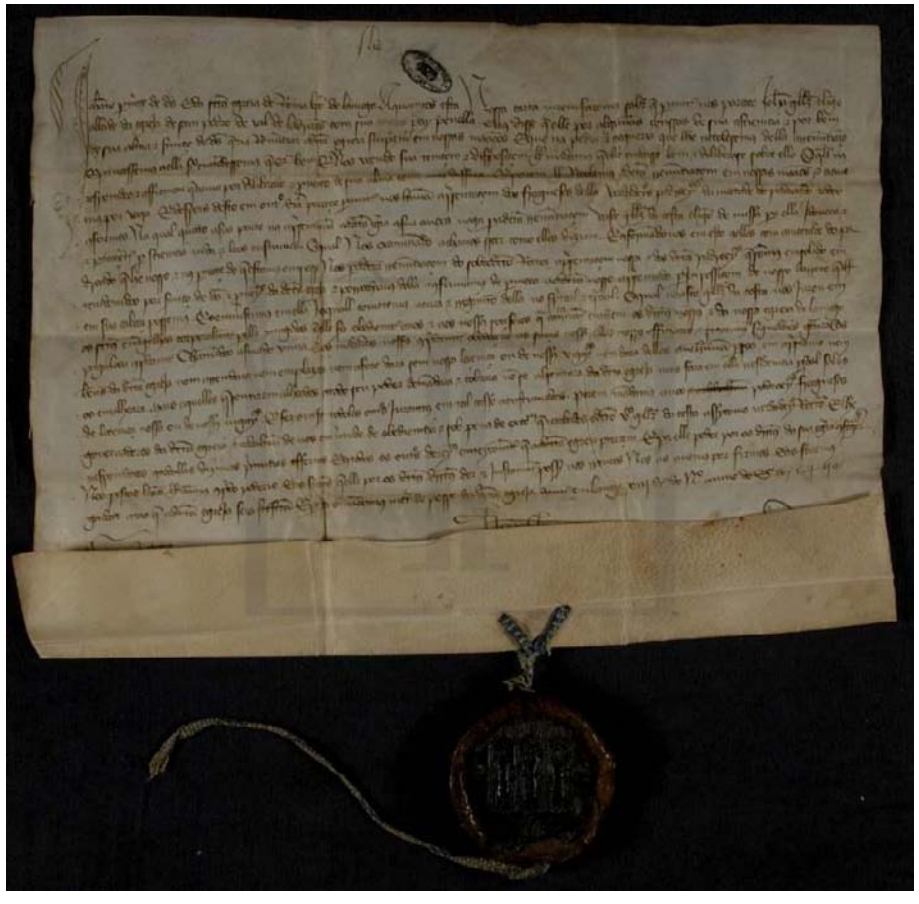
Padrinho Joze Manuel de Almeida proprietario, cazado, e morador nesta mesma freguezia, e sua filha Maria Candida, os quaes todos conheço [...]. [fl.12v.º] E para constar lavrei em duplicado este assento que depois de ser lido e ouvido perante os padrinhos comigo assignarão, digo, não assignarão por não saberem. Era ut supra, o presbítero Francisco Ignacio Vieira Saraiva."

B) REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1

1450 NOVEMBRO, 13, Lamego – *Carta através da qual D. João, bispo de Lamego, confirma como clérigo da igreja de Vale de Ladrões o padre Vasco Gonçalves da Costa, por nomeação dos padroeiros.*

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.6, n.º14.

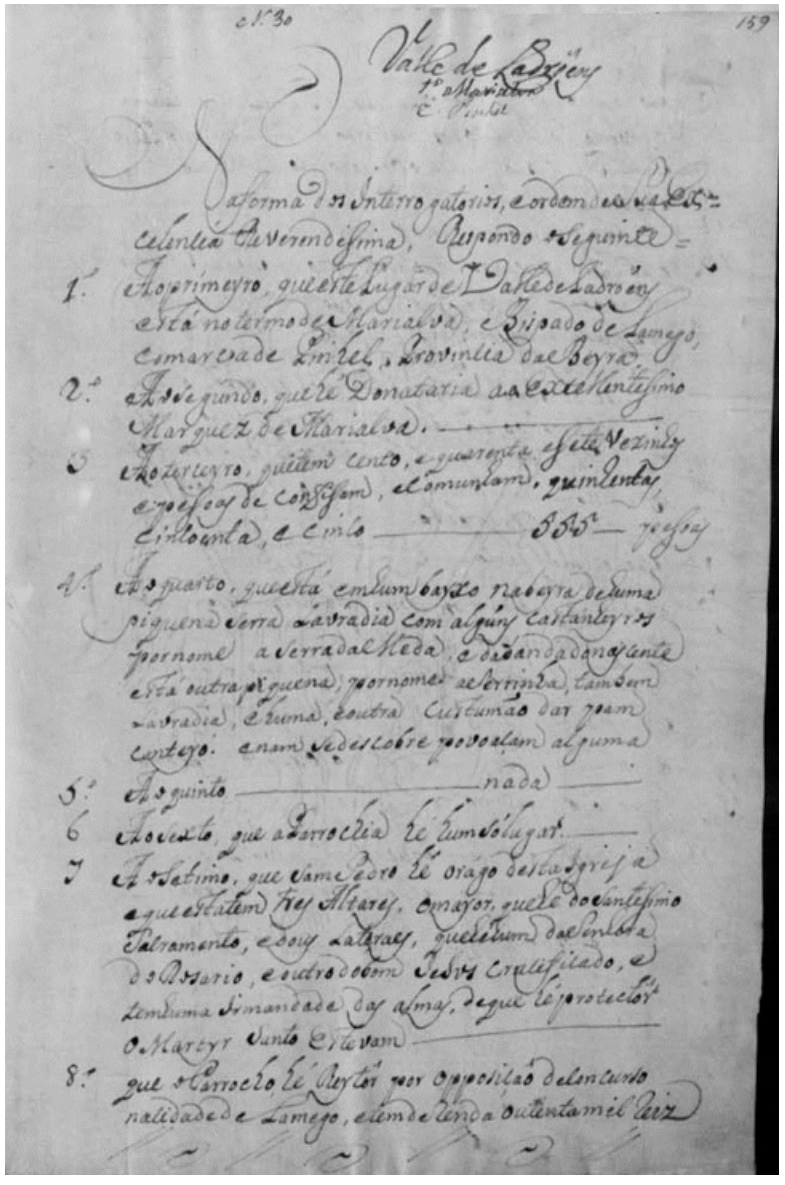


Carta do bispo de Lamego empossando Vasco Gonçalves da Costa na igreja de Vale de Ladrões

DOCUMENTO 2

1758 ABRIL, 5, Vale de Ladrões – *Memória Paroquial redigida pelo reitor Manuel de Paiva Monteiro.*

DGARQ/TT – Memórias paroquiais, vol. 38, nº 30, fl.159 a 161.



nº 30 159

Vale de Ladrões
1º Marialva
e Pinhel

A forma do Interrogatorio, e ordem das Ma-
lencias da Vermedesima, Respondo o seguinte =

1º Ao primeiro, que este Lugar de Vale de Ladrões
está no termo de Marialva, e Bispado de Lamego,
Comarca de Pinhel, Provincia da Beyra.

2º Ao segundo, que he Donataria do Excellentissimo
Marquez de Marialva. ——

3º Ao terceiro, que tem cento, e quarenta, e sete Vezinhos
e professos de Confissam, e Comunham, quinhentas
e sinquenta, e cinco ——— 555 ——— pessoas

4º Ao quarto, que está em hum barro na beira de huma
piqueena serra lavradia com alguns castanheiros
por nome a serra da Meda, e defronte da mesma
está outra piqueena, por nome se chama, tambem
lavradia, e huma, e outra costumão dar pam
centeyo. e nam se descobre por toda a Freguesia alguma
ouro. ——— nada ———

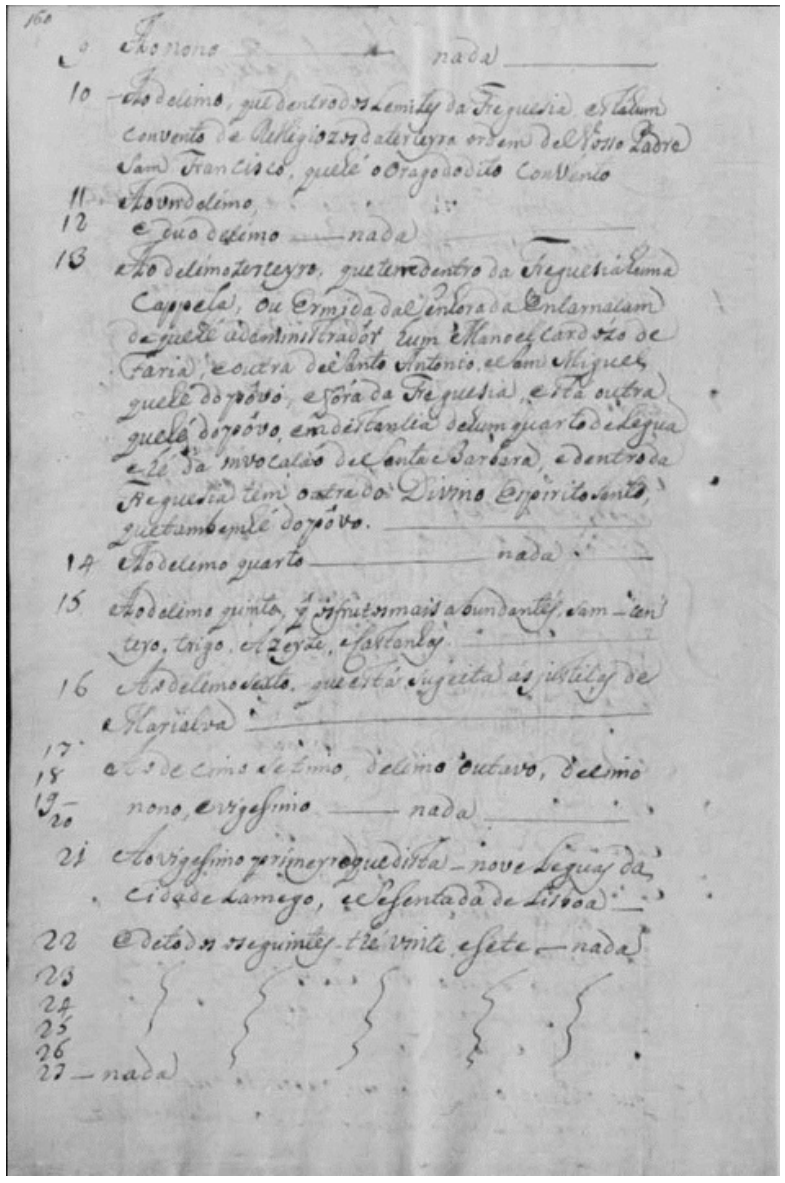
5º Ao quinto ——— nada ———

6 Ao sexto, que a Parrochia he hum solo lugar. ——

7 Ao setimo, que a Igreja Parrochial he orago de Santa Greja
e que estam tres Altares, o mayor, que he do santissimo
Sacramento, e dous laterais, que estam da Senhora
do Rosario, e outro com Senhor Crucifixado, e
tem huma Irmandade das almas, de que he protector
o Martyr Santo Estevam ——

8º que o Parrocho he Reytor por oppositão de concurso
nalidade de Lamego, e tem de renda oitenta mil reis

fl.159



160

9 Ao nono ——— nada ———

10 Ao decimo, que dentro da Freguesia está hum
Convento de Religiozos da terceira ordem de Nosso Padre
Sam Francisco, que he o orago do dito Convento

11 Ao undecimo

12 e ao duodecimo ——— nada ———

13 Ao decimo terceyro, que tem dentro da Freguesia huma
Capoela, ou Ermida de Senhora da Enfermaria
de que he administrador hum Manoel Cardozo de
Faria, e outra de Santo Antonio, e Sam Miguel
que he do povo, e fora da Freguesia, e está outra
que he do povo, em distancia de hum quarto de legua
e he da invocação de Santa Barbara, e dentro da
Freguesia tem o trono Divino Espirito Santo,
que tambem he do povo. ———

14 Ao decimo quarto ——— nada ———

15 Ao decimo quinto, o fruto mais abundante, sam — cen-
teyo, trigo, e Zeyte, e castanha. ———

16 Ao decimo sexto, que está sugeita as justiças de
a Marialva ———

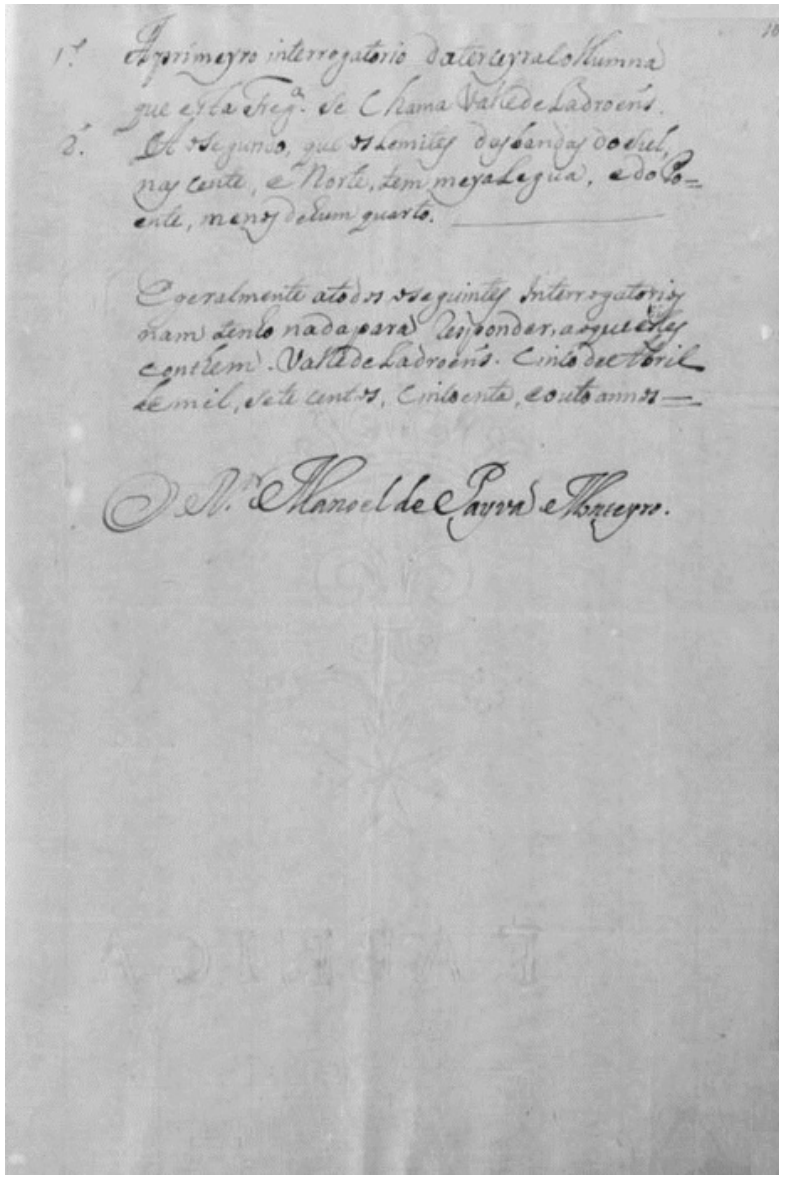
17
18 e ao decimo setimo, decimo oitavo, decimo
19
20 nono, e vigesimo ——— nada ———

21 Ao vigesimo primeyro que dista — nove leguas da
cidade de Lamego, e sessenta de Lisboa ——

22 e dito do seguinte — te vinte e sete — nada

23
24
25
26
27 — nada

fl.160



1.º O primeyro interrogatorio da terceyra columna que esta freg.ª se Chama Vale de Ladroens.

2.º O segundo, que os limites das bandas do sul, nay cente, e Norte, tem meya legua, e do Poente, menos de hum quarto.

Geralmente a todos os seguintes interrogatorios ouvam dento nada para responder, a que esta freg.ª contem. Vale de Ladroens. Cinco de Novembro de mil, sete centos, cincoenta, e oito annos —

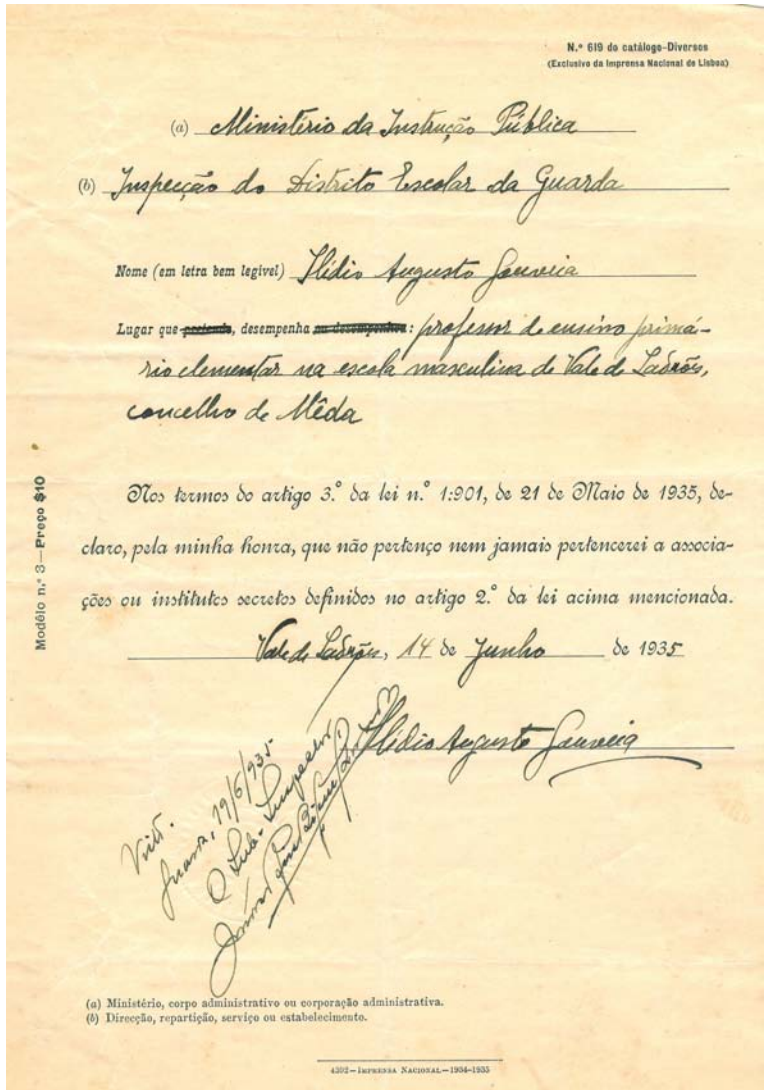
O P.e Manoel de Payva e Moreyro.

Fig.155 – fl.161

DOCUMENTO 3

1935, JUNHO, 14, Vale de Ladrões – *Formulário do Ministério da Instrução Pública, atestando que de acordo com a lei o professor de Vale de Ladrões, Ilídio Gouveia, não pertencia nem pertenceria a nenhuma associação ou instituto secreto.*

Arquivo da Escola Primária de Vale de Ladrões, Livro de Correspondência expedida, fólio solto



N.º 619 do catálogo-Diversos
(Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(a) Ministério da Instrução Pública

(b) Inspecção do Distrito Escolar da Guarda

Nome (em letra bem legível) Ilídio Augusto Gouveia

Lugar que ~~exerce~~, desempenha ~~na descriptura~~: professor de ensino primário elementar na escola masculina de Vale de Ladrões, concelho de Mêda

Modêlo n.º 3 — Preço $10

Nos termos do artigo 3.º da lei n.º 1:901, de 21 de Maio de 1935, declaro, pela minha honra, que não pertenço nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos definidos no artigo 2.º da lei acima mencionada.

Vale de Ladrões, 14 de Junho de 1935

Ilídio Augusto Gouveia

Visto. Guarda, 19/6/935

(a) Ministério, corpo administrativo ou corporação administrativa.
(b) Direcção, repartição, serviço ou estabelecimento.

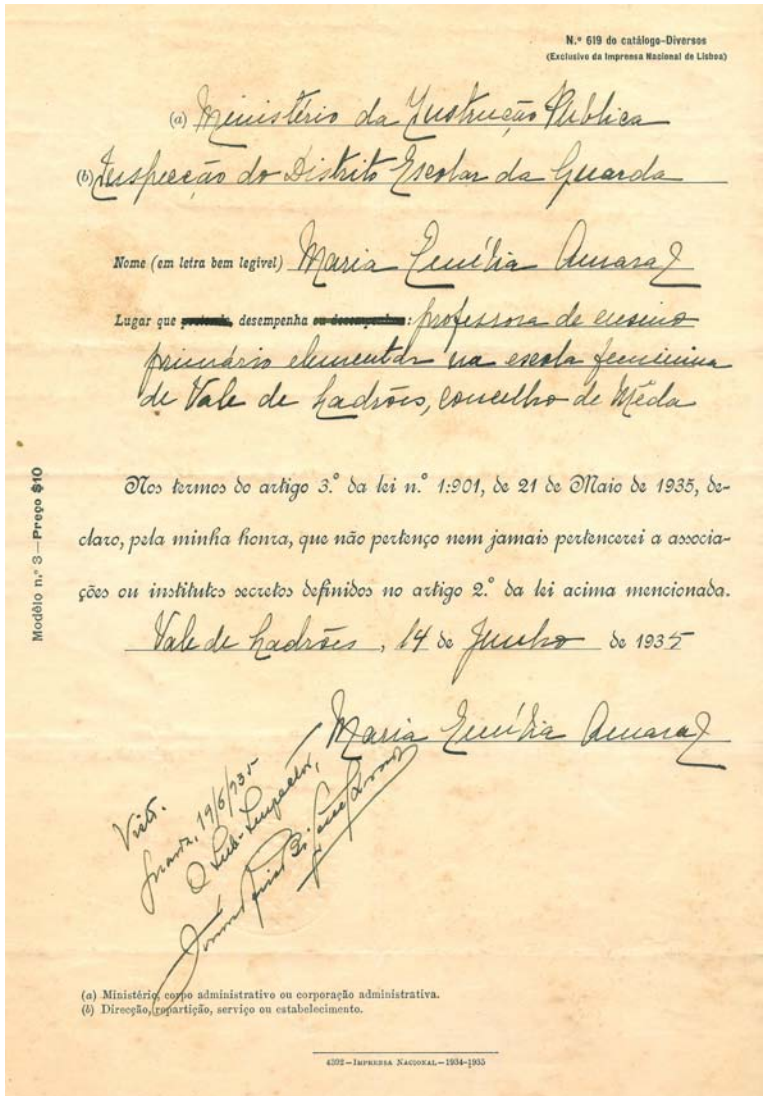
4302 — Imprensa Nacional — 1934-1935

Formulário do Ministério da Instrução Pública

DOCUMENTO 4

1935, JUNHO, 14, Vale de Ladrões – *Formulário do Ministério da Instrução Pública, atestando que de acordo com a lei a professora de Vale de Ladrões, Maria Emília Amaral, não pertencia nem pertenceria a nenhuma associação ou instituto secreto.*

Arquivo da Escola Primária de Vale de Ladrões, Livro de Correspondência expedida, fólio solto



N.º 619 do catálogo-Diversos
(Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(a) Ministério da Instrução Pública
(b) Inspecção do Distrito Escolar da Guarda

Nome (em letra bem legível) Maria Emília Amaral

Lugar que ~~pretende~~, desempenha ~~ou desempenhou~~: professora de ensino primário elementar na escola feminina de Vale de Ladrões, concelho de Mêda

Modêlo n.º 3 — Preço $10

Nos termos do artigo 3.º da lei n.º 1:901, de 21 de Maio de 1935, declaro, pela minha honra, que não pertenço nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos definidos no artigo 2.º da lei acima mencionada.

Vale de Ladrões, 14 de Junho de 1935

Maria Emília Amaral

Visto.
Guarda, 19/6/1935
O Insp. Escolar,

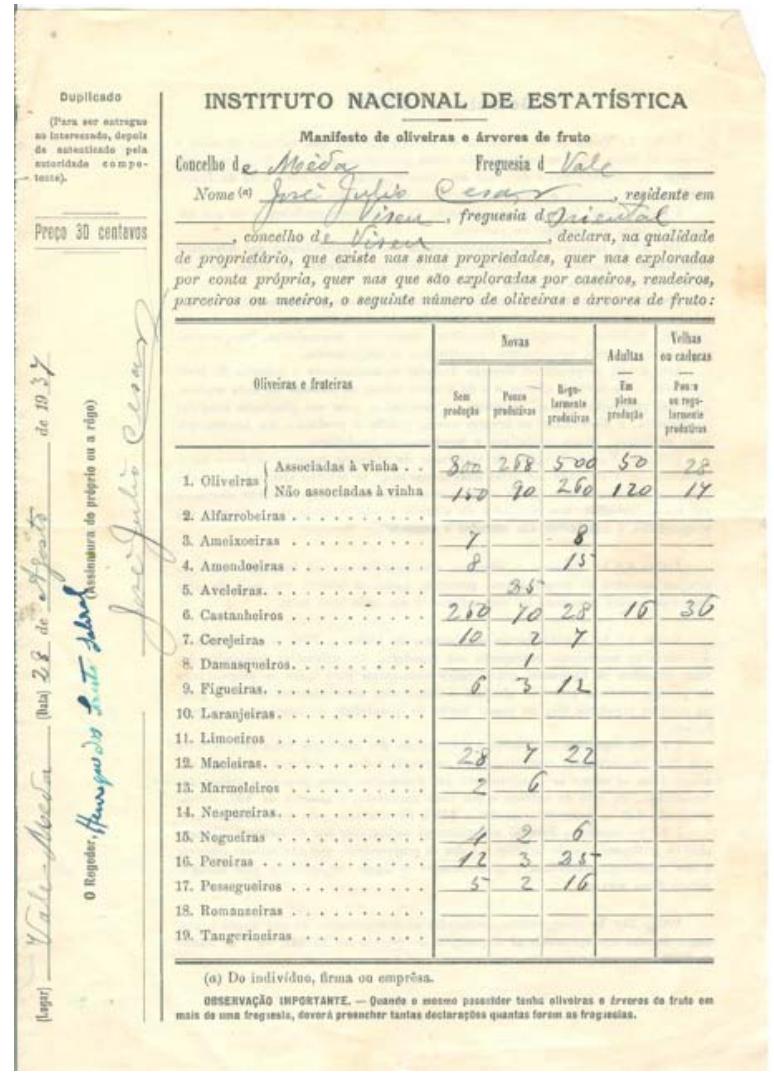
(a) Ministério, corpo administrativo ou corporação administrativa.
(b) Direcção, repartição, serviço ou estabelecimento.

4392 — Imprensa Nacional — 1934-1935

Formulário do Ministério da Instrução Pública

1937, AGOSTO, 28, Vale de Ladrões – *Formulário do Instituto Nacional de Estatística com relação das árvores de fruto pertencentes ao Dr. José Júlio César.*

Livro de Registo das Propriedades e caseiros do Dr. José Júlio César, fólio solto



Duplicado
(Para ser entregue ao interessado, depois de autenticado pela autoridade competente).

Preço 30 centavos

(Lugar) Vale de Mêda (Data) 28 de Agosto de 1937
O Regedor, (Assinatura do próprio ou a rôgo)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Manifesto de oliveiras e árvores de fruto

Concelho de Mêda Freguesia de Vale

Nome (a) José Júlio César, residente em Viseu, freguesia de Oriental, concelho de Viseu, declara, na qualidade de proprietário, que existe nas suas propriedades, quer nas exploradas por conta própria, quer nas que são exploradas por caseiros, rendeiros, parceiros ou meeiros, o seguinte número de oliveiras e árvores de fruto:

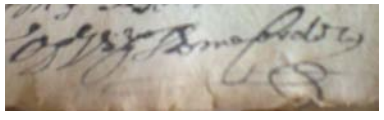
Oliveiras e fruteiras	Novas: Sem produção	Novas: Pouco produtivas	Novas: Regularmente produtivas	Adultas — Em plena produção	Velhas ou caducas — Pouco ou regularmente produtivas
1. Oliveiras: Associadas à vinha	800	288	500	50	28
1. Oliveiras: Não associadas à vinha	150	90	260	120	17
2. Alfarrobeiras					
3. Ameixoeiras	7		8		
4. Amendoeiras	8		15		
5. Aveleiras		35			
6. Castanheiros	260	70	28	16	36
7. Cerejeiras	10	2	7		
8. Damasqueiros		1			
9. Figueiras	6	3	12		
10. Laranjeiras					
11. Limoeiros					
12. Macieiras	28	7	22		
13. Marmeleiros	2	6			
14. Nespereiras					
15. Nogueiras	4	2	6		
16. Pereiras	12	3	28		
17. Pessegueiros	5	2	16		
18. Romanzeiras					
19. Tangerineiras					

(a) Do indivíduo, firma ou emprêsa.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE. — Quando o mesmo possuidor tenha oliveiras e árvores de fruto em mais de uma freguesia, deverá preencher tantas declarações quantas forem as freguesias.

Formulário do Instituto Nacional de Estatística

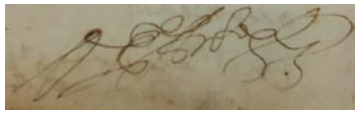
C) REPRODUÇÃO DE ASSINATURAS DOS PÁROCOS DE VALFLOR (1676–1911)



Vigário Tomé Cardoso

Cura encomendado José Álvares de Carvalho

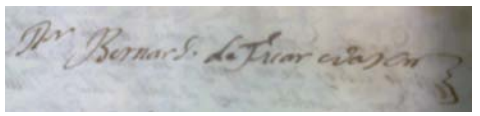
Vigário Manuel Cabral



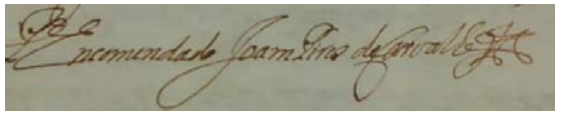
Cura encomendado António Gonçalves

Cura encomendado Martinho Francisco

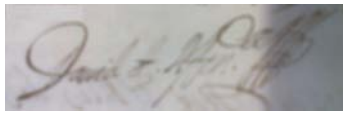
Vigário André Gonçalves Carvalho



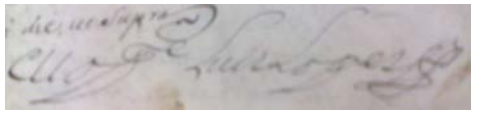
Bernardo de Tovar Vasconcelos



Padre encomendado João Pires de Carvalho



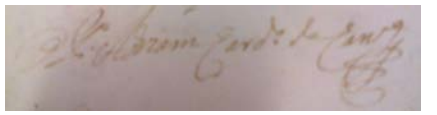
Coadjutor David de Afonseca



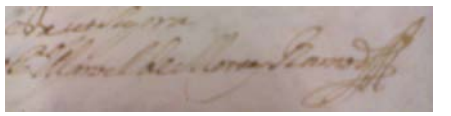
Coadjutor Luís Lopes

Coadjutor António Ramos Barreiros

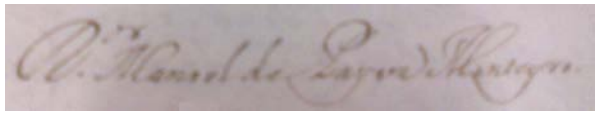
Vigário encomendado José da Silva Oliveira



Coadjutor Adrião Cardoso de Carvalho

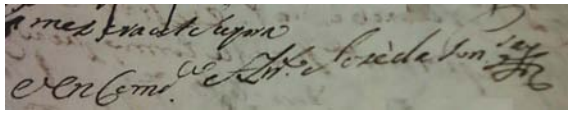


Cura Manuel de Morais Ramos

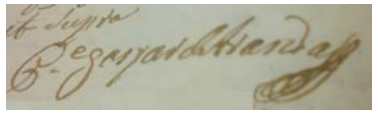


Reitor Manuel de Paiva Monteiro

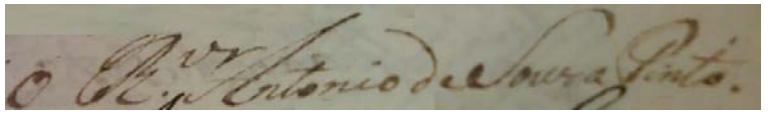
Reitor Baltasar José Pinto



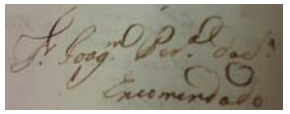
Cura encomendado António José da Fonseca



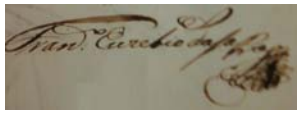
Cura Gaspar de Aranda



Reitor António de Sousa Pinto

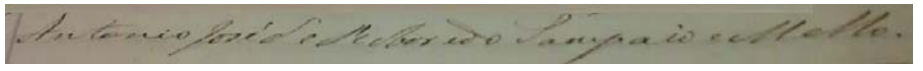


Cura encomendado frei Joaquim Pereira da Silva

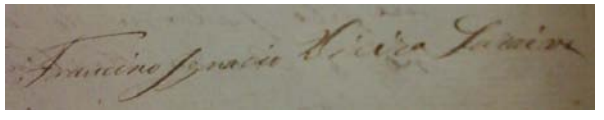


Reitor Francisco Eusébio da Silva

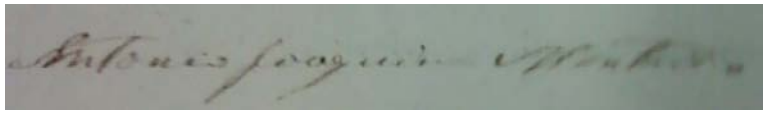
Reitor Joaquim Pereira da Silva



Reitor António José de Reboredo Sampaio e Melo



Abade encomendado Francisco Inácio Vieira Saraiva



Coadjutor António Joaquim Monteiro de Figueiredo

Reitor Abel Maria de Sousa

BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS

AZEVEDO, Joaquim – *Historia Ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1877.

BAPTISTA, João Maria – *Chorographia Moderna do reino de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874; 1879.

CASTRO, João Baptista de – *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 1763.

COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e Descripçam topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa, 1712.

LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno (...)*. 12 vols. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira e Cardosos, 1873-1890.

Jornal Luz da Beira, Meda, 1960-1961.

Jornal O Marcial, Meda, 1918, do ano 1 n.º1 ao ano 2 n.º37.

MARIA, Frei Agostinho de Santa – *Santuario Mariano e Historia das Imagens de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas, que se venerão nem os bispados da Guarda, Lamego, Leyria e Portalegre...* Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1711, vol. 3, fl.186-189.

MEIRELLES, Antonio da C. Vieira de – *Memorias de Epidemologia Portugueza*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.

MENEZES, Alberto Carlos de – *Plano de reforma dos foraes e direitos banaes, fundado em hum novo systema emphyteutico nos bens da coroa, de corporações e de outros senhorios singulares*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1815.

MONFORTE, frei Manoel de – *Chronica da Provincia da Piedade: primeira capucha de toda a Ordem & Regular Observancia de nosso Seraphico Padre S. Francisco*. Lisboa: ed. Officina de Miguel Deslandes, 1696 (alvo de reedição em 1751).

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal Sacro-Profano (...)*. Lisboa: Na oficina de Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Offício, 1.º vol., 1767; 2.º e 3.º vols., 1768.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal. Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico...* Lisboa: João Romano Torres e C.ª Editores, 1915, vol.VII, p.284.

Projecto de Restabelecimento da Antiga Comarca de Mêda e de Divisão d'ella nos Julgados de Marialva, Mêda e Penedono (...). Mapas e Memoria Justificativa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1874.

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertação História Jurídica e Económica sobre a Reforma dos Forais no Reinado do Senhor D. Manoel*. Lisboa: Impressão Régia, 1812.

SALGADO, Vicente – *Compêndio histórico da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*. Lisboa: na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Escola Primária de Vale de Ladrões

Estatutos da Caixa Escolar da escola masculina de Valflor, 28 de Fevereiro de 1944.

Estatutos da Caixa Escolar da escola feminina de Valflor, 28 de Fevereiro de 1944.

Livro de Correspondência expedida, 1914-1946.

Arquivo Diocesano de Lamego

Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões, cx.6, n.º19, livro 17 (1676-1700).

Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões, cx.1, n.º11, livro 1 (1721-1742); livro 2 (1741-1763); livro 3 (1764-1784); livro 4 (1782-1802); livro 5 (1860); livro 6 (1861); livro 7 (1862); livro 8 (1863); livro 9 (1864); livro 10 (1865); livro 11 (1866).

Livro de Baptismos da Paróquia de Vale de Ladrões, cx.2, n.º27, livro 1 (1867); livro 2 (1868); livro 3 (1869); livro 4 (1870); livro 5 (1871); livro 6 (1872); livro 7 (1873); livro 8 (1874); livro 9 (1875); livro 10 (1876); livro 11 (1877); livro 12 (1878); livro 13 (1879); livro 14 (1880); livro 15 (1881); livro 16 (1882); livro 17 (1883); livro 18 (1884); livro 19 (1885); livro 20 (1886); livro 21 (1887); livro 22 (1888).

Livro de Registos Mistos da Paróquia de Vale de Ladrões, cx.6, n.º19, livro 18 (1676-1702); livro 1 a 16 (1896-1911).

Arquivo Distrital da Guarda

Paroquiais, Valflor, cx.19, livro 1 (1842-1854); livro2 (1869-1873); livro 3 (1874-1883); livro 4 (1860-1869).

Arquivo Histórico Militar

Luciano Augusto de Oliveira Rebelo, cx.1702.

Arquivo Paroquial de Valflor

Actas das sessões da Junta de Parochia da freguesia de Valle de Ladrões, 1892-1890.

Livro das Sessões da Junta da Freguezia de Valle de Ladrões, 1856-1892.

Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1890-1903.

Livro de baptismos da freguesia de Valle de Ladrões, 1911.

Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões, 1870 a 1879.

Livro de casamentos da freguesia de Valle de Ladrões, 1880 a 1911.

Livro para n'elle se lançar toda a despesa da Junta de Parochia da freguezia de Valle de Ladrões, 1887-1990.

Livro para n'elle se lançar toda a receita pertencente à Junta de Parochia da freguesia de Valle de Ladrões, 1887-1990.

Livro para o inventario dos bens e alphaias pertencentes à administração da Junta. de Parochia d'esta freguesia de S. Pedro de Valle de Ladrões, 1874-1986.

Óbitos, 1870-1879.

Arquivos Particulares

Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde, 26 de Fevereiro de 1927, papéis particulares.

Livro de registo e nota das propriedades, confrontações e caseiros do Dr. José Júlio César, 1910-1948.

Livro de Despezas diárias, 1916-1950.

Direcção Geral de Arquivos Torre do Tombo

DGARQ/TT – Feitos Findos, Diversos, mç.16, fl.26.

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.8, n.º20.

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.5, n.º27.

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.8, n.º33.

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.9, n.º8.

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.6, n.º14.

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.8, n.º36.

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.2, n.º24A.

DGARQ/TT – Gavetas, gaveta 9, mç.3, n.º6.

DGARQ/TT – Memórias paroquiais, vol. 22, nº 56, fl.369 a 380.

DGARQ/TT – Memórias paroquiais, vol. 38, nº 30, fl.159 a 161.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 1, fl.20v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 2, fl.47 e v.º; livro 3, fl.90; 219v.º., 337v.º; livro 4, fl.24.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro4, fl.24v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro6, fl.202v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, livro 6, fl.228; livro9, fl.77v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Carlos I, livro 15, fl.46v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv.7, fl.220v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, livro 21, fl.219v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, livro 27, fl.287.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria II, livro 33, fl.13v.º-14v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João VI, livro 17, fl.159v.º.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. José I, livro 1, fl.133.

DGARQ/TT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. José I, livro 2, fl.86.

DGARQ/TT – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, processo n.º8051.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991.

AMARAL, Maria Antónia Athayde – *Relatório técnico sobre a Estação Arqueológica denominada CIVITAS ARAVORUM, lugar da Devesa, freguesia de Marialva, concelho de Meda.* Coimbra: IPPAR, 2001.

Cartas de Almeida Moreira a Joaquim Lopes, 1919-1939. Viseu: Quartzo Editora, 2013.

CATROGA, Fernando – *A formação do movimento republicano (1870-1883)*. Coimbra: [s. n.], 1982.

_____ – A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal. *Biblos*, vol. 53 (1977), p.285-327.

COELHO, António Carreira – As nossas terras, in Jornal *A Guarda*, 28-09-2001, p. 14.

COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Lamego: [s. edt.], vol.I, 1977; vol.II, 1979; vol.III, 1982; vol.IV, 1984; vol.V, 1986; vol.VI, 1992.

FARIA, Ana Santiago – *Ex-votos de Marialva*. Meda: Câmara Municipal de Meda, 2007.

GOUVEIA, Jaime Ricardo – *Marte e Minerva nas Terras do Demo. Do liberalismo contrito ao republicanismo convicto*. Moimenta da Beira: Edições Esgotadas, 2011.

_____ – Engajar a pena aquiliniana para engalispar a memória do erimitério franciscano de Caria. Um olhar histórico in *Revista Aquilino*. Sernancelhe: Câmara Municipal, 2 (2010), p.277-294.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia lda., 1936-1960, vol.XXIV, p.562.

HOMEM, Amadeu de Carvalho – *A Propaganda Republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

_____ – *Da Monarquia à República*. Viseu: Palimage, 2001.

LONGRA, Mário – *Vale de Ladrões* (romance). Lisboa: Edição particular, 2006.

LOPES, Maria Antónia – Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866). Subsídios para o seu estudo. *Separata da Revista Portuguesa de História*. Tomo XXI (1985), p.119-176.

_____ – *Pobreza, Assistência e Controlo Social.* Coimbra (1750-1850). Viseu: Palimage, 2000, 2 vols.

MARQUES, A. H. de Oliveira – A Lei da Separação in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI da Nova História de Portugal. Lisboa: Presença, 1991.

MATTOSO, José (dir. de) – *História de Portugal.* Lisboa: Estampa, 1993-1994, 8 vols.

MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo*: político e institucional. Lisboa: Universidade Aberta, 1994.

PERES, Damião (dir. de) – *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8.ª centenário da Fundação da Nacionalidade...* Porto: Portucalense Editora, S. A. R. L., 1954.

PIMENTA, Alfredo – *O Fim da Monarchia.* Coimbra: Typographia Democrática, 1906.

RAMOS, Elisabete Araújo – *Mêda. Entre a Serra e o Douro.* Meda: Três R's – Formação, Turismo e Lazer Lda., 2011.

ROBOREDO, Armando Júlio de – *A mensagem do Infante de Sagres e o poder marítimo.* Viseu: Rotary Club, 1961.

_____ – A locução dirigida às Forças Armadas no dia 10 de Junho de 1964. *Separata da Revista da Marinha.* 28 (1964), 4p.

_____ – Aspectos militares da comunidade luso-brasileira. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* [s. n.] (1965), p.279-2288.

_____ – Meditação sobre uma data. *Separata das Comunidades Portuguesas.* 22 (1971), 10p.

_____ – *O navio e o mar. Apontamentos para a História da Marinha Portuguesa* (apreciação à exposição feita sob este título efectuada por Telmo Gomes). Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 8 de Março de 1973.

_____ – Os Descobrimentos, a Expansão Ultramarina, as Linhas de Comunicação Marítima. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* 78 (1960), p.169-184.

_____ – Um depoimento sobre a política naval portuguesa. *Separata dos Anais do Clube Militar Naval.* 88 (1959), 32p.

REMA, Frei Henrique Pinto – *A Família Franciscana na Diocese de Lamego, no passado e no presente.* Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 2002.

RODRIGUES, Adriano Vasco – *Retrospectiva Histórica de Marialva, Longroiva e Concelho da Meda.* Marialva, Separata de Voz de Lamego, 1976.

_____ – *Terras da Meda. Natureza, Cultura e Património.* Meda: Câmara Municipal da Meda, 2.ª ed. 2002.

ROMANA, José Manuel Trigo Mota da – *Antologia de escritores da Guarda: século XII a XX.* Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 2003, 406 p.

SARAIVA, Jorge António Lima – *O Concelho de Meda - 1838-1999.* Meda: Câmara Municipal de Meda, 1999.

TAPADINHAS, Maria Albertina – *O Almoxarifado de Lamego na Inquirição de D. Duarte (1433-34).* Viseu: SACRE – Fundação Mariana Seixas, 2005.

BIBLIOGRAFIA INFORMÁTICA

http://debates.parlamento.pt (sessão n.º13 de 4 de Julho de 1911)

http://debates.parlamento.pt (República Portuguesa, Diário do Senado, 5/08/1925)

http://debates.parlamento.pt (República Portuguesa, Diário do Senado, 7/08/1925)

http://debates.parlamento.pt (República Portuguesa, Diário do Senado, 17/08/1922)